

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**  
**Programa de Pós-Graduação em Letras**

Cássia Aparecida Braz Araújo

**GILBERTO DE ALENCAR: FACES DE UM INTELLECTUAL**

**Belo Horizonte**  
**Março de 2018**

Cássia Aparecida Braz Araújo

## **GILBERTO DE ALENCAR: FACES DE UM INTELLECTUAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Doutor em Letras na área de Literaturas de Língua Portuguesa.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ivete Lara Camargos  
Walty

**Coorientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Moema Rodrigues  
Brandão Mendes

Belo Horizonte

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

A663g Araújo, Cássia Aparecida Braz  
Gilberto de Alencar: faces de um intelectual / Cássia Aparecida Braz  
Araújo. Belo Horizonte, 2018.  
245 f. : il.

Orientadora: Ivete Lara Camargos Walty  
Coorientadora: Moema Rodrigues Brandão Mendes  
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Programa de Pós-Graduação em Letras

1. Alencar, Gilberto de, 1887-1961.- - Crítica e interpretação. 2. Memória na literatura. 3. Intelectuais - Atividades políticas. 4. Escrita - Aspectos políticos. 5. Imaginário. I. Walty, Ivete Lara Camargos. II. Mendes, Moema Rodrigues Brandão. III. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras. IV. Título. MINAS

CDU: 869.0(81)-3.09

Ficha catalográfica elaborada por Roziane do Amparo Araújo Michielini – CRB 6/2563

Cássia Aparecida Braz Araújo

**Gilberto de Alencar: faces de um intelectual**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Doutor em Letras na área de Literaturas de Língua Portuguesa.

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ivete Lara Camargos Walty (Orientadora) - PUC Minas.

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Moema Rodrigues Brandão Mendes (Coorientadora) – CESJF

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Margareth Cordeiro Franklin - CEFET MG

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Raquel Beatriz Guimarães – PUC Minas

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Valéria Aparecida de Souza Machado – PUC Minas

Belo Horizonte, 02 de março de 2018

Dedico a meu filho, como forma de incentivo,  
pois, mesmo em meio a lutas e tribulações,  
é possível vencer.

E Gilberto, para dizer hoje o que entende ser a verdade, não pensa as consequências de amanhã [...] é a mão cheia de sal na onda pesada e molle desse mar de melado engrossativo que nos vae assoberbando. E essa contribuição de sal, dia a dia, abre um sulco profundo no dorso das águas açucaradas... (ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS, 1911b, p. 2).

## AGRADECIMENTOS

Agradecimento é o reconhecimento de que não concluímos sozinha esta conquista há tempos sonhada. É inevitável compartilhar essa alegria com aqueles que se fizeram presentes nessa trajetória. Aqueles que permitiram que em mim se materializasse uma polifonia de saberes, de conceitos, mas, sobretudo, que me iniciaram no ensinamento de pensar e refletir criticamente. Cada pergunta que me propuseram acendeu-me a fagulha de um conhecimento. Mesmo sob a capa da invisibilidade, vocês me fizeram sujeitos, por “falar” por meio desta pesquisa.

Assim, inicialmente agradeço a meu Criador, o qual me sustenta a cada dia.

A meu marido e filho, que me entenderam e me apoiaram nos momentos mais difíceis.

A minha mãe e meu irmão, que me auxiliaram em meus estudos, nas digitações...

À Professora Ivete Lara Camargos Walty, que contribuiu para esta construção, com seu ensino, sua orientação, seu apoio em todos os momentos, além de proporcionar-me a possibilidade de desenvolver minha capacidade reflexiva e me desvelar o valor da Literatura.

À Prof.<sup>a</sup> Moema Rodrigues Brandão Mendes, que me instigou a essa jornada, acreditando em meu potencial.

À Prof.<sup>a</sup> Valéria Aparecida Souza Machado pelo compartilhamento teórico, pelas reflexões e por despertar em mim a capacidade crítica.

À Prof.<sup>a</sup> Margareth Cordeiro Franklin pela contribuição no exame de qualificação, ajustando e aperfeiçoando os rumos deste trabalho.

À Prof.<sup>a</sup> Raquel Beatriz Guimarães, que encontrei em minha trajetória acadêmica, pelas ponderações que apresentou na defesa desta tese.

Ao Bruno Souza pela paciência, pelo socorro na elucidação das teorias, pelo amparo nos rumos desta pesquisa, pelas discussões sempre enriquecedoras.

À Fabíola Guimarães, a amiga que me acolheu, me apoiou, me assistiu, me encorajou a permanecer na caminhada.

À Mirian Barthes, a amiga sempre presente nos momentos mais difíceis, pela atenção e apoio incondicional.

À Maria Helena Rocha, a amiga auxiliadora em minha condução pessoal.

Aos professores do curso pela dedicação e ensino.

Aos colegas do programa pelos momentos inesquecíveis durante o curso.

Aos funcionários da Biblioteca Municipal de Juiz de Fora, do Arquivo Municipal, do MAMM pela ajuda com as pesquisas nos antigos jornais e livros.

À Cida, à Lena, à Ilca, à Paula, à Ana, à Dr<sup>a</sup> Lúcia, à Alice, à Fabiana, à Sandra, à Denise, à Lucilene pelo amparo, pela companhia, pelo afeto, pelo consolo.

À Zilda, à Imaculada, ao Hernany, que me incentivaram e colaboraram para essa realização.

À UFJF pela oportunidade e pelo apoio, inclusive financeiro, sem o qual não seria possível ingressar nesta jornada.

A todos que, de alguma forma, foram presentes e amigos.

A todos, meu muito obrigada!



## RESUMO

A presente tese tem por objetivo investigar o lugar ocupado pelo escritor Gilberto de Alencar (1886-1961), como um intelectual moderno que intervém no espaço público por meio da escrita, na sociedade de seu tempo. Para tal propõe-se caracterizar suas diversas faces enunciativas configuradas nos gêneros discursivos em que atuou: jornal, crônica, diário e romance. A pesquisa, realizada em consulta a hemerotecas digitais, bibliotecas e arquivos históricos, adotou, como recorte temporal, as publicações posteriores a 1930, cotejando-as, quando necessário e produtivo, com as do período anterior. Quanto ao recorte temático, priorizam-se o trabalho, a política e a escrita, com o propósito de procurar conhecer o desenvolvimento de suas abordagens sobre o assunto na variação de sua produção. Com base nos teóricos Sartre, Bobbio, Miceli, acredita-se que a exposição argumentativa do escritor pesquisado e suas reflexões, mediadas pela palavra no espaço público, possam ser entendidas como uma de suas características de intelectual moderno. A pesquisa também aponta os paradoxos que permeiam sua obra, em virtude dos momentos em que justifica os interesses da classe média, principalmente após a década de 1940, em contraponto com os momentos em que se posiciona a favor do trabalhador.

**Palavras-chave:** Gilberto de Alencar. Intelectual. Escrita. Espaço público.

## **ABSTRACT**

The present thesis aims at investigating the place occupied by the writer Gilberto de Alencar (1886-1961), as a modern intellectual who intervenes in public space through writing, in the society of his time. For this purpose, it is proposed to characterize his several enunciative faces configured in the discursive genres in which he acted: newspaper, chronicle, diary and novel. The research, conducted through consultation with digital libraries, libraries and historical archives, adopted, as a temporal cut, publications after 1930, comparing, when necessary and productive, with those of the previous period. As for the thematic clipping, work, politics and writing are prioritized, with the purpose of seeking to know the development of his approaches on the subject in the variation of their production. Based on the theorists Sartre, Bobbio, Miceli, it is believed that the argumentative exposition of the researched writer and his reflections, mediated by the word in the public space, can be understood as one of his characteristics of a modern intellectual. The research also points out the paradoxes that permeate his work, due to the moments in which he justifies the interests of the middle class, especially after the 1940s, in counterpoint to the moments in which he stands in favor of the worker.

**Keywords:** Gilberto de Alencar. Intellectual. Writing. Public place.

## LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
AML	Academia Mineira de Letras
APCBH	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
CESJF	Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUNALFA	Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage
MAMM	Museu de Arte Murilo Mendes
OIT	Organização Internacional do Trabalho
Org.	Organizador
PUC	Pontifícia Universidade Católica
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>UM INTELLECTUAL NA PRINCESA DE MINAS: GILBERTO DE ALENCAR .....</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Delineando o conceito de intelectual .....</b>	<b>22</b>
<b>2.2</b>	<b>Refletindo sobre o trabalho .....</b>	<b>31</b>
<b>2.3</b>	<b>Uma visão política .....</b>	<b>34</b>
<b>2.4</b>	<b>A política da escrita, a escrita política .....</b>	<b>37</b>
<b>3</b>	<b>O MEDIADOR JORNALISTA .....</b>	<b>40</b>
<b>3.1</b>	<b>A escrita de um intelectual .....</b>	<b>44</b>
<b>3.2</b>	<b>Alencar, o trabalho e o trabalhador .....</b>	<b>49</b>
<b>3.3</b>	<b>A ótica política de Alencar .....</b>	<b>58</b>
<b>4</b>	<b>O MILHO E O RESTO: A ESCRITA DO CRONISTA .....</b>	<b>67</b>
<b>5</b>	<b>NO REINADO DE LOURIVAL: O DIÁRIO DE ALENCAR .....</b>	<b>100</b>
<b>6</b>	<b>ALENCAR, O ROMANCISTA EM O ESCRIBA JULIÃO DE AZAMBUJA .....</b>	<b>134</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>162</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>169</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>180</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>186</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente tese se propõe analisar parte das obras ficcionais e não ficcionais do escritor Gilberto de Alencar, tendo em vista sua atuação como um intelectual de seu tempo, marcado por grandes mudanças.

Durante toda a sua vida houve diversas alterações nas áreas política, social e econômica do país: a Primeira República, o golpe militar de 1930, o governo Vargas, incluindo o Estado Novo com a imposição de controle sobre a sociedade civil. Por fim, na década de 1950, houve o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976), que teria prosseguido e avançado em relação ao que Vargas havia implementado. Todos esses períodos foram marcados por corrupções, crises inflacionárias, além de diversas alterações na legislação trabalhista e sua conseqüente repercussão em outros domínios.

No plano internacional, houve as duas guerras mundiais e a quebra da bolsa de Nova York em 1929, que atingiu praticamente todos os países com base capitalista. Durante a Segunda Guerra, o Brasil não se posicionava, porque experimentava uma dicotomia: detinha relações comerciais com os Estados Unidos e seu regime se aproximava de aspectos do nazi-fascismo. Tentou-se, assim, a postura de neutralidade, porém, diante do avanço da guerra em cenário europeu, optou-se por unir-se aos Aliados (coalizão de vários países, destacando-se os Estados Unidos, o Reino Unido e a União Soviética) contra o Eixo (Itália, Alemanha e Japão).

Os textos de Alencar são gerados no interior dessa problemática histórica, nacional e internacional, constituindo uma fonte memorialística do período em que publicou, tendo como objetivo expressar as transformações e contradições então ocorridas. Sua produção textual é marcada por fatos do momento vivenciado, seguidos de comentários revestidos de suas reflexões e de sua ideologia, compartilhadas com o leitor a sua visão e a sua experiência.

O escritor, diante da ocorrência de um fato, considera-a segundo sua subjetividade, consoante suas experiências, e partilha sua interpretação com o leitor, evidenciando, assim, seu papel de intelectual. Assim, na literatura, o intelectual parece externar uma de suas funções mais importantes ao longo da história: ser um instrumento em defesa daqueles que possuem sua voz silenciada pelo poder instituído. Gilberto de Alencar publicou com o objetivo de questionar, de debater os

problemas de sua época, em especial os inerentes ao cenário público mineiro, particularmente o juiz-forano. O escritor, portanto, ao manusear a palavra, intermedia o acesso do leitor a um mundo projetado por sua própria experiência.

Pretende-se, pois, nesta pesquisa, examinar a participação de Alencar nesse espaço público e refletir sobre seu papel de intelectual, nos contextos cultural, político, social, brasileiro e internacional. Acredita-se que a exposição de seus argumentos, mediada pela palavra literária, possa ser entendida como uma intervenção de um intelectual moderno no espaço público.

Este estudo se debruçará, sobretudo, sobre as publicações de Alencar posteriores a 1930, pois, nesse período, concentra-se a maior diversidade dos gêneros escritos por ele. Retomam-se os fatos anteriores a esse período, a fim de cotejar seu posicionamento, quer seja para ratificá-lo, quer seja para divergir deste. As questões postas são então: Gilberto de Alencar é um intelectual? Em que medida sua escrita ilumina a questão social e política de sua época? Como se processam as interferências históricas em sua escrita? Como as alterações políticas, sociais e econômicas interferiram em sua posição como intelectual?

Para bem refletir sobre as questões propostas sobre suas obras no período em que foram produzidas, deve-se analisar como se dá o processo enunciativo de cada uma delas, quem fala, de onde se fala, de que tempo e lugar.

Considerando-se o planejamento exposto, serão observadas as publicações de Gilberto de Alencar, ancoradas pela enunciação dos fatos e episódios da época, ou seja, como ele interferiu e se posicionou no espaço público. Suas publicações oferecem um panorama vivenciado pelo escritor, visto que, ao elaborar uma literatura de crítica, apresenta diferentes perspectivas da sociedade no referido período.

A metodologia realizada foi de ampla pesquisa bibliográfica, exploratória e documental empregada, com consulta em bibliotecas *on line*, como na *Hemeroteca digital* para pesquisa dos jornais *Gazeta de Paraopeba* e *O Pharol*; as crônicas da revista *Alterosa* disponíveis; além de consulta no Arquivo Público da Prefeitura de Belo Horizonte, também das edições acessíveis da revista *Alterosa*. Para consulta do jornal não digitalizado, *Diário Mercantil*, a consulta presencial ocorreu no Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

O diário foi consultado no Museu de Arte Murilo Mendes (MAMM) e foram averiguados outros materiais nos arquivos da Academia Mineira de Letras (AML) em

Belo Horizonte, na Biblioteca Municipal Murilo Mendes em Juiz de Fora, nas bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de Minas (PUC Minas), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF); além da aquisição de inúmeros títulos pela pesquisadora e autora deste estudo.

Para estruturar teoricamente a pesquisa, fez-se uma pesquisa que abarca a atuação e representatividade de Gilberto de Alencar na sociedade. Consoante os objetivos anteriormente expostos, o referencial teórico pesquisado contempla, no que reporta à cena intelectual, conceitos, pontos de vista sobre o tema: Bobbio (1997), Miceli (2001), Novaes (2006), Sartre (1994) e Walty (2008; 2015).

Para construção do processo enunciativo, o embasamento foi dado pelas obras de Bakhtin (1981), Benveniste (2005) e Walty (1985). Para o conceito de espaço público, usaram-se as obras de Arendt (1981), Habermas (1984) e Olinto (2008) e, para entender o romance como palco dos embates das vozes do discurso inteiramente matizado, recorreu-se ao filósofo Bakhtin (1998). Para compreensão do contexto histórico, apelou-se a Bomeny (2001) e Velloso (1987), e quanto à história de Juiz de Fora, valeu-se de Oliveira (1966a) e Pires (2009). A estruturação teórica sobre trabalho, escrita e política foi pautada em Arendt (1981) e Chauí (2012).

A fim de facilitar melhor compreensão dessa investigação proposta, a pesquisa está dividida em seções que mantêm entre si uma nítida interlocução. Após a Introdução, há a seção que dispõe sobre o suporte teórico: conceituação de intelectual, sinalização para o histórico do intelectual brasileiro, definição de enunciação e espaço público, apontamentos sobre o entendimento de trabalho, escrita e política, bem como o esboço da pesquisa nos gêneros analisados.

O critério de seleção do *corpus* foi privilegiar aspectos comuns aos quatro gêneros examinados, bem como os que possuíam maior reincidência e relevância dentro das temáticas propostas: trabalho, política e escrita.

Segue a seção que evoca o conceito de jornalismo e apresenta as análises sobre as publicações do escritor nesse gênero, e que perpassa toda a vida pública de Alencar, numa tentativa de intervenção discursiva no debate acerca dos temas elegidos, enquanto a publicação dos outros gêneros é restrita a determinados períodos de tempo.

A terceira seção conceitua a crônica, trazendo excertos daquelas que se referem aos temas trabalhados e destacam a ideologia de Alencar, envolta em suas

reflexões que ora se manifestam em defesa dos desfavorecidos, ora apontam para a necessidade de mais dedicação ao trabalho por parte dos operários, além de ser comum, nos gêneros pesquisados, a crítica ao governo. O autor, por conseguinte, homem letrado, vive em função das palavras e da articulação destas, a fim de promover ideias e ideais, o que lhe configura uma função de cronista de sua época.

Segue a seção que investiga alguns excertos do diário manuscrito escrito em 1941, lido como uma problematização da situação do intelectual brasileiro no Estado Novo. Em espaço privado, ele sustenta pontos críticos de forma mais ácida, sem publicá-los, devido ao receio de ter cerceada sua liberdade física, uma vez que, no Estado, afluía um projeto autoritário que frustrava as expectativas do escritor. Na penúltima seção, será realizada uma análise do romance *O escriba Julião de Azambuja* (1962b), cuja narrativa apresenta questões vivenciadas por um jornalista encenado como *alter ego* do autor. A obra reflete, assim, o tempo e a sociedade vivenciados pelo escritor, problematizando ambos.

Nas considerações finais, última seção, retomam-se algumas reflexões apresentadas e suscitam-se outras com o intuito de propiciar a reflexão do leitor. Aponta-se, então, como os gêneros discursivos se alternam e se cruzam, observando-se suas aproximações e distanciamentos.



## 2 UM INTELLECTUAL NA PRINCESA DE MINAS: GILBERTO DE ALENCAR

A questão do lugar do intelectual moderno apresenta um terreno fértil para reflexão em vários campos do conhecimento humano e das relações sociopolíticas que o envolvem. O intelectual, intervindo no espaço público, coloca-se como mediador entre o Estado e a população a fim de levantar críticas e propor transformações sociais.

No Brasil, com o fim da Primeira República e a implantação do governo Vargas (1930-1945), tempo de profundas transformações e ambiguidades no cenário político, há investimento na produção intelectual, pois muitos escritores demonstram especial interesse em intervir na esfera pública, buscando a defesa dos interesses da população, inclusive das pessoas não letradas. Nesse cenário, merece destaque a produção jornalística e ficcional de um escritor mineiro que, embora com pequena formação acadêmica, vivenciou profundamente os diversos paradoxos desse período: Gilberto de Alencar.

Gilberto Napoleão Augusto de Alencar, nome de imperadores, nasceu na cidade de Palmira, então estação de João Gomes, atualmente Santos Dumont, estado de Minas Gerais, em primeiro de dezembro de 1886. Filho do médico e escritor cearense, Dr. Fernando Napoleão Augusto de Alencar, primo e afilhado de José de Alencar e de D. Emília de Alencar, membro de uma tradicional família do interior mineiro. Seus nomes intermediários expressam a admiração paterna pela França, como consta na biografia que escreveu sobre seu pai, afirmando, ainda, sobre o caráter e a ideologia deste:

Usava a pena e a fala para deblaterar contra a escravidão nos últimos anos do Império e nos primeiros anos da República, clamando com vigor que não era aquele o governo com que sonhara... Caráter altivo, incapaz de transigências que maculassem a pureza das suas idéias liberais. (UNIÃO ESPÍRITA MINEIRA, 2016).

Gilberto de Alencar, quando de sua posse na Academia Mineira de Letras, homenageou seu pai, escolhendo-o para ser o Patrono da Cadeira nº. 21, conforme as “Notas Biográficas”, publicadas em 3 de junho de 1911a, que também declaravam a respeito da vida acadêmica do escritor:

Terminado o curso primário matriculou-se ainda muito criança, no collégio 'Gonçalves', de Barbacena, primeiro como alumno externo depois como interno. Após haver cursado durante algum tempo as aulas desse estabelecimento, delle sahiu para continuar com o seu progenitor, residindo por ocasião em Carandahy, o estudo de humanidades. (ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS, 1911a, p. 1).

Aprimorou-se como autodidata, pois lia e traduzia textos em língua francesa. Sobre suas características, Dormevilly Nóbrega (1997, p. 99) trouxe a afirmativa de Mário Matos relativamente ao perfil que observava em Gilberto de Alencar: “Singelo nas vestes, monossilábico na conversação, tímido na sociedade, doméstico como os gatos, ressabiado e meio solitário.” Sua filha, Cosette de Alencar, também escritora, na orelha do livro *O escriba Julião de Azambuja* (1962b), publicou-o postumamente, e a ele se referiu:

Gilberto de Alencar que pode ser considerado como verdadeiro símbolo do escritor provinciano que se torna universal à força de talento genuíno, verdadeira vocação e invencível dedicação pelas letras, foi homem simples e modesto, inteiramente desprovido de ambição: dos setenta e quatro anos que passou neste mundo, os 55 anos últimos foram por ele inteiramente consagrados às letras, que amou e cultivou com extremos de eterno enamorado. Por elas, foi abandonando todos os outros interesses: aposentou-se cedo de suas funções públicas, sacrificando-se materialmente para poder consagrar mais tempo a sua função de escriba. (ALENCAR apud ALENCAR C., 1962b, s/p).

Cosette expressa o encantamento e admiração pela devoção de Gilberto de Alencar às letras, além de reconhecê-lo como intelectual. Por outro lado ele julga sua própria escrita como algo simples, de menos valor, como discursa em sua posse na Academia Mineira de Letras:

a escolha do meu nome, feita pela Academia, me traz a carga bastante pesada de graves responsabilidades e temo que sob ella se me verguem, derreados, os hombros fracos, que julguei, temerariamente, capazes de sustental-a com galhardia... (ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS, 1911b, p. 1).

Trata-se de uma insegurança descabida, pois, em seu discurso, Belmiro Braga disse que a Academia estava ao encontro de Alencar: “Gilberto se esquece de dizer que, ao autorizar a sua inscrição, encontrou já, em caminho, quasi toda a Academia que o ia buscar a fim de pleitear uma de suas quatro vagas...” (ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS, 1911b, p. 2.), devido à sua participação na esfera literata daquele período. Para além de escritor, Maciel (2013) informa que

Alencar foi Conselheiro da Coroa Italiana. Christo (1994) e Nóbrega (1981 [s/d]) destacam que ele exerceu as atividades de professor, Inspetor Escolar Estadual e secretário da Escola Normal de Juiz de Fora, além de Diretor do Serviço de Educação do município de Juiz de Fora e professor do Ginásio Santa Cruz, nesta cidade. Em pesquisa documental, realizada no acervo disponível do MAMM, cronologicamente, apurou-se que foi Diretor de Educação do Município de Juiz de Fora em 1940 e 1941; em 1942, esteve à frente do Serviço de Educação e Saúde; e, em 1945, assumiu a chefia de Serviço de Educação do ensino público de Juiz de Fora.

Sua função mais duradoura foi no cargo de secretário da Escola Normal de Juiz de Fora nas décadas de 1920, 1930 e 1940, conforme observado nas colunas do jornal *Diário Mercantil*, nas publicações de editais que versavam sobre a matrícula na Escola Normal de Juiz de Fora. No Brasil, a literatura não supria financeiramente seus profissionais, restando aos escritores apelar a outras atividades para sua subsistência, e Christo (1994, p. 47) apregoa: “a grande ‘vocação’ das camadas médias urbanas impunha aos acadêmicos a busca do emprego público. Principalmente aqueles que, autodidatas, não dispunham de uma profissão liberal.”

Assim, Alencar valeu-se do capital social, obtido em suas relações, para oferecer uma vida digna à sua família; não ocupou cargos em escalões superiores no serviço público, mas nele manteve-se por décadas.

Atuou ainda como tradutor, para a Editora Itatiaia, das obras *Adorável Marquesa* – (o romance de madame Pompadour, 1958), de André Lambert, *Maria Stuart* (rainha e mulher, 1958), de Jean Plaidy, *A Divina Cleópatra* (a rainha dos reis, 1960), de Michel Peyramau, recompondo a coleção *As grandes mulheres da história* (cf. PAULA; FERREIRA, 1974; NÓBREGA, 1981; [s/d]) e visitado pela pesquisadora na AML, em Belo Horizonte, em 7 de julho de 2016; e *Cenas da Vida Boêmia*, de Henri Morget<sup>1</sup> (cf. PAULA; FERREIRA, 1974; NÓBREGA, 1981; [s/d]), além de textos traduzidos de Émile Zola e outros escritores franceses<sup>2</sup> publicados em *O Pharol*, predominantemente na década de 1910. Gilberto de Alencar, além de membro do Instituto Histórico e Geográfico de Ouro Preto, de acordo com Rabello et

<sup>1</sup> O nome deste autor foi grafado como Henry Morget por Dormevilly Nóbrega (1981 e [s/d]), obra na qual este se refere, entre outras, às produções alencarianas, sendo o nome correto Henry Murger.

<sup>2</sup> Interessante observar seu papel de tradutor de cartas entre participantes da guerra e seus familiares no período de 1912 a 1917.

al. (1973-1974), auferiu as seguintes homenagens<sup>3</sup> pelo reconhecimento de seu trabalho: Comenda de Cavaleiro da Coroa da Itália, por meio do decreto de S. M. o Rei da Itália, de 21 de novembro de 1936; entretanto, quando o Brasil aliou-se na Segunda Guerra Mundial<sup>4</sup> contra o Eixo (Itália, Alemanha e Japão), Gilberto de Alencar devolveu sua Comenda de Cavaleiro da Coroa da Itália (cf. BARBOSA; RODRIGUES, 2002, p. 52); Título de Cidadão Honorário de Juiz de Fora, conforme Resolução da Câmara Municipal de Juiz de Fora, de 17 de outubro de 1951; Medalha de Honra da Inconfidência, do poder legislativo estadual de Minas Gerais, por meio do Decreto nº. 4.453, de 10 de março de 1955; Medalha de bronze da Academia Mineira de Letras, em 25 de dezembro de 1959; Membro Honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, em 31 de maio de 1960; e Personalidade do Ano, pelo jornal Binômio de Juiz de Fora, em 1960.

Além da honraria obtida no município, com seu nome intitulando uma das ruas do centro de Juiz de Fora, bem como uma Escola Rural, Escola Municipal Gilberto de Alencar, no Bairro Náutico (Estrada Elias José Mockdeci, nº. 3.272), teve exposto seu retrato na cidade de Cambuquira, em Minas Gerais, na Galeria Nobre da Biblioteca Municipal (RABELLO et al., 1973-1974, s/p).

De acordo com Paula e Ferreira (1974), Alencar foi diretor e redator assíduo do Jornal *O Pharol*, além de tipógrafo, cronista e articulista de outros jornais de Juiz de Fora, como *A Pátria*, *Correio de Minas*, *Gazeta Comercial*, *A Batalha*, *Diário Mercantil* e *Diário da Tarde*. Em Belo Horizonte, sua presença esteve marcada por contribuições nos jornais *Minas Gerais*, *Folha de Minas*, *A Tarde* e na revista *Alterosa*. No Rio de Janeiro, colaborou com os periódicos *A Noite* e *Diário de Notícias*; também escreveu para o *Jornal do Comércio* em São João Del-Rei e na *Gazeta de Paraopeba*, da cidade de mesmo nome.

Edmundo Lyz (1922) destaca que o jornal vespertino *A Batalha*, publicado na época da edição de seu livro *Imprensa Mineira*, foi fundado por Gilberto de Alencar em 1920.

Sua produção literária, contudo, não se limitou à sua assinatura própria, pois, em Juiz de Fora, publicou quadrinhas satíricas no periódico *Diário Mercantil*, sob o

<sup>3</sup> As primeiras quatro homenagens mencionadas constam também em Paula e Ferreira (1974) e Nóbrega (1981 e [s/d]).

<sup>4</sup> No plano internacional o mundo estava assolado pela Segunda Guerra Mundial, compreendida entre o período de 1939 e 1945. A política de alianças militares na época resultou em duas coalizões: o Eixo, formado pela Itália, Alemanha e Japão, e os Aliados, composta pelos Estados Unidos, Inglaterra, França e União Soviética, e, em 1942, o Brasil.

pseudônimo de Zangão. Nas colunas intituladas “Suelto”, limita-se à assinatura como “G.”. Nas colunas “Preto e Branco”, sua assinatura era somente G. de Alencar. Nóbrega (1981 e [s/d]) identifica ainda outros pseudônimos, como G. de A., Germano D’Aguilar, João do Carmo e Napoleão.

Suas publicações, entretanto, não se encontram hoje armazenadas em um único espaço, mas distribuídos no MAMM, na Biblioteca Municipal Murilo Mendes, no Arquivo Histórico Municipal, além da Hemeroteca Digital e outros *sites*. As coleções de jornais e revistas, porém, não estão completas.

Sua biblioteca pessoal foi doada ao Museu de Arte Murilo Mendes (MAMM), administrado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, a partir de 11 de abril de 2007, de acordo com Projeto de Pesquisa e Extensão apresentado à CAPES por Mendes (2011). O acervo possui, aproximadamente, 3.000 títulos, muitos em língua francesa, além de manuscritos pessoais de obras editadas e inéditas, correspondência de terceiros e alguns documentos do escritor<sup>5</sup>. Todas essas peças encontram-se no Acervo Alencar, lotadas no Fundo Gilberto de Alencar e, atualmente, todo o lote é reconhecido como Patrimônio Histórico do Município e encontra-se em fase de instauração de inventário. Cabe ressaltar, ainda, que esse acervo cultural se encontra em processo de organização para constituição de um inventário.

A produção literária do escritor é constituída por *A candidatura militar* (1909), em que reuniu artigos sobre a campanha civilista em folheto (ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS, 1911a, p. 1). *Prosa rude* (1909; 1926), contos; *Névoas ao vento* (1914), crônicas; *Cidade do sonho e da melancolia: impressões de Ouro Preto* (1926), além dos romances *Cidade do sonho e da melancolia* (1971)<sup>6</sup>; *Misael e Maria Rita* (com edições em 1953 e em 1962a); *Memórias sem malícia de Gudesteu Rodovalho* (editado em 1946, em 1957, em 1962 e em 1970); *Reconquista* (1961); *O escriba Julião de Azambuja* (1962b); *Tal dia é o batizado* (com publicações em 1959, em 1972 e em 1981). Sua produção ainda é composta de manuscritos inéditos: *O retrato da sala de visitas*, datado de 1945, e *O crime da rua do sapo*, datado de 1947. Alencar, embora não seja um escritor reconhecido pelo cânone oficial ou por leitores em geral, despertou com sua obra o interesse de alguns pesquisadores, o

<sup>5</sup> Cabe ressaltar que o acesso ao acervo da obra do escritor nos parece deficitária, seja pela limitação com relação ao empréstimo dos textos, seja pela proibição da reprodução dos originais em fotocópia.

<sup>6</sup> A 1ª edição de *Cidade do sonho e da melancolia*, datada de 1926, registra o subtítulo “impressões de Ouro Preto”. A versão póstuma, datada de 1971, perde o subtítulo.

que resultou em dissertações e teses que constituem grande parte de sua fortuna crítica, tais como as teses de Moema Rodrigues Brandão Mendes (2010) e de Leila Rose Márie da Silveira Batista Maciel (2013); além das dissertações desta pesquisadora (2013), de Maria Claudia Helena de Souza (2013), de Márcia Rosestolato Rezende (2015) e Gina Mara Francisquini (2016), cujos breves comentários se encontram nos APÊNDICES A, B, C, D, E e F, afora os diversos artigos publicados em livros e revistas.

Essas pesquisas contribuem para enaltecer a história da cidade de Juiz de Fora, porque Gilberto de Alencar, em companhia de seu pai, “não ficou muito tempo em nenhuma das numerosas localidades mineiras onde residiu.” (ALENCAR, s/d [19--], s/p). Depois do casamento com a Sra. Sophia do Espírito Santo, em Queluz, em 1908, mudou-se para São João Nepomuceno em 1909 e em 1910 instalou-se em Juiz de Fora até seu falecimento em 4 de fevereiro de 1961.

Em suas escrituras, Alencar, arraigado a essa terra mineira, fez transitar sua escrita entre o regional e o universal. Assim, torna-se necessário inserir o cenário da localidade da maioria dos escritos de Alencar: Juiz de Fora, que teve sua origem no início do século XVIII, quando a Coroa Portuguesa permitiu a construção de uma estrada chamada Caminho Novo, que passava pela Zona da Mata Mineira, ligando a região das minas ao Rio de Janeiro. Dessa forma, promovia-se o transporte do ouro extraído, evitando-se o contrabando e a sonegação de tributos. (cf. OLIVEIRA, 1966a).

No período de 1876 a 1930, a produção cafeeira juiz-forana tornou-se uma das principais atividades produtivas, que impulsionou a atividade industrial e propiciou o desenvolvimento do sistema bancário e exportador (cf. KLÔH JÚNIOR, 2008), bem como possibilitou a diversificação das atividades econômicas, culturais, com a construção da primeira usina hidrelétrica da América Latina. Devido a tal desenvolvimento, a cidade conquistou, no início do século XX, o *status* de centro comercial e urbano mais importante do complexo que se verificou na Zona da Mata mineira, tendo, como seus moldes, os centros europeus. Recebeu, por isso, o título de “Manchester Mineira”, num esforço da iniciativa privada. (cf. OLIVEIRA, 1966a).

Para além das conquistas econômicas do município, as belas letras também floresceram nesse período. Por iniciativa dos intelectuais da “Athenas Mineira”, designação dada por Artur de Azevedo a Juiz de Fora, foi criada a Academia Mineira de Letras, fundada em 25 de dezembro 1909.



Quanto à imprensa havia muitos jornais na década de 1900, inclusive de produção, e revistas literárias e uma revista científica. Paulino de Oliveira (1966b) cita que não podia deixar de aludir a Gilberto de Alencar por sua atuação entre os escritores nos anais da imprensa de Juiz de Fora, dentre outros.

Juiz de Fora também foi conhecida como “Princesa de Minas”, e uma das estrofes de seu hino expressa: “Viva a Princesa de Minas! / Viva a bela Juiz de Fora! / Que caminha na vanguarda / Do progresso estrada a fora”, com letra de Lindolfo Gomes e música de Duque e Bicalho.” (cf. OLIVEIRA, 1966a, p. 240).

O progresso, tal como concebido pela modernização em curso no Brasil, acompanhou seu crescimento com a estrada de ferro Dom Pedro II, cujo serviço de comunicação ferroviária se estabeleceu entre Minas e a corte. O município sofreu significativo processo de urbanização: havia bondes interligando os bairros de Juiz de Fora, hospital, dois teatros, escolas, grupos escolares.

Com a grande crise de 1929, porém, a economia dos municípios ligados à cafeicultura padeceu grande abalo. Também com a criação do ramal ferroviário entre Mariana e Ponte Nova, diminuiu o fluxo de pessoas dessa rica região, e, assim, o comércio foi subtraído e suas indústrias também decaíram. Belo Horizonte transformou-se em um empório de grande parcela da região e fez com que Juiz de Fora perdesse sua influência política em âmbito estadual e federal e, conseqüentemente, parte de seus investimentos reduziu-se. Gilberto de Alencar vivenciou esse declínio municipal e registrou-o em vários de seus escritos, presentes em seu acervo.

Após breve exposição do cenário histórico relativo às publicações de Alencar e diante da multiplicidade de papéis encenados pelo escritor em sua produção, que transita entre gêneros diversos, concebidos ora como ficcionais, ora como biográficos e/ou históricos (jornal, crônica, diário e romance), importa salientar que o *corpus* desta pesquisa foi delimitado à produção dos jornais *Diário Mercantil*, *Gazeta de Paraopeba* e *O Pharol*. Relativamente à sua produção como cronista, a pesquisa faz o estudo das crônicas publicadas na revista *Alterosa*. Por fim, na busca por intensificar os diálogos entre sua escrita jornalística e sua produção ficcional, há análise com maior vagar do romance *O escriba Julião de Azambuja* (1962b), além de seu diário manuscrito em três cadernos numerados de um a três, enunciados no período compreendido entre maio e dezembro de 1941. Com isso objetiva-se

investigar sua postura como um escritor e intelectual de seu tempo, buscando intervir no espaço público brasileiro.

## 2.1 Delineando o conceito de intelectual

Inicialmente, importa lembrar com as autoras Maria Zilda Ferreira Cury e Ivete Lara Camargos Walty que,

segundo alguns estudiosos, o uso da palavra *intelectual* como substantivo deu-se no século XIX, quando Zola tomou publicamente a palavra para defender Alfred Dreyfus. Nesse momento teria nascido o intelectual moderno, como alguém que exerce sua função, através da palavra, no espaço público e coloca a defesa dos valores da justiça acima das razões de Estado. (WALTY; CURY, 2009, p. 223).

As autoras acentuam, ainda, que, etimologicamente, intelectual seria aquele que não somente observa a sociedade, mas também perpetra sua leitura de mundo, e expressa suas ponderações, suas persuasões em sua escrita, no sentido de externar suas convicções. Afirmam as autoras:

Do latim *intellectualis*, de que a palavra intelectual deriva, conservou-se o sentido de “relativo à inteligência”. Decompondo-se a palavra temos: *intus*, para dentro e *lectus*, particípio passado de *legere* (ler). Ler (para) dentro das coisas, para seu interior. Mas, o sentido etimológico do verbo *legere* “postula certa intensificação do fato social”, na medida em que aponta para uma dimensão de exterioridade. Ler, pois, pressupõe um movimento para o exterior, para comunicar-se com os outros, fazendo uma leitura do mundo, o que dota a palavra intelectual dos dois movimentos: para dentro de si e para fora de si. Alargando o sentido ainda a partir da etimologia da palavra, salienta-se a condição intermediária do intelectual, sua função mediadora. (WALTY; CURY, 2008, p. 12-13).

O principal teórico que versa sobre a conceituação de intelectual na modernidade é Jean-Paul Sartre. Para o filósofo, o lugar do intelectual moderno na sociedade é marcado pela contradição entre o impulso de auxiliar os menos favorecidos contra o poder instituído e a necessidade de preservar seus próprios valores e tradições. Diante disso, o intelectual está situado em um entrelugar dentro da sociedade, na medida em que sua função é ignorada pela classe dominante e não reconhecida pelas classes desfavorecidas. Nas palavras de Sartre (1994),

o intelectual é o homem que toma consciência da oposição, nele e na sociedade, entre a pesquisa da verdade prática (com todas as normas que



ela implica) e a ideologia dominante (com seu sistema de valores tradicionais). Essa tomada de consciência – ainda que, para ser real, deva se fazer, no intelectual, desde o início, no próprio nível de suas atividades profissionais e de sua função – nada mais é que o desvelamento das contradições fundamentais da sociedade, quer dizer, dos conflitos de classe e, no seio da própria classe dominante, de um conflito orgânico entre a verdade que ela reivindica para seu empreendimento e os mitos, valores e tradições que ela mantém e que quer transmitir às outras classes para garantir sua hegemonia.

Produto de sociedades despedaçadas, o intelectual é sua testemunha porque interiorizou seu despedaçamento. É, portanto, um produto histórico. Nesse sentido, nenhuma sociedade pode se queixar de seus intelectuais sem acusar a si mesma, pois ela só tem os que faz. (SARTRE, 1994, p. 30-31).

Assim, o intelectual é aquele que possui a consciência das fraturas (ou mazelas) presentes na sociedade moderna e as expõe na esfera pública, tendo em vista a defesa dos interesses daqueles que não possuíam tal consciência, sobretudo, os não letrados daquele período. Desse modo, o despedaçamento abordado por Sartre (1994) aponta não somente os paradoxos deste sujeito que denuncia (tomar a palavra em público), mas também as contradições da própria sociedade que o produz.

Característica marcante na constituição do intelectual moderno é sua capacidade de encarnar o espírito crítico, seja reconstruindo o passado, seja projetando/idealizando o futuro. Segundo Wolf (2006),

intelectual é aquele que engaja sua competência particular para dar-lhe um sentido universal [...] é aquele que produz ideias com fatos. Nesse sentido, o intelectual é sempre crítico: ele denuncia as injustiças para as quais fecham-se os olhos, ele pretende dar uma voz (a dele) aos ‘sem voz’, ele afirma em alto e bom tom que o rei está nu. (WOLF, 2006, p. 28).

Ainda nas palavras de Wolf (2006, p. 36), o engajamento do intelectual do século XX se pauta justamente pelo “poder das palavras”, tradicionalmente instituído dentro das relações estabelecidas ao longo do tempo. Assim, o engajamento intelectual pressupõe a existência de uma capacidade do enunciatador (intelectual) no uso adequado da palavra dentro de sua estratégia retórica.

Outro teórico que analisa a questão da “voz” do intelectual é Michel Déguy (2006). Para esse autor, o ato efetuado por meio das palavras demonstra uma força contra o poder instituído, na medida em que retoma a arte retórica da persuasão como estratégia de convencimento do outro. Nessa perspectiva, seu “poder” é conquistado por sua intervenção na esfera política, visto que “As palavras (isto é, as

frases, o discurso, a linguagem) têm poder sobre os homens, podem mudar convicções e, assim, os fins e as maneiras de agir. Uma ‘conversão’ pode transformar a vontade e provocar ações, que produzem efeito.” (DÉGUY, 2006, p. 33).

Renato Janine Ribeiro (2006) ressalta que a postura do intelectual pode ser apreendida por meio de sua manifestação na sociedade, ou seja, realizando intervenção no espaço público, propagando conhecimento e conscientização das massas:

O que caracteriza o intelectual é fazer uso público do conhecimento. [...] ele deve também efetuar todas as mediações que tornam o que inicialmente seria trabalho arcano, acadêmico, fechado sobre si, voltado apenas para o avanço interno do conhecimento, em algo que passa a ser apropriado socialmente. (RIBEIRO, 2006, p. 41-42).

Bobbio (1997) afirma serem os intelectuais indivíduos encarregados de sintetizar e transmitir aos demais (normalmente os desfavorecidos) sua ideologia, seus conhecimentos, suas ideias, pois: “têm a missão de defender e promover os valores supremos da civilização, que são desinteressados e racionais; na medida em que subordinam sua atividade aos interesses contingentes, às paixões irracionais da política, traem sua missão.” (BOBBIO, 1997, p. 32).

De acordo com Bobbio, o Estado detém o monopólio da força nas sociedades humanas, e “a primeira tarefa dos intelectuais deveria ser a de impedir que o monopólio da força se torne, também, o monopólio da verdade” (BOBBIO, 1997, p. 81), conscientizando a massa das ideologias ausentes e obscuras, com o objetivo de esclarecer o povo de seus direitos.

Retomando Sartre, interroga-se, ainda, em que medida o escritor seria um intelectual em sua tarefa de “habitar no plano do vivido sugerindo ao mesmo tempo a ‘universalização’ como afirmação da vida no ‘horizonte’.” (SARTRE, 1994, p. 71-72). O ofício do intelectual se volta, então, para “o ser-no-mundo-vivido”:

O engajamento do escritor visa comunicar o incomunicável (o ser-no-mundo) explorando a parte de desinformação contida na língua comum e manter a tensão entre o todo e a parte, a totalidade e a totalização, o mundo e o ser-no-mundo como sentido de sua obra. Em seu próprio ofício ele está às voltas com a contradição da particularidade e do universal. Enquanto os outros intelectuais viram nascer sua função de uma contradição entre as exigências universalistas de sua profissão e as exigências particularistas da classe dominante, ele encontra em sua tarefa interna a obrigação de habitar no plano do vivido sugerindo ao mesmo tempo a universalização como

afirmação da vida no horizonte. Nesse sentido, ele não é intelectual por acidente, como eles, mas por essência. Precisamente por essa razão, a obra exige, por si mesma, que ele se coloque fora dela, sobre o plano teórico-prático em que já estão os outros intelectuais: pois ela é, por um lado, restituição – sobre o plano do não-saber do ser num mundo que nos esmaga e, por outro, afirmação vivida da vida como valor absoluto e exigência de uma liberdade que se dirige a todas as outras. (SARTRE, 1994, p. 70-71).

Sartre (1994) ainda salienta a distinção proferida por Roland Barthes entre escrevente e escritor, sendo o primeiro designado pelo uso “da linguagem para transmitir uma informação”, enquanto o segundo seria o guardião,

[...] da linguagem comum, mas ele vai mais longe, e seu material é a linguagem como não-significante ou como desinformação; é um artesão que produz um certo objeto verbal através de um trabalho sobre a materialidade das palavras, tomando como meio as significações e como fim o não-significante. (SARTRE, 1994, p. 59).

Sartre expõe a literatura como um modo de espreitar a sociedade, enquanto o escritor incita o leitor. A este último, por meio da fantasia, compete efetuar sua leitura do texto porque, na visão sartriana, “o objeto literário é um estranho pião, que só existe em movimento”, ou seja, “ler implica prever, esperar”. (SARTRE, 2004, p. 35). O ato de escrever, portanto, não é gratuito, pois o escritor, ao se valer das palavras, embute seus credos e valores, não sendo imparcial, na medida em que faz uso das palavras como arma de persuasão, com o intuito de provocar mudanças de atitudes no leitor.

A palavra, por conseguinte, é recurso da linguagem constitutiva do sujeito. Benveniste (2005) e Bakhtin (1981) conceituam e definem: para o primeiro, “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’.” (BENVENISTE, 2005, p. 286). Na cena enunciativa, ao dizer “EU”, numa relação de intersubjetividade com o “TU”, o sujeito se constrói. Bakhtin, ao enfatizar o aspecto social da linguagem, ressalta que:

Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela apoia-se sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (BAKHTIN, 1981, p. 113).

Cabe ressaltar ainda que, ao considerar como pronomes apenas o “EU” e o “TU”, deixando de fora o “ELE”, à semelhança da natureza de objeto, Benveniste (2005) fortifica a ideia de que o sujeito não se estabelece fora da linguagem. Assim, os indivíduos impedidos de tomar a palavra acabam tendo seu próprio estatuto de sujeito cerceado; sua subjetividade acaba sendo silenciada pelo discurso do outro, interferindo, inclusive, em sua apropriação do espaço público.

Diante disso, a figura do intelectual abarca a ideia de uma mediação/intervenção crítica no espaço público perante a sociedade. Ele, o intelectual moderno, preocupava-se em “dar voz” ao oprimido, colocava-se declaradamente como guia das massas. Ressalte-se que, conforme apontado em Benveniste (2005), somente alguém na posição de enunciador é que se torna sujeito, pois as relações entre o “EU” e o “TU” ocorrem no espaço social de inter-relações humanas e num espaço público.

Arendt (2007, p. 62) define como esfera pública o espaço de interseção entre as pessoas, uma vez que “A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros, [...]”

Habermas (1984, p. 92) afirma ser o espaço público “uma rede adequada para comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões.” Olinto (2008) ratifica essa ideia quando toma a esfera pública como espaço de discussão pública e, assim, lugar onde proliferam os ideais e as convicções.

Intelectual e espaço público são, pois, dois termos de uma mesma equação, como bem mostra o pequeno histórico que se fez, até então, sobre o conceito de intelectual. Além disso, nessa equação, instala-se a base do processo enunciativo: sujeito, tempo e espaço.

Interroga-se, assim, como é configurado o espaço público do tempo vivido por Gilberto de Alencar e qual o grau de sua intervenção nesse espaço. Ao criticar a sociedade, alertando os desfavorecidos para o (re)conhecimento de sua situação, o autor pode ser visto como um mediador que leva o outro à tomada de consciência de sua realidade.

Antes, porém, de dar início ao estudo da trajetória do autor em foco, faz-se mister atentar para a história do intelectual moderno no Brasil. Sérgio Miceli (2001) destaca que os intelectuais na Primeira República teriam predominantemente origem oligárquica, embora suas trajetórias familiares apresentassem certo declínio econômico na época. Nesse cenário, a posição dos intelectuais não era autônoma

em relação ao poder político, em virtude das condições financeiras pouco favoráveis para sua produção, fato evidenciado, por exemplo, pela dependência dos intelectuais das instituições e dos grupos governantes.

Dessa maneira, esse grupo de escritores obteve alto prestígio da elite governante, atingindo maior visibilidade de suas ideias, assim como outros mecanismos de consagração simbólicos para cancelar sua trajetória como intelectuais da época. Ainda nesse período, a promoção pública dos intelectuais não estava atrelada a seu porte de diplomas, mas era dependente do “capital de relações sociais que lograram mobilizar.” (MICELI, 2001, p. 53).

O principal domínio da produção cultural do período era a imprensa controladora. Dessa forma, o controle dos jornais e/ou periódicos era um dos principais pontos de tensão na luta entre as diversas facções oligárquicas, visto que os escritores profissionais eram forçados a se expressarem através dos gêneros oriundos da imprensa francesa: a reportagem, o inquérito literário e, em especial, a crônica. E, no início do século XX, o ofício jornalístico alcançou o *status* de escritor.

Miceli (2001) evidencia que, a partir de 1910, a imprensa começou a deliberar sobre as matérias e, ainda, a definir os papéis dos escritores, ao distinguir os tópicos de cunho jornalístico em relação aos que comporiam os suplementos literários, impondo mais objetividade às publicações assinadas desde que estas seguissem os moldes como da reportagem e da notícia.

O surgimento de diversos jornais, o aprimoramento de técnicas inovadoras e o crescimento das tiragens pela agilidade na distribuição, associados ao surgimento de novos projetos de seção nas edições, como as caricaturas e o entretenimento, delineiam sua expansão em grande empresa. Os escritores, cujos interesses se identificavam com os do jornal para o qual trabalhavam, alcançavam melhores salários e o posto de editorial era muito cobiçado, pois, para a maioria, significava o elo para iniciação na carreira política.

Havia um grupo de escritores, às vezes, de pouco recursos, conhecidos pelo nome de polígrafos, que atendiam a todo tipo de demanda jornalística, na busca por satisfazer as diversas encomendas da classe dominante. (cf. MICELI, 2001). O sociólogo Miceli dimensionou os efeitos da expansão das atividades intelectuais em consequência de sua participação no setor público; alguns escritores, não concluíram sua trajetória escolar devido ao precário orçamento familiar, e outros, apesar de diplomados, não tiveram outro meio de sobrevivência, senão como

empregados em diversos setores do serviço público, geralmente, em altos escalões. Para melhor explicitar essa situação, Miceli (2001) cita parte do livro *Passeios na Ilha*, de Carlos Drummond de Andrade:

O escritor-homem comum, despido de qualquer romantismo, sujeito e distúrbios abdominais, no geral preso à vida civil pelos laços do matrimônio, cauteloso, tímido, delicado. A Organização burocrática situa-o, protege-o, melancoliza-o e inspira-o. Observa-se que quase toda a literatura brasileira, no passado como no presente, é uma literatura de funcionários públicos. (ANDRADE apud MICELI, 2001, p. 195).

Como o próprio Drummond, os intelectuais, convidados pelo regime Vargas, participaram de diferentes tarefas políticas na crescente intervenção do Estado em diversas áreas da economia e cada vez mais se constatou uma ampliação dos papéis designados aos intelectuais. Esses postos de trabalho dependiam de relações sociais dos postulantes às funções e muitos deles chegaram a postos-chave da administração central em detrimento do recrutamento de especialistas.

Quanto à relação entre os intelectuais e o Estado, o regime varguista definiu e constituiu o domínio da cultura como uma ação governamental e dotou-o de orçamento próprio com a possibilidade de intervenção nos “setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico.” (cf. MICELI, 2001, p. 198). Desse modo, os intelectuais contribuíram para fazer da elite burocrática uma força social e política, ao disporem de alguma autonomia nos interesses econômicos regionais ou nas políticas estaduais. Tais pensadores constituíram um triunfo indispensável às instâncias do campo intelectual, inclusive para as instituições que não dependiam das concessões do poder público. Os polígrafos, aqueles que atendiam às mais diversas demandas da imprensa, também integraram tal regime.

Miceli (2001) traz igualmente à tona a questão dos modernistas que buscavam construir a nacionalidade brasileira e, ao adentrarem o governo como intelectuais, assumiram o lugar de poder de julgar e validar as obras publicadas. O autor os critica por se apropriarem do bem cultural que seria acessível a todos, portando-se como os titulares da cultura, sendo, enfim, os que a definiam.

A importância daquilo que Miceli (2001) chama de cooptação dos intelectuais se prende ao fato de proporcionarem circulação, divulgação e conservação de bens culturais dentro daquele contexto brasileiro. Eles instituíram as redes de relações dos meios simbólicos culturais, realizando a interligação entre a produção intelectual

e o público leitor. Constituíram-se também como autoridades para a realização dessas mediações nos movimentos culturais, tal como os detentores desses bens. Nesse aspecto, Miceli (2001) os critica pelo sentimento de “posse” de tais bens simbólicos, como se fossem seus “proprietários”. Entretanto, é preciso salientar que, no ambiente controverso em que se encontrava a produção artístico-filosófica brasileira, o intelectual seria o meio facilitador da troca cultural na busca por solidificar as bases da identidade nacional, sendo esse período, portanto, um momento-chave para a difusão da função do intelectual no cenário brasileiro.

Miceli (2001) aponta, como outra problemática que envolve os intelectuais, o fato de alguns pensadores se associarem à ideologia modernista, como, por exemplo, Cassiano Ricardo defender o governo. Em contrapartida, outros lutaram contra o *status quo*, em favor dos desfavorecidos no mercado privado, tal como Graciliano Ramos. Assim, as posições ocupadas pelos intelectuais não podem ser reduzidas às benesses do mecenato do governo.

O *site* da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2017b), de modo análogo ao entendimento de Miceli (2001), no *link* intitulado: *Os intelectuais e o Estado (1930 - 1937)*, afirma que uma das estratégias do governo para a política cultural foi a criação do Ministério da Educação e de vários outros órgãos. Destaca, ainda, que diversas correntes de intelectuais, como modernistas, integralistas positivistas e socialistas, compuseram cargos-chave na burocracia do Estado. Assim, os intelectuais (re)interpretaram o passado, captaram a realidade brasileira e erigiram diferentes retratos do Brasil, pois o campo da arte e da cultura discutia a identidade da nação que coadunou com a ideologia do início da Era Vargas e manifestava pontos de propostas antiliberais, compactuados também pelo grupo verde-amarelo.

Os intelectuais eram tidos como a elite adequada para "salvar" o país, pois conheciam as novas tendências do exterior e as manifestações da cultura popular. Participavam também da discussão político-ideológica entre os polos capitalista e socialista que sensibilizavam o mundo, assim como tematizavam as culturas negra, indígena e caipira, além de se preocuparem com a vida do homem simples das cidades. A cultura, portanto, teria sido beneficiada pelas mudanças na educação e na literatura, igualmente pelo crescimento do mercado editorial.

Gilberto de Alencar, ele mesmo de origem familiar não abastada, com poucos estudos, exercia jornalismo, tratando de uma gama variada de temas e assuntos muito diversos, às vezes sem rigor formal, devido à demanda de produção, um típico



polígrafo. Seu caráter intelectual moderno, pronto a intervir no espaço público, pode ser delineado em suas publicações, como se vê, por exemplo, em seu discurso de posse na Academia Mineira de Letras (AML), conforme fragmento publicado em *O Pharol*:

se depender de boa vontade, se depender de um trabalho, sem brilho embora, mas honesto e constante; se depender de tenacidade no esforço, de inquebrantabilidade no momento da luta, de prontidão ininterrupta no posto do incruento combate; [...] eu quero acreditar que não vos haveis de arrepende muito depressa de minha entrada para a Academia. (ALENCAR apud BRAGA, 1911b, p. 2).

A presença de Alencar, bem como sua intervenção na esfera pública, representando os sem voz, foi também reconhecida pela própria AML. Seu amigo e contemporâneo escritor Belmiro Braga publicou um registro comprobatório que asseguraria sua idoneidade:

E para mostrar a confiança que o novel companheiro, como jornalista, desperta fóra do pequeno meio em que vivemos, - este pequenino facto: uma agencia de loteria da cidade enviou a certo fregues alguns bilhetes. O correio entregou-os dias depois da extracção, e o destinatário, crente de que a culpa fóra da agência, escreveu a esta mais ou menos, assim: 'Os senhores mandaram-me um bilhete já corridos, mas ahi está Gilberto de Alencar e elle, por mim, ha de chamal-os a contas'.

A firma – aqui o affirmo - que é honesta, procurou-me alarmada.

Gilberto, que ella não conhece, appareceu-lhe nas linhas da carta de ameaça, truculento, de barbas grandes, cabelleira intensa, braços de moendas, e armado de um trabuco...

A queixa foi injusta, mas o facto me alegrou, porque resalta d'elle uma grande lição: o povo, esse eterno animal desfibrado, começa a ver na penna de Gilberto Alencar uma esperança, e é para ella, nos seus momentos de angustia, que elle volta o olhar resignado... E nesse período de quatro linhas está o maior elogio que você pode fazer a um escritor. (ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS, 1911b, p. 2).

O discurso de Alencar esteve revestido de uma humildade peculiar que o acompanhou até o fim de sua vida literária:

E é, senhores dos acadêmicos, essa grande vontade de trabalhar comvosco pelo esplendor da literatura mineira, pelo seu desenvolvimento crescente e pela sua carinhosa aceitação no seio das classes populares - é essa grande vontade de lutar comvosco tudo quanto, os meus agradecimentos sinceros com intento firme e preconcebido de não faltar a minha palavra, vos posso hoje prometter com a lealdade toda de que me sinto capaz.

[...] fazer parte da Academia Mineira de letras é mais alguma coisa: é fazer parte de uma associação que está levantando o nível intellectual do Estado; de uma associação que está contribuindo extraordinariamente para educação artística do povo, o qual - convenhamos nisto - não necessita só



de saber ler, mas também de saber o que lê. (ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS, 1911b, p. 2).

Alencar verbaliza seu intuito de mediar as questões do saber e do conhecer, a fim de despertar a consciência crítica da população, com objetivos similares aos do grupo da AML.

Para delinear a trajetória de intelectual percorrida por Alencar, serão privilegiadas algumas temáticas: as relações trabalhistas, as relações políticas e a função da escrita no trato de tais relações.

## 2.2 Refletindo sobre o trabalho

Já que uma das problemáticas sociais recorrentes no discurso de Alencar diz respeito às políticas trabalhistas, faz-se importante discorrer sobre a concepção de trabalho, com a ajuda de Hannah Arendt e Marilena Chauí.

Em sua obra *A condição humana*, Hannah Arendt propõe distinguir três condições básicas humanas fundamentais da vida ativa: labor, trabalho e ação.

O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida.

O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo «artificial» de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade.

A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas essa pluralidade é especificamente a condição [...] de toda vida política. (ARENDR, 1981, p. 15).

Assim, o labor está relacionado à sobrevivência humana, à preservação da espécie; enquanto o trabalho visa desenvolver um produto final que resulte na facilidade de execução de algo, não somente ligado ao atendimento de uma necessidade. Já a ação está associada à pluralidade e condicionada ao fato de todos serem humanos, viverem juntos, mas com a manutenção de suas individualidades. Os animais, tomados como irracionais, conseguem experimentar o

labor e até o trabalho, mas a ação é uma prerrogativa do homem, esse ser que, segundo os gregos, é naturalmente político e social.

Arendt aprofunda a apreciação da sociedade moderna com vistas às circunstâncias que envolvem o trabalho, apresentando uma crítica, ao afirmar que, como a condição do labor é a própria vida, no meio urbano, a sociedade operária experimenta que: “O labor - mas não trabalho – requer, para melhores resultados, uma execução ritmicamente ordenada e, quando muitos operários se reúnem, exige uma coordenação rítmica de todos os movimentos individuais.” (ARENDR, 1981, p. 158).

Esse excerto traz à memória cenas do filme *Tempos modernos*, em que os operários executam suas tarefas de maneira rítmica e exaustiva, visto que o homem se tornou escravo das máquinas para seu sustento, para sua manutenção e para suprir suas necessidades biológicas. Assim, na realização de suas atividades, a pessoa não desenvolve algo criativo ou que facilitasse seu trabalho. O operário, portanto, realizaria atividade mais próxima do labor que do trabalho.

Marilena Chauí (2012) destaca que, embora a sociedade grega fosse escravista, seus preceitos valorizavam a liberdade dos proprietários (de terra, do artesanato, do comércio). Desse modo, a escravidão era vista como atividade relacionada à sobrevivência e à subsistência da *polis*, enquanto o ócio era deixado para a manutenção da “coisa” pública. Assim, o trabalho era desvalorizado e relegado a uma atividade inferior.

Relativamente à etimologia da palavra trabalho, a sociedade grega caracteriza-se pela ausência de um vocábulo próprio, tomando *ponos* com o significado “um esforço penoso e doloroso”, em alusão ao esforço realizado por aqueles que executam o trabalho braçal. O vocábulo correspondente latino é *labor* e também se verifica o uso de *tripalium*, associado ao trabalho. *Tripalium* seria um instrumento de três estacas, cuja função seria a de auxiliar no ato de prender ferraduras em cavalos e bois de difícil trato, tendo, portanto, uma conotação de tortura.

Com o passar do tempo, em conformidade com Chauí (2012), o termo trabalho ampliou sua gama de sentidos e representações, assumindo importância e proporções significativas. Diante das grandes reformas do pensamento e das práticas sociais no cenário europeu (Revolução Industrial, Protestantismo, Capitalismo, Liberalismo, entre outras), a visão do homem associado ao trabalho

ganhou destaque, dado sua utilidade e sua necessidade, pois a alocação de mão de obra é um dos fatores primordiais na produção; sendo recriminada, portanto, qualquer menção ao ócio ou desemprego por parte do sujeito.

A relação trabalho/sujeito seria perfeita, porém uma das estratégias ideológicas para justificar a dominação de indivíduos por outros mediante o controle dos meios de produção foi a adoção dos preceitos ligados ao criacionismo, na medida em que se tornou um direito natural das elites abastadas, a usufruto das condições materiais para a execução e produção do trabalho. Desse modo, intentaram alterar a visão do homem livre associada à pessoa inativa, desocupada, pois o “negócio” era a alma do capitalismo. O trabalho, então, foi visto como um dos direitos naturais das pessoas. Assim, todos deveriam trabalhar e, se não conseguissem se tornar proprietários privados, eram responsabilizados por sua condição inferior, e, considerados pobres, servirem apenas para trabalhar para os outros. Havia sido implantada, portanto, a valorização do trabalho. (cf. CHAÚÍ, 2012).

Chauí (2012) destaca algumas ponderações de Marx para demonstrar como as condições materiais em que vivem os trabalhadores influenciam no imaginário social idealizado pelos patrões, pois se verifica que a divisão entre trabalho material e intelectual resulta na ideologia burguesa, que visa legitimar a propriedade privada capitalista e a ideia de contrato de trabalho. Marx ainda salienta que o capitalismo produziu o operário “livre”, livre dos instrumentos e dos meios de produção, logo livre para vender sua força de trabalho, através de contrato de trabalho.

Historicamente, foi criada em 1919 a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2017a) após o término da Primeira Guerra Mundial e a assinatura do Tratado de Versalhes, a fim de promover a luta pelos direitos dos trabalhadores, tendo em vista a busca pelos ideais de paz permanente e universal, alicerçados na justiça social. Desse modo, a organização rege internacionalmente as questões trabalhistas, tanto na criação de normas, como na fiscalização das condições de trabalho, em seus estados-membros, dentre os quais o Brasil. Na primeira conferência da OIT foram estabelecidas algumas convenções que atenderam às principais reivindicações dos movimentos operários daquele período: “jornada de oito horas diárias, proteção à maternidade, estabelecimento de idade mínima para o trabalho na indústria (14 anos), proteção contra o emprego e proibição do trabalho

noturno para mulheres menores de 18 anos.” (OIT, 2017b). Após a crise 1929<sup>7</sup> foram realizadas diversas convenções que determinaram recomendações e diretrizes para resguardar os trabalhadores da demissão em massa. Em 1944, com final da Segunda Guerra, houve a promulgação da declaração de Filadélfia, que embasou a declaração universal dos direitos humanos. Atualmente as frentes da OIT atuam em favor da abolição efetiva do trabalho infantil, do trabalho escravo, bem como a eliminação de todos os modos de discriminação no ambiente de trabalho. A ideologia alencariana é baseada no aspecto “honroso” e “enobrecedor” do trabalho, o que faculta resultados aos proprietários e é fonte de moral e de prestígio dentro de uma sociedade. Essa sociedade, todavia, valoriza o trabalho como alavanca financeira na obtenção dos lucros. Cabe ressaltar, sobretudo, que essa caracterização do trabalho se encontra enraizada na cultura brasileira no início do século XX.

Em uma sociedade que valoriza o trabalho como uma categoria econômico-social e como um estatuto de valor dentro das relações estabelecidas, este é ressignificado como um sentimento atrelado à ideia de meritocracia. Sua função transfigura-se, pois, como imprescindível para o crescimento econômico da nação. Nesse sentido, a simples menção à redução da jornada de trabalho, por exemplo, não seria entendida como um direito conquistado pelo trabalhador, pelo contrário, seria um ato de desserviço ao desenvolvimento do país, fato que necessita ser observado paralelamente com o conceito de política.

### **2.3 Uma visão política**

O conceito de política é bastante amplo, agregando diversas ramificações e correntes ideológicas no decorrer do tempo. Estudiosos gregos e romanos a “inventaram”, ao segregarem a autoridade e o poder que, anteriormente, era despótico ou patriarcal, concentrando-se na pessoa do rei ou da autoridade. Procuraram realizar mediações para a vida da cidade, ou seja, para tudo o que é urbano, civil, público e, até mesmo, social, além de desvincular a autoridade mágico-religiosa do poder temporal laico. Criaram, portanto, a lei, a fim de expressar a vontade coletiva e pública, bem como os direitos e deveres para todos os cidadãos.

---

<sup>7</sup> Crise econômica em 1929, conseqüente da quebra da Bolsa de Valores de Nova York que afetou a economia global, gerando desemprego e miséria.

O espaço público tornou-se o espaço de discussão, de deliberação e de decisão, isto é, as ações não eram invariáveis, mas passíveis de ajustes e de correções. Assim, a política foi inventada como solução dos conflitos sem o uso da força e da violência e sem a sacralização do poder e do governante.

Relativamente ao pensamento grego, a capacidade humana de organização política distinguiu-se em sua forma de associação, pois, antes, era estabelecida apenas na família ou em casa (*oikia*), o espaço privado. Com o surgimento da cidade-estado (*polis*), o espaço público, o homem passou a auferir afóra de sua vida privada, outra vida, o *bios politikos*: “Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*)” (JAEGER apud ARENDT, 1981, p. 33), ou seja, o Homem (ou agente humano) passou a transitar entre os domínios público e privado.

A etimologia da palavra política vem dos vocábulos gregos *ta politika*, oriundos de *polis* (cidade), e seu correspondente latino é *civitas*, que não se refere à estrutura urbana física, mas ao espaço cívico criado da organização dos cidadãos (no grego *politikos*), isto é, por homens nascidos em seu território, livres e iguais, passíveis de exercerem a civilidade. Dentre os direitos fundamentais desses indivíduos, destacam-se “a isonomia (igualdade perante a Lei) e isegoria (a igualdade no direito de expor e discutir em público opiniões sobre as ações que a cidade deve ou não realizar).” (CHAUÍ, 2012, p. 434). Os vocábulos gregos *ta politika* que, no latim se aproximam de *res publica*, significam “negócios públicos dirigidos pelos cidadãos” (CHAUÍ, 2012, p. 434), por representarem as práticas políticas em função das decisões que influenciariam todo o cotidiano dos membros daquela comunidade, logo, a estruturação política visava à mediação na cidade.

Infere-se que Arendt (1981, p. 35) compartilha desse entendimento ao afirmar que “o ser político, o viver numa *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através da força ou violência.”

Segundo Marilena Chauí (2012), a finalidade da política para os gregos era a implantação da justiça na comunidade. Assim, o surgimento dessa prática na política com a adoção gradual da democracia grega efetuou a separação entre a *persona* e o poder instituído, por meio da política que institucionalizava a lei, baseada no estabelecimento de práticas legais da vontade coletiva que, por sua vez, deveriam ser respeitadas por todos dentro das cidades-Estado, não importando sua condição: soberano, homem livre, escravo, ou qualquer outra situação. Consequentemente, a

institucionalização da política buscou impedir a vantagem pessoal do governante, com base na definição de direitos e deveres para todos os cidadãos. Dessa forma, o poder político foi distinguido dos demais poderes existentes por meio da outorga do uso exclusivo da força pelo Estado, para evitar que as pessoas comuns praticassem justiça com as próprias mãos.

A sociedade civil é o Estado propriamente dito, que detém o direito positivo<sup>8</sup> na forma das leis promulgadas e aplicadas em favor da garantia da segurança, da paz, da vida, da liberdade e da propriedade privada dos governados, tem o direito exclusivo ao uso da força e da violência, dando início aos princípios do regime da democracia. Democracia seria então, de acordo com o postulado de Chauí (2012), o regime da lei e da ordem para garantia dos direitos individuais, baseado na ideia de cidadania, organizado em partidos políticos, e se manifesta no processo eleitoral por meio da escolha dos representantes na rotatividade dos governantes.

Diz-se sociedade democrática quando, além de eleições dos três poderes da república e respeito à vantagem da maioria e das minorias, há a instituição de direitos, sendo os três direitos fundamentais aos cidadãos: a igualdade, a liberdade e a participação no poder. (cf. CHAUÍ, 2012).

A sociedade democrática é aquela que não esconde suas divisões, mas trabalha a favor das instituições e das leis. No capitalismo, todavia, são imensos os obstáculos à democracia, pois o conflito de interesses é posto pela exploração de uma classe social por outra, mesmo que, teoricamente, todos sejam livres e iguais. (cf. CHAUÍ, 2012).

Tais preâmbulos fazem-se necessários para que se possa compreender a tensão presente nas obras de Alencar quanto às perspectivas política e econômica. Gilberto de Alencar, assim como seu pai, foi abolicionista e republicano durante parte de sua juventude. Todavia, a corrupção contumaz presente na primeira república, acrescida da sede de poder e dos vícios herdados do período imperial brasileiro, fez com que Alencar adotasse um tom nostálgico em relação aos tempos de imperialismo no Brasil, salientando as más condutas do Império presentes na República. Alencar refere-se à República como “viciada” e levanta uma reflexão sobre a relevância do sistema político, dadas as experiências fracassadas nos modelos republicano e imperial no Brasil.

---

<sup>8</sup> Conjunto de regras jurídicas em vigor, que regem as relações dos homens na ordem civil e as instituições. (JUSBRASIL, 2017).

Esses pontos foram criticados veementemente por Alencar, que congregava em si elementos e posições políticas praticamente antagônicas entre liberal e conservador. Alencar era um homem que parecia não manifestar preocupação partidária e não assumia qualquer vertente com partidos políticos. Foram observados, no entanto, alguns pontos de aproximação de Alencar com a UDN, verificando expressões, estilo e o modo de conceber a política em si. Ambos, autor e partido, tinham pretensões da classe média, na valorização da terra, da educação, associadas à defesa do liberalismo, à afeição ao moralismo e à aversão aos "populismos", por causa dos indícios de ações levantadas nessa direção pelo escritor.

Alguns enunciadores criados por Gilberto de Alencar defendem a teoria do liberalismo, na medida em que acreditam que esse sistema econômico pode acarretar mais prosperidade e riqueza para os indivíduos de qualquer organização social, quando há a redução da influência do Estado na economia. Tal postura baseia-se na ideia de que, com tal liberdade, os cidadãos são capazes de perseguir seus próprios objetivos, sem as amarras de um governo totalizador e de uma política econômica retrógrada.

Essa posição considera respeitável a promoção de seus valores básicos: a ordem, a continuidade dos padrões estabelecidos tradicionalmente, a proteção das liberdades individuais e o nacionalismo. Esses pontos, observados na escrita de Alencar, segundo ele, são essenciais já que, sem estes, a coletividade se reverte em decadência social e/ou anarquia. Para esta análise faz-se necessário conceituar escrita, verificando suas funções nas sociedades.

#### **2.4 A política da escrita, a escrita política**

Lévi-Strauss, em sua obra *Tristes trópicos* (2012), ressalta o poder da escrita como instrumento que não é manejado por todos. Por isso, o escriba exercitaria um domínio sobre os demais, investindo seu poder de saber. O autor qualifica a força da escrita, pois seu surgimento determinou profundas mudanças nas condições de vida da humanidade, uma vez que favoreceram a preservação dos conhecimentos como memória artificial, auxiliando a organização do presente e do futuro.

A politização da escrita ou o caráter político dela resultou na hierarquização da sociedade em classes, posicionando dominantes e dominados separadamente e



propiciou a exploração dos homens, ao possibilitar a submissão de trabalhadores a tarefas extenuantes.

Se minha hipótese estiver correta, há que se admitir que a função primária da comunicação escrita foi facilitar a servidão. O emprego da escrita com fins desinteressados, visando extrair-lhe satisfações intelectuais estéticas, é um resultado secundário, se é que não se resume, no mais das vezes, a um meio para reforçar, justificar ou dissimular o outro. (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 283).

Na medida em que a escrita contribuiu para a formação e a construção da hierarquia social, sua ligação com a lei possibilitou atrocidades, pois o cumprimento da regra, em nome da legislação, é baseado no geral, no racional e no anonimato. Assim, a escrita não bastou para estabelecer o conhecimento, mas tornou-se imperativa para fortalecer os domínios.

Uma outra leitura que complementa o entendimento de escrita defendida por Lévi-Strauss é o conceito revelado por Rancière, quando este conceitua a escrita, apresentando-a associada a um ato político, passível de um desdobramento, pois toda escrita implica um referencial político.

O conceito de escrita é político porque é o conceito de um ato sujeito a um desdobramento e a uma disjunção essenciais. Escrever é o ato que, aparentemente, não pode ser realizado sem significar, ao mesmo tempo, aquilo que realiza: uma relação da mão que traça linhas ou signos com o corpo que ela prolonga; desse corpo com a alma que o anima e com os outros corpos com os quais ele forma uma comunidade, dessa comunidade com a sua própria alma. (RANCIÈRE, 2017, p. 7).

O filósofo, praticamente em tom poético, traça a correlação do corpo com a escrita e cria a imagem da união dos corpos como comunidade. Percebe-se o viés político nessa construção, ao dar sentido ao ato de escrever, de ocupar o sensível, ou seja, o comum e o público, uma vez que esse corpo pode ser entendido como o do intelectual – o escriba, que se une ao da população, no intuito de mediar suas interlocuções. A escrita, portanto, não pode ser dissociada do político, nem é algo apartado da sociedade. Ao contrário, longe desse parâmetro, é uma relação de intervenção no espaço público, sendo considerada de grande importância.

Rancière (2017) afirma, ainda, que a escrita é política, não “por ser o instrumento do poder, nem por ser a via real do saber”, mas “ela é coisa política porque seu gesto pertence à constituição estética da comunidade e se presta, acima



de tudo, a alegorizar essa constituição.” (RANCIÈRE, 2017, p. 7). Quando a escrita encena relações sociais, estabelece uma alegoria que representa tal encenação no plano social, pois o escritor, ao produzir seu texto, escreve sobre algo relacionado às esferas pública e/ou política.

Além disso, “a escrita é política porque traça e significa uma re-divisão entre as posições dos corpos, hierarquicamente, sejam eles quais forem, e o poder da palavra soberana, porque opera uma re-divisão entre a ordem do discurso e das condições.” (RANCIÈRE, 2017, p. 8). O autor objetiva demarcar a questão sobre a política da escrita, ao atentar na relação de paradoxo entre a absolutização da literatura e a banalização da democracia, buscando através da palavra segregar tais ações e expressar sua ponderação.

Em *A partilha do sensível* (2014), Rancière visa discutir a relação entre a “partilha do sensível” e o cerne da política, como meio de externar a proposta de se compartilhar o que é comum, o que pode ser associado ao espaço público, passível de ser utilizado pelas diversas esferas sociais. Desde Aristóteles, contudo, o espaço não é por todos compartilhado, somente os cidadãos (*politikos*), homens livres e iguais, podiam dele usufruir, ficando de fora os não cidadãos: escravos, os artesãos, trabalhadores, mulheres e crianças.

O intelectual teria justamente a função de intermediar, de intervir no espaço público, de tentar trazer a voz dos excluídos, para dar visibilidade às pessoas silenciadas por esse *status quo*. A preocupação dos escritores intelectuais seria trazer à cena os sujeitos excluídos, por meio dos textos estéticos, próprios da partilha do sensível, exibindo esses sujeitos para que se apropriem desse espaço. O intelectual moderno seria, então, o elo entre aqueles que não aparecem na tessitura social e os que compõem esse espaço, ou seja, buscando dar visibilidade àqueles que não teriam essa oportunidade no espaço comum. Essa seria, portanto, a função artística e estética do intelectual por meio da escrita.

Como dito no texto da epígrafe, com sua “mão cheia de sal”, Gilberto de Alencar aventurou-se na escrita de diversos gêneros que vão do mais subjetivo ao mais analítico, do histórico ao ficcional, que se pretende agora examinar mais detidamente, sob o foco dos conceitos aqui delineados: trabalho, política e escrita.

### 3 O MEDIADOR JORNALISTA

O jornalismo impresso constitui um meio de circulação de notícias na sociedade, que visa informar sobre o quotidiano e, se possível, expor “tudo” em relação a determinado assunto. O jornal representaria uma importante plataforma para a intervenção do sujeito na esfera pública, seja por seu enorme alcance entre a população letrada, seja por sua capacidade de mediação dentro da camada política de um governo. Desse modo, como bem apontado por Landowski (1992, p. 117): “o jornal se caracteriza como um instrumento excepcionalmente poderoso de integração dos múltiplos universos de referência que ele toma como objeto.”

Dentro dessas muitas possibilidades jornalísticas, em seus artigos Alencar opta por uma vertente literária, em que as informações são trabalhadas a fim de serem contextualizadas para o leitor, esclarecendo-o e auxiliando-o a formar opinião sobre a temática exposta. Sobre o jornalismo literário, Pena esclarece:

Não se trata apenas de fugir das amarras da redação ou de exercitar a veia literária em um livro-reportagem. O conceito é muito mais amplo. Significa potencializar os recursos do jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania. (PENA, 2007, p. 48-49).

Diante disso, o conceito de artigo de opinião é pertinente, na medida em que:

O artigo de opinião é um gênero de discurso em que se busca convencer o outro de uma determinada idéia, influenciá-lo, transformar os seus valores por meio de um processo de argumentação a favor de uma determinada posição assumida pelo produtor e de refutação de possíveis opiniões divergentes. É um processo que prevê uma operação constante de sustentação das afirmações realizadas, por meio da apresentação de dados consistentes que possam convencer o interlocutor. (BRÄKLING, 2000, p. 227).

As opiniões do escritor circulam no meio urbano, transitando entre o privado e o público. Importante, pois, lembrar com Habermas (1984) que o espaço público é o lugar onde havia discussões políticas, formação e legitimação das opiniões e do poder, e que, a partir do surgimento da imprensa, esse espaço ampliou-se para os jornais. Dessa forma, esse novo espaço público de mediação apresenta-se como um lugar oportuno para os debates e para o surgimento de reflexões, questionamentos e intervenções nas esferas de poder.

Ainda no alargamento desse espaço público, de acordo com Miceli (2001), o surgimento de diversos jornais, das inovações técnicas que transformavam os métodos de reprodução, o crescimento das tiragens pela rapidez na distribuição, o surgimento de uma nova categoria de jornalistas profissionais - em especial, os caricaturistas ilustradores e a introdução de novas sessões de "entretenimento" e de novas fórmulas do tratamento da informação, ilustra um processo de expansão que converteu o jornal em grande empresa industrial.

Gilberto de Alencar usou esse espaço de mediação desde o final do século XIX e, ao vir morar em Juiz de Fora, em novembro de 1910 (ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS, 1911b)<sup>9</sup>, embrenhou-se na profissão de escritor e jornalista, conjugando sua vida intelectual com a imprensa local, vivendo de forma intensa o período histórico no qual estava inserido. Diante da vasta produção jornalística do escritor, na presente tese, como já se afirmou, optou-se, ao constituir o *corpus* desta pesquisa, pelas matérias publicadas nos periódicos *O Pharol*, cujas publicações obtidas oscilam entre 1909 e 1929; o *Diário Mercantil*, em edições localizadas de 1929 a 1954; e a *Gazeta de Paraopeba*, entre 1938 e 1960, dada a maior quantidade e relevância dos textos localizados. No cotejamento com os outros gêneros, a análise privilegiará matérias posteriores aos anos 1930 com o propósito de comparação de sua postura de intelectual ora estudado. Adiante-se, desde já, que no período imediatamente posterior à Revolução de 30 houve uma sensível diminuição da produção jornalística do autor nessa década. Há de se notar a diferença da postura de Alencar em relação a Vargas, de entusiasta defensor a oponente contumaz, como se verá em seguida.

Há uma carência de pesquisas desenvolvidas sobre a história da imprensa juiz-forana, e, nas poucas disponíveis, há alguma divergência entre as informações. Albino Esteves (2008) afirma ser com o jornal *O Constituinte* o início da produção jornalística na cidade em 1870, seguido de *O Imparcial*, que surgiu em 22 de julho de 1870, sendo encerrado no mesmo ano. Já Edmundo Lys (1922) aponta ser a primeira publicação juiz-forana o jornal *O Imparcial*, seguido de *O Pharol*, oriundo de Paraíba do Sul em 1867 e transferido para Juiz de Fora em 1872.

Corroborando parcialmente o que aponta Albino Esteves, Almir de Oliveira (1981, p. 13) afirma que, em 22 de junho de 1870, "apareceu o segundo jornal da

---

<sup>9</sup>Conforme "Notas Biographicas", publicadas no jornal *O Pharol* em 3 de junho 1911b, quando da posse de Gilberto de Alencar como Acadêmico na Academia Mineira de Letras.

cidade – ‘*O Imparcial*’”, que noticiava um primeiro jornal que circulara no semestre anterior, denominado *Constituinte*. Complementando, Paulino de Oliveira (1966b) assegura que não houve tipografia antes de 1870 nessa cidade, o que não foi contestado por nenhum dos estudiosos citados.

Fato é que, segundo Lys (1922), Esteves (1915) e Oliveira (1981), o jornal *O Pharol* começou a circular em 1867, conforme dito, na cidade de Paraíba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro, tendo sido editado até 1939. Ainda segundo Esteves (1915), esse jornal foi transferido para Juiz de Fora em 1871. Passou por diversas orientações políticas, por vários proprietários e, “durante seus setenta anos de existência, foi testemunha e expressão do desenvolvimento social e cultural” da cidade, tendo sido “sempre o arauto de ideias e opiniões que agitaram a vida política mineira.” (OLIVEIRA, 1981, p. 18). Esteves (2005, p. 324) afirma que, em 1911, “passando a pertencer *O Pharol* a uma empresa, continuaram à frente da redação Heitor Guimarães, Albino Esteves e Gilberto de Alencar”. Lys comenta, ainda, que Alencar passa, em 1922, à categoria de redator desse jornal.

Os três primeiros autores anteriormente citados afirmam que existiram mais de noventa publicações entre revistas, jornais e almanaques em Juiz de Fora até 1900, informando que alguns apresentaram edição única. Houve momentos em que circularam dez publicações diárias e/ou semanais simultaneamente e, até 1930, a cidade era um centro jornalístico no Estado.

O *Diário Mercantil* foi, segundo Lys (1922, p. 66), “um dos órgãos mais abalisados da opinião local, conforme o conceito do Estado e do país”. Oliveira (1981, p. 44) destaca que: “Era um jornal político por excelência”, sua fundação deu-se em 1912, e, em 1932, integrou os Diários Associados, de Assis Chateaubriand, permanecendo em circulação na época em que Lys escreveu o artigo intitulado “A imprensa em Juiz de Fora”, em 1922.

O jornal *Gazeta de Paraopeba*, para o qual também escreveu Gilberto de Alencar, era de propriedade e direção de Manoel Antônio da Silva, conforme consta nas próprias publicações do periódico, e teve em março de 2003 seu conjunto de edições, localizadas na Biblioteca Pública Municipal “Agnaldo Edmundo”, tombado<sup>10</sup> pela Prefeitura Municipal de Paraopeba, por seu valor histórico-cultural.

---

<sup>10</sup>Decreto nº 033/2003, de 28 de março de 2003, Prefeitura Municipal de Paraopeba. (MINAS GERAIS, 2017).

O jornalismo também se fez presente em alguns de seus romances como *Reconquista* (1961) e *O escriba Julião de Azambuja* (1962b), nos quais Alencar encena, por meio da ficção, atos por ele aprovados ou reprovados no ofício. Em *Reconquista* (1961), para mostrar a posição ética sobre a crise em que se encontrava a atividade jornalística, o narrador – estratégia criada por Alencar – considerou que o personagem Ricardo assumia a profissão no momento em que ela deixava de ser “doutrina” para ser “negócio” e trocava o papel de “tribuna” pelo de “balcão de negócios”. Já por intermédio do personagem protagonista Epaminondas, em conversa com seu grupo de amigos, no café Alhambra, apontou sua visão definitiva sobre a atividade: “Dizem que a imprensa é um sacerdócio e a medicina é outro.” (ALENCAR, 1961, p. 133).

Aproximando as duas profissões, pode-se compreender que, para Alencar, tanto o jornalista quanto o médico necessitavam colocar sua vida particular em segundo plano, conferindo primazia a aspectos que a profissão demandava na época, como a nobreza de caráter, o comprometimento em informar e esclarecer o leitor com postura ética e crítica, por entender que o jornalismo, assim como a medicina, é uma missão. A enunciação do livro *O escriba Julião de Azambuja* (1962b) registra a imagem do jornalismo sacralizada por Gilberto de Alencar, o que será abordado em uma seção vindoura.

É esse universo da escrita jornalística de Alencar assim delimitada, que ora se examina na busca de apontar traços de sua interferência no espaço público. Para o início dessa análise, importa lembrar, com Rancière (2017), que, devido à sua dispersão, a escrita oferece a possibilidade de o outro dela se apossar e usá-la de forma democrática. Assim como intelectual, estabelecendo a relação entre escrita política e sociedade, o jornalista pode fazer da escrita uma interferência na sociedade.

Alencar, ao optar por trabalhar com notícias do cotidiano, quase sempre alicerçadas em uma linguagem simples e atrativa para os leitores, procura atualizar seu público sobre questões importantes acerca da política nacional. O escritor mineiro, por meio de suas estratégias textuais, utilizou seus espaços no jornal para registrar seu posicionamento como intelectual moderno: colocar-se como porta-voz do povo, na busca de captar seus anseios e representá-los, expondo suas necessidades.

### 3.1 A escrita de um intelectual

Para exemplificar esse posicionamento de intelectual moderno em sua escrita, mostra-se como Gilberto de Alencar se manifesta desfavoravelmente à lei contra a liberdade de imprensa, ao declarar no governo, sob a presidência de Artur da Silva Bernardes<sup>11</sup> (1922-1926), que a escrita se encontrava reprimida, e a imprensa, controlada, haja vista o trocadilho proposto pelo autor “lei de imprensa” *versus* “lei contra a imprensa” no excerto abaixo. O intelectual apresenta um discurso de protesto, ao destacar que, mesmo diante dessa imposição, os jornalistas não se calariam e continuariam a escrever e a proclamar “a verdade”. O autor expõe o discurso opressor, que controla a informação a ser veiculada, ou melhor, aponta em seu discurso o assujeitamento da imprensa às normas, com o propósito de estabelecer uma relação de dominância à classe jornalística. Ao afirmar que o espaço da notícia não é livre, a voz do intelectual revela as mazelas ocultas.

A famosa lei de imprensa – melhor dito, a famosa lei contra a imprensa – vae produzindo os seus resultados, isto é, vae enchendo a cadeia de jornalistas, [...]

Porque a lei de arrocho não visa apenas esse fim de transformar a cadeia em casa dos jornalistas. Ella visa um pouquinho mais: acabar com a própria liberdade de opinião, por meio das ameaças e do terror. E é isso, decerto, o que não tem acontecido. Os jornalistas vão para o cubículo: a imprensa, todavia, continua a clamar... (ALENCAR, 1926b, p. 1, ANEXO H).

No prefácio da obra de Hannah Arendt, *A condição humana* (1981, p. X), Celso Lafer afirma que a autora destaca o fato de a república zelar pela liberdade, não a liberdade moderna e privada da não interferência, mas a liberdade pública de participação democrática, justamente porque essa liberdade exige um espaço próprio, o espaço público da palavra e da ação. Em consonância com esse desejo, Alencar reclama a liberdade de imprensa, bem como as prerrogativas de informar e ser informado, como direitos amplamente garantidos por diversas constituições e determinados ao longo da história. Com base nessa premissa, Alencar parece considerar que a função da imprensa, muito além do lazer e entretenimento, deveria ser a de divulgação, de forma crítica e rigorosa, dos fatos relevantes de cada período.

---

<sup>11</sup>A gestão de Artur Bernardes padeceu de forte instabilidade política, oriunda da crise econômica e dos conflitos políticos e revoltas armadas que se acentuaram nesse período, levando-o governar continuamente em estado de sítio. (PORTAL BRASIL, 2017).

A escrita de Alencar exprime, no entanto, também discordância com a imprensa, pois, para ele, o registro jornalístico muitas vezes transmitiria um olhar deturpado da realidade, por recortar os fatos e utilizá-los em conformidade com o interesse de grupos sociais. (cf. WALTZ, 1985). Para o autor, o espaço da mídia não deveria servir para depreciar ideais, desacreditar costumes ou instituições, promovendo alienação da razão, embotando a capacidade de as pessoas expressarem opiniões. O jornal estaria sendo invadido, aos olhos de Alencar, pela implementação da cultura americana divulgando-a para toda a sociedade. Essa reprovação é reiterada em outras produções de seus gêneros literários como nas crônicas, em seu diário, bem como em seus romances. Como no artigo intitulado “São gostos...” (ALENCAR, 1926a, p. 1, ANEXO W1), Alencar manifesta seu protesto contra a influência dos filmes de Hollywood, pois, para ele, estes introduziriam costumes e educação norte-americanos, em detrimento do cultivo de nossas tradições. Salienta que o Brasil não valorizava sua identidade cultural, pois não a divulgava, não a estimulava e não a protegia. Assim, o país, subordinado à cultura estrangeira, desprezaria a alegria do “forró”, preferindo a “agressividade” da guitarra do *rock*.

Decorridas algumas décadas, Gilberto de Alencar, no jornal *Gazeta de Paraopeba*, no artigo “Erro confessado”, de 1950a, ainda condena mais uma vez a imprensa que instiga o povo ao divertimento e não usa a palavra a fim de, gradativamente, informar, esclarecer e instruir. Assim, exige criticamente uma postura coerente da mídia no espaço da notícia, porque, em sua opinião, ela deveria contribuir para a formação cívica da população, sem se deter, na maior parte do tempo e do espaço do jornal, às questões de entretenimento:

Vários jornais disseram – e alguns ainda estão dizendo – que se o povo brasileiro empregasse em coisas sérias o mesmo entusiasmo que revelou durante a disputa do campeonato de futebol a nossa situação seria muito outra, em todos os ramos do progresso.

[...]

Assim sendo, por que não trata então a nossa imprensa de canalizar, orientar e despertar ao máximo essas energias em tal sentido?

Já é tempo, e mais do que tempo de nossos jornais guiarem realmente o povo, ao invés de serem guiados por êle.

Foi a imprensa inventada pra dirigir e não para ser dirigida.

[...]

Censurando o povo pelo excesso de entusiasmo por êle dispensado ao futebol, confessam os jornais, ainda que indiretamente, o erro em que tem incorrido nos últimos anos.

Não basta, porém, confessar o erro.



O que é preciso, mais do que tudo, é não continuar a praticá-lo, com evidentes prejuízos para a educação popular e para o futuro de nossa terra. (ALENCAR, 1950a, p. 1, ANEXO L1).

Interessante se faz destacar que, no título da coluna “Erro confessado”, o enunciador revela a proposta dominante manifesta em suas ações jornalísticas, que é incentivar a população ao entretenimento – ao erro, e aponta um falso discurso no jornal que impede o povo de se deter em algo mais sério. Esse incentivo condiz com o discurso da elite, pois ela é quem financia e subsidia as edições. Uma vez que o propósito da classe dominante é homogeneizar o comportamento, tal ideologia, oculta, expressa veladamente a luta de classes em que a elite quer manter a população entretida a fim de dominá-la. Alencar revela um viés pedagógico em seu exercício de intelectual jornalista, além de parecer zelar pela escrita que julga verídica, ao repreender enfaticamente a imprensa por promover falsos noticiários, ou melhor, noticiários tendenciosos à manutenção da ideologia vigente, ao invés de realmente promover o acesso à cultura tradicional.

Alencar tenta fazer de seu texto um instrumento de educação da nação, despertando o desejo no povo para o saber. Com o propósito de alcançar uma consciência reflexiva, pensa a educação por meio do fazer jornalístico, a fim de instruir a sociedade. Com intuito, bastante pedagógico, visava a esclarecer os fatos vivenciados no conturbado cenário político brasileiro, assim como a contribuir para a formação sociocultural e amadurecimento de seu público leitor em sua escrita.

Posicionamento análogo a esse, Alencar manteve em toda sua vida pública. Em 1917, já publicara uma missiva dirigida a Aguiar Junior, em *O Pharol*, cumprimentando-o pela iniciativa de uma ação em favor da melhoria dos vencimentos dos professores primários – hoje Ensino Fundamental. Alencar (1917e) congratula-se e aponta afrontas sofridas por estes como a imposição da ideologia dos poderosos da época e do local. Isso porque, além dos baixos salários, segundo a denúncia de Aguiar, os professores eram submetidos a manobras políticas e desmandos de coronéis. Ele já considerava que, como agentes formadores de opinião, os profissionais da educação deveriam ser valorizados e não subjugados à restrição de liberdade de expressão e de pensamento, haja vista sua importância na sociedade.

Outro ponto que merece destaque na última década de produção crítica por intermédio da escrita é observado no excerto do jornal *Diário Mercantil*, coluna



“Preto e branco”, nomeado “Número alarmante”, de 1959, no qual Alencar, atento às manobras políticas, luta para combater as causas do analfabetismo, afirmando ser necessária uma educação voltada para as crianças. Considera que a alfabetização de adultos não conterà a demanda, uma vez que é preciso tratar a causa para estancar o problema, pois “cuidar dos adultos deixando as crianças sem ensino é perpetuar o problema. É um nunca acabar.” (ALENCAR, 1959, p. 1, ANEXO U1).

Assim, o escritor utiliza o espaço da escrita para apontar que a educação não deve meramente ensinar a pessoa a “bordar” seu próprio nome para poder votar. A voz do intelectual reflete sobre um grave problema que impede o indivíduo de inserir-se no contexto de cidadania e conhecer seus direitos, sendo capaz de refletir e de não ser apenas mais um na lista de eleitores a votar em seus “coronéis”.

Suas publicações estabelecem uma interlocução entre o poder público e a sociedade, mediando questões, com o propósito de retratar algumas situações e provocar discernimento nos cidadãos. Assim, o escritor realizava intervenção no espaço público. Tomando esta como uma ação legítima, ele, enquanto jornalista e professor escolar, destacava que o magistério e o jornalismo são dois instrumentos formadores de opinião que ampliam o espaço da cultura. Como profissões que detêm o uso da escrita, que democratizam o conhecimento, deveriam estar inseridas no propósito da referência nacional, a fim de que, como projeto, frutificassem e alcançassem metas predeterminadas e definidas.

Ainda segundo Alencar, esses dois setores não poderiam ser tratados superficialmente ou como segmentos de menor expressão na sociedade. Isso porque, por alcançarem uma significativa parcela da população brasileira, conseguiriam “generalizar” opiniões entre o grande público que assimilaria suas ideias e se tornaria multiplicador delas. Assim se alcançaria o exercício da política, entendida como ações humanas que expressam as ideias ou a consciência.

A escrita de Alencar não se restringe às questões nacionais, antes alcança um caráter universal ao abordar, por exemplo, diversas questões referentes à Primeira Guerra Mundial, propondo uma discussão sobre o plano internacional, ao destacar a necessidade de o Brasil sair da neutralidade e apoiar a Tríplice Entente (o Reino Unido, a França e o Império Russo) contra os alemães, que pertenciam ao grupo da Tríplice Aliança (a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Itália). Enumera os atributos de cada país dos que compunham seu grupo de confronto, como incentivo à nação brasileira para entrar na guerra. Cita a posição da América do Norte, devido

à localização geográfica; a Inglaterra, por seu amor à liberdade; a Itália, pelo progresso e desenvolvimento econômico; clama em favor de Paris, enaltece seus atributos; e apregoa a unificação das Américas contra o infortúnio iminente da guerra a assolar a erudita capital.

Postura análoga ele aponta com relação à Segunda Grande Guerra, já na década de 1940. Como escritor e jornalista, observador e avaliador do que ocorria na sociedade, Alencar censura os jornais de seu tempo e lhes atribui o entorpecimento da população pelo destaque dado ao entretenimento, veiculado com mais ênfase do que a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Para ele, a população deveria inteirar-se das ações ocorridas na guerra e não ser levada ao alienamento da situação. As notícias veiculadas deveriam contribuir para o incentivo do debate de ideias e, conseqüentemente, para a promoção de uma cidadania participativa e mais responsável.

No jornal *Diário Mercantil*, na coluna “Preto e Branco”, de 1940, comenta notícias daquele momento, com explanações sobre a política internacional relativa à Segunda Guerra Mundial. Ele ressalta o fato de as políticas implementadas por Berlim e Roma acabarem favorecendo o stalinismo:

A hora internacional é dos malfeitores.

Um de seus graduados, o chefe, o camarada Stalin, não contente de ter ficado com a metade da Polônia, com uma boa parte da Finlândia e praticamente com os países bálticos, avança agora pra a [SIC], a fim de arrancar-lhe grande pedaço. Estejamos certos de que isso ainda não é tudo. A Rússia soviética possui guela muito larga e vasto apetite.

Berlim e Roma, que ainda há pouco se arvoraram em defensores do mundo contra o comunismo, abriram a este as maiores possibilidades [...]. (ALENCAR, 1940, p. 2, ANEXO F).

Alencar, que detém postura antifascista e anticomunista, anseia que um vença o outro, porque o vencedor sairia enfraquecido do combate, tornando assim mais provável a vitória dos aliados, grupo ao qual o Brasil pertenceria. Ainda contra o comunismo, o autor apregoa que o Brasil deve dele fugir, mas atento para não se enveredar pelo integralismo, pois a ignorância das massas é que o apoia. Para ele, a primazia era salvar a pátria por meio do trabalho agrícola, com aumento de produção e não de discursos.

Sabe-se que o medo ao comunismo atira muita gente aos braços do fascismo e que o medo a este leva não poucos às fileiras daquele. [...] De uma boa enxada é que estão precisando comunistas e integralistas.

Eles não querem salvar a pátria?  
 Pois então?  
 A pátria necessita de produção agrícola aumentada.  
 Enxada neles.  
 De vadiagem e parolagem que o Brasil está morrendo... (ALENCAR, 1946, p. 2, ANEXO C1)

O discurso do jornalista está construído sobre o discurso do outro, ao expressar uma polifonia, sem deixar de externar a ideologia da oligarquia rural, ao apregoar a salvação nacional atrelada ao campo, como forma de solução do desenvolvimento nacional. A ideia do comunismo incomodava o enunciador a ponto de este usar a expressão “salvar a pátria”, em que o signo “salvar”, além da conotação religiosa, remete ainda à ideia da necessidade de um libertador para a nação, e, como socorro, o autor elege o trabalho. A escrita de Alencar sobre o trabalho é considerável, seja por sua extensão, seja por sua variedade de proposições como será exposto a seguir.

### **3.2 Alencar, o trabalho e o trabalhador**

Um tema controverso nas publicações de Gilberto de Alencar é a questão do trabalho e do trabalhador. Sua postura não permaneceu constante no decorrer do tempo, mas alterou-se em função das mudanças ocorridas no contexto histórico. Ele, como intelectual, intervém, pois, criticamente, no espaço público ao esclarecer a sociedade sobre o que representam e significam os fatos vividos em cada época.

Inicialmente para alertar os desfavorecidos quanto ao (re)conhecimento de sua situação, com a intenção de mudá-la busca ser um mediador, levando a classe operária à tomada de consciência de sua realidade, sua condição de explorada, com vistas em apoiá-la na luta contra a opressão.

Segundo Chauí (2012), com o advento da burguesia, a concepção de trabalho se atrelou à de naturalização, isto é, as relações sociais passaram a serem vistas como naturais, assim, a divisão das atividades passa a ser entendida como algo natural. E como resultado de tal postura, seria igualmente natural a relação entre senhores e escravos, pois ambos seriam frutos da natureza, assim como suas relações sociais. Nesse sentido, importa notar que o escritor também se levantou contra a situação dos operários e anuiu à greve dos trabalhadores em Juiz de Fora,

divulgando-a no jornal *O Pharol*, contribuindo para que essa classe se fortalecesse a fim de reivindicar seus direitos.

Como apontado por Luís Eduardo Oliveira (2010), em seu livro *Os trabalhadores e a cidade*, Gilberto de Alencar apoiou os levantes dos operários contra a situação vivenciada em Juiz de Fora e insuflou os trabalhadores contra a conjuntura, escrevendo sobre a situação degradante e de miséria em que os operários se encontravam. Ratificando Oliveira (2010), segue a publicação de Alencar em *O Pharol*, na coluna “Chronica semanal”, sobre tal argumentação: “Vem de longa data o sofrimento do operário, vem de longa data seu martyrio de todos os dias.” (ALENCAR, 1912b, p. 1, ANEXO Z1). Buscou ainda fortalecer-lhes os ânimos, pois entendia que uma guerra é composta de muitas batalhas: “Não deve a classe operaria desanimar com o que hoje lhe parece uma derrota e que não é senão um primeiro ensaio de sua força, que se arregimenta, que se disciplina para a grande luta a travar.” (ALENCAR, 1912b, p. 1, ANEXO Z1).

Alencar não só aprovou a causa operária em 1912, como também incentivou e orientou os trabalhadores na busca de suas conquistas, sugerindo a criação de um fundo de reserva, além de palavras de conforto e motivação para que os trabalhadores não desanimassem de sua luta, como publicado em *O Pharol*, na coluna “Chronica semanal”: “E já não termino estas linhas sem lembrar aos operarios de Juiz de Fora a necessidade que têm eles de fundar uma caixa de socorros mutuos. Tivessem hoje tal instituição e talvez lhes fosse possível impor ao envez de implorar...” (ALENCAR, 1912a, p. 1, ANEXO Z2).

Dirige-se aos patrões, pleiteando aumento de salário e condenando o trabalho infantil, como publicado nas “Chrônicas semanais”, datadas de 13 de junho de 1912a e 22 de agosto do mesmo ano (1912b). Oliveira (2010) afirma, em seu livro, que Juiz de Fora estava em clima de tensão; não havia igualdade, os operários insatisfeitos, lançados à miséria e, além da dificuldade em se organizarem, pesavam-lhes as opiniões de outros articulistas que os amedrontavam ameaçando-os quanto à possibilidade do desemprego e à violência da polícia. O estudioso afiança que Alencar apoiou os operários em artigo que registrava sua posição a favor da redução das horas de trabalho. Ainda aponta que ele denunciou os patrões ao alertar os operários sobre a consciência de seu valor e sobre a exploração a que estavam expostos.

Alencar lutava igualmente contra o trabalho infantil, recriminando o fato de crianças trabalharem e, ainda mais, sob precárias condições. Expôs publicamente em *O Pharol*, na coluna “Chronica semanal”, as condições e a situação destas nas fábricas: “essa multidão de creanças, esse bando enorme de meninas e meninos que vivem dia e noite debruçados sobre os teares.” (ALENCAR, 1912a, p. 1). E apresentou a comparação com os trabalhadores no exterior, enfatizando o cuidado com os menores: “o trabalhador brasileiro tem muito que conquistar. [...]. Na Europa creança não trabalha – e os maiores de quatorze ou de quinze annos só podem ir à officina e à fabrica depois de haverem passado pela escola.” (ALENCAR, 1912b, p. 1, ANEXO Z1). Ele não queria que fosse reproduzido na nova geração o mesmo estigma padecido por seus pais.

A sociedade vivia um momento de extrema desigualdade, em que os direitos civis eram negados aos cidadãos, e não havia regulamentação jurídica formal. Assim, Alencar, com sua escrita, tentava entrar pela vereda da conscientização, com o propósito de auxiliar a população em tal demanda. Segundo Oliveira (2010, p. 387), “Gilberto de Alencar debruçou-se sobre um problema grave e que, a seu ver, também deveria ser enfrentado com urgência: a exploração desenfreada de meninos e meninas nas fábricas e oficinas locais.” Ainda conforme o mesmo autor, a denúncia de Alencar teve forte repercussão social, levando um vereador da cidade a apresentar um projeto na Câmara Municipal sobre a proibição de horas extras realizadas por menores de 14 anos.

Em 1916, no jornal *O Pharol*, Gilberto de Alencar é congratulado na carta intitulada “Trabalhadores illudiddos”, escrita e publicada pelo Sr. Dr. Carvalhaes de Paiva, diretor da Imprensa Oficial do Estado, por ter reclamado, junto ao governo, sobre a cessão de trabalhadores rurais para o Estado de São Paulo. (cf. ALENCAR, 1916, p. 1, ANEXO G). Alencar defende, pois, as reivindicações do trabalhador, mostrando o espaço da imprensa corrompida por estar alinhada ao *status quo*. A voz do intelectual quer orientar e apontar o caminho ao operariado, denunciando mais uma vez a imprensa descompromissada com os operários e injusta com notícias que se inclinavam ao sensacionalismo e às matérias tendenciosas.

Ele entende que a imprensa expõe pouco a situação precária dos operários, veicula um discurso favorável aos grupos dominantes, além de considerar que as motivações grevistas deviam ter fundo anarquista e socialista. Tal atitude deixa ver que essa mesma mídia julgaria devida e permitida a perseguição policial, mesmo

que resultante em mortes. Tal imprensa, segundo o enunciador, reputa o movimento como prejudicial à sociedade, justificando com a ideia de que os patrões remunerariam “bem” as atividades e proporcionariam o trabalho de modo “humanizado”. Contudo, por interesse em não perder as vendas avulsas, a imprensa dizia, ludibriosamente, apoiar os trabalhadores.

Tudo isso, já se ve, com o apoio acalorado da imprensa dita conservadora, que, subsidiada fartamente pelos capitalistas, aplaude as selvagerias da policia e estygmatisa os movimentos operários, que ella denomina de «fermentos de anarchia», para os quaes é pouca toda a energia, toda a perseguição dos governos (ALENCAR, 1917b, p. 1, ANEXO I1).

Pode-se mesmo dizer que é a imprensa que está retardando o advento desse triumpho, levantando lhe obstáculos quase intransponiveis.

[...] impossivel negá-lo: a imprensa é contra os trabalhadores. E' contra elles e os insulta, atirando-lhes a pecha de desordeiros e de “anarchistas” desorientados.

[...] Não. A causa não é má. E' boa, é nobre, é digna, é alevantada. Os operarios são uns heróes, são mesmo <<uma grande força propulsora do progresso do paiz>>. São isso tudo, mas é preciso que não façam muitas reclamações, que soffram resignadamente todas as explorações, que esperem a boa vontade dos governantes e dos legisladores... Se perderem a paciencia, se as greves se tornarem um tanto mais sérias, é porque entre elles, entre os operarios está agindo funestamente o «fermento anarchista», o demônio do <<socialismo>>, que não podemos de todo tolerar no Brazil e que os governos têm o dever de esmagar na praça publica, a sabre, a carabina, a patas de cavalo... (ALENCAR, 1917a, p. 1, ANEXO Y).

De acordo com Chauí (2012), a função primordial da ideologia é dissimular a presença da luta de classes, o domínio e a exploração sofrida pelos não proprietários, as desigualdades sociais, conjecturando que a diferenciação dos talentos, a meritocracia e a preguiça são a motivação de tais desigualdades. E Alencar apresenta a ambiguidade da imprensa, que se diz solidária à causa dos trabalhadores, mas intenta moldar suas opiniões a fim de exterminar o movimento reivindicatório grevista, seja apontando-o semelhante aos dos anarquistas, seja relembrando à classe operária que necessitam de seus empregos<sup>12</sup>. Além disso, chega a ser favorável à tortura física dos manifestantes impetrada pelos agentes do poder de coerção. Ao imitar a escrita que critica, Alencar utiliza o recurso da ironia para assumir o discurso da imprensa de sua época para esgarçá-lo a partir de seu interior, movimento esse, que denota não somente o conhecimento do escritor de

<sup>12</sup>A elite dominante vê-se praticando um “ato filantrópico” ao proporcionar empregos na sociedade, escamoteando o processo de dominação por ela efetivada.

refinadas técnicas de escrita, como também um apurado senso crítico em relação ao seus companheiros de profissão.

Em outro artigo da mesma década, registrado como “Quem dá o que tem...”, de 1917c, de *O Pharol*, Alencar afirma que a responsabilidade pelos movimentos de greves é do governo por não ajustar a produção nacional à necessidade do mercado interno. Com o desejo político de ser o “celeiro do mundo”, sem ter preparado os campos do país para que as colheitas fossem suficientes para suprir as necessidades interna e externa, o Brasil exporta gêneros alimentícios para a Europa em função da guerra. Assim, os preços dos alimentos teriam subido muito e os salários não acompanharam essa elevação.

Ora, as classes proletárias, que já eram de perto fustigadas pela miséria, passaram, com essa alta de preço a que não correspondeu uma alta equivalente de salários, a sentir fome, essa fome negra que hoje as atira ao precário recurso das greves mal feitas, mal organizadas, incapazes de lhes melhorar as condições de vida. (ALENCAR, 1917c, p. 1, ANEXO X).

Alencar atribui a questão da precariedade na organização do protesto à fome dos trabalhadores, o que evidencia não somente a sua posição como porta-voz desses indivíduos no espaço público, por meio de seu desejo de instruí-los na busca por seus direitos, como também expõe uma denúncia velada do escritor ao trabalho exploratório que muito se assemelhava aos tenebrosos tempos da escravidão. Sua posição de mediador é ainda encontrada em 1941, quando atua em favor do trabalhador rural que se revelou desprestigiado com a implantação dos direitos trabalhistas que alcançaram somente os trabalhadores urbanos sindicalizados.

A medida estava demorando muito, e tal demora causava a surpresa legítima, pois não [SIC] compreendia, nem se justificava, que os trabalhadores da indústria do comércio fossem favorecidos por uma legislação social adiantada, e os trabalhadores da lavoura ficassem no esquecimento. Era uma coisa que chocava e despertava comentários desfavoráveis. [...]

No seu esforço e no seu obscuro e constante sacrifício repousa a economia nacional. [...]

Como, então, conservá-lo afastado das garantias das modernas leis sociais?

Era uma atitude incompreensível.

Parece, felizmente, que o erro, ou esquecimento, vai agora ser reparado. (ALENCAR, 1941, p. 2, ANEXO Z3).

O contexto histórico da época era o Estado Novo, a imprensa estava cerceada em seu direito de expressão. Assim, Alencar “exalta” a legislação



trabalhista ao afirmar ser esta de vanguarda para o período, mas expressa um discurso irônico, pois, ao se referir ao trabalhador rural, assegura que esse é o que promove a economia nacional. Mais uma vez expressa um discurso sobre a especificidade da oligarquia rural, como a responsável pela manutenção da nação.

A ironia assinalada acima é ratificada ao confrontá-la com o excerto abaixo, no qual o autor não registra algum préstimo dos aumentos salariais, seja na esfera privada ou pública, devido ao conseqüente aumento dos preços, e pior, para prover orçamento, receita, para garantir a nova despesa, faz-se necessário aumento de tributação, que repercute diretamente sobre a classe média, pois sobre ela incide impostos sobre a renda.

A prova de que o aumento de vencimentos e de salários não resolve nunca o problema, e apenas prova bons efeitos passageiros, está em que esse aumento vem sendo feito repetidas vezes e sempre acompanhado de uma alta correspondente no preço das utilidades, alta que se processa de maneira automática. [...]

Se o Governo é obrigado a levar os vencimentos do funcionalismo, tem que procurar recursos para essa elevação em novos impostos ou na agravação dos já existentes. E maiores impostos significam fatalmente encarecimento da vida. (ALENCAR, 1941k, p. 2, ANEXO Z4).

A solução que o escritor apresenta é reduzir o custo de vida da sociedade: "o verdadeiro remédio é o barateamento das utilidades que se consegue com o desenvolvimento da produção, a melhora dos transportes, a diminuição dos impostos, a simplificação da burocracia." (ALENCAR, 1941k, p. 2, ANEXO Z4). Implicitamente o autor almeja a eficiência e a eficácia no governo. Desse modo, como intelectual moderno, Gilberto Alencar se levanta no espaço público do jornal e proclama decisões que, segundo o escritor, se atendidas, resolveriam a questão da política econômica. Seu discurso destaca que é imperativo boa administração na condução da azienda pública.

Entretanto, já decorridos vários anos sem a presença da censura realizada pelo DIP, ele conclama, em artigo intitulado "Propaganda educativa", de 1951b, a promoção de ensino não com a finalidade de bem educar, mas de "adestrar" o trabalhador. Ele não está propondo, como o fez em 1912 e em 1917, ensinar e orientar o trabalhador para que este saiba se defender, antes, anseia estimular as massas populares a trabalharem de modo "compensatório" em resposta aos benefícios e direitos angariados. Nesse artigo, Alencar apregoa a necessidade de propagandas educativas para atender à necessidade da classe empregadora, pois



fala do lugar do proprietário, do alocador da força de trabalho, a fim de educar o operário para que, com todo esforço, promova o reerguimento econômico do país, “devastado” com os benefícios propostos aos trabalhadores. Espera que estes se esforcem proporcionalmente aos ganhos obtidos. Veja-se, aí, a ambiguidade que permeia a escrita de Alencar.

Está o Brasil precisando de muitas propagandas educativas.

Uma delas junto ao operariado, no sentido de que dê todo o seu esforço para a urgente e indispensável tarefa de reerguimento econômico do País, correspondendo dessa maneira às grandes vantagens que lhe foram concedidas, aliás com toda a justiça. Para que as vantagens que lhe foram dadas subsistam, é imprescindível que a produção nacional se mantenha em contínua ascensão. E tal ascensão só é possível com trabalho redobrado em todos os ramos da atividade.

[...]

Dizem os entendidos que a produção nacional começou a baixar desde quando se concederam ao operariado as vantagens em cujo gozo ele atualmente se encontra... (ALENCAR, 1951b, p. 1, ANEXO P).

O que se nota é que, ainda que não haja uma relação direta entre a elevação de salário e o aumento de trabalho, a voz da ideologia dominante insiste nessa conexão por deter o espaço do poder. Parece que Gilberto de Alencar mudou sua concepção, seu ponto de vista em relação ao trabalhador no decorrer dos tempos, mas não alterou sua postura quanto ao trabalho. Talvez essa mudança de postura se justifique devido a sua oposição política em relação a Getúlio Vargas. Esse se apropriou das conquistas batalhadas pelos sindicatos e pela OIT e alicerçou seu governo com essa base, junto aos trabalhadores. Alencar pode ter associado a legislação trabalhista, benéfica ao trabalhador, a Vargas, por acreditar que tal legislação poderia ser um projeto político, e se coloca então contrário a essa política. Infere-se que a mudança foi associar a legislação à imagem de Getúlio Vargas, como se fosse mais uma de suas medidas populistas para continuar se perpetuando no poder com o apoio da classe operária.

Ambígua é também a postura do autor: ora apoia os operários e os camponeses, ora, se coloca contra seus direitos, defendendo-se dos impostos que oneram mais explicitamente a classe média, seu grupo social. Ele vivia, pois, num entrelugar como expressado por Sartre (1994); reconhecia o desfavorecimento dos não proprietários, mas pertencia a outra classe e também por ela julgava necessário lutar. Nesse momento, o discurso de Alencar reproduz a máxima advinda da concepção burguesa, ao externar a lógica da dominação social, estando os papéis

sociais definidos, com a proposição a cada um de uma identificação e sua ocupação. Assim se reconhece a ambiguidade que permeia sua obra, pois num momento pactua com os interesses de sua classe e noutra momento, com outros.

Alencar, em 1958, satiriza a concessão de aposentadoria aos 55 anos de idade, no jornal *Diário Mercantil*, na coluna “Ferroadas”. Vigorava o Decreto nº 32.667, de 1º de maio de 1953, que no *caput* do Art. 121, rezava: “O seguro-velhice tem por finalidade proporcionar uma aposentadoria ao segurado que, contando 60 (sessenta) ou mais anos de idade, tenha completado o período de carência de sessenta meses”. (BRASIL, 2017).

Acaba de ser sancionada pelo presidente da república a lei que concede aposentadoria aos trabalhadores aos cinquenta e cinco anos de idade.

O! ciranda, cirandinha,  
Vamos todos cirandar!  
O! vizinho, ó vizinha,  
Vamos todos descansar! Zangão... (ALENCAR, 1958c, p. 1, ANEXO V3).

Pode-se observar que direito e dever se concebem em contraposição de um em relação ao outro, o que resulta uma tensão interpessoal na sociedade, porque o direito de um corresponde ao dever do outro. No momento de o operário receber tais benefícios, alguém pagará por ele, eis o cerne da tensão. Assim, Alencar afirma que essa nova regulamentação da aposentadoria é um privilégio, é uma concessão ao descanso, indo ao encontro da voz da elite empregadora, da ideologia do *status quo* que quer mais esforço dos operários. Importa destacar que a coluna intitulada “Ferroadas”, que alude à ideia de repreensão ao governo, é assinada por “Zangão”, ou seja, um pseudônimo crítico que a todo momento alude a provocações.

No Brasil, nesse momento, estava sendo implementado o crescimento do parque industrial, com o desenvolvimento da metalurgia e da extração de minério de ferro. O mercado carecia de regulamentação devido às inovações da vida urbana, como necessidade de mão de obra e novas relações de trabalho. O país já se encontrava sob o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), cuja política econômica alcançou significativos resultados em sua expansão industrial. Entretanto houve dificuldades, como os trabalhadores que não obtiveram ganhos salariais e as importações que supririam a escassez interna de insumos. Isso favoreceu a dependência externa da economia brasileira, elevando o desequilíbrio financeiro e o *deficit* da balança de pagamentos. Essa situação teria influído

decisivamente no retorno do processo inflacionário e no aumento de preços. Na mesma coluna, “Ferroadas,” Alencar satiriza a situação da produção agrícola nacional com a quadra:

Diz um jornal que a salvação econômica do Brasil está na exportação dos minérios.

Cada um sua opinião  
Lá vai deixando esplanada:  
- Para mim a salvação  
Está no cabo da enxada. Zangão. (ALENCAR, 1958, p. 1, ANEXO V1).

Estão disseminados, nesse discurso, os valores ideológicos da formação social, determinando o lugar do escritor e do leitor. Outra vez a enunciação aponta para a necessidade de “salvação” da economia do país defendendo que esta se daria por meio do trabalho rural. Tal discurso materializa a visão e o lugar da oligarquia rural. É o governo quem implementa as políticas agrárias e, simultaneamente, promove um assujeitamento ideológico dos não proprietários por lhes apontar seu lugar e o grupo a que pertencem.

Com o decorrer das décadas, as mudanças na conjuntura política e econômica do país refletiram na transmutação de posicionamento do autor, preocupado sim com a justiça social, mas também por experimentar o entrelugar do intelectual, com a sobrevivência de seu grupo social, a classe média.

Como se viu, a postura de Gilberto de Alencar se apresenta de forma dúbia, se comparada a produção da década de 1950 com aquela dos anos de 1910 em relação aos operários urbanos, passando por seu posicionamento em relação aos trabalhadores rurais em 1941. Naquela época, mesmo sendo de tendência econômica liberal, respeitava e defendia o trabalhador. Torna-se, por isso, difícil entender as várias contradições que lhe são próprias.

O mais interessante é que, defendendo a enxada, o discurso da oligarquia rural, Alencar permanece no lugar do intelectual que compactua com a ideia de que sua função é diferente daquela do trabalhador. Para um, o trabalho com as palavras, para o outro, o manual. Controversa também é sua postura política.

### 3.3 A ótica política de Alencar

O posicionamento de Alencar quanto à questão política, em suas publicações, também não é constante. Inicialmente, ele se mostrava avesso à Primeira República por não haver cumprido os propósitos a que se propôs, após o término da monarquia com a derrubada do Império. Mais tarde participou da campanha a favor de Getúlio Vargas, quando candidato pela chapa da Aliança liberal, a qual Minas apoiava, após a ruptura com os paulistas no revezamento dos candidatos mineiros e paulistanos.

Alencar reage à imprensa que noticiou o despertar de Minas Gerais (ALENCAR, 1929b, p. 1, ANEXO J). Isso se deve à alusão a seu rompimento com a aliança anteriormente construída com São Paulo, ao vislumbrar o espaço da manobra política contrária<sup>13</sup> a seus interesses. Assim Minas teria promovido sua própria coligação para a eleição à Presidência de 1930. Alencar indigna-se com aquela notícia, contesta-a ao afirmar que Minas sempre esteve acordada, participando e atuando nas decisões nacionais e, muitas vezes, à frente, tomando a iniciativa em vários episódios do espaço político, econômico e social. Para o enunciador, Minas não alardeia suas conquistas, não se autoproclama, é discreta, por isso acaba sendo mal interpretada, mas, quando necessário, ela se insurgiria contra atrocidades e desmandos. Alencar segue na expectativa dessa chapa da Aliança Liberal, como forma de renovação política, tendo em vista a plataforma de governo apresentada. Em tom de nostalgia relativa ao sonho republicano frustrado no passado, fundamentado em vãs promessas, que não se cumpriram, no artigo “Com a Aliança”, em *O Pharol*, salienta:

Democracia, respeito à vontade popular, acção imparcial das altas auctoridades exercicio sem abuso dos mandatos, obediência á constituição e ás leis – por onde andam neste instante sombrio, de tão graves apprehensões, esses e outros principios, com que então se acenava ás multidões?

O congresso a reunir-se há de forçosamente reconhecer que nada disso está em pratica, que tudo está sendo sumariamente posto de lado, como coisas altamente inúteis e inexpressivas. (ALENCAR, 1929a, p. 1, ANEXO K1).

---

<sup>13</sup>A ocupação da Presidência era alternada entre um paulista e um mineiro, o que ficou conhecido como República do café com leite, e, saindo um paulista, não foi indicado um mineiro.

Chauí (2012, p. 504) destaca que uma sociedade é democrática e não apenas um regime de governo, quando nela há respeito às especificidades da maioria e das minorias, mas, mais importante, quando estabelece direitos e deveres. Ou seja, a presença do abuso de autoridade, do interesse próprio acima do coletivo, descaracteriza uma democracia. Talvez em busca desse ideal, há um tom de esperança advindo do iminente pleito que Alencar espera que rompa com a história negativa com respeito à política. Acredita na concretização de uma mudança com a proposta do gaúcho, baseada no liberalismo econômico, para disputar o espaço do poder.

A Alliança Liberal, que ora se bate pela implantação definitiva desses princípios, ahi está empolgando todo o paiz com a sua acção destemida em prol de tão alto e nobre ideal. [...]  
Toda a campanha neste momento, deve refazer-se.  
A victória da Alliança Liberal será a verdadeira implantação da Republica.  
Com a Alliança deverão, portanto, formar agora todos os republicanos históricos, para que ella triunphe e triumphe com ella a nação. (ALENCAR, 1929a, p. 1, ANEXO K1).

A chapa, no entanto, não foi eleita em março de 1929 e em outubro houve o golpe, conhecido também como Revolução de 1930. A partir daí Vargas assumiu o comando do governo e acenou para os modernistas, bem como apresentou uma tendência antiliberal, duas posturas contrárias às de Alencar. Sendo que a segunda divergiu da proposta apresentada na campanha eleitoral.

O escritor se eximiu da expectativa por mudanças, e a voz do intelectual que a almejava souou veladamente, apontando problemas e exigindo reparação de problemas outrora vivenciados que não foram sanados com a idealização da República. Para Alencar, não houve ruptura com o sistema político anterior, pois o vigente era, sim, uma continuidade. Ao julgar ilegítimo tal governo, defende os ideais republicanos. Tal situação remete à Chauí (2012) ao afirmar que um regime não é democrático quando não está submetido às leis, ou quando a lei está a serviço da vontade individual de tal governante, com a manifestação de despotismo. Remete ainda à obra de Arendt (1981), quando, já em seu prefácio, valoriza a democracia que se constitui na construção da ação, da palavra e da liberdade no espaço público.

Uma das críticas do autor ao governo Vargas relaciona-se ao fato de a tomada de poder em 1930 ser rotulada de “revolução”, pois, para ele, não houve

alteração da política de apadrinhamento do coronelismo. Assim, independentemente do governo, se de direita ou de esquerda, monarquia ou república, a corrupção, o coronelismo e o militarismo estavam presentes, de forma que os ricos continuavam ricos, sem que houvesse alteração em relação aos latifundiários, além de permanecer a conduta de enriquecimento oriundo de corrupção. Alencar focaliza suas críticas nas atitudes negativas do governo getulista, que teriam apagado a esperança de uma verdadeira república.

O escritor expressa sua posição antiextremista em artigo publicado em 1938, intitulado “Eis aí...”, na *Gazeta do Paraopeba*: “Os extremistas, quer os da direita, quer os da esquerda (tudo é farinha do mesmo saco, e farinha muito ordinária,) querem que o homem seja feliz a força [...]” (ALENCAR, 1938, p. 2, ANEXO S). As reticências do título indicam a interrupção de uma ideia ou pensamento. Algo parece ter sido omitido, deixando um lugar vazio para ser preenchido pelo leitor, talvez devido à censura. O mineiro usa o espaço do jornal para registrar o espaço dos partidos que, com seus extremismos, tentam anular o espaço de atuação do outro.

Tal constatação aproxima-se da ideia de política para Chauí (2012), que mostra como, às vezes, ela parece algo inacessível à sociedade, pois seria uma atividade exercida por profissionais e especialistas que, revestidos de poder, tão somente se servem do Estado, fazendo uso de cargos políticos; quando deveriam zelar pela principal finalidade desse Estado, a garantia do direito natural de propriedade e a justiça na sociedade. Adverso às formas vigentes de governo, Alencar se atém ao caráter do governante e considera que a execução de um bom regime pode sofrer interferência se dirigido por um déspota. Novamente em tom saudosista, o autor afirma que o presidencialismo ou o parlamentarismo são temas de discussões acadêmicas. Aponta que prefere o segundo regime, tendo em vista sugerir aspectos mais democráticos, insinuando que para tal seriam necessários homens dignos.

Em seu papel de mediação, Alencar vai de encontro aos antagonismos políticos (direita ou esquerda). O autor quer primar pela liberdade de escolha e veladamente apregoa suas ideias liberais: “[...] não pode o homem empregar os meios que lhe pareçam mais razoáveis.” (ALENCAR, 1938, p. 2, ANEXO S). Assegura, ainda, que o bom é que o cidadão viva distante dos extremismos, seja de direita ou de esquerda.

Outra denúncia de Alencar foi publicada em 1948, na coluna “Aqui entre nós” na *Gazeta do Paraopeba*, cuja matéria critica a imprensa por sua incoerência em aclamar datas que remetem a manifestações populares e revoltas militares, como o movimento armado - Revolução de 1930, que, para o autor, trouxe danos irreparáveis ao país, debilitando a economia. Os próprios jornais confirmam isso, quando publicam sobre a carestia do momento. Ou seja, a imprensa, para ser aprazível ao governo, não se atém a sua limitação pela censura, e, em tom de bajulação, homenageia o governo, o que lhe é favorável na obtenção de favores. O escritor apresenta o espaço da imprensa como um espaço de hipocrisia, de interesse, por meio da voz do crítico que revisita as atrocidades do passado. (cf. ALENCAR, 1948a, ANEXO T).

Em tom amargo, aponta que o egoísmo dos homens públicos visa a seu próprio enriquecimento, que estes homens não se comprometem com o bom desenvolvimento nacional; parece não serem dotados de sentimento de patriotismo, de responsabilidade com a sociedade, pois lhes falta amor à pátria. O autor, em voz passadista, apresenta o espaço da política subjugado ao caráter e à personalidade de seu gestor.

[...] no Império as coisas iam mil vezes melhor, mas não devemos nos esquecer que os homens do Império eram muitos outros. O bom governo, durante a Monarquia, resultava muito mais da excelência dos homens do que da excelência do parlamentarismo.  
O que falta, no Brasil contemporâneo, é patriotismo.  
Nossos homens públicos apenas pensam em si próprios, nos seus interesses, nos seus prazeres, no seu bem estar, nas posições que ocupam. Jamais pensam no Brasil. Jamais pensam no povo. E a política, para eles, se não fôr uma profissão rendosa, perde todo o valor. [...]  
No dia em que os nossos homens públicos pensarem mais no Brasil e nos interesses reais do povo brasileiro, pensando menos nas suas vantagens pessoais, nesse dia qualquer regimen nos servirá. Até mesmo a ditadura, segundo queria Comte... (ALENCAR, 1948a, p. 1, ANEXO D1).

Na coluna intitulada “Aqui entre nós...”, Alencar expõe, em um tom quase confidencial, seu pensamento conservador e autoritário em relação à moral pública, sobretudo no que se refere ao esvaziamento dos valores relativos aos valores cristãos tais como honestidade, amor altruísta em detrimento da prevalência do egoísmo das relações entre os indivíduos. Destaca que se faz necessário um governo baseado na moralidade cristã para o reerguimento nacional, admite que o povo necessita saber escolher melhor seus governantes, e, para isso, precisa ser



ajudado. Considera fundamental o apoio da imprensa, se esta não tivesse sendo dirigida por oportunistas que manipulam notícias, conforme predominam os interesses particulares.

Quem sofre com isso é o País, que precisa ser governado com um mínimo de moralidade, sob pena de não conseguir o regimento de que tanto e tanto necessita.

Dir-se-á que cabe ao povo escolher com o devido critério aqueles que o tem de governar.

Sem dúvida.

Mas o povo precisa ser ajudado nessa tarefa pela imprensa, pelos menos por aquela imprensa que ainda não esqueceu o seu principal dever, que é o de orientar o povo pelo bom caminho, ao invés de acompanhá-lo nas suas Paixões ou nos seus êrros.

A imprensa tem que dirigir.

Mas infelizmente vem sendo dirigida. (ALENCAR, 1950b, p. 1, ANEXO R1).

Alencar não defende um espaço público aberto, ele quer, antes, tomar o espaço. Como jornalista, mediador, investido do saber, coloca-se no papel de pedagogo e quer conduzir a sociedade com sua ideologia, respaldada por um aspecto moralizador. A ideologia é uma representação imaginária, que cria uma ilusão de liberdade do sujeito, assegurando a reprodução das relações de poder através dos aparelhos ideológicos, que a materializam, como nas publicações, a fim de determinar o lugar das classes sociais. A elite detém a consciência social, encerra o poder de transmitir as ideias dominantes para toda a sociedade, por meio da escola, dos costumes, das leis, padronizando o pensamento das classes sociais. Essas ideias não traduzem a realidade social, mas concebem uma versão sob a ótica dos dominantes que são os que subjugam os outros.

O autor destaca o papel do intelectual, que necessita guiar o povo para que este faça boas escolhas governamentais, e ratifica o papel da imprensa como um dos instrumentos utilizados pelo intelectual para alcançar o espaço público. Esta, no entanto, apresentaria postura subjugada, condicionada às ordens de quem exerce o poder vigente.

Alencar via como o maior inimigo do Brasil a imprensa que priorizava a venda de notícias libidinosas, ou seja, priorizava seu alto faturamento em detrimento da veiculação de notícias que ele, Alencar, julgava morais, para o grupo de tradicionalistas que prezava tais valores, como se pode ver na coluna "Suelto", de 1954, na *Gazeta do Paraopeba*. O autor denuncia a banalização da cultura, das



letras e das notícias imparciais, pois no espaço corrompido da sociedade era necessário deixar falar a voz de sua época.

Quando se diz que o maior inimigo do Brasil é uma certa imprensa da capital do País, não se diz senão uma verdade. A mais límpida, a mais incontestável de todas as verdades.

[...] O interesse dos libidinosos, para eles, vale mais do que os bons costumes. [...]

O que tem importância é a venda avulsa. (ALENCAR, 1954, p. 2, ANEXO O).

Alencar assinala, em 1958, que não existe ética no espaço da política, pois os governantes não se atêm a defender suas ideologias, antes agem em favorecimento próprio e promovem ações em curto prazo, a fim de obterem votos. Impetram alianças que comprometem sua plataforma política, já que suas propostas compartilham com a ideologia do partido, realizando conciliações completamente antagônicas a suas convicções. Expõe, assim, o espaço da política envolto em mentira, num tom de descrença e decepção. No jornal *Diário Mercantil*, na coluna “Ferroadas”, ele graceja:

Muitos partidos, que se dizem democratas, andam namorando o comunismo com fim de obterem votos.

Fazer a quadra ligeiro

É dever a que não fujo:

- O voto é como o dinheiro

Que se aceita mesmo sujo. Zangão. (ALENCAR, 1958b, p. 1, ANEXO V2).

Após qualquer vestígio de restrição à liberdade de expressão, ele publica uma quadra que revela um posicionamento da tessitura política desse momento, oriunda de alianças de vertentes mais populares. Alencar não assina, usa pseudônimo, talvez para se proteger, apesar de o país não estar mais sob censura nesse momento. Também pode ser uma forma de apresentar uma escrita de resistência, direcionando o discurso a seu posicionamento ideológico.

Economicamente, Alencar, ao longo das décadas, contesta a questão da carência na produção de alimentos, o que acarreta a importação, principalmente da Argentina; interpõe contra a carestia, a má administração pública. Ele ainda usa o espaço textual do jornal para colocar em tensão outros espaços sociais: o da escassez e o da ganância. A publicação de Alencar expressa o discurso da oligarquia rural como modo de solucionar o problema econômico nacional. Alerta

que é necessária uma radical mudança no cenário político-econômico nacional para aumentar a provisão interna e reduzir a carestia.

Em tom de desalento, o enunciador aponta que pagar impostos é um sacrifício em vão, inútil, e o contribuinte paga resignado por ser uma obrigação. Tal situação nacional é inalterada, por não haver adequação dos gastos públicos ao orçamento e nem o retorno à sociedade de algum benefício atrelado a isso. Dá-se apenas o rolamento da dívida, resultante da má administração pública, que deve ser paga pela população. Essa tônica é bem atual e perpassa toda a vida profissional do autor.

Já na matéria “São gostos...”, de *O Pharol*, de 1926, Gilberto de Alencar denunciava que o Brasil não deveria ser dependente da monocultura cafeeira diante do mercado consumidor norte-americano, inclusive porque já havia outros países produtores dessas *commodities*. Alencar, mesmo provinciano, alcançou esse prognóstico, essa percepção de um fato que foi tão grave em 1929:

Continua através dos jornais, a indignação nacional [...] que ora se leva a efeito nos Estados Unidos, contra o café brasileiro.

[...]

Em lugar de se indignar, o que o Brasil deveria fazer, desde logo, era mudar de rumo. Era, por exemplo, convencer-se do perigo real da monocultura. A campanha contra o café só nos é prejudicial, porque o nosso <forte> é o café apenas. Mas, se fossemos também grandes produtores de cereais, outro galo cantaria. (ALENCAR, 1926a, p. 1, ANEXO W1).

Exemplificando a comunicação de um intelectual com seus leitores, a cena enunciativa expressa uma leitura de mundo em que o enunciador se comunica com o leitor denunciando o contexto de endividamento do país que recorre a aumento de impostos como forma de “solução” do *deficit* público, ratificando o discurso da oligarquia rural.

Em algumas publicações de Alencar, como publicado na coluna “*Suelto*”, na década de 1950, na *Gazeta do Paraopeba*, a Argentina é apresentada como “celeiro” do Brasil, uma vez que, a qualquer necessidade, recorre-se a esse país e, devido à frequência dessa penúria, isso nem causa mais sentimento de humilhação. A circunstância, segundo ele, não é considerada constrangedora pelo governo brasileiro, pois este teria se acomodado com a situação, não se importando com o fato de a Argentina ser um país muito menor em extensão territorial e demográfica, e que, mesmo assim, consegue suprir a si mesma e ainda provisiona outros países.

Alencar destaca como fator primordial, para que o Brasil se encontre nessa situação, a falta de amor ao trabalho por parte de seu povo, e salienta que esse amor também deveria ser de lá importado.

É de crer que seja apenas vontade de trabalhar e verdadeiro amor ao trabalho.

[...]

O pior de tudo é que nos vamos acostumando a essa humilhação, nela nos instalando calmamente, sem experimentar nenhuma vergonha pela dependência em que nos achamos em relação a um País que não possui sequer uma décima parte das nossas riquezas naturais.

Aí vem outra vez a manteiga da Argentina.

Pena é que não nos lembremos também de importar de lá um pouco de amor ao trabalho... (ALENCAR, 1951c, p. 1, ANEXO Q).

Em suas publicações essa questão das importações de gêneros agrícolas, apontaria uma contradição, pois, para o autor, sendo um país de dimensões continentais, o Brasil deveria produzir o suficiente para satisfazer a necessidade da população, honrando a letra do hino nacional que reza que o país seria “gigante pela própria natureza”. A explicação para esse fato residiria na falta de incentivo governamental à produção agropecuária voltada para o benefício interno, ou seja, a ausência de políticas que visassem ao bem-estar dos brasileiros. Ao invés disso, empresários da área agrícola preocupavam-se apenas em estocar para lucrar com o aumento do preço dos alimentos na época de escassez destes. Alencar aponta que essa situação é provocada pela ação do homem ganancioso, e não pela falta de terras para produzir o necessário à população. Um país tão rico em recursos naturais possuía em seu seio um povo pobre, sem condições de usufruir dessas riquezas, graças à incompetência e à falta de vontade dos políticos que o governam.

Entre “os princípios” norteadores do pensamento de Gilberto de Alencar, destaca-se a justiça, pois, para esse autor, justiça é superior à raça, à posição econômica e ao gênero, ou seja, transcende a pessoa. Destaca-se ainda o valor do trabalho, da moral e dos bons costumes de sua época. Seu padrão de preceito moral era compatível com os daquele período histórico, haja vista o Código penal de 1940, instituído pelo Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro daquele ano, determinar que fossem passíveis de internação aqueles que parecessem, segundo conveniência do juiz, condenáveis pelos crimes relacionados “com a ociosidade, a vadiagem ou a prostituição.” (BRASIL, 1940).

Constata-se, na produção da escrita jornalística do escritor, uma ambiguidade entre o lugar do intelectual moderno em sua defesa dos injustiçados e aquele do intelectual tradicional, que defenderia os valores humanos universais. Por isso mesmo, importa lembrar com Gramsci (1982) que esse tipo de intelectual se julga o “espírito de grupo” e autônomo em relação ao grupo social dominante.

Por outro lado, discorrendo sobre a mudança do perfil do intelectual no mundo moderno, é também Gramsci que afirma: “O tipo tradicional e vulgarizado do intelectual é fornecido pelo literato, pelo filósofo, pelo artista. Por isso, os jornalistas – que creem ser literatos, filósofos, artistas – creem também ser os ‘verdadeiros’ intelectuais.” (GRAMSCI, 1982, p. 8).

Não se pretende classificar o escritor Gilberto de Alencar como um desses tipos de intelectual, pois o que se percebeu foi uma de suas facetas, a de jornalista lutando por aquilo em que acreditava, mesmo em suas muitas contradições pessoais e de época.

#### 4 O MILHO E O RESTO: A ESCRITA DO CRONISTA

O gênero crônica apresenta inúmeros percursos e desdobramentos em sua categorização, seja por seu caráter histórico-temporal, ao informar, de forma arguta, as mudanças de uma sociedade, seja por sua natureza literária, que desafia as próprias fronteiras do tempo e espaço, sendo, de uma forma ou de outra, uma importante fonte portadora da subjetividade de um sujeito que pensa publicamente sobre seu contexto sócio-histórico.

A crônica é conceituada como “uma narração histórica, feita por ordem cronológica; seção ou coluna de jornal ou de revista, que trata de assuntos da atualidade.” (CUNHA, 1986, p. 230). Nota-se, nessa assertiva, que tal gênero se vincula ao traço histórico, como uma tentativa de fixação de um determinado acontecimento em sua temporalidade. Nesse aspecto, vale ressaltar que a própria etimologia da palavra crônica, vinda do grego *chronos* (tempo), já indicia sua ligação com a unidade temporal.

Historicamente, a difusão dos impressos periódicos, no séc. XIX, colocou a crônica, por suas características, nos moldes de hoje. O gênero passou de nota introdutória a folhetim e obteve maior espaço nos jornais, alcançando o *status* de literatura. A característica autoral é um dos elementos identificadores do gênero, pois o escritor, ao tratar da atualidade social, política, cultural e econômica, sob o pretexto de escrever, fornece ao texto mais do que mera notícia. Pela crônica, identificam-se as marcas estilísticas de seu autor. A crônica:

[...] constitui o registo de um fato ou incidente, normalmente retirado do quotidiano e na aparência destituído de significado relevante; através de um discurso eminentemente pessoal (v. subjectividade). O cronista trata então de comentar esse fato ou incidente, realçando nele dimensões (culturais, ideológicas, sociais, psicológicas, etc.) que à primeira vista escapariam a um observador desatento. Desde logo pode verificar-se que o posicionamento do cronista perante o real revela algumas afinidades com o narrador de um relato ficcional: também o cronista adota uma posição em princípio exterior aos fatos e figuras que os vivem, enunciando, para representar, um discurso virtual ou efetivamente narrativo. (REIS; LOPES, 2007, p. 88).

A crônica, um gênero híbrido que transita entre o literário e o jornalístico, possibilita a seu autor liberdade na criação, em que expõe sua leitura de mundo, em virtude de suas feições de um texto autoral. São suas principais características que a aproximam do jornal: a atualidade (principal referência do discurso

jornalístico), o caráter factual, trazendo informação, cuja fonte é o quotidiano.

Quanto à aproximação com a literatura, a crônica apresenta o jogo de palavras, de ideias que amalgamam o factual, o imaginário e a utilização de elementos literários em sua construção. Para Antonio Candido (1993), a perspectiva do cronista pode assumir caráter de texto literário e seu comprometimento com a temática quotidiana estar impregnado de elementos expressivos que possibilitam perceber outras ligações do texto com aquelas não preestabelecidas.

A crônica apresenta uma linguagem que transita entre o referencial jornalístico, num contrato de construção de efeito objetivo, a fim de garantir a imparcialidade e apresentar a verdade; enquanto na ficcionalização há um contrato pautado na encenação. O texto é fruto da observação do cronista, sendo um rico relato do quotidiano, que expressa o pensamento, o sentimento do autor, evidenciando, entretanto, que não se trata de um texto imparcial.

Algumas crônicas possuem cunho histórico; sua memória perpassa seu processo de criação e alimenta a percepção de seus fatos constitutivos. Com a apresentação de dados de um quotidiano experimentado, esse gênero é capaz de se constituir como um instrumento de mediação de opiniões.

Outro aspecto destacado por Candido (1993) é o traço de efemeridade, que perpassa a constituição de determinados tipos de crônicas. Trata-se, pois, de um texto que, embora não tenha pretensões de perdurar, dada a periodicidade do jornal, pode atravessar o momento histórico de um determinado sujeito e de uma determinada sociedade. Assim, presume-se crônica como uma espécie de narrativa curta e densa que capta um instante da vida atual, factual ou imaginário, com uma ampla diversidade temática. O gênero crônica encena as observações do autor em suas múltiplas relações oriundas da sociedade que o cerca. Dessa forma, trata-se de uma:

relação que assim se estabelece entre a crônica e o jornal como veículo de comunicação de massas envolve implicações pragmáticas: a crônica procura atingir um número relativamente elevado de leitores, junto dos quais o cronista exerce por vezes uma atividade difusamente pedagógica, de contornos ideológicos mais ou menos marcados, recorrendo normalmente a um discurso acessível. (REIS; LOPES, 2007, p. 88).

O caráter abreviado do texto cronístico é um dos elementos facilitadores

para o acesso do leitor às informações que remetem ao cotidiano, assim como a linguagem acessível, que propicia ao autor alcançar grande variedade de público, devido à ampla circulação do jornal.

Os elementos presentes na construção da crônica refletem o trabalho daquele que a escreve, uma vez que ele, na condição de observador, pega o miúdo e o transforma em um texto singular. Mais do que um observador astuto, o cronista se configura como um leitor crítico dos diversos fatos ocorridos em uma determinada época, tornando assim sua produção uma espécie de registro, de documento.

Arrigucci Júnior (1987) aponta que as cidades e sua dinâmica social são o ambiente propício para a atividade dos cronistas que retratam imagens do cotidiano, em virtude das características desse gênero remeterem à fugacidade e efemeridade, peculiares ao espírito moderno.

A crônica é ela própria um fato moderno, submetendo-se aos choques da novidade, ao consumo imediato, às inquietações de um desejo sempre insatisfeito, à rápida transformação e à fugacidade da vida moderna, tal como esta se reproduz nas grandes metrópoles do capitalismo industrial e em seus espaços periféricos. (ARRIGUCCI JÚNIOR, 1987, p. 53).

Com base nas reflexões sobre as diversas configurações da crônica, é que se buscará investigar a postura de intelectual nas crônicas de Gilberto de Alencar. Para isso, será levado em consideração o jogo enunciativo dos textos selecionados, consoante às temáticas comuns aos outros gêneros analisados. Algumas crônicas de Gilberto de Alencar foram publicadas no jornal *O Pharol*, na década de 1910, conforme podem ser conferidas nas edições disponibilizadas no *site* da Hemeroteca Digital, em uma coluna intitulada “Chrônica semanal”. Era subdividida por assuntos tendo entre eles um asterisco. Há muitas outras na Revista *Alterosa*, aproximadamente 100 crônicas assinadas por esse autor no período de 1951 a 1960.

No caso da revista *Alterosa*, as informações, em torno de 70 edições digitalizadas (PORTALPBH, 2017), também estão disponíveis no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. (cf. APCBH, 2017). Como afirma Maia (2007, p. 2), “a revista era destinada à ‘família do Brasil’ e, por isso, apresentava conteúdo amplamente diversificado.” Essa revista de edição mensal pertencia à Sociedade Editora Alterosa Ltda., em Minas Gerais. Em suas publicações, encontravam-se



diversos assuntos, tais como moda, comportamento, culinária, literatura, além de colunas sociais e entrevistas. Nas crônicas de Gilberto de Alencar, há variados temas, como a preocupação com a leitura, com a literatura e com o uso da língua pátria, vistos como meio de se alcançar a transformação social e cultural da sociedade. Na leitura das crônicas, pode-se verificar um enunciador que observa a situação cotidiana, analisa-a consoante sua visão de moralidade e indica o que deveria ser realizado, valendo-se de uma escrita alicerçada por uma pretensa objetividade, muitas vezes, utilizando-se de ironia.

Assim, o cronista intelectual se dedica ao trabalho de crítico em relação às mudanças de princípios arraigados, demonstrando preocupação com os novos hábitos de seu tempo e a luta contra os valores ditados pelo sistema. Os problemas da sociedade são marcados de diferentes maneiras e são denunciados e criticados, como o poder instituído, a politicagem, a corrupção, o que poderia, ou não, coadunar-se com intenções gerais da literatura produzida na época.

Inicialmente, para evidenciar a valorização da erudição por Alencar, cita-se a crônica “A livraria que morreu” (ANEXO Z6), publicada na revista *Alterosa*. O título da crônica personifica a livraria que fechou; o escritor usa o signo “morte”, que se refere a uma ação passível de ocorrer apenas com seres vivos, vitalizando, assim, tal espaço de cultura. Para o enunciador, o encerramento das atividades do estabelecimento não trouxe apenas uma perda econômica para a cidade, mas uma perda sentimental. O escritor utiliza um signo forte para expressar sua angústia diante do fechamento da livraria, signo reiterado diversas vezes por meio do significante relacionado à morte, ao óbito:

*Morreu* o mês passado no Rio de Janeiro, na sua casa da rua de S. José, a Livraria Quaresma, e tenho para mim que os jornais não fizeram o necrológico merecido, pois apenas destinaram algumas linhas escassas a êsse *óbito considerável*, pecando aqui por omissão e displicência, êles que tanto costumam pecar alhures por exagêro e falta de equilíbrio. *Óbito considerável*, disse eu, e bate-me a passarinha que não disse mal, porque a lacuna por ele aberta não será provavelmente preenchida jamais, ao contrario de certas lacunas que muita gente considera irreparáveis e entretanto com a maior facilidade dêste mundo se reparam. (ALENCAR, 1951a, p. 135 grifo nosso).

A personificação da livraria assinala o apreço e a estima do escritor por esse espaço em virtude de seu significado cultural e de sua importância para a consolidação da própria atuação do cronista como um intelectual de seu tempo,



tendo em vista as diversas reuniões e circulação de ideias potencialmente ocorridas naquele âmbito, dada a sua representatividade como um lugar propício à cultura, ao saber e à instrução. Além disso, o tom melancólico adotado por Alencar ressalta o modo como o espaço da cultura seria tratado em todo o país, completamente desvalorizado, como no excerto abaixo, em que a divulgação da morte humana, segundo a perspectiva do redator, parece demasiada adiante da morte cultural representada pelo fim da livraria:

A morte do tradicional estabelecimento foi bem pouco honrada pela imprensa, a qual carpiu muito mais o desaparecimento do <Cidadão Pingô>, ocorrido na mesma semana, do que o fim melancólico da velha casa de livros populares. (ALENCAR, 1951a, p. 135).

A analogia construída entre o fechamento da livraria e o sumiço do cidadão é significativa. O “Cidadão Pingô”, que não teve seu nome referendado, é uma figura alegórica, cujo apelido era usado, quiçá, como uma generalização para um fato corriqueiro, quotidiano, talvez ligado ao hábito da bebida – cachaça, pinga, devido à similaridade dos radicais: “ping”. E, devido à maior propagação do infortúnio desse personagem, entende-se que, aos olhos da sociedade, um acontecimento aparentemente corriqueiro possui mais relevância do que o próprio sucateamento do saber e da cultura, representados pelo falecimento simbólico da livraria. O enunciador, que fala de um lugar elitizado e tenta trazer erudição para o povo, aponta que os cidadãos cuidam de assuntos triviais e não aspiram ao conhecimento clássico. Ele equiparou o fechamento do estabelecimento comercial a uma possível morte de um ser humano e preteriu este àquele, como se a morte humana não tivesse importância. Poder-se-ia perguntar aqui se, para o autor, a morte humana é insignificante quando comparada à morte cultural, representada pelo fim da livraria.

O escritor critica os jornalistas, não eruditos, que não valorizaram devidamente “a morte da Livraria Quaresma”. Assinala a “imprensa” como não intelectual, não apreciadora dos resquícios da tradição, mas valorizadora dos assuntos relacionados à secularização. O enunciado sugere que os jornalistas são afoitos por notícias passíveis de grande circulação, e, sem preocupar-se com a cultura erudita, operam com a palavra, com a escrita com o propósito de transmitir informações. À semelhança de Barthes, citado por Sartre (1994), Alencar

está distinguindo escritor de escrevente, ao aproximar os jornalistas do segundo.

Isso suscita um discurso de Gilberto de Alencar que se considera um jornalista intelectual, por almejar esclarecer, ensinar, levar a população à capacidade reflexiva, consoante o conceito de intelectual adotado por Wolf (2006), ao caracterizar o “poder da palavra” e sua função ideológica. Alencar, ao estabelecer duras críticas à sociedade, mostrou-se contra o desapego à tradição e a consequente aceitação da modernidade, pois considera o destino de um povo intimamente ligado à cultura, às suas memórias.

É verdade que as livrarias ao ar livre das margens do Sena têm sobrevivido a tôdas as guerras, revoluções e cataclismos, tudo levando acreditar que ainda sobrevivam ao que der e vier, para regalo e por exigência dos alfarrabistas de lá, bem mais finos e requintados que os de cá. Mas nisso há que considerar os dois milênios de Paris e os quatro séculos, tão somente, do Rio de Janeiro. Entre a Rua S. José e o Quai Malaquais medeiam mil e seiscentos anos, e se a primeira pode mudar, como vai mudando, o segundo conserva-se e conservar-se-á fiel ao seu próprio destino, que é o de servir ao **bouquinistes** teimosos, maníacos inofensivos só possíveis nos seios das velhas civilizações, onde as livrarias deixam lacunas, se porventura desaparecem. (ALENCAR, 1951a, p. 135, grifo do autor).

Na Europa, no “velho mundo”, a modernidade, o progresso conviveria harmoniosamente com a tradição e com as livrarias que sobrevivem às guerras, às revoluções e aos cataclismos. Isso devido à consciência de seu povo em saber o real valor dos livros, da leitura, do conhecimento. O autor sugere no texto que, na França, o povo é mais culto, mais erudito, as livrarias são necessárias para levar a cultura a mais pessoas. Para o cronista, esse posicionamento diverge da atitude dos brasileiros, os quais não prezam por sua cultura, por sua tradição, não buscam a erudição: “A lacuna, em consequência, e como acima ficou esclarecido, não será preenchida. A primeira e mais forte razão para que não se preencha é que é uma lacuna inexistente.” (ALENCAR, 1951a, p. 135).

O enunciador reforça o signo “ausência”, ao conjugar duas palavras de próximo referente: “lacuna inexistente”, pois lacuna já remete a algo que não existe, a espaço vazio, a ausência de finalidade e de utilidade que tinha a livraria para aquela sociedade. A falta da livraria refletirá na vida cultural da sociedade local, sendo uma lacuna, porque, no início do século XX, as livrarias eram um espaço cultural importante, espaço de debates políticos, de discussões, de trocas de ideias, de informações, as quais propiciavam a ocorrência de diálogos que não acontecerão mais, naquela localidade, por outros interesses.

Para o autor, a população não sentirá falta da livraria, pois não sente necessidade daquilo que ela tinha a oferecer: o aumento da cultura. Naquele momento, as preferências culturais da sociedade eram diferentes das apreciadas pelo escritor, por isso o enunciador afirma que o Brasil não tem apego à sua história, à sua tradição. A voz autoral aponta sua crítica: mudança dos costumes, relaxamento da moral. O autor alerta as demais livrarias para o risco que correm, já que não há boa perspectiva de mercado em uma sociedade que não valoriza a cultura tradicional, tendo em vista a rejeição de uma grande livraria pela coletividade, que nem teria deixado “lacuna”.

Na visão do autor, outra mostra representativa do abandono da cultura, do tradicional e da erudição nacional é o fato de os livros ficarem à mercê de traças e cupins nas livrarias, imagem essa que expressaria o descaso e o desuso das obras escritas. A crônica cita, ainda, que há menos livros vendidos em comparação ao número de revistas ilustradas, o que sugere que o povo busca menos leitura, por não ser tão instruído, preferindo as imagens. O enunciador considera que isso acarreta a incapacidade de o povo refletir, de opinar, ou seja, não consegue dimensionar seus próprios problemas, suas próprias necessidades. Dessa forma, a sociedade não atribuiria à literatura o devido valor, além de não valorizar a importância da formação intelectual e cultural das crianças e jovens.

Há outro excerto na crônica que merece destaque: “Os povos e as ruas sempre têm novos destinos, principalmente quando não fazem questão alguma de agarrar-se aos velhos.” (ALENCAR, 1951a, p. 135). Pressupõe-se que o autor compara a sociedade brasileira com os caminhos, com as estradas, uma vez que ambos sempre levam a outros lugares. Entende-se assim que a cultura nacional intenciona novos propósitos, anseia por mudanças, ao se desprender do velho, por cobiçar o novo. Talvez a sociedade, de forma precipitada e pouco respeitosa, despreze os “velhos”, como se fossem incômodo, em busca de atualizar seus costumes, sempre renovando tendências.

Alencar, contudo, infere que há ainda algumas outras pessoas também preocupadas com a cultura, com o bom trato dos costumes e da língua vernácula. Há outros intelectuais, não sendo ele o único, como escreve em comemoração ao centenário do escritor Artur Azevedo<sup>14</sup>. Ele faz uma publicação, a fim de celebrar

---

<sup>14</sup> Artur Azevedo (1855-1908), irmão do também escritor Aluísio de Azevedo, nasceu em São Luís, Maranhão e participou do grupo fundador da Academia Brasileira de Letras. Foi o autor que nomeou

a importância desse escritor, honrando-o, na crônica da revista *Alterosa*, intitulada “Centenário” (ANEXO Z9).

Destaca que é “certo e seguro” afirmar sobre o aniversariante que ele “prestou reais serviços às nossas letras, despertando, quando mais [...] o gosto pela leitura.” (ALENCAR, 1955b, p. 112). Assim, o autor realça o valor destinado a Azevedo, ao usar um verbo no gerúndio “despertando”, para se referir a uma ação no passado e sugerindo, assim, que a ação ainda apresenta resultado, alguma implicação, mesmo já havendo decorrido sua morte.

Alencar externaliza, na referida crônica, tal apreciação pelo centenarista e intenta revigorar as memórias referentes a Artur Azevedo, pois esse teria se mantido fiel a seu propósito de homem literato. Cita que aquele experimentou desavenças de jovens escritores, que lhe queriam usurpar o lugar. Entretanto, mediante um concurso literário, o escritor reconquistou seu lugar e manteve-se ativo em seu espaço de publicação por sua competência. Dessa forma, o “velho” teria se mostrado “melhor” que o “novo”, e seu espaço garantido. De acordo com a voz autoral, mais uma vez, está presente, nas obras de Alencar, a dicotomia de exclusão do velho e valorização do novo, e, nesse excerto, Alencar pode estar tangenciando seu dilema com os modernistas.

O autor homenageado escreveu em diversos gêneros nos quais alguns críticos apontavam a mediocridade. Alencar só observou que seus escritos demonstravam uma pressa em escrever, talvez pelo volume de compromissos nos quais ele estava envolvido. Cabe ressaltar que Alencar, em sua produção ficcional, se vale da construção de um enunciador contrário à escrita de forma apressada, sem os devidos cuidados com a língua e com sua estrutura formal. Exemplificando, na obra *O escriba Julião de Azambuja* (1962b), o protagonista Julião, narrador, demonstra seu esmero em detalhar sua elaboração literária. Ressalta, ainda, que “a pressa é inimiga da perfeição.” (ALENCAR, 1955b, p. 112). Infere-se que talvez Artur Azevedo não se ativesse aos detalhes, às minúcias que passam despercebidas aos apressados:

Alega-se que sua obra é desigual e carece de profundidade, que não deixa de ser um modo de querer diminuí-lo. Mas não se diz que, obrigado a viver

---

Juiz de Fora como “Atenas mineira”, tendo em vista a cidade ter sido o polo intelectual antes de Belo Horizonte, devido à efervescência de intelectuais e de literatos. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2017).

em grande parte de sua própria pena, ele tente desdobrar-se em múltiplos e absorventes atividades para sustentar numerosa família, escrevendo peças de teatro, contos, artigos, versos humorísticos, e de circunstância, numa roda viva, que a muitos outros desanimaria, e contudo não desanimou, pois que morreu em pleno trabalho. (ALENCAR, 1955b, p. 112).

Pode-se inferir da leitura da obra de Alencar que este dirige uma crítica ao movimento modernista e se serve da comemoração ao homenageado para impetrar crítica aos novos rumos da literatura nacional. Corrobora tal entendimento, ao afirmar que o autor destacado publicava uma escrita de “conteúdo”, sem ocupar o espaço do jornal com frivolidades. Assim, Artur Azevedo teria exercido uma influência benéfica sobre a sociedade e para a cultura brasileira:

De um ou de outro modo, porém, é inegável a dignidade com que buscou servir as letras, como inegável é, por igual, a influência benéfica que chegou exercer em prol da cultura brasileira.

Viu nele, o povo, um autêntico escritor nacional, cuidando de coisas nossas e retratando-as com fidelidade, ora para exaltá-las, ora para combatê-las. (ALENCAR, 1955b, p. 112).

A voz do literato, que aprecia a “boa leitura”, valoriza o homenageado por despertar na sociedade o aumento de interesse pela leitura. Para o cronista, o autor centenário ocupou um lugar honroso, e não existiu homem de seu tempo com tamanha apreciação e aprovação, seja na capital, seja na província. Um autêntico escritor nacional, que exaltava a cultura brasileira, bem como refutava o que não a valorizava adequadamente. Além disso, como intelectual moderno, inquietava-se com os desafortunados. Alencar, também, valoriza-o por seu profissionalismo, por ser um literato de destaque:

A sua imensa bondade não se exteriorizava tão só na proteção que dispensava aos menos favorecidos do que ele, pois se revelava, ainda, nos sopros líricos que se notam, aqui e ali, em tantas de suas páginas, convindo também não esquecer à tendência para o humorismo que o caracterizava, já que os humoristas, em regra, são gente de coração grande. [...] Mas o certo e seguro, apesar de tudo, é que Artur Azevedo prestou reais serviços às nossas letras, despertando, quando mais não seja, o gosto pela leitura no seio do povo. (ALENCAR, 1955b, p. 112).

Nessa crônica, há um caráter dialógico do discurso, pois, inicialmente, é apresentado um discurso social, ao congratular-se pelo centenário de um grande literato para ele, mas ela é atravessada por um discurso moralista, ao questionar a estética modernista. E, apesar de terem decorrido décadas, o enunciador

permanece avesso a essa nova estética, construindo um texto em que estabeleceu relações antagônicas de valorização do padrão anterior de escrita, em detrimento da nova, que é a modernista. Os excertos apresentaram um tom ácido do narrador em relação à nova estética, pela valorização das produções do centenarista, porque nelas não se vislumbrava a mediocridade, além de proporcionar influência benéfica em prol da cultura brasileira.

Gilberto de Alencar inclusive teve um debate veemente publicado no jornal *O Pharol*, em 1922, quando se opôs à estética modernista, em prol do apuro linguístico. Foi de encontro à escrita modernista do grupo denominado “mosqueteiros de cinco”, segundo Nóbrega (2001, p.18), na atitude de ridicularizá-los, dizendo que não sabiam escrever. Assinalava, ainda, que eles desvalorizavam a língua e estavam prestando um desserviço à sociedade. Os modernistas, contudo, rebatiam, em publicações, cuja sintaxe e semântica eram, segundo ele, incompatíveis com a gramática, resultando, assim, em “má escrita”. Alencar critica o Modernismo julgando-o como uma conjuntura de ignorância, que não inova e, ainda, coloca a língua no obscurantismo, valorizando o erro. Em contrapartida, posiciona-se claramente quando afirma, na coluna intitulada “Os “novos” e o movimento literário”, publicada em *O Pharol*: “[...] eu, que todo me babo pelo naturalismo!” (ALENCAR, 1922, p. 1, ANEXO E).

Ao ler essa crônica sob a lente de Miceli (2001), observa-se que seu autor, como intelectual, se apropria dos bens culturais e julga ter o poder, a fim de considerar o que é bom ou ruim, sob seu ponto de vista, para o povo brasileiro e para a cultura em geral. Assim, ele realiza uma homenagem a Artur de Azevedo por sua intelectualidade, que ele postula correta com sua “autoridade”, capaz de discorrer sobre determinado bem cultural. Critica os modernistas por escreverem “errado”, não se atentando para o projeto estético que eles possuíam para implementar a identidade nacional, sob outra ótica que não a questão proposta pela estética anterior.

Já na crônica “A língua é nossa” (ANEXO Z5), a falta de “boa leitura” é tida como motivo de preocupação, pois o escritor considera que a língua se encontrava em franco abandono. A crônica é construída em primeira pessoa, talvez porque, com seu conhecimento e sua condição de colunista, quisesse validar sua argumentação.

No texto publicado em 1957, Alencar fez uma crônica paródica, ao construir

um discurso com base em um argumento de alusão histórica. Resgatou um *slogan* que foi veiculado em 1953: “O petróleo é nosso”, divulgado na campanha em favor da nacionalização do produto; retomando um fato passado, renova-o e atualiza sua linguagem, com a intenção de fazer uma crítica à falta de preservação da língua (bem imaterial), em comparação à valorização do petróleo (bem material). Ao recuperar o *slogan*, o escritor aproxima, no título, a valorização da língua ao bordão, a fim de realizar um paralelismo com a necessidade de encarecimento da língua, requerendo o mesmo zelo dedicado ao recurso nacional.

Dessa forma, segundo o escritor, mais importante para o país seria a nacionalização da língua do que a preservação desse recurso natural, já que aquela é determinante no reconhecimento, na constituição da nação, cuja construção da identidade, para além de um processo cultural, é também um processo político. Assim o esforço para se constituir a identidade brasileira, que também é chamada de brasilidade, está ligado à necessidade de uma coesão social que acompanhe a existência de um Estado que administra todo o território nacional. E a língua portuguesa, sendo comum a todo o território, apesar de suas particularidades regionais e suas especificidades em relação às classes econômicas, contribuiria para a existência da identidade nacional. A língua seria então um elemento no conjunto de elementos culturais comuns que são constitutivos da cultura nacional.

O ensino da língua estrangeira no Brasil foi, também, motivo de uma reflexão crítica sobre a questão, diante da dificuldade de apreender a língua portuguesa em termos homogêneos: “Quanta gente por aí aprendendo francês ou inglês, que entretanto não sabe português! Tal situação deve ser combatida com energia, sob pena de ser inteiramente desfigurado o vernáculo, dentro de muito pouco tempo.” (ALENCAR, 1957a, p. 128).

Nesse excerto, a locução verbal “deve ser combatida” expressa uma obrigação, devido à suposta catástrofe iminente, a desfiguração do vernáculo, reforçada pelo advérbio de intensidade “muito”, na locução temporal, “muito pouco tempo”, pois, em seu entendimento, a deterioração da língua portuguesa seria iminente, caso não houvesse sua valorização.

A independência e a soberania linguísticas eram tão importantes para o enunciador, quanto a independência política:



Se nem todos os nacionalismos se justificam, se muitos deles são ridículos ou odiosos, o nacionalismo linguístico é louvável e necessita já que, mais que tudo, o que faz um povo ou uma nação é justamente a língua que falam os seus componentes. (ALENCAR, 1957a, p. 128).

Observa, ainda, uma invasão de outras culturas, preocupa-se com essa difusão no território brasileiro, haja vista o proceder das pessoas que assumiam essas outras culturas, contaminando, inclusive, a língua pátria. Assim o escritor apregoa a valorização nacional. Cabe ressaltar que, embora amasse a França, prestigiasse sua cultura, fazia restrições à difusão de seus hábitos no Brasil, em virtude de seus princípios nacionalistas de preservação e valorização da cultura brasileira.

Alencar considera ser criticável a posição dos nacionalistas, zelosos do petróleo e indiferentes ao aviltamento da língua vernácula. O governo valorizaria e despertaria o sentimento nacional para as riquezas naturais da terra (o ter), em vez de promover a cultura erudita, por meio do conhecimento e domínio da língua (o ser). De acordo com o cronista, a sugestão encoberta pelo *slogan*, “O petróleo é nosso”, era terrível, pois enfatizava a ignorância do povo, contribuindo para que o Brasil fosse furtado de suas riquezas naturais. Para ele, se a língua fosse preservada e promovida a cultura erudita, mediante uma educação de qualidade superior, o povo não seria facilmente iludido.

O autor, em sua posição de intelectual, vem despertar no povo o conhecimento de que tal atitude favorece a permanência da sociedade cada vez mais distante do letramento.

Desfigurado, de resto, já manda êle, e não pouco quer pela entrada da gíria nos jornais nos livros quer pela criação em grande quantidade, de neologismos desnecessários e ridículos. E isto sem levar em conta os erros ou deslizes grosseiros de sintaxe, perpetrados [SIC] pelos <<colunistas>> de certas fôlhas públicas de grande tiragem, também por muitos professores mais em voga ou mais festejados do país. Que prosa, senhores, que prosa! (ALENCAR, 1957a, p. 128).

A escrita também estaria prejudicada pelos erros gramaticais cometidos pelos colunistas, isto é, pelo profissional que tem a língua como instrumento de trabalho, assim como pelos modernistas que publicavam sem se aterem à formalidade da língua. Afiança que a escrita estava falha nos jornais e nos livros, devido à complacência dos críticos, pois eles “quase todos, fecham os olhos à falta de gramática dos autores, e acham mesmo que isso não carece de importância.”



(ALENCAR, 1957a, p. 128).

Cabe ressaltar que, embora não seja função do escritor a formação do público leitor, esta era uma crença muito difundida na época em que Alencar publicava suas crônicas. Desse modo, mesmo que tal inquietação fosse característica daquele momento histórico e artístico nacional, em que vários paradigmas sobre a “boa escrita” estavam em profundo questionamento, é conveniente observar como as opiniões acerca do movimento modernista estavam longe de alcançar um consenso dentro das diversas camadas de escritores brasileiros. O povo não participava nas decisões nacionais, não as questionava.

Alencar considera a língua portuguesa mais valiosa do que o petróleo, porquanto aquela não só traz riquezas, mas também libertação do jugo opressor. Sua atitude remete a Bobbio (1997, p. 81), ao afirmar que os intelectuais transmitem à sociedade a conscientização e o esclarecimento sobre os valores encobertos, a fim de favorecer o “monopólio da verdade”.

Alencar ainda censura a omissão dos críticos diante de tais fatos, uma vez que eles não veem problemas nesses desleixos. Para ele, a valorização da cultura nacional e a obtenção de conhecimento é que não permitem a seus detentores serem subservientes. Posiciona-se, portanto, contra a banalização da língua e, com preocupação em reavivá-la, conclama as escolas a não permitirem o relaxamento no uso e ensino da língua vernácula. Destaca que ela é um fator de proteção ao desenvolver a reflexão, que possibilita que as pessoas reivindiquem seus direitos.

O escritor destaca que é “moda” a absorção, a prática de outras culturas que não a brasileira. Ao termo “moda” está atrelada a ideia de efemeridade, de algo transitório, posicionamento reiterado em outros de seus textos. Anseia pelo incentivo da cultura nacional, ao afirmar que “é desta que precisamos”, e essa expressão é seu argumento principal na crônica, seguida de outros argumentos que sustentam tal posicionamento, seja ao mencionar a valorização indevida de outros idiomas, como na reiteração do excerto, em “Quanta gente por aí aprendendo francês ou inglês, que entretanto não sabe português!” (ALENCAR, 1957a, p. 128), seja ao mencionar o uso de “gírias nos jornais e nos livros” e “erros ou deslises [SIC] grosseiros de sintaxe.” Para Alencar, tal situação “deve ser combatida [...] sob pena de ver inteiramente desfigurado o vernáculo [...]” (ALENCAR, 1957a, p. 128). Assim ele afirma ser necessária uma mudança de atitude em relação ao vernáculo, uma obrigação imperativa e, em tom de ameaça, diz que, se tal desleixo não for

impugnado, cabe uma “punição” pelo não atendimento de sua “imposição”.

Alencar se aproxima de seus leitores ao dialogar com eles, e se expressa: “Que prosa, senhores, que prosa!” (ALENCAR, 1957a, p. 128). Dessa forma, o escritor não só interage com seu público a fim de que acompanhem sua argumentação, como condensa seu sentimento de desafeto ao usar a exclamação.

Também ele se levanta contra a estética modernista, além de se preocupar com o ensino da língua, como no excerto que diz “tudo se ensina menos português” e “fecham os olhos à falta de gramática dos autores.” (ALENCAR, 1957a, p. 128). No papel de intelectual, julga deter a capacidade de arbitrar o que é bom ou não, a ponto de dizer o que convém para a cultura da sociedade.

O objetivo da crônica em análise foi construir um discurso que promovesse o despertar nacional para a preservação da língua contra o solecismo, a intromissão de construções sintáticas alheias, estranhas, seja na forma de neologismo, seja no uso de gírias ou de outras línguas. Seu discurso conclama uma ação nacional ao pronunciar: “E o certo e seguro é que a língua que falamos se corrompe a olhos vistos. O que exige a mobilização geral, para a sua defesa de todos quantos um dia aprenderam a querê-la e a respeitá-la.” (ALENCAR, 1957a, p. 128).

Em suas considerações acerca da estética modernista, demonstra preocupação em relação não somente ao aviltamento da língua, mas também com o que considera uma redução dos preceitos morais vinculados a essa estética. Por esse aspecto, cabe ressaltar inicialmente que a proposta modernista de apropriação da linguagem popular, como estratégia de rompimento com a estética tradicional, o que parece lhe causar um grande receio, na medida em que o paradigma das “boas letras”, tão caro a ele, seria posto em questão.

Por ora, cabe mencionar a crônica denominada “Direito e avesso” (ANEXO Z10), em que o escritor ocupa a posição de mediador, defendendo a classe desfavorecida diante da ostentação da alta sociedade. O título pressupõe a encenação, no espaço textual da crônica, de dois lados de uma circunstância, de um fato, de uma situação. Um seria um “direito”, o signo expressaria algo de conotação positiva, que é visto, é apresentável, enquanto o outro, o “avesso”, algo que não aparece, que se encontraria em lugar oposto, inferiorizado? Caberia o trocadilho em alusão à condição econômica: “os de cima” e “os de baixo”? O autor não usou a expressão “direita e esquerda”, talvez para não aludir a alguma tendência política, reforçando assim um discurso entre diferentes categorias

sociais.

O cronista retrata o enorme distanciamento entre a falta de maestria dos abastados financeiramente e o sofrimento e privações dos pobres. Tal afastamento, no espaço social, levaria os ricos a atitudes parvas, pois se prestam a revelar, no espaço público, suas ações de péssimo gosto para o enunciador, expostas nas colunas sociais. Ele, ainda, refere-se ao enorme distanciamento entre os dois lados da moeda: os ricos, representando o lado direito da moeda e os pobres, o avesso. Destaca a falta de conhecimento dos primeiros em relação ao padecimento de necessidades experimentadas pelos segundos, pois tais colunas estão a “serviço da vaidade deles.” (ALENCAR, 1955a, p. 112). Eram, portanto, destinadas às exigências de seu público consumidor.

Prezando a escrita correta, os padrões gramaticais, Alencar aponta que tais crônicas, além de imorais, eram mal escritas. Ironicamente ele sugere como solução, para a tensão vivida entre as classes sociais, que os jornais criem uma coluna para retratar a miséria do pobre, pois, sendo bem escrita, além de privilegiar a estética, conscientizaria os ricos das necessidades alheias e neles despertaria o sentimento de benevolência para com o pobre. Como intelectual, Alencar critica a futilidade da burguesia e, ao expor a ganância humana, quer despertar nas pessoas a capacidade de reflexão:

Nesse caso há que procurar contrabalançá-la e o melhor para isso talvez consista em reservarem os jornais uma ou até duas de suas páginas todos os dias, à descrição e à narração da vida apertada do pobre. Teríamos assim as duas faces da medalha, em vez de uma só. Teríamos o direito e o avesso. E teríamos, além de um tópico, uma nova espécie de colunistas, ou seja, os colunistas da miséria, como contra peso aos outros, que se comprazem na piada da existência dourada e ociosa dos privilegiados. (ALENCAR, 1955a, p. 112).

De modo direto e enfático, o escritor condena a luxúria, a ociosidade e, até mesmo, o atrevimento na exposição pública de artigos sobre atos mundanos, deixando a miséria esquecida e banalizada. À semelhança de Sartre (1994), ao detectar a desigualdade no tratamento humano, ao não privilegiar a elite dominante em detrimento da classe operária, Alencar propõe uma pauta que busca dar visibilidade ao pobre, trazendo-o à tona para discussão ou, pelo menos, para provocação do exercício da reflexão sobre a discrepância existente entre as diversas classes sociais.

Afirma que não lhe apraz opinar sobre contendas alheias, principalmente de

modo gratuito, contudo manifesta-se a fim de mostrar a questão à sociedade, reafirmando sua missão de intelectual. Além disso, essa “revelação” inflama o descontentamento da população que vive em momento de aperto financeiro. E como esses novos hábitos já estariam arraigados na sociedade, propõe, como modo de equilibrar, o reverso da matéria. Nessa crônica, Alencar exibe seu caráter de intelectual moderno:

Com isso, não sairiam lucrando apenas a estética, e a sime[SIC], senão também os próprios privilegiados, que precisam muito mais conhecer a vida dos humildes do que êstes precisam de conhecer a deles. Inteirados, constantemente e minuciosamente, das dificuldades e privações com que lutam os de baixo, é muito possível que os de cima, no seu interesse mesmo, moderassem um pouco o gôsto pela dissipação e tratassem de ver um meio qualquer de atenuarem violentos contrastes sociais que ora se observam e que não são tranquilizadores. (ALENCAR, 1955a, p. 112).

Destaca a necessidade de trazer à tona a condição dos mais necessitados. Alencar não está submetido às normas impostas socialmente e se respalda no argumento de que uma das

melhores revistas literárias, senão talvez a melhor, insurgiu-se, faz pouco tempo, contra a ação, que considera altamente maléfica, dos chamados cronistas mundanos que é estilo especial já estereotipado descrevem diàriamente, para o povo nas mais prestigiosas fôlhas públicas, as festas, as diversões, os bailes, os comes e bebes da alta roda. Dizia ela representar a verdadeira provocação estadear da ociosidade e do luxo da minoria. (ALENCAR, 1955a, p. 112).

Assim, ao citar as “melhores revistas literárias”, Alencar está usando um argumento de força para validar sua opinião, pois foram elas quem inicialmente publicaram sobre tal assunto. Alega, com autoridade, que outros também possuem um posicionamento moralista de recorrência em criticar o conteúdo da coluna social, insurgindo-se contra a elite ao escrever:

dizia ela representar verdadeira provocação êsse estadear da ociosidade e do luxo da minoria gozados, quando quase tôda a população se vê a braços com a miséria e o sofrimento, que crescem dia para dia, gerando o desespero e a revolta no seio da pobreza que luta pelo próprio pão. (ALENCAR, 1955a, p. 112).

O cronista expõe o espaço do jornal que privilegia publicações amorais por visar ao dinheiro, ao aumento do faturamento e das receitas próprias. Como um intelectual moderno, aponta, como transgressão do espaço da escrita elitizada, a

criação de uma coluna intitulada “Averso”, num tom de discordância com a promulgação dos eventos, dos fatos sociais da sociedade, em detrimento da vida simples e carente do pobre. Isso porque, ao criar tal coluna, dirigida a uma minoria da população, busca sua promoção. Para o autor, as riquezas e o poder, quando corrompidos pela ganância, destroem a verdadeira sabedoria, levando seus escravos (ricos) a comportarem-se como néscios perante a sociedade.

A enunciação está pautada num discurso ambíguo, ao atentar para a situação da classe operária, à semelhança de Sartre, que se propunha a expressar a necessidade do oprimido, em detrimento do discurso destacado nas crônicas “Louvor de maio perdido” (ANEXO Z11) e “Apólogo vagabundo” (ANEXO Z7), que se levanta contra os benefícios sociais aos trabalhadores. O excerto exhibe um discurso a favor do necessitado, ao manifestar que “quase toda população” é miserável, daquele que não tem a condição de sujeito na sociedade por estar sem voz: “não posso, entretanto, esconder minha completa discórdia quanto à utilidade se dar a conhecer ao povo a vida ociosa da gente ‘bem’, para usar a linguagem dos cronistas em questão.” (ALENCAR, 1955b, p. 112). Tal proposição pode suscitar questões como: Qual a verdadeira motivação em não apresentar a ociosidade da elite? Seria para poupar a classe operária da inveja? Ou para não lhe permitir conhecer outra situação laboral que não aquela reproduzida em seu meio e assim encobrir a heterogeneidade da sociedade e vir a despertar questionamentos da população?

Como assinalado acima, a crônica “Louvor de maio perdido” (ANEXO Z11), é um texto escrito em primeira pessoa, marca da intencionalidade e autoridade do autor. Sua escrita, seja nos textos ficcionais, seja nos não ficcionais, tende a desprezar a ociosidade e a valorizar a ação de trabalhar, sendo significativo o número de apontamentos sobre esse tema. Nessa crônica, o título faz uma alusão à tradição do mês de maio devido à comemoração do dia do trabalho<sup>15</sup>.

O autor considera perdida tal data comemorativa, por essa centralizar-se no trabalhador, que é congratulado, e não no trabalho, já que as fábricas se fecham,

<sup>15</sup> O feriado comemorativo ao dia do trabalho surgiu como memória da manifestação em 1886 por trabalhadores americanos que fizeram uma grande paralisação naquele dia, para reivindicar melhores condições de trabalho. O movimento se propagou pelo mundo e, no ano seguinte, trabalhadores de países europeus também decidiram parar por protesto. Assim, como em mais de oitenta países, há esse feriado. Aqui no Brasil em 1917, a cidade de São Paulo protagonizou uma das maiores greves gerais já registradas e, com sua repercussão, essa comemoração foi instituída em 1924 por Arthur Bernardes. Infere-se que Vargas o usou compondo sua plataforma política e ideológica, devido a à carga simbólica da referida comemoração. (PORTALEBC, 2017).

há folga e há ócio. Se a homenagem fosse ao trabalho com a execução de mais horas de atividades realizadas, então “maio” não estaria perdido.

O autor critica a forma de celebração da data com um feriado, assim a celebração do dia do trabalhador se dá em ociosidade; não se trabalha:

Ora, pois. Hoje é primeiro de maio, Dia do Trabalho, com maiúsculas, e o que logo se faz, no mundo inteiro, para honrá-lo e festejá-lo, é cruzar os braços e deixar que corra o barco à vontade, ainda que corra mal e desarvorado. Isto é pelo menos singular, senão contraditório, a meu ver. (ALENCAR, 1953, p. 80).

O significante “trabalho” pressupõe ação, atividade e, para valorizá-lo ainda mais, Alencar afirma que sua realização, por si mesma, já é uma festa, e que os ociosos têm os semblantes caídos, suas personalidades abatidas, frustradas por não terem uma tarefa a realizar. Seu primeiro parecer é a não incompatibilidade entre o trabalhar e o festejar; o primeiro deve anteceder o segundo:

[...] Desde que uma venha depois do outro, havendo espaço, ou tempo, dentro do mesmo dia, para ambos. De modo particular, então, é que não há harmonia de espécie nenhuma, antes concordância perfeita, entre as duas coisas, pois no Dia do Trabalho, ainda com as maiúsculas da praxe que calha ou fica bem é o labor, não a inércia. (ALENCAR, 1953, p. 80).

O enunciador utiliza um verbo no imperativo, a fim de expressar sua autoridade num discurso contra a “folga” na referente data comemorativa: “Nem se levante, para confundir-me, a objeção de que ou bem se trabalha, ou bem se festeja o dia.” (ALENCAR, 1953, p. 80). Relativiza, a seguir, tal ponderação, mas afirma que o festejar seja posterior à obrigação, opinião intensificada pelo reforço do advérbio “muito”. Prioriza o trabalhar e reitera essa importância, ao grafar “Dia do Trabalho” “em maiúsculas”. Seu discurso é condizente com a ideologia capitalista, ao expressar que se honra o homenageado com a execução de atividades e não com a inércia. Tal argumento é reincidente, pois liga a ideia de trabalho à necessidade de emprego, de sobrevivência e, ainda, de assujeitamento do operário que deve trabalhar e deixar qualquer outra atividade para depois. Além disso, apresenta outro argumento, o da felicidade, baseada no senso comum.

Enquanto não dissociarmos do trabalho a idéia de castigo e não lhe dermos a de prazer, que mais lhe assenta, muito dificilmente tornaremos a vida, em verdade, amável e bela. Só êle, em derradeira análise, livremente aceito e justamente remunerado, só êle enaltece, glorifica e consola. (ALENCAR,

1953, p. 80).

Ao usar o signo “assenta”, o enunciador vincula o referencial de trabalho como uma atividade saudável, boa, pois é “remunerada”, necessária ao Homem e para “seu” bem. De acordo com o escritor, somente tal atividade “enaltece, glorifica e consola.” (ALENCAR, 1953, p. 80).

O enunciador cria uma ilusão de liberdade, conferida pelo trabalho ao sujeito, o que é uma condição do senso comum. Esse posicionamento encobre o assujeitamento ideológico do indivíduo, ao implantar a ideia de trabalho como uma festa, como uma manifestação de alegria, sem enxergar as mazelas e os infortúnios que desse podem lhe advir. Aponta para o fato de que a comemoração se deve fazer com “maiúscula”, enfatizando uma submissão do Homem ao trabalho, devido a uma relação de poder.

Essa crônica de viés político, trabalhista, ainda descreve que os poetas daquele tempo não versejam como os de períodos mais remotos. Esta pode ser mais uma retomada de sua crítica à estética modernista, ao mencionar a “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias, com a referência: “Os poetas que hoje versejam não versejam como os de ontem nem se servem dos mesmos temas antiquados, por maneira que não tem cabimento pedir-lhes que glorifiquem os encantos de maio à velha moda tradicional.” (ALENCAR, 1953, p. 80). O enunciador, como intelectual, coloca-se no lugar de poder, ao querer validar o que julga estar certo ou errado, não reconhecendo assim que os modernistas também possuíam um projeto cultural para a nação.

Com essa temática de valorização do trabalho, na crônica “Apólogo vagabundo” (ANEXO Z7), o escritor propõe valores por meio da analogia com a conduta de formigas em sua horta. O título remete a um texto que se compromete a apresentar uma moral, uma doutrina em seu final, à semelhança de uma fábula ou um apólogo. Destaca-se o adjetivo vagabundo, que remete à ideia de sem qualidade, de inferior. Assim se pode inferir que a crônica será baseada numa fábula do cotidiano e, por ser fábula, o escritor propõe um ensinamento baseado num fato habitual que “modestamente” qualifica de “vagabundo”, comum.

Escrita em tom humilde, modesto, refere-se ao episódio de sua observação de formigas, carregando uma casca de laranja em sua horta. “O caso, de há dias, porém, precisa ser referido e, por isso, vai ele, ainda que mal contado.” (ALENCAR,



1956a, p. 100).

Então me deu na telha de tirar a moralidade do fato e disse de mim para mim que o reerguimento do Brasil tão necessário à felicidade do seu povo, não é para ser levado a efeito ou a cabo apenas por uns poucos brasileiros de boa vontade, mas por todos eles sem exceção, conjugados no esforço comum de salvação. O fardo que se move sob a força inútil de meia dúzia há de mover-se ao im[SIC]. Poderoso e eficaz da coletividade, tal como se moveu a casca de laranja em meu terreiro, graças à enérgica decisão das formigas laborais e unidas. (ALENCAR, 1956a, p. 100).

Assim seu discurso pressupõe a ideia da união do povo para o restabelecimento da nação, o que evidencia o conceito pedagógico de nação em que há a ideia de todos por um, o povo “como uma comunidade homogênea, consensual.” (cf. BHABHA, 1998, p. 207). Nessa crônica, escrita em primeira pessoa, o enunciador anseia transmitir “confiança” ao leitor por meio de sua opinião. Seu discurso está baseado em sua experiência pessoal, cuja autoridade está balizada no exemplo do reino animal, que se manifesta solidário para o bem da comunidade. O intelectual apresentou uma solução universal, com base em uma moralidade extraída da fábula da formiga vivenciada em seu dia a dia. Partilha assim a lição com a coletividade:

Neste primeiro de maio, por exemplo, fechadas as fábricas, as oficinas, trancados os escritórios, ouvir-se-á, ainda uma vez, outro discurso oco pela praça pública e ler-se-á muito artigo vulgar nos jornais, pondo nos cornos da lua o trabalho e o trabalhador, mas o que se cogita, de fato, é de elevar os ganhos, custe lá o que custar, de baixar o esforço, haja lá o que houver, de tal sorte que a casca da laranja não se moverá de maneira nenhuma. A casca de laranja se move é aquela a que as formigas, tôdas as formigas, metem o [SIC] corajosa e resolutamente, a indomável vontade de ganhar a partida. [...] a começar pelo ator mofino deste apólogo vagabundo. (ALENCAR, 1956a, p. 100).

Nesse excerto, pode-se observar que o enunciador fala do lugar do empreendedor, reforçando a ideologia da classe detentora dos recursos de produção. O discurso político dialoga com o moralista, a fim de juntos conclamarem os leitores à mesma opinião: e “o esforço comum de salvação.” (ALENCAR, 1956a, p. 100). Parte-se do princípio de que a salvação estava no povo, com sua produção nas fábricas. Assim, se o Brasil não se reerguesse, seria devido ao povo que não trabalhou no feriado. Seu discurso traz a ideologia da classe dominante, escondendo dos próprios trabalhadores seu lugar de subservientes e explorados.

Retomando o excerto: “A casca de laranja se move é aquela a que as



formigas, tôdas as formigas, metem o [SIC] corajosa e resolutamente, a indomável vontade de ganhar a partida” (ALENCAR, 1956a, p. 100), com a palavra “partida”, o enunciador aproximou seu léxico ao do povo, com referência ao futebol, uma temática que lhe apraz. Ao usar um termo acessível, observa-se a intenção de fazer tal discurso ressoar, com êxito, junto à classe operária, a fim de confirmar seu assujeitamento à sua função de devoção e submissão total ao trabalho. E, ainda, para o escritor, “labor e união, precisamente, eis o que ninguém enxerga na hora melancólica, e daí, de toda evidência, é que decorrem os meios de várias espécies que atormentam o país.” (ALENCAR, 1956a, p. 100). Nota-se aí um discurso impositor de trabalho incessável, que repercute no assujeitamento do operário, pois, para ele, trabalha-se pouco:

[...] as facções que antes não eram tão numerosas nem tão variadas impedem a conciliação indispensável em volta do interesse [SIC] agindo só no impulso de suas próprias ambições desenfreadas, enquanto que o apego à sombra e água fresca vai substituindo cada vez mais o amor o trabalho, que faz a alegria da vida. (ALENCAR, 1956a, p. 100).

Nesse trecho, condena-se “o apego à sombra e água fresca”, como se o trabalhar incessantemente fosse indispensável; o descanso ao trabalhador parece ser causa de prejuízo à nação; amor ao trabalho torna-se sinônimo de alegria da vida. Seu discurso traz essa ideologia reiterada, e ele quer implantar essa ideia, o que revela toda uma carga socioideológica construída e que reproduz a ideologia dominante.

A reflexão do autor apresenta, com muita clareza, o sistema composto de engrenagens, ao associar os trabalhadores às formigas que carregam o peso em seus ombros. Julga que as pessoas não agem unidas da mesma maneira, com o propósito do bem comum. Querem obrar menos e, ainda, ser mais favorecidas, seja no plano individual, com menos horas de trabalho, mais lazer e entretenimentos; seja no plano governamental, pois os líderes da nação, para o enunciador, não pensam como uma unidade, ou no incentivo da atividade agrária, mas apenas em possíveis vantagens pessoais.

Ele aponta que a “união” em prol do desenvolvimento nacional solucionaria o problema da crise econômica social, usando a imagem da horta como analógica à imagem do campo, onde prevalece o sentimento de associação, de coalizão, enquanto a cidade isola e faz com que os indivíduos busquem interesses

particulares, anulando os valores morais e sociais, como o respeito ao próximo.

A crônica ainda aponta uma tendência ao liberalismo, pois Alencar almejava liberdade para se empreender sem intervenção governamental, a fim de proporcionar a circulação da moeda e o aumento da renda. Para o escritor, o Estado não deveria coordenar as atividades civis. Além disso, ele compactua com a ideologia de uma sociedade organizada em classes e com papéis definidos, à semelhança da estrutura existente no formigueiro. Aqui se encontra outro paradoxo na postura dele, pois, ao postular uma sociedade organizada em classes, ele não pensa em todos de modo igual, no que se refere às condições sociais de trabalho.

O enunciador orgulha-se do proceder da formiga trabalhadora. Sabe-se que as formigas possuem papéis definidos na colônia. Trabalham com esforço conforme a divisão das atividades, nos princípios instalados; vivem para trabalhar, atender à rainha e sustentar a colônia. Essa imagem expressa bem o anseio do escritor, que se esmera na defesa do trabalho e defende que os operários devam permanecer satisfeitos em seu lugar. Com base na fábula da formiga, o autor trouxe veladamente a moral: os operários devem trabalhar.

Destaca-se a voz da ideologia que condiz com o *status quo*, ao almejar o aumento de trabalho, a fim de que esse conjunto de ideias e valores sejam absorvidos pela sociedade para aceitar e seguir suas regras consideradas "corretas". (cf. CHAUÍ, 1996).

A postura de Alencar é ambígua e inconstante, pois na crônica “Direito e Averso” (ANEXO Z10), de 1955a, ele defende aos desfavorecidos, com a criação de uma coluna “Averso” para divulgar a miséria do pobre. Já nas crônicas “Louvor de maio perdido” (ANEXO Z11), de 1953, e “Apólogo vagabundo” (ANEXO Z7), de 1956, ele defende a valoração do trabalho, consoante a ótica capitalista. Ainda em 1956, ele publica um excerto no *Diário Mercantil*, que é retomado pela revista *Alterosa*, no qual ele defende a justiça social.

Ninguém é contra a justiça social ou contra os esforços que se façam sinceramente no sentido de realizá-la. Mas justiça social não é, jamais foi, favorecer determinadas classes à custa e em detrimento de outras. Ou a justiça é para todos, sem exceção, ou não é para ninguém. (ALENCAR, 1956b, p. 104).

Alencar sensibiliza-se com o reflexo dos benefícios trabalhistas sobre a classe média e não vê o governo ajustar seus gastos. Assim não é totalmente

contra tais medidas, contra o direito em si: preocupa-se, entretanto, com os moldes pelos quais estão sendo implementadas tais medidas. Pode-se perceber, em seu discurso, a materialização da ideologia dominante, por meio da ironia, das sutilezas do texto, pois ele não é contra os direitos sociais dos trabalhadores, mas contra o ônus que recai sobre sua classe.

Alencar impessoaliza seu discurso, ao utilizar o pronome indefinido “ninguém”, e se expressa em tom “universal”, ao defender seu posicionamento contra a não aceitação de favorecimento da classe operária, sem haver um ganho correspondente às outras classes. Expressa, assim, a postura do intelectual, resguardando a classe média, como apresentado também na crônica “Carestia” (ANEXO Z8), da revista *Alterosa*. O título dessa crônica antecipa a natureza argumentativa de denúncia do discurso de Alencar, pois explicita a alta da inflação com elevados índices no cenário econômico nacional, que repercute na sociedade por meio de aumento de preços, fazendo com que o povo fosse mais sacrificado por ter de gastar mais em seu consumo básico.

A crônica é exibida em primeira pessoa, aproximando-a de um diálogo pessoal, assim quando afirma: “eu, de minha parte, também acho, acreditando que os leitores igual acharão.” (ALENCAR, 1957c, p. 112). Induz, assim, o leitor à análoga conclusão. Ao usar o verbo no gerúndio, “acreditando”, ele sugere uma continuidade dessa ação pelos leitores, a fim de estabelecer um diálogo, a participação do leitor, como se fosse ele mesmo pensando. Manifesta-se em favor da classe média e verbaliza isso, ao discorrer que “os dirigentes têm meios e modos de se arranjar, ao passo que o povo, a classe média principalmente, acaba pagando esses erros” (ALENCAR, 1957c, p. 112), pagando essa conta. Sua preocupação aqui não se expressa em favor dos desvalidos, miseráveis, mas em favor de sua classe.

No excerto “- A carestia aqui há de acabar, mas custa...” (ALENCAR, 1957c, p. 112), em “há de acabar”, ele imprime um tom de esperança, mas logo desconstrói essa expectativa ao levantar a dúvida com a conjunção adversativa “mas custa”. Assim um tom de esperança, seguido de outro de dúvida, resulta num discurso de desilusão.

O escritor usa como estratégia, para introduzir sua argumentação, um diálogo no qual era comentado ser a carestia o resultado de medidas econômicas adversas do governo. Os personagens mostraram não compactuar com a situação

vigente e afirmaram que a sociedade era mais sobrecarregada devido à intervenção governamental. O autor compactua com esse argumento, por possuir a mesma ideologia mercadológica, expressando a voz do liberalista contra o governo intervencionista:

Está provado que a intervenção do governo é incapaz de solucionar a alta dos preços. [...] O governo peca por intervenção. Querendo dirigir a economia, deu com os burros n'água, porque a economia dirigida é desastre certo. Fosse o desastre só para os dirigentes, tudo estaria bem. O [SIC] é que o desastre é sobretudo para o povo. Os dirigentes tem meios e modo de se arranjar, ao passo que o povo, a classe média principalmente, acaba pagando esses erros com língua de palmo. (ALENCAR, 1957c, p. 112).

O signo “peca”, que marca o clímax da argumentação do autor, é muito significativo para expressar a recriminação do enunciador contra o “erro” do governo em realizar intervenção no mercado. Assim, a ideologia do Estado mínimo é defendida pelo personagem, ao apontar as “dificuldades” dos cidadãos diante das mazelas do governo. O cronista corrobora essa opinião e se mostra abatido pelo aperto, pelo arrocho sobre a classe média, sobre a qual ele diz: é “o que há de melhor no país.” (ALENCAR, 1961, p. 112). Tal postura se pode verificar em seu romance *Reconquista* (1961). O intelectual proclama, assim, a voz da classe média, contra as ações do governo, como a garantia do preço mínimo e/ou aumento de tributos e tarifas.

Outra ferramenta que Alencar utiliza para argumentar é a repetição da palavra “desastre” três vezes em um mesmo parágrafo. Infere-se que essa ação de “desastre” recairia sobre o povo, em particular sobre a classe média, pois tal signo pode sugerir que a interposição governamental resulte num infortúnio à população, em particular à sua classe social. Ainda, na referida crônica, o escritor emprega um número superior de gerúndios, ao se referir a ações praticadas pelo governo: “*Impedindo a baixa [...], isso sem falar*”; “*Querendo dirigir a economia*”; “a classe média, principalmente, acaba *pagando* esses erros com língua de palmo.” (ALENCAR, 1957c, p. 112, grifos nosso). Como essa atitude não condiz com seu estilo, infere-se, que Alencar está sugerindo que tal ação tem se prolongado na linha do tempo, permitindo uma leitura de que a atuação do governo tem perdurado mais do que o devido ou necessário, o que se faz contrário ao desejo do cronista.

Tal entendimento pode ser ratificado em relação ao próprio texto em que se

acrescenta a expressão “isso sem falar”, a partir da qual Alencar enumera várias ações econômicas que “crescem” em inutilidade, ou “decrecem” em apreço, pois ele cita aumento de tributos, seguido da expressão “despesas inúteis”. O adjetivo inútil encerra um juízo do enunciador ao avaliar o tipo de gasto público. Outras ações do governo aí apresentadas são: “subvenções a torto e a direito”, “passeios no estrangeiro”, além de “e no resto não sabemos...” (ALENCAR, 1957c, p. 112), o que corrobora o entendimento da desaprovação governamental pelo escritor.

Em outro excerto, consta que “Está provado que a intervenção do govêrno é incapaz de salvar a alta dos preços.” (ALENCAR, 1957c, p. 112). Ao afirmar “está provado”, utiliza um argumento pessoal, pois não apresenta argumentos que confirmem tal comprovação. Ao assegurar que a intervenção do governo é incapaz de solucionar a questão econômica nacional, seu discurso é atravessado pelo discurso liberal, em favor do estado mínimo, baseado em uma argumentação, em uma experiência popular, talvez com a pretensão de generalizá-la.

Nessa crônica, o escritor, também, se aproxima do leitor, incluindo-o no jogo enunciativo com uma indagação: “Que concluir de tudo isso?” (ALENCAR, 1957c, p. 112). Assim, após uma crescente apresentação de argumentações, o leitor é induzido a adotar seu posicionamento: “A conclusão é que, para o país, mais valera não ser governado do que ser governado dessa maneira.” (ALENCAR, 1957c, p. 112). Alencar escreve, pausadamente, sua opinião, apontando uma direção, ressaltando a força de seu argumento, por meio do conector “para”, com o intuito de, também, conduzir seu leitor. O autor direciona sua argumentação, quando, muitas vezes, retoma uma palavra do parágrafo e ou frase anterior, para explicitar mais seu ponto de vista, reforçando-o, como nos exemplos citados. A repetição da palavra “concluir/conclusão” dá a ideia de que seria melhor uma ausência de governo nas questões econômicas, pois a sociedade estaria em melhores condições: “Omita-se o governo e as coisas se arranjarão por si mesmas. Antes omitir-se do que agir como um macaco em loja de louça.” (ALENCAR, 1957c, p. 112). Tal imagem de “um macaco em loja de louça” caracteriza melhor o desastre da ação governista, da qual originará um só resultado: prejuízo e a quebra do país.

Segundo o autor, a parcela hegemônica da sociedade possui interesses econômicos garantidos pelo Estado. Para assegurar, no entanto, recursos para manutenção da *azienda* pública, o Estado exaure a população, levando-a à beira da exaustão financeira. Ou seja, a política governamental implementada não

proporcionaria crescimento ao país e, ainda, empobreceria a maioria da população, reduzindo a capacidade econômica e financeira da classe média.

O autor sugere que o Estado não soluciona a questão econômica, como também não procura conter gastos para equilibrar o orçamento público, como está proposto na crônica “O pouco vira muito” (ANEXO Z13). O escritor quer-se prático e apresenta soluções viáveis para os problemas econômicos. Há uma argumentação baseada no senso comum. Assim como mencionado na crônica anterior, Alencar constrói sua análise indo do geral ao específico e, em tom conservador, destaca que o cidadão comum reduz seus gastos para se manter honrado.

Quando para o particular as coisas ficam feias, quero dizer, quando a despesa começa a exceder à receita, a primeira coisa que êle faz, ou trata de fazer, se tem juízo e não gosta de ouvir credores desabusados batendo-lhe à porta de instante em instante, a primeira coisa que faz é cortar nos gastos, até que se restabeleça o equilíbrio. Virtude burguesa, dirão os caloteiros inveterados. Maneira de viver honradamente, digo eu. Estarão vivendo erradamente os poderes públicos? [...] há muito andam procedendo de um modo que em nada se parece com a prudente conduta do cidadão encalacrado. (ALENCAR, 1958d, p. 96).

Inicialmente, compara o Estado com um cidadão privado, endividado, que percebe a necessidade de cortar gastos para viver honradamente. Sabe-se, porém, que essa ação não é uma constante no meio público, pois os políticos obstruem a contenção das grandes despesas, por serem imprescindíveis à nação, mas também não se retratam diante das pequenas, ao confessarem que pouco não fará diferença diante do montante devedor. Assim o enunciador adverte que “além do mais, as pequenas economias, somadas umas às outras, se transformam em economias consideráveis.” (ALENCAR, 1958d, p. 96). Assim ele traz um discurso para incentivar as pequenas economias e reverbera a questão da parcimônia. A crônica é perpassada por discursos econômico e social, a fim de propor à administração pública um racionamento racionalmente comedido.

Para ele, as políticas econômicas públicas devem visar à promoção do desenvolvimento do país, à criação de postos de trabalho, à estabilização dos preços, assim como garantir o equilíbrio das contas externas. Defende ainda que, para que essas políticas sejam implementadas, é necessário que haja disponibilidade orçamentária, uma previsão de “saldo” a gastar, pois as receitas governamentais vêm, *a priori*, do recebimento de tributos. Devem também ser considerados os gastos fixos, aqueles compromissos determinados que o Estado



contrata. Para que haja algum “saldo”, há duas possibilidades: cortar gastos ou aumentar a receita. O governo, porém, não se propõe a reduzir os gastos públicos, seja nas grandes, seja nas pequenas despesas, conforme destaca a crônica, preferindo o aumento dos tributos, em particular, dos impostos.

A crônica igualmente assinala como um dos problemas das referidas despesas a falta do princípio de relevância; gasta-se muito naquilo que não trará um resultado convincente, pois a receita obtida não suprirá a despesa realizada, no que tange à denominada relação custo-benefício:

Voltando, entretanto, à [SIC]ou à parcimônia, o resto é que as pequenas economias a serem [SIC] metodicamente são tantas, [SIC] tos terrenos, que o seu [SIC] surpreenderia muita gente [SIC] brada de que a galinha não enche o papo de uma vezada, mas de grão em grão. A galinha é outra. (ALENCAR, 1958d, p. 96).

Com uma linguagem coloquial, a imagem “de grão em grão” reforça o título, um pouco de cada vez e obtém-se o almejado. Segundo o autor, o governo gasta o dinheiro público com futilidades e, para equilibrar o orçamento, faz uso de seu poder de força para aumentar as receitas por meio da imposição de tributos, seja através de impostos, seja de taxas. O enunciador sugere que não há respeito ao povo, devido à ocorrência de gastos desnecessários, impatrióticos. O texto também demonstra que o governo não se importa com os direitos ou com a qualidade de vida do povo. De um lado, há um governo composto por pessoas que atuam de modo a favorecer seus próprios interesses, ignorando as necessidades do povo e, de outro, o povo que é constantemente iludido com falsas promessas e assim segue sem atentar-se para o poder que teria de conseguir mudar a situação que o desfavorece.

O desagrado do enunciador com o governo é uma tônica constante, que se observa, também, na crônica intitulada “Porão” (ANEXO Z14). O título pressupõe parte de uma construção onde se guardam coisas velhas, do passado, que não pertencem ao presente. E, nessa crônica, publicada em 1955c, é retomado, como base argumentativa, o fato histórico da Revolução de 30. Ele traz do “porão” um fundamento para reflexão naquele momento; a crônica baseia-se em um fato ocorrido vinte e cinco anos antes.

Na enunciação da crônica, há o contraponto do mote da “velha” e o fato histórico. Trata-se do discurso da Aladina, velha de Siracusa, que argumenta que

não se deve tirar um tirano pela violência, uma vez que pode vir outro ainda pior, remetendo à situação política vivida pelo Brasil, quando da tomada do poder em 1930. O autor afirma que apenas a troca de governo não é garantia de sucesso nacional, pois alguns alcançam o poder visando ao aproveitamento individual. Salienta, assim, que é necessário empenho, dedicação à causa. Ele traz um discurso atravessado pela memória e pondera que essa velha é esperta e exerce um juízo de valor pautado em seu conselho.

Ao se referir à Revolução de 1930, Alencar assegura que, com a entrada de Vargas no poder, ele “não só deixou de endireitar o que estava torto, como acabou entortando o que direito estava.” (ALENCAR, 1955c, p. 96). Infere-se que Alencar profere um discurso abertamente contra Vargas, uma vez que ele se encontrava totalmente fora do poder, manifestação que, dentre os arquivos encontrados, era descrita de modo mais velado.

A crônica cita a ação de um varguista que, numa instituição pública, ao se deparar com o quadro de Pedro II, ordenou que o mesmo fosse lançado ao porão. O escritor interpreta esse ato como o desejo de desmantelamento do poder anterior, numa intenção de fazer findar o louvor à monarquia. Louvor, para ele, merecido por considerar Pedro II dotado de capacidade de perdoar, por meio da graça e da misericórdia, usadas em suas decisões e comandos. O ex-imperador possuiria sentimentos patrióticos, privilegiando ações em favor da nação, atitudes essas, não presentes na república. O enunciador parece valorizar as características do governante, sem levar em consideração aspectos relativos à forma de governo, o que indicia que sua crítica estaria atrelada aos indivíduos que compunham o sistema de governamental, em detrimento do modo como se organizava o poder da época.

Mesmo em 1955, após diversas mudanças no cenário político brasileiro (Primeira República, governo democrático de Vargas, Estado Novo, mandato de Dutra e o retorno de Vargas ao poder), o enunciador ainda apresenta um tom saudosista pelo período monárquico nacional, simbolizado na figura de Dom Pedro II, visto que nada mais será capaz de manchar as virtudes ou diminuir a notoriedade de seu patriotismo, destacando assim o seu caráter. Assim, pela ótica do narrador, a imagem construída no texto da retirada do quadro da família real do porão por “alguma alma piedosa” reitera a postura de lamento pela ausência das relações



políticas daquele importante período histórico, e sua conseqüente substituição por modos de governar pouco preocupados com o bem comum.

A crônica tem um discurso dialógico, por tratar do viés político, atravessado pelo moralista ao pronunciar que seria necessário tirar do porão a “austeridade, tanto pública como particular”, devido à “relaxação dos costumes”, pois o problema é o “desregramento. E o remédio indicado, agora, é ir ao porão resolutamente e dele retirar, depois de bem espanadas, aquelas excelências morais que caracterizavam a gr[SIC] de outrora e tanta falta andam fazendo a nação de hoje.” (ALENCAR, 1955c, p. 96). Segundo o parecer do enunciador, o descontrole da moral, a perda de caráter, tem impedido a condução da nação e da vida pessoal.

Alencar também questiona a ausência do princípio de moralidade, entendendo-se moral, nos moldes da fundamentação cristã, instrumento mediador das decisões políticas. Afirma, pois, que o problema nacional é a falta de rigidez em relação aos costumes, gerados do progresso e do modernismo:

Já o mesmo não acontece com outras coisas que ao porão também foram atiradas e lá não devem permanecer, antes precisam deixa-lo o mais depressa que possível for, para que o Brasil volte a ser o que já foi em matéria de austeridade, tanto pública quanto particular, uma vez que todos os males presentes procedem, em grande parte da relaxação dos costumes. A esta relaxação costuma dar-se o nome de progresso ou de modernismo. Com tal nome, ou outro qualquer que arranjem para tudo aquilo a que temos assistido, o certo é que o problema é de desregramento. E o resultado indicado, agora, é ir ao porão resolutamente e dele retirar, depois de bem espanados, aquelas excelências morais que caracterizavam a pessoa de outrora e tanta falta andam fazendo à nação de hoje. (ALENCAR, 1955c, p. 96).

O enunciador afirma que a modernidade prima por descartar a tradição, por lançar ao “porão” os bons costumes e a moral, afirmando que essas são as causas dos males presentes. A enunciação, novamente, contrapõe o “novo” ao “velho”. Nesta crônica, “Porão”, alude-se que, no antigo regime de governo, havia qualidades necessárias e essenciais que já não existiriam nos tempos atuais e, se se manifestassem à nação, todos ganhariam e o velho não seria de todo inútil ou inaproveitável. O intelectual, em sua tendência conservadora, registra as observações proferidas e anseia pelo retorno da moral e dos “bons costumes”.

Retomando o olhar do autor em relação à política econômica do país, seu posicionamento é manifesto também na crônica “O milho e o resto” (ANEXO Z12). O título valoriza a produção rural, destacando o cultivo do milho, elogiando-o em

detrimento dos demais produtos, denominados de “resto”. A crônica foi escrita em primeira pessoa e concebe o ponto de vista do autor sobre esse assunto, que reproduz o discurso pautado no interesse dos proprietários rurais, mesmo não sendo oriundo de família pertencente a essa oligarquia.

Ao proceder à análise de um fato ocorrido no espaço social, inicia delineando o assunto sob um aspecto geral; a seguir, tende a especificá-lo, até um ponto no qual se detém. Assim, na referida crônica, o autor aponta aspectos negativos e maléficis das grandes e das pequenas invenções, reitera sua aversão à vida urbana e registra seu argumento principal: a ênfase na cultura do milho, como força motriz das demais atividades rurais. Ainda complementa que, mesmo sendo uma prática manual antiga, proporciona satisfatórios resultados.

A imagem do milho, a produção de grãos no campo, relembra ao cronista seu lugar de origem, o campo, onde ele, na crônica, confessa haver nascido e ter sido criado. Abomina o fato de ter saído de lá, para ir morar na cidade. Confessa não gostar dessa vida, pois contraria seus gostos, anseios e hábitos. Isso porque essa vida universalizada revoga os costumes tradicionais e adota os internacionais, mundanos. Esse sentimento perpassa várias de suas obras.

Paradoxalmente, apesar de ter hábitos e atitudes citadinos, o autor expressa a voz do ruralista, expondo o espaço agrário, da oligarquia rural, defendendo-o e valorizando-o.

O que se sabe por lá, desde tempos imemoriais e ninguém jamais contestou, é que no ano de muito milho há leite com extraordinária fartura e ovos com abundância impressionante, além do resto de que se tem notícia, e não é pouco.

Toda a questão está em haver muito milho, abarrotando os paióis. (ALENCAR, 1957b, p. 144).

Ele “recremina” diferentes formas de invenções e o progresso, para se deter na produção agrícola. Afirma que, quando a lavoura prospera, obtendo grande produção de grãos, em particular de milho, os outros segmentos agrícolas na cadeia “consumista”, como a criação de animais, terão mais a oferecer: animais mais robustos. Assim todos os outros setores serão beneficiados e os produtores, os comerciantes, devido ao aumento da produção agrícola, usufruirão do lucro.

No texto, o autor afirma viver no “século das invenções”, que, segundo seus criadores, devem reverter em “benefício da humanidade”. Ele, contudo, não

compartilha dessa opinião, afirmando que “em benefício é o que eles dizem, mas eu, de mim, não vou lá muito nisso...” (ALENCAR, 1957b, p. 144). O cronista, pois, nem sempre observa resultados positivos, advindos das novas criações e aponta que a experiência apresenta os engenhos como resultado de muito estudo e trabalho, porém, inclusive, de “tanta e tamanha canseira”. Alencar considera, então, que há consequências maléficas e até desastrosas no progresso:

Ora, muito milho, para o roceiro não se obtém com invenções modernas ou recentes, porque só se obtém mesmo com a enxada, invenção velhíssima de que infelizmente quase ninguém mais quer valer-se na atualidade. E não estará aí, nessa substituição apressada de invenções velhas por invenções novas, a causa de tanta coisa que estamos vendo? (ALENCAR, 1957b, p. 144).

Alencar apresenta resistência ao progresso, àquilo que vai inovar, à criação de novas tendências, de novas possibilidades. Ele se conforma com sua máxima “deixa como está”. Não se dispõe a alterar seu posicionamento ideológico, a ponto de afirmar que filósofos e moralistas não errarão ao pontuar “que a eles [os inventores] e tão-somente a eles, atribua não apenas os males presentes, como ainda os futuros, desde agora claramente previstos.” (ALENCAR, 1957b, p. 144, acréscimo nosso).

Há, na escrita do autor, a reiteração da tensão dicotômica dos signos, o velho e o novo. Ele não aceita a imposição do novo, nem a alternância do antigo padrão vigente com o novo que está sendo instalado; transformações em todas as áreas lhe são inadmissíveis. Na citação acima, o sufixo “íssima” de velhíssima, reforça tal inquietação.

Sua voz autoral defende a ideologia da oligarquia agrária em sua escrita. E a valorização específica da produção de milho foi manifestada, também, no romance *Reconquista* (1961), no qual o protagonista, um fazendeiro, apresenta esse cultivo como um plantio inteligente. Destaca: “O milho é a base de tudo.” (ALENCAR, 1961, p. 231). Assim se pode pensar a germinação, a plantação como o signo da esperança, que resulta em campos verdejantes, predizendo a colheita, significante da vida que necessita do alimento. Desse modo, o escritor proporciona uma reflexão sobre a importância da classe rural.

O discurso do cronista valoriza a produção alimentícia, pois o alimento seria a primeira necessidade humana. Aponta que a cidade, apesar do crescente

progresso, não sobreviveria sem a lavoura dos campos. O autor atenta, contudo, para o fato de que ele também não exercia um trabalho que resultasse em alimento, pois se encontrava na posição de mero consumidor, por isso sua insatisfação com a vida urbana.

As crônicas de Gilberto de Alencar, apesar de escritas há mais de meio século, possuem temáticas que transcendem aquele momento histórico, sendo discutidas no atual cotidiano. A autoridade de seu discurso está pautada na postura do escriba, aquele que detém o conhecimento da letra.

Observa-se, em sua escritura, o debate sobre as influências culturais, a permanência da carestia, a má gestão pública e política, o desmantelamento dos direitos sociais. Pode-se perguntar em que medida o posicionamento adotado pelo autor diverge dos ideais de defesa dos interesses do povo diante do Estado, já que o discurso construído, ao longo das crônicas, encontra-se alicerçado nos interesses de uma parte minoritária da nação, sem a efetiva defesa dos interesses daqueles que não possuíam as ferramentas políticas para fazê-lo.

Assim, o embate político de Alencar não parece motivado pela defesa do povo diante de um governo sabidamente ditatorial e marcado por leis de cunho populista, com o fim de manipular as massas, mas pela preservação de uma classe que sofrerá perdas econômicas em virtude das adequações às exigências governamentais já estabelecidas. A ambiguidade é uma tônica presente na escritura de Gilberto de Alencar, que, como intelectual moderno, e detendo a habilidade da escrita, utiliza-a como uma baliza de seu ponto de vista, que para o leitor não é constante.

Nas crônicas foi permanente o posicionamento do enunciador em favor da manutenção dos papéis quanto ao “trabalho”. As classes sociais são apresentadas em lugares definidos: o da elite e o dos operários, devendo a esses o reerguimento da nação, que, se não ocorre, seria devido, dentre outros, ao excesso de feriados. Sua escrita visa persuadir a classe operária a reconhecer, aceitar e se manter em seu lugar, trabalhando sem cessar. Mesmo quando foi apontada sua condição de miserável na crônica “Direito e avesso”, houve o intuito de resguardar sua condição de quem não conhece outro que não seu espaço, e não vislumbra a possibilidade de se revoltar contra a ociosidade da elite, ou contra sua condição de jugo.

As crônicas apresentam uma reflexão por parte do enunciador que acaba por ratificar o constrangimento sofrido pelo operário, ao determinar seu papel e seu

lugar no cenário nacional. O discurso é incisivo e revelador de uma carga socioideológica que estabelece uma relação de dominância, que acaba reiterada por ele. O saber fortalece o poder de quem já o tem.

Independente da oscilação da posição política do autor, marcada pelo lugar social de onde fala, as crônicas de Alencar trazem uma história vivenciada, o que permite ao leitor a percepção de outras vozes que não as da história oficial. Nesse sentido, o cronista de jornal se aproxima do cronista no sentido que lhe é dado por Benjamin, quando o opõe ao historiador oficial, ao desejar que esse se atenha também aos assuntos dados como menores e não somente se detenha no passado e seus grandes feitos. Diz Benjamin: “O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história.” (BENJAMIN, 1987, p. 223).

Ler as crônicas de Alencar é a possibilidade de reconstruir histórias e espaços vários, tanto as miúdas do interior mineiro, como as nacionais em seu jogo político multifacetado.

## 5 NO REINADO DE LOURIVAL: O DIÁRIO DE ALENCAR

Dando prosseguimento ao objetivo desta pesquisa de investigar o perfil histórico-literário de Gilberto de Alencar, esta seção apresenta a participação e a inserção do autor no gênero diário. Sua obra não foi construída como um diário de características intimistas, tão comuns a esse tipo de escrita, mas se baseou no relato de acontecimentos históricos que envolveram a tensão do período em que foi elaborada.

Como a presente pesquisa buscará perceber a linguagem “no contexto interativo da enunciação, considerando que ela se realiza no trânsito social entre interlocutores historicamente situados”, (BAKHTIN apud WALTY, 2005, p. 147), importa retomar Benveniste, valendo-se do que observa Walty:

Benveniste (1991) considera que a enunciação é sempre o estabelecimento de um diálogo, mesmo que se trate do chamado monólogo interior. O *eu*, a primeira pessoa do discurso, a que fala para si mesma ou para o outro, insere-se em um contexto e dirige-se necessariamente a um *tu*, segunda pessoa, com a qual se comunica linguisticamente. Nesse sentido, vale realçar a inserção histórico-social do ato enunciativo, que marca todo e qualquer discurso, diversificando-os. (WALTY; PAULINO, 2005, p. 141, grifo do autor).

Como já se observou, Benveniste chama a atenção para a construção da subjetividade pela linguagem e diz que o ego é o fundamento dessa subjetividade “que se determina pelo *status* linguístico de ‘pessoa’.” (BENVENISTE, 2005, p. 286). Assim, importa considerar esse diálogo do “EU” na construção do enunciador nos diários pesquisando seu perfil enunciativo.

De acordo com as ponderações de Philippe Lejeune (2008), compreende-se como característica da escrita de um diário uma ação realizada “longe do olhar dos outros” e, muitas vezes, podendo ocorrer “durante uma crise” emocional (LEJEUNE, 2008, p. 257) ou privação de liberdade. Ainda conforme Lejeune (2008), a decisão de compor um diário perpassa, em geral, uma situação de tensão imposta ao sujeito pelas mais diversas conjunturas sociais. Além disso, sua construção não carece de uma rotina perene, podendo ser iniciada em qualquer momento da vida de seu escritor, considerando que este mantém um desejo de escrever.

Lejeune (2008, p. 258) questiona: “O que é um diário? A palavra diz, em primeiro lugar, que é uma escrita quotidiana: uma série de vestígios datados”, pois a

característica básica de um diário é a data ou seria apenas uma caderneta de notas. Mas para um diário é preciso maior rigor na investigação de seus resquícios, sendo “essencial: a autenticidade do momento”, que, uma vez garantida, permite relacionar o relato aos fatos da época de sua ocorrência, já que “pressupõem a intenção de balizar o tempo.” (LEJEUNE, 2008, p. 260).

Na verdade, a datação vai permitir localizar os fatos que influenciam a posição política, os ideais sociais e a avaliação que o autor faz de sua posição diante da vida e como esta transcorre na sociedade. Nesse contexto, é possível compreender que o diário possui uma escrita individualizada, personalizada, “quase sempre [...] manuscrita, pela própria pessoa, com tudo o que a grafia tem de individualizante.” (LEJEUNE, 2008, p. 260).

Outra característica importante do diário é que sua forma “desloca a atenção para um processo de criação, torna o pensamento mais livre, mais aberto a suas contradições, e comunica ao leitor a dinâmica da reflexão tanto quanto seu resultado.” (LEJEUNE, 2008, p. 264). O autor ainda ressalta que “o diário talvez esteja na origem de uma nova estética, poética e existencial, baseada na fragmentação e na vibração.” (LEJEUNE, 2008, p. 266). Sua composição fixa o tempo decorrido, apreendendo-o, tornando-o uma “modesta contribuição para a memória coletiva.” (LEJEUNE, 2008, p. 262).

Para Maurice Halbwachs (1990), a memória pode ser entendida, às vezes, como de testemunhos do passado, e individual, ela remete a um grupo, com o qual interage na sociedade, constituindo assim a memória coletiva. O sociólogo salienta que a memória coletiva enfrenta a racionalidade da história e, às vezes, a complementa, pois “os quadros coletivos da memória não se resumem a datas, nomes e fórmulas, eles representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo.” (HALBWACHS, 1990, p. 71). A memória sustenta-se, assim, sobre o “passado vivido”, o qual admite a construção de uma narrativa de forma viva e natural, mais do que sobre o “passado apreendido pela história escrita.” (HALBWACHS, 1990, p. 75). A memória, portanto, traz o passado envolto em sentimentos e emoções que a história não pode retomar.

No caso de Alencar, em época de ditadura, tem-se um diário atravessado pela memória política, em que o autor, um intelectual, tem necessidade de se manifestar e não consegue se calar. Sua voz, silenciada no espaço público,



encontrou no diário a possibilidade de manifestação. Note-se que a “mordaça” posta pela estrutura de poder pode ser arrancada nas páginas do diário:

No reinado de Lourival

[...]

Homem de imprensa apesar de tudo, ocorreu-me hoje, 18 de maio de 1941, numa hora de ocio, que ha mais de três annos andam amordaçados os jornaes no Brasil.

É curioso como se pode viver com a mordaça tanto tempo.

Até quando durará isso?

Seria difficil dizel-o.

Muito mais facil é lançar ao papel, todas as noites, algumas notas e observações que outr’ora passariam por innocentes ou innocuas e neste momento levariam, se publicadas, o autor à cadeia. Assim, não se destinam ellas à publicidade e ficarão nestes cadernos apenas para servirem, mais tarde, como uma lembrança destes tempos difusos, em que reina Lourival Fontes, senhor da imprensa, dono dos jornaes... (ALENCAR, 1941, Caderno 1, p. 1).

Com base na transcrição acima, pode-se observar que o enunciador figura como uma estratégia textual criada por Alencar para apresentar as falas silenciadas do autor no espaço público. Apresentando-se como “homem de imprensa”, o escritor inicia o diário apontando o lugar de onde fala, pois ele se assume um literato, alguém comprometido com a arte das letras, com o compromisso de escrever. E, apesar do silenciamento imposto pelo governo, não deixa de utilizar o espaço da escrita – mesmo que esse espaço seja o diário e não mais o jornal –, já que, como intelectual, não pode nem consegue se calar. Ele possui, pois, uma característica que Belmiro Braga destacou, quando da posse de Alencar na AML: “Mas, senhores! acima do *conteur* e acima do *chronista*, Gilberto Alencar possui uma virtude que o torna merecedor dos nossos applausos, do nosso respeito da nossa admiração. Falo da sua independência.” (ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS, 1911b, p. 2). Essa independência de expressão lhe foi extirpada pelo amordaçamento no espaço público, relegando-o a manifestar-se na esfera do privado, devido a situação por ele vivenciada no Estado Novo.

O signo “mordaça” surge reiteradas vezes nos textos. Esse termo e outros que remetem ao mesmo significado reiteram a privação da possibilidade de livre expressão. Assim, a imagem construída como resultado desse aprisionamento talvez tenha levado o enunciador a se manifestar com uma escrita de resistência representada no diário, para driblar sua restrita liberdade de expressão no espaço público.



No ano em que Alencar escreve o diário (1941), o Brasil, governado por Getúlio Vargas, passava por um período de controle da imprensa, com a criação do Departamento Oficial de Publicidade em 1931 e, em 1934, do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), como uma das políticas do governo varguista.

Após instauração do Estado Novo, em 1937, e o fechamento do Congresso Nacional, instituiu-se a ditadura e o DPDC transformou-se no Departamento Nacional de Propaganda (DNP), no início de 1938; posteriormente deu lugar ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado por decreto presidencial em dezembro de 1939, com a finalidade de difundir a ideologia do Estado Novo para as camadas populares. Essa estrutura centralizadora, dirigida por Lourival Fontes<sup>16</sup>, permitia ao governo desempenhar o controle da informação, garantindo-lhe o domínio social e político. (cf. informações disponibilizadas no CPDOC e em BOMENY, 2001). Daí a “mordação” a que se refere o enunciador do diário que, apesar de habilitado e capacitado a falar, sofria a violência da censura<sup>17</sup> imposta.

Hannah Arendt (1981) afirma que não há maior violência que ser impedido de falar, ser privado desse direito, e ainda ressalta que “somente a pura violência é muda”, pois as ações políticas precisam ser cumpridas por meio de palavras e o político deve decidir tudo “mediante palavras e persuasão, e não através de força ou violência.” (ARENDR, 1981, p. 35).

Justamente nessa situação de privação se encontrava o jornalista e escritor Gilberto de Alencar, violentado em sua habilidade de se comunicar e censurado devido à ditadura. Por isso mesmo se pode inferir a opção de Alencar pelo diário diante da limitação de liberdade de expressão pela qual passava a sociedade, já que

---

<sup>16</sup>Lourival Fontes nasceu em Sergipe, em 1899. Foi jornalista e partidário da Aliança Liberal, coligação esta oposicionista que pleiteava a Presidência da República em 1930, com o gaúcho Getúlio Vargas. Esteve na direção do DIP de 1939 a 1942 e antes dirigira o DPDC e o DNP.

<sup>17</sup> A censura no Estado Novo não se equipara àquela exercida após o Golpe Militar de 1964, contudo, “durante o Estado Novo [...] Vargas aprofundou ao mesmo tempo seu controle e suas incompatibilidades com a imprensa. A razão fundamental do descontentamento dos jornais com o novo regime foi que a Constituição de 1937 aboliu a liberdade de expressão. Todos os meios de comunicação e de expressão, como o teatro, o cinema, o rádio ou os jornais, foram submetidos à censura prévia. Mais que isso: foi atribuído à imprensa o caráter de serviço de utilidade pública, o que obrigava todos os jornais a publicar comunicados do governo. O não cumprimento dessa exigência levava à prisão o diretor do jornal. O DIP ficou encarregado de executar essas medidas e outras impostas logo a seguir, como a que exigia o registro dos jornais e dos jornalistas no próprio DIP. Se esse foi o primeiro passo no sentido de permitir ao governo eliminar vários jornais, em 1940, o cerco se fechou com o decreto que exigia o registro anual no DIP para a importação de papel de imprensa. Nesse período, dezenas de jornais deixaram de circular e centenas não conseguiram registro. Um dos jornais mais atingidos foi *O Estado de S. Paulo*, mantido fechado ou sob intervenção enquanto seu proprietário, Júlio de Mesquita Filho, partia para o exílio.” (FGV, 2017a).

qualquer pensamento contrário ou crítico à ideologia do governo de Getúlio Vargas acarretaria a detenção do opositor. Assim, a possibilidade de escrever em segredo, para si próprio, torna-se um recurso facilitador para suportar a privação imposta diante das inquietações do autor. Como modo de fugir a tal imposição, ele transpõe suas opiniões, suas reflexões, seus questionamentos para o papel de maneira particular, para o espaço privado do diário, deixando que o “EU” enunciador se manifestasse livremente.

A “perda do espaço público pela cassação da palavra”, como mostra Celso Lafer na introdução do livro *A condição humana*, de Hannah Arendt (1981, p. XI), é típica dos regimes totalitários, que tomam a palavra como geradora de poder, então restrito ao líder ditatorial. Ainda na mencionada introdução, Lafer comenta que palavra e liberdade são necessárias para o surgimento, “a construção e a manutenção do espaço público.” (ARENDR, 1981, p. XI). Nesses termos, mesmo se respeitando a diferença entre totalitarismo e autoritarismo, pode-se pensar que o governo varguista restringiu as manifestações no espaço público, haja vista a ausência de liberdade e do direito de expressão, tendo sido tudo controlado e vigiado pelo DIP. Alencar, reconhecendo o lugar que ocupava como escritor no atual regime e, sendo vulnerável às leis e até às detenções ora impostas, resigna-se a escrever no diário.

Importante é notar o título que o autor, um literato, conferiu ao diário, que normalmente não é nomeado: *No reinado de Lourival*. Na linguagem conotativa, pode-se entender que o reino de uma pessoa é o espaço no qual ela exerce domínio, controle. No caso do diário de Alencar, o reinado estaria relacionado a Lourival Fontes, diretor do DIP<sup>18</sup>, já citado. Note-se a ironia do autor em dar ao diário o nome daquele que, justamente, vigiava e controlava sua liberdade de fala.

A imagem vislumbrada na palavra “reinado” remete ao signo “reino” e ambas surgem reiteradas vezes na obra (dez ocorrências). Um “reino” deve ser protegido por uma muralha e deve ser fortemente guardado. Dentro de sua estrutura física, tudo está subordinado ao soberano lá constituído, e os que não se subjugam são presos, amordaçados e condenados. Esse sentido está presente em todo o diário,

---

<sup>18</sup> O DIP possuía departamentos de imprensa, divulgação, radiodifusão, cinema, teatro e turismo. Cabia-lhe coordenar, centralizar e orientar a propaganda interna e externa, perpetrar censura ao teatro, cinema, além de organizar manifestações cívicas, festas patrióticas, conferências, exposições e dirigir o programa oficial de radiodifusão do governo. Também lhe competia desempenhar a censura às diversões públicas, anteriormente de responsabilidade da Polícia Civil do Distrito Federal. O DIP, devido a suas importantes funções, era um “superministério”.

no qual o “reino”, alegoricamente relacionado à nação brasileira, está controlado por leis mordazes que restringem todo e qualquer tipo de liberdade, principalmente a liberdade de expressão. Essas ações do “reino” eram amparadas militarmente pelo exército. Este é citado várias vezes no diário e sempre em tom sarcástico, como o “glorioso Exército Nacional”. A reiteração, a repetição dessa instituição em tom irônico, enfatiza a relação de poder e de força da mordaza que ela contém. A voz do enunciador, no papel de intelectual, amordaçada pela restrição da liberdade de expressão, testemunha os mandos e desmandos dessa instituição militar que resguarda a permanência do governo.

Sem liberdade de pensamento, sem poder escrever, sem poder falar, o Brasil, longe de manifestar o seu desprezo pelo glorioso Exército nacional, autor exclusivo da escravização em que vive, ainda sae do passeio para a calçada afim de dar caminho aos coroneis ventrudos e aos generaes analphabetos que encontra pelas ruas.  
 Ser escravo não é nada.  
 Amar a escravidão é que é desesperador.  
 Como está demorando a victoria inglesa! (ALENCAR, 1941, Caderno 2, p. 25-26).

O enunciador denuncia a submissão da população que cede aos militares o espaço da rua, o qual deveria servir para a convivência harmoniosa entre as pessoas de diferentes classes. A relação de poder, contudo, expõe a opressão dos poderosos que invadem o espaço alheio ao transitarem livremente pela calçada, cedida pelos que não possuem o poder. O trato destinado aos militares mostra o desprezo do autor do diário por estes, como se pode ver pelo uso dos adjetivos “ventrudos”, que sugere uma “vida” farta em ociosidade, e “analphabetos”. Ironicamente, o exército deste “reino” é valente e feroz com os súditos, pois não participa de qualquer conflito armado com o propósito de auxiliar outros reinos.

O adjetivo “glorioso”, com o qual é qualificado o exército, possui tom irônico. Provavelmente, refere-se a um saudosismo dos áureos tempos de batalha, lembrança ou sombra do que o exército brasileiro foi um dia, já que, naquele momento, ocupava posição subserviente, a serviço do poder. Há ironia também devido ao fato de que os militares precisavam treinar, empunhar armas e vigiar, realizando a contraprestação de serviço que lhes é inerente. Apresenta-se outro excerto em que o exército também é mencionado:

O Circulo Militar vae celebrar amanhã em Juiz de Fóra, com um retumbante baile, a entrada da primavera.  
 O mesmo Circulo já pensa em construir um palacio que lhe sirva de séde.  
 E assim vae cumprindo o glorioso Exercito Nacional a essa missão: amordaçar o povo e gosar [SIC] a vida à custa dele. (ALENCAR, 1941, Caderno 2, p. 68).

Confirmando o tom irônico, o cronista expõe a conduta do exército a favor dos festejos e ratifica a opressão imposta pelos militares para impedir a liberdade individual e de expressão da população. O enunciador ironiza a construção do palácio do Ministério da Guerra, ao sugerir que a instituição militar teria uma missão opressora apenas no âmbito nacional. Cabe ressaltar ainda o modo como tal colaboração entre a coalizão e o poder instituído do “reino” expressa uma relação de dependência, em que tal instituição, dotada da força militar, protege o outro em sua busca por legitimação, em uma intrincada política de troca de favores.

O enunciador aponta que o exército do “reino” gosta de divertir-se e pode fazê-lo, pois apoia o soberano e é apoiado por ele. Ironicamente, refere-se à construção de um palácio, o que reforça o signo “reino”. Um “reino” possui castelos, palácios, que são destinados aos “nobres”, pois estes têm seus privilégios e usufruem deles, exibindo a representação dos espaços de poder aos súditos. Ao dizer que a “missão” do exército seria a de “amordaçar o povo e gozar a vida à custa dele”, o enunciador constitui-se como um ser violentado pela falta de liberdade de expressão e pelos atos arbitrários cometidos pelas instituições que detêm o poder. Nesse cenário, tal como exposto por Arendt (1981), o efeito castrador da palavra em regimes totalitários/autoritários<sup>19</sup>, semelhante ao praticado no período do governo de Vargas, evidencia o modo como a estrutura de poder atua de forma intensa nas relações tecidas no interior da sociedade ao oprimir e esmagar o indivíduo, ameaçando sua própria preservação física, o que seria o máximo de cerceamento da liberdade do sujeito.

Essa subtração de liberdade atinge seu clímax na detenção de um escritor, em cadeia pública, em razão de suas ideias discordantes, como se vê no excerto a seguir:

---

<sup>19</sup> Cabe ressaltar que a própria autora diferencia os modelos de governo totalitários e autoritários em seus estudos. Contudo a presente pesquisa optou por não singularizar tais formas de governança tendo em vista o foco analítico adotado ao longo da tese, que privilegia o aspecto comum dessas duas vertentes, caracterizado pela ausência da liberdade do sujeito, assim como pelo cerceamento de seu livre acesso à palavra e de sua intervenção na esfera pública. Para melhor distinção dessas duas categorias, sugerimos a leitura da obra **As Origens do Totalitarismo**, de Hannah Arendt (2007), em que a autora discute com maior vagar acerca desses conceitos.

O Tribunal de Segurança condenou a três anos de cadeia o autor de um livro recente, em que ha idéas separatistas.  
 Isso foi com certeza para festejar a entrada de Getulio Vargas para a Academia de Letras.  
 Quando é que começarão a queimar livros no meio da rua?  
 Talvez não ficasse mal um pequeno auto-de-fé no dia da posse do novo academico.  
 Se Lourival Fontes fosse mais inteligente, já teria tido tal idéa.  
 Enfim, pode ser que Cypriano Lage se lembre... (ALENCAR, 1941, Caderno 2, p. 54-55).

O autor, sob o signo da ironia, interroga: “Quando é que começarão a queimar livros no meio da rua?” Essa imagem de terror, referente ao período da Inquisição, aqui associada pelo escritor ao governo varguista, evidencia a atuação controladora e repressora do DIP ao prender escritores e queimar livros, lembrando também a queima de livros pelo governo totalitarista de Hitler, na Alemanha. Tal atitude seria um modo de impedir que culturas, ideais e posturas divergentes daquelas impostas pelo sistema fossem divulgadas, deixando circular apenas as aprovadas pela censura instituída.

Como exposto no excerto acima, o espaço da escrita encontrava-se cerceado em virtude da falta de liberdade de expressão. Observa-se, na descrição da posse de Getúlio Vargas na ABL, o uso irônico da expressão “auto-de-fé” (PRIBERAM, 2017); pode-se interpretar tal assertiva como uma alusão às inquisições de “hereges”, na medida em que aos condenados se aplicavam as penas de lhes queimar coisas consideradas inúteis ou perniciosas em cerimônia pública inquisitorial. Ou seja, uma imagem muito expressiva e densa para retratar a definição dos lugares do governo e da sociedade em contraposição àqueles dos escritores no período.

Noutro excerto, o autor utiliza o signo “escândalo” para se referir à eleição de Vargas à ABL e reprová-la.

Getulio Vargas acaba de ser eleito simultaneamente membro da Academia de Letras e presidente honorario da Associação de Imprensa.  
 O escandalo, a bem dizer, não é lá muito grande.  
 Entre os literatos da Academia e os jornalistas da Associação Getulio é bastante homem para fazer figura. Para fazer até figura muito boa.  
 Sejamos justos, que diabo! (ALENCAR, 1941, Caderno 2, p. 46).

Depreende-se que Alencar ficou diante de um paradoxo: se Vargas restringia a liberdade de imprensa e de expressão, como seria homenageado por instituições

ligadas justamente à imprensa e à literatura? Ou seja, além de não considerá-lo digno de obter tais honrarias, por julgar as mesmas cabíveis a quem detém uma tradição intelectual, aos olhos do enunciador o espaço da intelectualidade foi acometido pela invasão de uma figura que impõe mordaca a essa própria imprensa que o homenageia.

Entende-se, por meio da leitura do excerto anteriormente exposto, que o autor considera Getúlio Vargas carismático, capaz de criar ou construir uma imagem de si em que transpareça prestígio, popularidade e implanta um governo centralizado, querendo agradar a todos, sobretudo os intelectuais, com a finalidade de atraí-los. Ele procura unir todos em sua pessoa, personificando-se como o Estado. Vargas os coopta e os tolhe quando necessário; no entanto prefere conquistar a enfrentar. Dessa maneira, percebe-se que o enunciador desaprova tal proceder e, inclusive, realiza uma releitura da foto da posse de Vargas, publicada nos jornais.

Getulio Vargas esteve hontem na Academia Brasileira de Letras, tomando parte na sessão que se realizava.

Na photographia publicada pelos jornaes, aparece elle assentado entre os academicos. Um destes, velho, calvo, physionomia inexpressiva, está de bocca aberta.

A verdade é que o caso é mesmo de abrir a bocca. (ALENCAR, 1941, Caderno 3, p. 73-74).

Para o escritor, a presença de Getúlio Vargas na ABL entre os acadêmicos é tida como aberração a ponto de causar assombro em seus pares. Em sua leitura da foto, Alencar demonstra sua insatisfação e perplexidade diante do fato, ao insinuar que até mesmo um membro da academia de fisionomia inexpressiva seria capaz de se espantar com a presença de Getúlio Vargas como novo membro da instituição. A imagem expressaria assim o sentimento da alma, pois fisicamente os súditos deveriam portar-se na manutenção do reinado, conforme as leis que o regiam.

Assim, em tom de desabafo e sem o risco de ser detido, o diário serviu ao autor de instrumento individual e privado para expor seus pensamentos e defender seus argumentos, sem que tivesse que se revelar no espaço público ora vigiado, sobretudo considerando que o risco de cárcere era iminente, pois outros escritores teriam sido presos ao tentarem se manifestar contrariamente ao posicionamento do poder instituído.

Alegoricamente, a condenação do “reino” é “líquida e certa” aos que a ele não se subjugam. Há dominação voraz sobre os que expõem ideias e ideais distintos

daqueles que podem ser veiculados e, na ocorrência desse desagravo, o réu seria execrado. Mesmo amordaçados, os súditos deveriam cumprir o papel que lhes foi destinado no “reino”, ou seja, honrar a realeza. Pelo menos, assim deve ser vista a população pelos controladores do “reino”.

Ainda que a expressão de sua posição e de sua crítica ao regime se dê no espaço privado do diário, seu pequeno espaço de liberdade, o enunciador não deixa de expor as mazelas da sociedade, bem como a situação política, econômica e social do país, ao avaliar e criticar o governo de Vargas:

Oradores e jornalistas, comemorando a data da Republica, caçaram-se de falar hoje em liberdade.  
 Liberdade de que?  
 De prosternar-se deante de Getulio Vargas e de seus Lourivaes?  
 A unica liberdade que no Brasil existe agora é essa, pois ninguem vê outra.  
 (ALENCAR, 1941, Caderno 3, p. 88).

Alencar critica os “oradores e jornalistas” por considerá-los sujeitos que mentem em razão do favorecimento próprio, pois, com o espaço da escrita restrito, oprimidos e sem liberdade, proclamam uma utopia condizente com o discurso da situação dominante, em que a liberdade não podia ser usada para a expressão do pensamento, mas apenas para apoiar o governo de Vargas.

Esse tom acusatório presente no diálogo não se mantém nos artigos jornalísticos da época. Ao contrário, a modo de alegoria, Alencar refere-se a um fato para que seja lido outro. Em 1941, por exemplo, publicou no *Diário Mercantil* uma notícia a respeito da situação da Iugoslávia, que estava vivendo um período de “baixa moral”, mas seu povo teria reagido aos ataques de poderosos: “dis-se por ahí, comumente que a liberdade, hoje em dia, é muito difícil de ser defendida, pelo menos com êxito, pelo facto de disporem os opressores modernos de armas automáticas aperfeiçoadas, de carros de as- [SIC]alto blindados.” Refutando essa afirmação, mostra como uma cidade do interior do referido país “foi invadida por dois mil camponios armados de foices, ancinhos e varapaus. - Queremos ser livres! Abaixo a opressão!” (ALENCAR, 1941c, p. 2, ANEXO I2).

Compara então os ancinhos e varapaus com os chuços usados pelos revoltosos na Revolução francesa enfrentando o exército armado. Mostrava, assim, que, por mais brutais que as armas modernas fossem, elas não bastariam para cercear a liberdade de um povo, pois “toda a questão está em que ella, a liberdade,



tenha servidores sinceros e dispostos a combater em sua defesa, ainda que mais armados apenas com instrumento de lavrar a terra." (ALENCAR, 1941c, p. 2, ANEXO I2). Percebe-se que o discurso de Alencar apresenta-se revestido de uma máscara para camuflar, por trás da situação da Iugoslávia, a pretensa verdade que veladamente ele pretendia veicular: a busca de liberdade aqui no Brasil. Ao articular as palavras, as ideias, objetivava ensinar, sugerir à população como poderia agir, à semelhança do ocorrido na França, mesmo com simples instrumentos, como foices, ancinhos e varapaus diante de um exército armado, uma vez que a multidão de participantes, por si só, faria efeito nesse empreendimento.

Nessa breve publicação, há quatro ocorrências da palavra liberdade, uma vez o vocábulo livre e uma vez a expressão "abaixo a opressão", ou seja, esse texto reitera a questão da promoção da liberdade no espaço público, encoberta pela referência a uma reivindicação na Iugoslávia. De forma velada, mas bem veemente, ele apresentou um caminho para a sociedade reaver a liberdade. Disfarçadamente ele aponta a liberdade e generaliza o tema no espaço público, para tocar na questão da realidade nacional daquele momento, enquanto, no diário, ele aponta explicitamente para a restrição da liberdade, e, assim como nos excertos citados do Caderno 1, página 25-26 e do Caderno 3, página 88, não se vê perspectiva de que ela seja brevemente retomada.

A ética e o bom caráter teriam cedido lugar à lisonja, pois o escritor comenta também que um jornalista do sistema governamental, em vez de requerer eficiência e eficácia da máquina pública, solicita apoio ao governo varguista. Expressa, assim, o enunciador que o referido artigo restringirá ainda mais a liberdade de expressão, para garantir bajulação ao governo.

Azevedo Amaral, publicista do regimen, deu á luz hoje um longo artigo para dizer que não basta seja o funccionalismo publico inteligente, honesto e cumpridor de deveres, pois nada disso tem grande importancia. O que é preciso é que os funcionários deem apoio sincero ao Estado Novo de Getulio Vargas.

Azevedo Amaral acha até que o Dasp deve mandar espiões para as repartições publicas, afim de descobrir os indifferentes e os opposicionistas. Ahi está como são os "publicistas" do regimen. (ALENCAR, 1941, Caderno 3, p. 85).

O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP<sup>20</sup>) possuía a finalidade de impetrar a reforma administrativa, racionalizar e organizar o serviço público no país, mas queriam usá-lo com um fim menos nobre. Segundo o enunciador, idealizavam a “nação” de acordo com seus próprios interesses, isto é, aspiravam à sua manutenção no poder.

Para Alencar, a palavra é instrumento da liberdade e, por meio da escrita, expõem-se as mazelas da sociedade, a situação política, econômica e social do país e não deveria ser sujeitada aos desmandos do governo, menos ainda ser usada para aclamar seus censuradores, seus silenciadores.

Em seu papel de intelectual, o enunciador, além de criticar a pseudoliberalidade concedida pelo governo, tenta levar seu interlocutor à reflexão, denunciando, como se nota no trecho descrito abaixo, em que a imprensa veicula falsas notícias para se adequar ao que quer o Estado, mantendo-se como porta-voz da classe dominante. Vale ressaltar que a escrita era comumente usada como um meio ou um recurso para apoiar a ditadura.

Acabou de ser proibida a venda de gasolina, no paiz, aos domingos, em vista da escassez desse combustivel.  
Os jornaes continuam, não obstante, a affirmar que o petroleo de Lobato está jorrando.  
É que, com certeza, isto nada tem a ver com aquillo. (ALENCAR, 1941, Caderno 2, p. 56).

A enunciação desvela a “mentira” divulgada pelos jornalistas que, ao fazerem uso indevido da palavra, manipulariam a linguagem e ultrajariam o espaço da informação, o que, na percepção de Alencar, acarreta um abalo à credibilidade dos sujeitos. Diante disso, preceitos relacionados à ética e à verdade podem ser levantados, ao passo que as associações estabelecidas naquele contexto apontam um espaço caracterizado por relações alicerçadas pela ganância e ambição, ao extrapolar qualquer possibilidade de moral, na medida em que transmitem valores equivocados ou passíveis de contestação. De maneira explícita, o autor considera desfavorável o uso da palavra como veículo da ditadura pelos jornalistas que a submetem ao poderio do Estado em detrimento das informações verdadeiras.

Em publicação no *Diário Mercantil*, Alencar também destaca a questão da veiculação de notícias falsas. Citou: "o serviço de informações tem melhorado de

---

<sup>20</sup>Órgão previsto pela Constituição de 1937 e criado em 30 de julho de 1938, diretamente subordinado à Presidência da República. (FGV, 2017a).

modo considerável. Só o que não tem melhorado, pois que, ao contrário, vae piorando sempre, é a segurança das informações." (ALENCAR, 1941d, p. 2, ANEXO I3). Em outro trecho, ele anuncia: "a guerra que rapidamente vae destruindo a Europa é um exemplo disso, com as informações contraditórias que sobre ella todos os dias nos são fornecidas." (ALENCAR, 1941d, p. 2, ANEXO I3). Nessa publicação, Alencar questiona a veracidade da informação publicada, de forma mais amena e em assuntos mais discretos, sem tocar nas questões do jornalismo vinculado a questões da política nacional no espaço público, em relação a seu desabafo mais explícito em seu diário.

O enunciador denuncia que o jornal, espaço que deveria representar o lugar da cultura e da correta informação, está subjugado ao poder político, pois, em vez de reivindicar direito à liberdade, a imprensa homenageia seu opressor. Desse modo, a instituição expressa estar subjugada à corrupção e à barganha, na medida em que, tal como insinua o enunciador, parece se “vender” ao *status quo* com a publicação de notícias “encomendadas”.

Um certo Gunther, reporter norte-americano, que esteve ha alguns mezes no Rio de Janeiro, acaba de publicar num jornal de Nova York um artigo sobre Getulio Vargas, dizendo ser este o maior estadista da America Latina. Qual a quantia que esse Gunther terá levado daqui?  
Ha de ser muito difícil sabel-o.  
Antes de Getulio, os Gunthers apareciam tambem pelo Brasil e lavavam dinheiro pelo mesmo processo.  
Mas a gente ficava sabendo a importância, ainda que fosse só approximadamente.  
Entre o Estado Novo e o Estado Velho a diferença é essa apenas.  
(ALENCAR, 1941, Caderno1, p. 27-28).

Ao recorrer ao uso plural do nome próprio “Gunthers” para caracterização dos alvos de sua crítica, nota-se que o autor adota um tom ácido ao referenciar seus colegas de profissão. Gunter (SIGNIFICADO DO NOME, 2017), palavra de origem alemã, significa um exército de guerreiros. Contudo, dado o tom irônico adotado por Alencar, pode-se inferir que esse exército de jornalistas, semelhante à máquina de propaganda orquestrada pela cúpula nazista, manipulava a opinião pública, de forma a executar a célebre (e infame) premissa de que uma mentira dita mil vezes se tornaria verdade. Por esse aspecto, a construção idealizada da imagem de um governo que aspirava ao bem-estar de seu povo, por meio da cooptação de grande parte da imprensa, teria como principal intuito o mascaramento das atrocidades cometidas ao longo do regime ditatorial de Vargas.

Ainda para o escritor, a “Revolução” de 1930 não teria realizado transformação significativa na política e na economia do país, como se esperava. Antes, o que teria ocorrido seria a perpetuação da corrupção, aumentando ainda mais os problemas que já sobressaíam nos regimes anteriores. Não teria havido, portanto, qualquer diferença político-econômica para a sociedade após a transição dos governos republicanos, o que não justificaria, segundo o enunciador, a expressão “Estado Novo”, tampouco o termo “revolução”:

Anniversario do fim da briga de políticos em 1930, baptisada com o nome de revolução.

O que os políticos não esperavam era que Getúlio Vargas se empoleirasse no governo por toda a vida.

Se soubessem disso, não teriam brigado e não haveria “revolução” nenhuma. (ALENCAR, 1941, Caderno3, p. 80).

Em linguagem coloquial, o autor expõe seu desagravo e sua desilusão com o governo ora instituído, pois, segundo ele, apesar do nome “revolução”, o que houve foi a manutenção do *status quo*. Ainda para o escritor, Vargas usurpou o poder, tomando-o de assalto e lá permanecendo, fato que parece causar certa desilusão no autor em relação à promessa de revolução, referindo-se sempre à sua permanência em tom irônico e ou ofensivo. Para o enunciador, Getúlio Vargas escondeu-se atrás da máscara do termo “revolução” para imprimir na sociedade as mesmas marcas do governo anterior, acrescentando a restrição da liberdade e a subtração do espaço do trabalho com a criação de ministérios que solucionavam conflitos por meio do corporativismo.

Assim, no “reino”, qualquer infração moral seria permitida para que a imagem a ser veiculada estivesse alinhada aos interesses daquele que reinava. O “reino” dispunha, em seu espaço público, de imagens estereotipadas de seus líderes e, independentemente de como fosse conduzido, os súditos deveriam respeitar e honrar seus soberanos. É o que se nota, por exemplo, na crítica ácida feita pelo enunciador à pessoa de Lourival Fontes, chefe do DIP, em visita à cidade de Juiz de Fora:

Está anunciada a visita de Lourival Fontes a Juiz de Fóra, onde será festivamente recebido pelos jornalistas locais.

Jornalistas locais ou jornalistas feccas?

O que vale é que Estevam de Oliveira, Heitor Guimarães, Mario Magalhães, Francisco Lins e outros já estão enterrados há muito tempo. (ALENCAR, 1941, Caderno 3, p. 74-75).

Nesse excerto, o escritor expõe o espaço da podridão associado ao conformismo presente nos noticiários diante da censura praticada pelo chefe do DIP. A classe jornalística é, então, desprezada pelo autor, devido a sua conivência com o amordaçamento sofrido pela imprensa. Por esse aspecto, cabe ressaltar o uso do trocadilho/rima entre “fecaes” e “locaes” para a caracterização dessa classe, na medida em que cada jornalista silenciado pelo poder instituído teria sua função equiparada ao pútrido e vexatório espaço das fezes. Assim, uma das profissões mais reconhecidas e importantes no interior da estrutura hierárquica de uma nação, justamente por ser, a princípio, o veículo para a voz dos anseios da população, estaria reduzida a seu próprio excremento.

Além disso, ratifica-se tal postura quando o autor apresenta congratulações aos jornalistas mortos, preservados desse sórdido acontecimento, visto que eles não foram expostos ao vitupério da infame visita de Lourival Fontes à cidade de Juiz de Fora. Os jornalistas de outrora são mostrados como destituídos de recursos financeiros, mas ricos (ou abastados) em caráter, na medida em que não se associaram ao espaço da corrupção, por serem, segundo o julgamento do enunciador, fieis à boa moral e à cultura tradicional com que se pautava o “verdadeiro” jornalismo.

A escrita, para o enunciador, não deveria se sujeitar aos desmandos do governo, nem aclamar seus censores ou silenciadores, já que essa seria uma atitude incoerente. Enquanto os “vassalos” se mostravam subjugados como é determinado pelo “reino”, a antiga plebe não se permitia deixar-se subjugar por uma ação vergonhosa. A indignação do autor manifesta-se não só no corpo da escrita do diário, mas também no corpo físico que somatiza a aflição oriunda pela imposição do silenciamento. A repulsa que sentia por Lourival Flores é metaforizada no mal-estar do fígado.

Não nego que o dia de hontem me foi ruim para o fígado. Nem por isso, todavia, julgo ter exaggerado. As coisas, mesmo para os fígados sãos, vão de mal a peor nos dominios de Lourival Fontes. Excepto, naturalmente, para Lourival. (ALENCAR, 1941, Caderno 2, p. 51-52).

Tamanha é a recusa e a indignação diante do posto ocupado por Lourival Fontes no governo varguista que sua acidez atinge também a esposa deste, que

teria, de acordo com o escritor, atitudes não apropriadas aos padrões de comportamento da época:

Dizem-me que Adalgisa Nery, mulher de Lourival Fontes, entra no Cattete como se o Cattete fosse a casa da sogra.  
Getulio Vargas deu ordens para que ella lhe possa falar a qualquer hora do dia ou da noite, principalmente da noite.  
Tudo acaba por explicar-se, até mesmo o motivo pelo qual Lourival Fontes está reinando... (ALENCAR, 1941, Caderno 3, p. 91-92).

A enunciação encontra-se alicerçada em um tom machista, na medida em que instaura dúvidas a respeito da conduta de Adalgisa Nery em virtude de seu livre acesso ao palácio presidencial. Nesse sentido, o destaque dado ao horário noturno como supostamente predileto para tais visitas, indicaria a relação afetiva entre o presidente e Nery, tal como uma concubina à mercê dos caprichos de seu “benfeitor”. Por esse prisma, a posição privilegiada ocupada por Lourival Fontes, no DIP, segundo Alencar, seria mais uma forma escusa e de índole duvidosa de alcançar o poder, a despeito da moral burguesa de seu tempo.

O autor questiona também a qualidade do curso de Direito quando se indigna com a escolha de Getúlio Vargas como paraninfo dos formandos, pois os advogados deveriam defender os princípios da liberdade e da democracia: “Os estudantes de Direito do Rio acabam de escolher Getulio Vargas para seu paranympo este anno. Que especie de Direito estarão elles estudando?” (ALENCAR, 1941, Caderno 3, p. 66). Em vez disso, privilegiaram alguém que impunha a restrição de tais princípios. Miceli (2001) assegura que o curso de Direito na década de 1930 era considerado um curso superior hegemônico.

O enunciador, assim, expressa o espaço da bajulação e dos jogos de interesse presentes nas relações daqueles que deveriam ser defensores da justiça. A escolha do paraninfo estaria contrariando um dos principais preceitos do curso de Direito que seria, justamente, o espaço em que as leis são discutidas e também o espaço da ética. Desse modo, o escritor deixa ver que o espaço do “reino” configura-se como um espaço de poder onde não há lugar para divergências.

Tal poder dissemina-se por todos os lados, ditando não só atitudes e comportamentos, mas também novas regras a serem seguidas sob pena de perda dos direitos, como é o caso das exigências feitas aos jornalistas para o exercício da profissão. No excerto abaixo, o enunciador critica o governo pela exigência de

registro obrigatório da profissão no Ministério do Trabalho e, devido à burocracia, só seriam validados os “atestados” emitidos por pessoas da mesma área de conhecimento.

Depois de trinta e um annos de jornalismo em Juiz de Fóra, tive hoje que solicitar a certo analphabeto um attestado de que sou realmente jornalista ha mais de dez annos, a fim de poder registrar-me como tal no ministerio do Trabalho.

O attestado do referido analphabeto, que dirige a Associação de Imprensa de Minas, serviu.

Os meus trinta e um annos de profissão, na cidade, é que não serviram.

Enfim, parece que vou ser agora jornalista registrado! (ALENCAR, 1941, Caderno 3, p. 85).

Alencar critica essa necessidade ao mesmo tempo em que ironiza tal exigência, já que o fato de ter um registro e uma carteirinha de jornalista não mediria a capacidade do profissional. Para o autor, a experiência acumulada e a capacidade de escrita e reflexão é que seriam os quesitos necessários a um bom jornalista. Tal solicitação visava demarcar as fronteiras que poderiam “suscitar litígios entre profissionais de ramos conexos” e a intervenção estatal buscava legalizar “a concorrência entre profissionais de áreas afins, [procedendo] à monopolização de setores e funções nos mercados públicos e privados de postos.” (MICELI, 2001, p. 205).

Quanto à publicação da reforma ortográfica por meio de decreto, Alencar a ela aludia sutilmente no espaço público e não a renegava, não a contestava publicamente, apenas propunha uma ação de cunho moral:

Mas há a grande massa de leitores comuns, que aumenta dia a dia e o cujo possível bom gosto vai sendo embotado é estragado por essas más leituras que os editores inescrupulosos, por espíritos de pura ganância, lhe oferecem com tanta fartura. É essa massa que é preciso defender. Evidentemente, qualquer ação oficial é inadequada em assuntos de semelhante natureza. Todavia, assim como se tornou obrigatória por decreto uma reforma ortográfica, também se poderia com muito mais razão, proibir o uso, e sobretudo o abuso das más traduções. (ALENCAR, 1941n, p. 2, ANEXO U2).

Assim, ele se referia à questão das traduções, alegando que essa atividade desenvolvia livros de baixa moral, livros que promoviam a violência, segundo seu ponto de vista. Por isso ele estava em desacordo com o mercado em tais divulgações. Apontava que, como a reforma ortográfica ocorreu por decreto, que também por um decreto se atentassem a esse aspecto.



Já no espaço privado, ele criticava veementemente tal atitude, por considerá-la uma forma de amordaçar o pensamento, bem como uma forma de bajular o governo. Ironicamente, para o escritor, a adoção (ou implementação) de uma ortografia simplificada serviria como meio facilitador para a bajulação, devido à “economia de letras”, assim, bem mais rápidas seriam as congratulações ao presidente. A atualização ortográfica proposta pelo governo é veementemente criticada, uma vez que o escritor valorizava a língua portuguesa dentro dos padrões da norma culta, entendendo que a supressão de acentos e letras se configuraria como um efeito banalizador da linguagem culta. Além disso, o espaço da escrita seria aviltado por essa simplificação na medida em que essa era usada para favorecer o espaço da socialização da política orquestrada por Vargas. Note-se a ironia do autor ao associar a edição do decreto ao aprisionamento do pensamento, em que a uma ortografia simplificada corresponderia à ausência de reflexão crítica:

Cassiano Ricardo disse em Bello Horizonte, numa apologia rebuscada, que Getulio Vargas é muito amigo dos escriptores.

Tão amigo, digo eu, que lhes impôz uma orthographia por decreto e lhes amordaçou o pensamento.

Com o que todos elles, ao que parece, andam muito satisfeitos.

Aliás, a orthographia simplificada bastante lhes facilitará a tarefa bajulatória: podem escrever com um **!** só que Getulio é ilustre e, sem m, que elle não é nem jamais foi da quinta coluna<sup>21</sup>.

A certos letrados ás vezes convem a economia de letras. (ALENCAR, 1941, Caderno 3, p. 7-8, grifos do autor).

É importante observar, ainda, a posição antimodernista adotada pelo enunciador que julgava a atualização ortográfica como estratégia política de Vargas para se aproximar da população, o que, segundo Alencar, acabava por facilitar o analfabetismo ao abrir mão do rigor linguístico. Contrariamente ao rigor formal da língua, o modernismo era tido por ele como obscurantista, uma vez que os modernistas de 1922 defendiam uma estética de transgressão diante das escolas tradicionais. Eles adotavam uma linguagem despreziosa, despreocupada com os padrões formais, rompendo com a sintaxe tradicional e tentando maior aproximação com a linguagem coloquial. Por isso mesmo, segundo o autor, a atualização

---

<sup>21</sup> “Termo cunhado durante a guerra civil espanhola e usado para designar aqueles que, em Madri, apoiavam as quatro colunas que marchavam contra o governo da Frente Popular Republicana do presidente Azaña. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi utilizado para referir-se àqueles que agiam sub-repticiamente num país em guerra, ou em vias de entrar na guerra, preparando ajuda em caso de invasão ou fazendo espionagem e propaganda em favor do Eixo.” (FGV, 2018d)

ortográfica lhes era condizente, pois ansiavam pela popularização da língua e do conhecimento como meios de promoção do acesso à educação pelas massas.

Sua posição antagônica ao modernismo faz-se presente também no espaço público de modo mais velado, como publicado no *Diário Mercantil*. Alencar anunciava que os livros vendidos, na época da escrita desse artigo, não possuíam conteúdo clássico, mas apresentavam sofrível leitura. Alega que a produção poética tinha sido lamentável e citava: "enfim, uma produção 'poética', perfeitamente lamentável. O sr. Álvaro Lins, em nome da nova cultura, praticou trabalho benemérito, mostrando a inutilidade de tantos volumes ridículos." (ALENCAR, 1941m, p. 2, ANEXO U3). Expressou seu despreço por essa estética, e, no excerto "basta abrir, ao acaso os suplementos dominicais da nossa grande imprensa, dedicados à literatura, para ver como é grande o número desses rimadores sem inspiração, sem graça, sem gramática" (ALENCAR, 1941m, p. 2, ANEXO U3), observa-se a repugnância que o enunciador lhes dedicava. Nesses excertos, nota-se crítica alencariana à nova estética, além de nomear publicamente escritores que não lhe apraziam.

Verifica-se que a menção ao escritor Cassiano Ricardo guarda relação com a vertente modernista mais próxima de Getúlio Vargas, o movimento verde-amarelo, que tinha como uma de suas principais características a exaltação de elementos patriotas e ufanistas. Os ideais dessa corrente do modernismo vieram ao encontro dos anseios de Vargas que, com o advento do Estado Novo, almejava a implementação de uma nova identidade para a nacionalidade brasileira. Assim, cooptou vários intelectuais para, junto com o Estado, construírem essa nova identidade nacional. Parecendo contrário a essa manobra, o enunciador defende que à literatura e à escrita era reservado o espaço da reflexão que proporia aos leitores o exame e o questionamento das questões políticas e sociais e não o espaço de aliança com um governo afeito à troca de favores.

Appareceu hoje, no Rio, feito nas oficinas do governo, com papel do governo e com dinheiro também do governo, o jornal de Cassiano Ricardo, poeta transformado em doutrinador do Estado Novo. Ahi está a razão pela qual Cassiano Ricardo, ha dias, em Bello Horizonte, declarou que Getulio Vargas é um grande literato.

Como se vê, tudo muito velho: o Ricardo, o jornal, o protector do Ricardo e o Estado Novo. Este principalmente. (ALENCAR, 1941, Caderno 2, p. 46-47).

O signo “transformado” sugere que Cassiano Ricardo tenha mudado sua condição de poeta para aliado político de Vargas e, ao adentrar esse espaço, pode declará-lo “grande literato”. Como o diário foi escrito em 1941 e por isso mesmo não havia decorrido tanto tempo para ser tomado como velho, infere-se que “velho” se refere à ideologia norteadora do governo, que, apesar de apregoar um “estado novo”, continuava mantendo antigos hábitos políticos, como o apadrinhamento e a troca de favores.

Os jornais que opinavam em conformidade com o poder instituído auferiam as benesses e os subsídios, tais como papel e outros recursos, mas, quando a censura não era “respeitada”, ocorriam penalidades, como cortes desses suprimentos e outras imposições, inclusive o fechamento do estabelecimento.

Sabe-se que, com a finalidade de construir a ideologia de seu governo, Getúlio Vargas cooptou os intelectuais, estabelecendo com eles uma relação num duplo movimento: o primeiro popular, por meio do DIP, visando atingir a população em geral, e o segundo erudito, por intermédio do Ministério da Educação - MEC, movimento conhecido como “constelação Capanema”, denominação que remetia à formação celeste veiculada em função do ministro Capanema. O Ministério teve uma capacidade de capilaridade tão grande entre os intelectuais que conseguiu se enraizar de forma a ser denominado constelação, aglutinando muitos intelectuais de destaque a seu redor. Os intelectuais, contudo, não teriam se vendido, mas foram cooptados e aceitaram empreender a proposta de desenvolvimento de uma identidade nacional. (cf. MICELI, 2001).

Mônica Velloso (1987) ressalta que Getúlio Vargas censurou os intelectuais dizendo que eles se recolhiam enclausurados em “Torres de Marfim”, devido à ausência de participação efetiva desses na vida quotidiana, em referência a Machado de Assis, que, em discurso na Academia Brasileira de Letras, proferiu que a única preocupação dos intelectuais devia ser a literária. Vargas propôs aos intelectuais de sua época que fossem homens de ação e os cooptou (ou convocou) para ajudarem na implementação do Estado Novo. Na mesma esteira, nota-se que, em seu diário, o enunciador recrimina os intelectuais que apoiaram Getúlio Vargas, a ponto de dizer que não compensava lê-los: “Como medida de hygiene mental e intellectual, deixei ha dias de ler Lindolpho Gomes. E posso garantir que esta dieta me tem feito um bem extraordinario...” (ALENCAR, 1941, Caderno 1, p. 5). Até

mesmo seu confrade na Academia Mineira de Letras, o escritor Lindolfo Gomes<sup>22</sup>, é repreendido pelo enunciador que desaprova a atitude de um literato como ele ao aceitar dar seu apoio a Getúlio Vargas.

Relativamente ao aspecto econômico, como exposto anteriormente, uma das causas do fortalecimento dos estados com o advento da política intervencionista foi a crise do liberalismo<sup>23</sup> americano em 1929<sup>24</sup>, fundamentado nas convenções de Adam Smith. E esse impasse não estava solucionado. Como menciona Alencar, Gilberto Freyre, em discurso de cunho econômico, destacou que não previa o restabelecimento do liberalismo no mundo.

O sr. Gilberto Freyre, apesar de seu talento e da sua cultura, parece não acreditar muito no restabelecimento do liberalismo no mundo, após a derrota inevitável do nazismo e do fascismo. Em discurso recente, afirmou esse publicista não ser provável que se volte ao que ele chama “culto simplista da Liberdade com L grande”. Com L grande é como está escripto no discurso publicado pela imprensa. Pouco importa, todavia, que a Liberdade deixe de voltar com L grande. Basta que volte com L maiúsculo. (ALENCAR, 1941, Caderno 2, p. 41).

Alencar ironiza o sociólogo com o uso da expressão “com L grande” em vez de “L maiúsculo”; sua crítica lida com questões do desempenho linguístico, pois reiterar o “L grande” seria desnecessário, uma vez que grafar “liberdade” já evidenciaria o significativo almejado.

Interessante se comparada à publicação dessa matéria no *Diário Mercantil*, pois ele afirmava que as pessoas tentavam, na época da crônica, predizer o futuro quanto à questão do liberalismo e da liberdade, entre outros tópicos. E, independentemente de quem fosse o vencedor da guerra, tais conceitos seriam substituídos por outros, e o homem se adequaria ao novo estilo, que provavelmente

<sup>22</sup> Lindolfo Eduardo Gomes (SP 1875 – RJ 1953), membro da Academia Mineira de Letras, conforme *site* da AML. “Poeta, Jornalista, contista, ensaísta, folclorista, professor e teatrólogo. Passou sua juventude em Resende, no Estado do Rio de Janeiro, mudando-se mais tarde para Juiz de Fora, MG, onde passou grande parte de sua vida profissional tendo redigido para os jornais *O Pharol*, *Jornal do Commercio*, *Diário do Povo*, *Diário Mercantil*, revista *Marília*, entre outros.” Disponível em: (PEREGRINACULTURA’S WEBLOG, 2017).

<sup>23</sup> Liberalismo, segundo o dicionário de Bobbio (1998), pressupõe a luta pela garantia dos direitos individuais numa “participação democrática na direção política do país”, dando preferência aos conteúdos como “o ideal nacional, o privilegiamento exclusivo do *laissez faire*, *laissez passer*.” (BOBBIO, 1998, p. 688). Defende o Estado mínimo com a diminuição de seu tamanho, ao contrário da ideia de que “um Estado tem a finalidade de garantir os direitos do indivíduo contra o poder político.” (BOBBIO, 1998, p. 690).

<sup>24</sup> Em 1929, houve uma crise econômica em consequência da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque que afetou a economia global, gerando desemprego e miséria.

se aproximaria do escravismo, segundo sua compreensão. Ao citar Gilberto Freyre nesse contexto, afirma:

O sr. Gilberto Freyre não será um desses.  
 O seu talento e a sua cultura impedi-lo-iam de assentar praça nessas fileiras reacionárias. Todavia, no belo discurso com que há dias agradeceu o almoço que amigos e admiradores de ofereceram no Rio de Janeiro, o notável publicista, falando dos tempos presentes, fez advertência de que 'não se voltará talvez após a guerra, ao culto simplista da Liberdade com L grande'.  
 Com L grande é como está no discurso.  
 Terá razão o sr. Gilberto Freyre?  
 É possível.  
 Mas não importa muito que a liberdade deixe de voltar com L grande, com diz o illustre ensaísta.  
 Basta que volte com L maiúsculo. (ALENCAR, 1941e, p. 2, ANEXO K2).

Alencar expressou publicamente sua crítica quanto ao desempenho linguístico, ao considerar importante que houvesse o retorno da liberdade, um dia após fazer constar em seu diário. Surge uma dúvida nesta pesquisa: Por que reproduzir em seu diário algo que seria publicado? No jornal, houve uma pequena relativização: “É possível”, porém não deixou de causar estranhamento esse achado, essa notação em seu diário, análoga ao publicado.

Gilberto de Alencar possui atitudes que ressaltam aspectos de tendência liberal, pois, como se pode notar em seus textos, ele se mostra favorável à livre regulação do mercado e contra a interferência governamental nas relações econômico-financeiras. Contudo, naquele momento, afirma ser mais importante o restabelecimento da liberdade de expressão, a faculdade do livre proceder e do pensar do que a restauração do liberalismo, tendo em vista o anseio ardente por qualquer possibilidade de liberdade.

Indignado com a conjuntura econômica, o autor encontra-se atordoado com a situação financeira da sociedade brasileira, devido à alta da inflação que subsistia já por longo período, “O Estado Novo pretende acabar com o “mil-réis” e substituí-lo pelo “cruzeiro”. É com esta novidade e outras que o Estado Novo pensa tornar menos triste a situação do país. Melhor fôra que tratasse de baratear as batatas.” (ALENCAR, 1941, Caderno 3, p. 93).

O escritor critica, assim, a manobra de mudança do nome da moeda circulante em vez da resolução do efetivo problema econômico e financeiro da nação, estabelecendo preço justo às mercadorias, e apresenta um discurso contra a intervenção econômica. O autor, utilizando termos didáticos, realça seu perfil

pedagógico, para externar a urgência da resolução da situação grave relacionada à crescente inflação no país: “baratear as batatas”, e aproveita a expressão a fim de criticar o governo, pois, através de uma linguagem de fácil entendimento, expõe uma necessidade primária dos menos abastados: a alimentação.

A crítica à gestão do governo continua quando o enunciador aponta a insuficiência na produção nacional de gêneros alimentícios, levando à necessidade de importação, o que atestaria a má administração pública: “A República Argentina está-se tornando, cada dia um pouco mais, o celeiro do Brasil. É de lá que nos vêm o trigo, as fructas e as batatas.” (ALENCAR, 1941, Caderno 3, p. 9). Essa crítica é reiterada em outros gêneros do autor – crônicas e romances –, pois, para o escritor, um país de dimensões continentais não deveria depender de alimentos oriundos da Argentina, demonstrando ser humilhação e prova incontestável de má gestão político-administrativa.

A questão da importação de alimentos da Argentina foi abordada no espaço público sob a ótica social, porque o autor julgava que se trabalhava menos. Ele apontava em seu discurso que, na medida em que se trabalhasse mais, haveria produção suficiente. Ele não abordou o aspecto de política governamental, como o fez no diário. Expressava que as importações eram de conjectura política no diário, enquanto, no espaço público, tornava-se um problema de ociosidade em função dos vários feriados.

As cebolas estão vindo da Argentina.  
E com ela as frutas, e as batatas e possivelmente o milho.  
Que a nossa irmã do Sul esteja se transformando rapidamente em celeiro do Brasil é coisa que de modo algum pode ser agradável ao pobre amor próprio.  
Precisamos trabalhar. (ALENCAR, 1941a, p. 2, ANEXO C2).

Já no diário, em tom irônico, o autor denuncia a falta de comando nos órgãos públicos do governo que deveriam implementar ações para gerar emprego nos campos agrícolas, visando ao aumento da produção nacional e ao combate ao desemprego: “Continuam vagos os ministérios do Trabalho e da Agricultura. Dizem que o numero de vadios nas cidades está diminuindo. E que está aumentando o numero de braços na lavoura.” (ALENCAR, 1941, Caderno 1, p. 32).

Para o enunciador, a criação de órgãos e de instituições reguladoras seria uma forma intervencionista governamental mais para prejudicar o país que para

ampará-lo. Percebe-se que, em sua opinião, sem a interferência de tais ministérios, as atividades urbanas e rurais se desenvolveriam melhor. Esse assunto é recorrente na produção autoral, não só no diário, mas também em suas colunas de jornais, crônicas e romances, em que ironiza a criação de ministérios por julgar que seus efeitos se faziam contrários a seus objetivos.

Alencar ironicamente se posicionou contra a criação de ministérios reguladores, os institutos, em 1941. Surpreendente, pois, como temia a censura e, por isso, no diário veio a manifestar repugnância à criação de tais órgãos. O autor, em tom ácido, apresentou um discurso referente à inutilidade destes, pois entendia que não cumpriam a finalidade para a qual foram determinados em sua criação, e assegurava:

afirma-se que a finalidade dos diversos Institutos é proteger, amparar e valorizar os diversos produtos da terra.  
 Não resta dúvida que essa finalidade está sendo brilhantemente atingida, uma vez que os produtos se valorizam cada dia mais. [...]  
 Mas, estando os Institutos na ordem do dia, não custa nada criar ainda outro.  
 Mais um, menos um... (ALENCAR, 1941i, p. 2, ANEXO R2).

Também aí, o escritor mostra prezar o espaço do trabalho e não aceitar os direitos trabalhistas implantados, pois, conforme destaca em seus romances, colunas e crônicas, julga que a dignidade vem do muito trabalhar. Assim ele imputa aos benefícios sociais a causa de ociosidade, chamando de “vadios” os trabalhadores. A crítica do enunciador atinge também a Igreja, que, segundo ele, vive em sua busca do poder que se perpetua, porque se mantém sempre ao lado do poder instituído:

Dia santo de guarda. Ninguém trabalhou, nem nas repartições publicas, nem no commercio, nem nas industrias. Quanto a pensar em Deus ou a fazer o bem é, duvidoso que um decimo por cento da população tenha tido tempo para isso. A Egreja, porém, ficou satisfeita, e o Estado com ella. E mais satisfeitos ainda do que os dois ficaram aquelles que aproveitaram o dia para se divertirem. Não ha a menor duvida que o ministerio do Trabalho acabará mesmo endireitando o Brasil. É questão de esperar um pouco. (ALENCAR, 1941, Caderno 1, p. 3).

No excerto acima, o enunciador sugere que a “eternidade” da igreja como instituição está vinculada a essa conveniência com o Estado, isto é, a de se colocar



em defesa do mais forte, mesmo que, para isso, ela corrompa seus princípios e ignore as atrocidades dos detentores do poder.

Miceli (2001) certifica que, desde o início da década de 1920, a Igreja Católica teve projeto de ampliar sua influência na política. A amplitude desse projeto resultava não apenas de defesa do Vaticano, preocupado em sustar o florescimento dos movimentos operários da esquerda na Europa, mas também da tomada de consciência por parte do episcopado brasileiro da crise com que se defrontavam os principais grupos dirigentes.

Note-se, ainda, que Alencar salienta a ligação entre o espaço da religião e o espaço da política, ambos visando à manutenção de seu domínio, sua permanência em posição de destaque. Interessante que, nesse “reino”, a igreja está subordinada ao governo, pois não reclamou dos poucos súditos que participaram da liturgia no feriado, enquanto a maioria se divertia. O enunciador aponta que, também no cenário internacional, o posicionamento da Igreja permanecia inalterado.

Continuam os fuzilamentos na França.

E o Papa quieto.

Antes de tudo, a eternidade da Igreja, que se obtém não indo nunca de encontro aos que estão ou parecem estar fortes... (ALENCAR, 1941, Caderno 3, p. 80-81).

No papel de intelectual, o autor indica a posição contraditória da Igreja para manutenção de sua “ordem”. A instituição eclesiástica permanecia indiferente às injustiças sofridas pelas pessoas, com a finalidade de manter-se no poder e, para assegurar sua posição hegemônica, desprezava alguns valores por conveniência, posicionando-se ao lado dos dominadores. Publicamente, Alencar veiculou:

Vê-se, assim, que Sua Santidade acaba de trazer o [SIC]avel apoio moral de sua palavra franca a todos quantos se rebellaram e ainda se rebelam pelo mundo inteiro, contra as idéas, as normas e os preceitos de totalitarismo nefasto, causa principal da carnificina [SIC] e ameaça tremenda a todos os princípios cristãos que são a base da civilização ocidental.

Não há de faltar quem nega o facto. [...]

É formal a condenação do Papa à chamada 'nova ordem' que Roosevelt, há tantos com tamanha felicidade, [SIC] não ser ordem, nem nova. (ALENCAR, 1941g, p. 2, ANEXO M).

Importante destacar que, no espaço público, Alencar divulgava o apoio do Papa ao totalitarismo, já no espaço privado, ele ironizava, afirmando que o Papa

estava quieto diante do fuzilamento sofrido na França, pois o Papa prezava, acima de tudo, a eternidade da Igreja. Destarte, publicamente ele enunciava que a Igreja tinha uma posição, mas, em sua privacidade, destacava que a Igreja era conivente com a proposta do vencedor.

Outro aspecto apontado no diário relaciona-se ao controle velado que o governo exercia sobre a população, valendo-se de elementos da cultura e de costumes populares. Sabe-se que o DIP regulava alguns deles, como o carnaval e o samba, as passeatas e as manifestações cívicas. O enunciador destaca que Getúlio Vargas, por meio desse órgão, articulou a cultura popular, captando admiração da massa pelo Estado, a fim de conquistá-la, entretê-la e tê-la subjugada. Uma de suas ações nesse sentido era o incentivo dado ao futebol que, segundo o autor, mantinha o povo entretido enquanto o governo agia a seu modo:

Havia hoje á noite, na rua principal da cidade, grande aglomeração popular em frente a um alto-falante.  
O transito interrompeu-se.  
Grande batalha naval no Pacifico?  
Que nada!  
Jogo de futebol no Rio. Ou em S. Paulo. (ALENCAR, 1941, Caderno 3, p. 95).

O enunciador assinala que o espaço do entretenimento desvia a atenção da dura realidade da vida. O excerto corrobora essa premissa inicial, pois o povo, alienado e desprovido da cultura, ficaria vulnerável e, prendendo-se aos entretenimentos, não atentaria para as catástrofes nacionais e internacionais.

Em reportagem publicada em 1941, Alencar registra: "a aviação civil começa a ter notável desenvolvimento no Brasil, attrahindo para a sua prática milhares e milhares de jovens brasileiros." E, "e vem ella a ser que cada jovem brasileiro que se faz aviador, a serviço do Brasil, é um jogador de "foot-ball" a menos, e isso a bem, igualmente, do paíz". Segue apregoando: "ganhará o Brasil, com isso, em todos os terrenos." (ALENCAR, 1941f, p. 2, ANEXO L2).

Nesses excertos, Alencar veio ratificar o discurso contra o futebol. Apresentou, como argumento, a valorização do ingresso de jovens na aviação, pois não se ocupariam com futilidades, como o futebol, segundo posição do enunciador. O discurso apresentado no espaço público era análogo àquele lançado em seu espaço privado.

Também o escritor Lima Barreto (1922, p. 271) possuía ojeriza aos esportes, em especial condenava o futebol, dado por outros como aspecto positivo do Brasil: "a grandeza de um país não se mede pelo desenvolvimento das artes, da ciência e das letras. O padrão do seu progresso é o grosseiro *football* e o xadrez de ociosos ricos ou profissionais." E concluía, prevendo o futuro:

O Brasil, ao acreditar em semelhante pessoal, ficará célebre no mundo, desde que ganhe campeonatos internacionais dessas futilidades todas. E, sendo assim, em breve aparecerá um Camões ou um Homero para rimar uma epopéia em louvor desses heróis esforçados, que nada fizeram para o benefício comum, mas que são glórias do Brasil. (BARRETO, 1922, p. 271-272).

Alencar afirmava que, em vez de cultura erudita, venerada por ele, que era defensor dos valores universais, nobres e um admirador da França, Vargas expandia a cultura popular com adesão das massas, pois esta era veiculada em diversas mídias no âmbito nacional: rádios, jornais, *shows*. De fato, "Getulio Vargas visitou a sede da Radio Tupy, onde aplaudiu com entusiasmo as exhibições de Ary Barroso, com o qual conversou longamente. Um sot trouve toujours..." (ALENCAR, 1941, Caderno 3, p. 77, grifo do autor).

O escritor, além de demonstrar seu domínio da língua francesa e apreço por essa cultura, expõe seu julgamento diante da situação, já que a expressão transcrita do francês significa: "Um tolo sempre encontra outro..." Assim, considera que os detentores da cultura popular e os que a aplaudem sejam tolos e ignorantes. E, acidamente, considera os dois personagens como tolos, um por se julgar bom na música e outro no poder.

Atordoado pelo que considerava o entorpecimento intelectual da população e pela falta de liberdade de expressão, o enunciador "grita" tónicas presentes naquele período, em seu diário, posicionando-se contra tais atrocidades: "Cada povo tem a falta de liberdade que merece." (ALENCAR, 1941, Caderno 3, p. 88). E, ao se manifestar no jogo narrativo contra a ausência de liberdade, parafraseia o ditado popular: "Cada povo tem o governo que merece", sugerindo que o povo merecia o governo de Vargas ao aceitar, alienadamente, os jogos de poder que este manipulava, oferecendo entretenimento em lugar de cultura erudita e liberdade de expressão.

Segundo Alencar, a massa popular, em sua ignorância, uma vez que se permitia facilmente seduzir pelas ideias e propagandas (estratégias políticas), em troca de pequenas melhoras pessoais (benefícios sociais e/ou trabalhistas), recebia, em consequência, o “merecimento” pelas atrocidades do governo. Dito de outro modo, no “reino” era permitida diversão controlada dos súditos, a fim de que não refletissem nem raciocinassem, mas cumprissem bem suas tarefas, como trabalhar e aclamar o rei. Assim, a diversão seria vinculada à benesse do poder ou a um favorecimento ao entretenimento e ocupação dos vassallos. O detentor do “reino” aproximava-se dos gostos dos súditos para o engrandecimento de sua imagem, adotando, contudo, um gosto semelhante ao da plebe, não apropriada à elite culta.

A posição ambígua do enunciador, entrevista em várias passagens do diário, já aqui comentadas, também se faz notar quanto à implantação dos costumes americanos e à entrada de vocábulos estrangeiros, como, por exemplo, *week-end* no vernáculo nacional. Ele era apegado à tradição e aos valores atemporais, defendendo que as pessoas deveriam preservar os costumes independentemente da evolução histórica, de modo a resguardar a própria cultura, o regionalismo, os traços marcantes da mineiridade.

Poucas fogueiras, quasi nenhum balão, nem signal de batatas assadas na brasa.  
 Cidade com fumaças de grande, Juiz de Fóra não quer saber mais destas coisas de antanho. Juiz de Fóra já tem casinos e outras novidades da extranja.  
 Balões? Batatas na brasa?  
 Só no sertão.  
 E o sertão anda tão longe!  
 Coitado de S. João, coitado do Brasil... (ALENCAR, 1941, Caderno 1, p. 23-24).

O enunciador destaca que o espaço da tradição nacional está sendo rejeitado devido à crescente adequação da sociedade aos novos costumes estrangeiros, acentuando os “malefícios” que o progresso e a modernidade trazem em relação aos antigos costumes. Ele ainda parodia a situação de forma irônica ao dizer: “e outras novidades da extranja”. Grafar “extranja” poderia apontar a violência sofrida por nossa aculturação ao infringir assim a escrita canonizada? Ou ele quis “popularizar” a palavra, usando uma espécie de gíria para mostrar que as coisas vindas do estrangeiro já estavam mais que adaptadas ao Brasil?

Para ele, apesar de o país possuir valores culturais, o apego à tradição corria o risco de não resistir à influência estrangeira, tornando-se vulnerável. Desse modo, o escritor mineiro demonstra severa preocupação com a expansão da influência da cultura americana em território nacional, fruto da reconhecida política de Franklin Roosevelt de elevação do domínio ideológico e cultural americano sobre os demais países da América.

A influência do “reino” mais poderoso não seria benéfica, pois alterava hábitos e costumes saudáveis e tradicionais desse “reinado de Lourival”, bem como impunha sua cultura, promovendo o acultramento do “reino” menor. Diante disso, a alegoria do “reinado de Lourival” encena o modo como a política externa de Vargas prejudicaria não somente a liberdade política nacional, como também a própria manifestação da cultura brasileira.

No espaço público, Alencar externou: "ajunte-se a isso influência de Hollywood, que ninguém trata a série de contrabalançar ou de neutralizar de qualquer maneira, e ter-se-á uma [SIC] amostra do que poderão vir a ver as novas gerações assim [SIC] virtualmente alimentadas." (ALENCAR, 1941j, p. 2, ANEXO W2). Essa publicação mencionava a questão das livrarias e das feiras de livros, que antes tinham a proposta de divulgar o que conheciam e respeitavam. Porém, naquela data, já prevalecia o propósito comercial, com ênfase na obtenção de lucro. E assim, como o objetivo das feiras havia mudado, Alencar se preocupava com a influência negativa advinda de Hollywood. De modo mais explícito no diário, ele se coloca contra a influência estrangeira, em detrimento dos costumes e das tradições até então instituídas e que foram abandonadas.

Ao mesmo tempo, ainda que tenha criticado a “importação” da cultura estrangeira, Alencar apresenta outro posicionamento dúbio no que diz respeito à sua postura em relação ao entretenimento advindo do exterior. Observa-se em seus relatos o modo como os problemas nacionais perdem destaque em relação ao mundo de fantasia criado por Walt Disney, em sua adaptação cinematográfica de Branca de Neve. Assim, o contraste entre os mundos de fantasia encenados em seu diário parece relevante: enquanto o reino de Lourival causa tristeza e opressão, em virtude do processo ditatorial imposto no Brasil, o mundo “mágico” de Walt Disney consegue trazer para o narrador uma sensação de leveza e alívio para suas angústias d’alma:

O talento e a sensibilidade de Walt Disney, em Branca de neve, reconciliam a gente com o cinema, no qual tão bellas coisas podem ser feitas. Homens e crianças, moços e velhos, cultos e incultos, todo o mundo vibra deante do trabalho de Disney.  
Branca de neve, que só hoje vi, faz bem á alma.  
 E faz esquecer os Lourivaes.  
 Decididamente, é uma obra prima de delicadeza.  
 Um grande artista, Walt Disney! (ALENCAR, 1941, Caderno 3, p. 75-76, grifos do autor).

Nesse fragmento, pode-se observar a dubiedade de opinião do narrador quanto às manifestações estrangeiras, ora favorável, elogiando “um grande artista”, ora desfavorável, como supracitado. Sendo assim, devido ao trauma imposto por Lourival Fontes, somente um filme infantil poderia aliviá-lo ou reanimá-lo. Entretanto, cabe ressaltar o aparente desconhecimento de Alencar em relação à política de propaganda New Deal, implementada pelo presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt, tendo como um de seus principais destaques as produções de Walt Disney. Ou se poderia dizer que o autor manifestou uma ironia velada, ao dizer que a importação da cultura estrangeira “apagaria” a capacidade de o povo enxergar as mazelas do “reinado de Lourival”?

Nesse contexto, uma boa parcela das produções cinematográficas norte-americanas foi utilizada como veículo de propaganda global, como forma de solidificação da cultura, valores e influência americana ao redor do mundo. Nesse sentido, parece contraditório e ou irônico o encantamento de Alencar, defensor ferrenho do nacionalismo, com filmes cujo propósito fosse a disseminação, em maior ou menor grau, do *american way of life* (estilo de vida americano), o que demonstra o quão eficiente foi a máquina ideológica americana no período.

Como o Brasil não tinha uma indústria cinematográfica desenvolvida, o filme, mesmo veiculando valores americanos, não teria usurpado o lugar de algo nacional, sendo esse um possível motivo para o escritor ter apreciado a obra.

Diante do contexto histórico no plano internacional<sup>25</sup>, o autor considerava Getúlio Vargas como um traidor da nação, em virtude de sua postura política, como no caso de seu alinhamento aos postulados do nazismo e do comunismo.

---

<sup>25</sup>No interstício entre as duas Grandes Guerras, houve o avanço de regimes totalitaristas: o Nazismo, liderado por Adolf Hitler, e o Fascismo, por Benito Mussolini. O nazi-fascismo, portanto, surge como alternativa num contexto de crise do liberalismo político e econômico, típico do século XIX, que resultou na crise de 1929 e na ameaça de avanço do comunismo. Nesse sentido, propunha o autoritarismo político e o intervencionismo econômico, dispondo de eficiente sistema de propaganda como meio de implantar o convencimento ou a persuasão. Entre as principais características das ideologias supracitadas, úteis a esta pesquisa, são itens de seu caráter: nacionalista com acentuada

A “quinta columna” brasileira, embora numerosa, nada valeria se não fôra a dubiedade de Getulio Vargas, sobre a qual ella se apoia para agir. Getulio e a “quinta columna” entendem-se bem. Eis porque Roosevelt continúa a ser, cada vez mais, o verdadeiro presidente dos brasileiros amigos da liberdade. (ALENCAR, 1941, Caderno 3, p. 90).

O enunciador, operando a equiparação de Vargas à “quinta coluna” como o espaço da vergonha, critica o governo varguista por aceitar a interferência americana no Brasil, deixando-se influenciar pela doutrina difundida pelo governo Roosevelt. No *Diário Mercantil*, Alencar publicou:

a conferência dos chanceleres americanos, a reunir-se dentro de alguns dias no Rio de Janeiro, tomará por certo uma resolução a respeito, de modo a impedir em toda a América a ação da propaganda totalitária em particular e do quinta-colunismo em geral. (ALENCAR, 1941b, p. 2).

Assim, Alencar desfere uma alfinetada no governo quanto à presença do totalitarismo no Brasil, bem como, nessa ação, ele sutilmente enquadró publicamente Vargas a seu julgamento de pertencimento à quinta coluna.

Ainda na esfera internacional, o escritor do diário aponta a difícil situação da França na Segunda Guerra, quando os nazistas a invadiram. Isso seria inadmissível para o enunciador, que era profundo admirador do país, assim como o fora também seu pai. A França, em guerra contra a Alemanha, foi invadida e teve Paris ocupada. Seus líderes refugiaram-se no norte da África, mas Pétain, o vice-primeiro-ministro, resolveu ficar e negociar com os alemães. Estes ficaram com 3/5 do país e o restante ficou sob o domínio de Pétain, na cidade de Vichy, com o governo denominado República de Vichy. O escritor, entretanto, ressalta o anúncio da disputa de poder no espaço francês e pondera sobre possíveis alterações de táticas militares. (cf. MAGNOLI, 2006).

Weygand acaba de ser posto [vergonhosamente] no olho da rua por Pétain, em obediência às ordens de Hitler.  
Se Weygand, à frente dos exércitos francezes da Africa, se houvesse collocado ao lado de De Gaulle, teria salvo a França e ter-se-ia salvo.  
Mas quem nasceu para dez réis não chega nunca a vintem... (ALENCAR, 1941, Caderno 3, p. 89).

---

valorização da cultura e dos símbolos (bandeiras, hinos) da nação; antidemocrático; antiliberal, pois defendia o controle econômico pelo governo, visando ao desenvolvimento da nação em vez da liberdade econômica; e anticomunista. Também era apregoado o culto ao líder, havendo manifestações de apoio e/ou adoração a Mussolini ou Hitler, como propagandas em cinema e rádio, pois nenhum tipo de oposição às suas ideias era permitido.



Alencar, nas matérias de cunho internacional, em particular em referência à situação da França na Segunda Guerra, quanto à constituição da República de Vichy, manteve seu padrão de discurso publicado com aquele contido em seu diário. Publicou: "Ora, a França por assim dizer, não chegou a lutar. Tombou muito mais aos golpes internos da quinta coluna do que mesmo os golpes do inimigo exterior" (ALENCAR, 1941h, p. 2, ANEXO N), por se referir à ação do francês Pétain.

Ainda no diário, o escritor eleva a reflexão sobre o valor nacional francês, pelo fato de a embaixada francesa na Síria estar sendo varonilmente defendida, enquanto que a própria nação não o foi. Para ele, os franceses deveriam lutar com bravura por sua pátria e não por outra. O espaço internacional está demarcado por conflitos e por tensão, e o autor critica a atuação de militares franceses na Síria, em detrimento do ocorrido na França.

Se Paris houvesse sido defendida como o esta sendo Beyrouth, a situação da França talvez fosse outra.  
 Heroísmo na Syria é coisa inútil e lamentável.  
 Em maio e junho de 1940, nos campos francezes, é que os heróis eram necessários.  
 Hoje são demais. Principalmente em Beyrouth. (ALENCAR, 1941, Caderno 1, p. 31-32).

Assim, heróis franceses são bem-vindos à França e não à Síria, destaca o enunciador. E, apesar da derrota do nazismo, entristece-se com o infortúnio da França diante da situação de Vichy.

Como se observou, o diário de Alencar não foi elaborado durante toda a sua vida. Essa obra foi escrita justamente diante da censura que envolveu a imprensa escrita e falada no período do governo de Getúlio Vargas. Terminou, assim, seu terceiro caderno manuscrito em dezembro de 1941, quando saiu de férias, afirmando que, enquanto perdurasse a restrição de liberdade, continuaria a confecção de seus diários. Almejava, contudo, que, no retorno de suas férias, não mais encontrasse o reinado de Lourival.

Devo partir, amanhã ou depois de amanhã, para as minhas férias.  
 A partida coincide com o fim deste caderno.  
 Interrompo aqui, pois, estas notas diárias.  
 Nas quatro ou cinco semanas de repouso que me proponho, é bom esquecer Lourival Fontes e o seu reinado.  
 O quarto caderno – se mais cadernos houver – ficará para princípios do ano que vem.

É quasi certo que até lá ainda esteja Lourival reinando. Lourival só cairá quando caírem os totalitários da Europa e da Ásia. Estes serão varridos da face da terra, não ha duvida alguma. Mas a queda talvez demore. Todavia, quem sabe lá se, ajudando Deus, não virá tudo abaixo durante as minhas férias? Nesse caso é bem possível que não haja mais caderno nenhum... (ALENCAR, 1941, Caderno 3, p. 96).

Apesar de essa obra estar classificada como diário, o fio condutor do reino/reinado de Lourival perpassa todo o volume, aproximando-o, paradoxalmente, do caráter histórico e, por que não, do ficcional, já que apresenta o diário sob o caráter alegórico para encenar o Brasil? Como forma de criticar o cenário político brasileiro, Alencar lança mão da criação alegórica de um “reino” na escrita de seu diário. Governado pelo infame Lourival Fontes, esse reino encenaria as diversas mazelas e opressões vivenciadas no Brasil do século XX.

Nesse sentido, o reino representaria não somente uma forma de denúncia da opressão exercida pelo poder instituído, furtando do sujeito sua liberdade política, como também escancararia o clima de silenciamento vivenciado pelos intelectuais brasileiros e o povo de modo geral, dado que tal denúncia somente poderia ganhar vida no espaço privado do diário – e com o auxílio de uma linguagem ficcional – para representar os fatos históricos de seu tempo. Desse modo, o término da obra, que expressa o desejo do final desse reino de opressão e não parece ser aleatório, na verdade demonstra o desejo pulsante desse sujeito por um país em que não seja mais necessária uma “escrita camuflada” para ilustrar seus anseios políticos, assim como sua liberdade de intervenção no espaço público.

Em 1942, Lourival Fontes deixou o DIP. A situação da censura no país, contudo, não mudou. O autor, conseqüentemente, não retomou a escrita de seu diário, mas continuou publicando em vários outros gêneros literários. Desse modo, como o país estava desprovido da prerrogativa de divulgar notícias e fatos, ou seja, o direito de informar e de ser informado não estava presente naquele momento, Alencar publicou veladamente suas críticas, para se expressar no espaço público.

Aqui cabe uma constatação sobre Alencar, pois ele, que julga aqueles que se submeteram a Vargas, também se esconde atrás de um diário para criticá-lo. Enquanto outros intelectuais preferiram ser presos a se deixarem subjugar pelo autoritarismo da época, ele não teria se postado como tal ao não se expor para realizar intervenção no espaço público, com referência à temática da política varguista.

Alencar manifestou apreço ao liberalismo, foi contrário à política econômica, do governo Vargas, posicionou-se contra o movimento modernista, e até mesmo atacou a infiltração da cultura americana no território brasileiro, que resultaria em quebra de nossas tradições e desprestígio nacional. Expressou o discurso da oligarquia agrária ao criticar a necessidade de importação de gêneros alimentícios da Argentina e defendeu a obrigação de mais trabalho para solução desse dilema. De qualquer maneira, Gilberto de Alencar, mesmo com todas suas contradições, foi sim um intelectual atuante na sociedade, valorizando a justiça e instigando o leitor a uma reflexão crítica.

Ao examinar-se o caminho dos gêneros até então analisados, de um menos ficcional, o jornal, sucedido pelas crônicas, até um mais ficcional, o diário, percebe-se como o principal ponto de conexão desses gêneros é o meio de ação para se intervir no espaço público. Em todos eles, os olhares do autor se voltam para o homem em relação a seu tempo, seja criticando as mazelas políticas advindas de uma gestão ineficiente e corrupta, seja clamando contra o cerceamento da liberdade de expressão. Trata-se, pois, de perceber o exercício da escrita como meio de repartilhar sua angústia diante das tensões vividas por ele e pela sociedade.

## 6 ALENCAR, O ROMANCISTA EM O ESCRIBA JULIÃO DE AZAMBUJA

Como se tem mostrado, Alencar trabalhou com inúmeros gêneros e, transitando entre o factual e o ficcional, não deixou de lado o romance. Importa, pois, aventar características desse gênero antes de delinear sua constituição na obra do autor em foco.

No *Dicionário de narratologia*, Reis e Lopes (2007) definem e distinguem epopeia e romance.

EPOPEIA – gênero narrativo de remota origem e considerável prestígio cultural, a epopéia assenta as suas raízes nas mais vetustas manifestações literárias da Antiguidade... Revela de um tempo dominado pelo mito, pelo lendário de projeção nacional e por uma concepção orgânica do Universo.  
 ROMANCE – gênero narrativo de larga projeção cultural, fruto de uma popularidade e de uma atenção por parte dos seus cultores que, sobretudo a partir do século XVIII, fez dele decerto o mais importante dos gêneros modernos. (REIS; LOPES, 2007, p. 129 e 356).

Bakhtin (2002), no capítulo “Ephos e o romance”, da obra *Questões de Literatura e Estética: a teoria do romance*, contrasta essas duas formas de narrativas, destacando que as transformações políticas e sociais, bem como a ascensão da burguesia, proporcionaram uma transformação na expressão literária que, incorporada às marcas da estratificação, oriundas do capitalismo, serviram de plataforma para o estabelecimento do gênero romance. Este teria se caracterizado principalmente como uma ruptura, uma quebra na linearidade épica, no âmbito de uma nova sensibilidade em relação ao tempo. O romance, portanto, se consolidou exatamente como um marco de distanciamento do épico, pautando-se na atualidade sempre em construção. Daí sua plasticidade. E, por ser o romance “o único gênero por se constituir, e ainda inacabado” (BAKHTIN, 2002, p. 397), seria capaz de configurar a sociedade em todas suas fragmentações. A teoria literária não consegue engessá-lo conceitualmente, pois se metamorfoseia, isto é, de maneira intermitente se desfaz e se reconstrói em nova estrutura, uma vez que,

O romance é um gênero de muitos planos, mas existem excelentes romances de um único plano; o romance é um gênero que implica um enredo surpreendente e dinâmico, mas existem romances que atingiram o limite da descrição pura; o romance é um gênero de problemas, mas o conjunto da produção romanesca corrente apresenta um caráter de pura diversão e frivolidade, inacessível a qualquer outro gênero; o romance é uma história de amor, mas os maiores modelos do romance europeu são

inteiramente desprovidos do elemento amoroso; o romance é um gênero prosaico, mas existem excelentes romances em verso. (BAKHTIN, 2002, p. 401-402).

Assim, o romance não se permite enrijecer, atando-se ao presente também inacabado e em construção. Em sua constituição, o personagem romanesco não é um herói épico e nem poético, pois se aproxima e atende à estratégia que a obra deseja perpetrar. Para o autor, outra característica desse gênero é uma singularidade presente no romance: o plurilinguismo. Entende-se que o “plurilinguismo introduzido no romance (quaisquer que sejam as formas de sua introdução), é o discurso de outrem na linguagem de outrem, que serve para refratar a expressão das intenções do autor” (BAKHTIN 2010, p. 127), sendo esse um dos mais significativos conceitos da teoria bakhtiniana.

Valéria Machado, em sua tese de doutoramento (2016), ressalta o aspecto social do romance, afirmando:

O romance é, assim, um tipo de encenação que traz marcas de determinações históricas; ele reflete enunciações que traduzem contextos histórico-sociais específicos. É preciso ressaltar, no entanto, que tudo isso se dá no bojo da forma romanesca, quer dizer, as marcas de determinações históricas entram na composição, na organização e no estudo do texto, de modo que não é tão somente o fato histórico que o determina. (MACHADO, 2016, p. 55).

Daí, para ler Gilberto de Alencar, importa lembrar Antonio Candido, quando, no prefácio da obra de Miceli (2001), destaca o fato de que, na maioria dos romances do Brasil do início do século, impera o tema da decadência, seja na vida familiar, seja na vida pública. A obra de Alencar *O escriba Julião de Azambuja* (1962b) não foge a esse postulado ao abordar, sob a perspectiva do narrador escritor jornalista, a encenação da elaboração de uma narrativa que discorre sobre as decadências social, familiar e pessoal.

O romance *O escriba Julião de Azambuja* (1962b), de Gilberto de Alencar, inicia-se salientando um desejo do narrador, o jornalista protagonista Julião de Azambuja, de escrever um livro. Assim justifica-se o narrador por começar a escrever tal livro:

Começo a escrever estas páginas ao faltarem exatamente quatro meses e três dias para completar os meus setenta e um anos, os setenta e um anos duramente vividos de Julião de Azambuja, escriba de reconhecido talento. Hesitei muito tempo entre o desejo de escrevê-las e a certeza de que, já agora, elas para nada hão de servir, salvo talvez para confirmar que a

minha hora passou de modo definitivo e irrevogável. Venceu, afinal, a vontade irresistível de mostrar que ainda sou capaz deste esforço. A vontade ou a vaidade? Creio que foi mesmo a vaidade e fico esperando me atire a primeira pedra aquêles que nunca tenha agido sob o seu impulso ou sobre o seu aguilhão.

Quero deixar mais um livro, embora me pareça que êle pouco virá acrescentar à minha glória. (ALENCAR, 1962b, p. 7).

A escrita teria sido também motivada pela solidão, pelo isolamento: “não é o fim o que mais me molesta, é a solidão em que me encontro. [...] fui ficando sozinho”. (ALENCAR, 1962b, p. 8). Tal excerto incentiva pensar na questão do escrever para não morrer, cuja manifestação reporta a Maurice Blanchot (1997), “Não compreendo os que acham que alguém fica melhor só porque morreu. Mas diante do mistério da morte suspendo ou esqueço de modo invariável meus juízos, por mais severos e procedentes que possam ser.” (ALENCAR, 1962b, p. 30). A morte é inerente à natureza humana e Blanchot (1997) confessa que a teme, mas o escrever seria uma forma de perpetuar-se, uma maneira que atrai o escritor para fora de si e o conduz à imortalidade. Isto é, a ação de escrever expressa o anseio do autor em transcender a humanidade, eternizando-se em sua escritura. Logo, a escrita converte-se em espaço de reflexão em relação à morte.

Azambuja evidencia sua idade em seu anseio de escrever, já que a literatura tende a imortalizar aquilo que seu autor comunica com as palavras e tal mensagem transcenderia o tempo e o espaço. Contudo, nem sempre o personagem escrevia o que queria, devido à necessidade financeira que o submetia às publicações em frequência rotineira na defesa de seu sustento. Assim, ele defende sua pouca produção romanesca, em oposição à extensa escrita para jornais e/ou periódicos.

Cheguei, vi e venci, publicando logo várias brochuras, brilhando entre os homens de letra, entrando para academia provinciana, escrevendo em jornais. Isso de escrever nos jornais é que foi o diabo, porque me impediu de publicar maior número das referidas brochuras e sobretudo de burilá-las a meu gosto. Não houve, todavia, outro remédio, visto que, então, como presentemente, ninguém podia viver da literatura, e de jornal sempre se vivia e sempre se vive. A prova que consegui criar e educar numerosa família, nos moldes e com conforto da pequena burguesia que se preza. (ALENCAR, 1962b, p. 8).

Estou chegando agora mesmo do jornal, aonde fui levar minha colaboração de todos os dias. (ALENCAR, 1962b, p. 21).

Ao que me diz o jornal em que escrevo regularmente. (ALENCAR, 1962b, p. 35).

Apontando para uma tendência da época, Alencar já mostra, em outros gêneros, a dificuldade em se manter financeiramente pelas "letras" em tempos de início da profissionalização do escritor. É esse o caso de sua abordagem da questão na crônica "Centenário" (ANEXO Z9), quando se refere à luta de Arthur Azevedo pela sobrevivência por meio das letras. Christo (1994) assegura, como ressaltado na introdução, que essa dificuldade é acentuada nos escritores autodidatas, por não disporem de uma profissão regular e regulada. Observação análoga é encontrada em Micelli (2001), ao afiançar que um grupo de escritores que atendia a todo tipo de demanda da imprensa jornalística, os polígrafos, encontravam no jornal uma fonte para se sustentarem.

Em razão de tais dificuldades, Alencar encena no romance a cena vivida pelos escritores da época; um jornalista resolve escrever um romance e, opta, para construir os personagens, por valer-se dos modelos das pessoas que ele observará na cidade, ou seja, ele os colocará em cena no espaço da narrativa, apresentando uma história baseada em fatos "reais". Aqui, infere-se a questão da relação entre realidade e a ficção. A ficção possibilita a criatividade e proporciona liberdade à pessoa que compõe a narrativa.

Vale lembrar, com Iser, que a ficção transita entre a realidade e o imaginário. No texto, a realidade é desrealizada e o imaginário concretizado. Diz o autor:

O fictício então se qualifica como uma específica forma de passagem, que se move entre o real e o imaginário com a finalidade de provocar sua mútua complementaridade. Enquanto forma de passagem, o fictício seria um fato, porquanto por ele se realizam contínuos processos de troca, ainda que em si mesmo seja um nada, pois existe apenas por estes processos de comutação. (ISER, 2002, p. 983).

A arte, portanto, pode se tornar um espaço de questionamento ou de dúvida e/ou pode endossar as relações sociais que esboça. Para Ivete Walty (1985), a ficção é um discurso digno de crédito como qualquer outro, porque possibilita uma leitura da realidade construída pelo autor.

Por isso mesmo, o que importa é observar como um romance é construído em seu jogo enunciativo montado por sujeitos, tempos e espaços. Sobre tal processo, afirma Ivete Walty:

É [no] conjunto de experiências humanas que se institui a enunciação literária, justamente a encenação do próprio jogo da linguagem, a



encenação das pessoas que falam. A enunciação, nesse caso, desdobra-se em uma pluralidade de “eus” e “tus”, que se relacionam numa cadeia enunciativa assumidamente representada. Estabelece-se não apenas uma relação entre interlocutores reais – o autor empírico, aquele que escreveu o texto, o leitor que toma o texto para ler –, como também entre interlocutores ficcionais – o narrador, o narratário (aquele a quem o narrador se dirige textualmente), os personagens, além de figuras textuais como o autor e o leitor implícitos, resultantes das estratégias adotadas pelo autor do texto. Tudo isso se desdobrando infinitamente, em cada performance do texto e da leitura. (WALTY, 2017, s/p).

Com esse pressuposto, será analisada a presente narrativa de Gilberto de Alencar.

O título da obra indica o que dela é possível se esperar. A obra nomeada *O escriba Julião de Azambuja* aponta para a narração da vida de um narrador construído como escritor e, sendo um romance, prediz um pacto de ficcionalização, uma ficção pautada na vida de um jornalista.

O autor, Gilberto de Alencar, cria um personagem que escreve um romance a partir do lugar de jornalista. Veem-se, desde já, alguns traços autobiográficos do escritor, que parece se valer desse espaço para refletir sobre seu papel de intelectual na sociedade.

Observa-se uma reduplicação da cena urbana: a vivida pelo autor empírico e a vivenciada pelo narrador/autor, Azambuja. Assim, na obra analisada, o narrador usa o espaço da rua para acompanhar a vida dos cidadãos, os quais teria elegido como participantes de seu romance: “tenho que ir atrás dos meus personagens, não vá escapar-me o que estejam fazendo. Boa coisa não há de ser.” (ALENCAR, 1962b, p. 36). Ou, como em outro excerto, “encontro-me com Marilú na rua principal, isto é, ela desce por um passeio, eu subo por outro, mas é o bastante para verificar que vai com dengue habitual.” (ALENCAR, 1962b, p. 69). Assim, o romance encena o próprio fazer literário, ratificando que o posicionamento de sua encenação pautase na vida dos demais personagens.

Haroldo Tavares...

Ésse é outro que já pensei em botar para fora do conto e só não o fiz ainda pelo receio de ir ficando o conto, dêsse jeito, sem personagens. Receio infundado, porque enfim o personagem importante, ou central, julgo que sou eu mesmo, Julião de Azambuja, escritor de reconhecido talento. O resto são comparsas. (ALENCAR, 1962b, p. 66).

A encenação descreve a motivação da construção dos personagens, e o modo como eles se constituem na narrativa, girando em torno desse eu que conta a

história. Reiteradas vezes, há divulgação do processo construtivo do romance, exprimindo, assim, a metalinguagem em seu processo recursivo de debruçar-se sobre si mesma. O narrador escriba faz uso constante desse recurso na obra, tornando sua leitura descontínua; distanciando-se, por vezes, em busca de compreender ou de julgar os recursos de expressão que haviam sido utilizados em sua elaboração, para, depois, retornar os relatos.

O narrador questiona sua escrita o tempo todo, ora apresenta suas incertezas quanto o que escrever, ora como escrever, exteriorizando o que foge ou não ao controle do ato da escrita, como em:

Morre muita gente esmagada sob as rodas vertiginosas e o que me admira é que ainda não morra mais, em holocausto ao progresso de Várzea de dentro. Holocausto ao progresso é chavão ponto. Mas já está escrito, fica [...]. Federalizar é neologismo nefando, mas também fica. (ALENCAR, 1962b, p. 43).

Ainda sobre o fazer literário dá-se o comentário sobre a inserção ou a retirada dos integrantes da narrativa: “não vejo os personagens já conhecidos, porém vejo, na agência Ramos, outro tipo muito digno de entrar acessòriamente para lista e que apresentarei em duas ou três dúzias de linhas.” (ALENCAR, 1962b, p. 36). O narrador assinala então que a participação de tal elemento foi superior ao número de linhas predeterminado por ele, apresentando, assim, não somente dados da construção do personagem, como sua duração na história: “deixemos, todavia, o fiscal de ensino lá onde se encontra com a perna engessada e não tratamos mais dele, que já está bem conhecido. Entrou no capítulo XVI, sai no XVIII, não merece mais.” (ALENCAR, 1962b, p. 57).

O aspecto da metalinguagem no romance se manifesta, então, na discussão sobre o fazer literário, o processo de construção do romance, exibindo a difícil relação entre a leitura e a literatura, que não é apaziguadora,

Hei de rever o capítulo uma conversa... Assim saiu, assim o largo. O ideal seria sem dúvida que pudesse rever e burilar não só este como todos os demais, com a paciência e a pachorra que a arte exige imperiosamente de quantos tentam fazê-la. Mas sou obrigado a escrever todos os dias para o jornal, de onde tiro o aditamento indispensável a minha magra aposentadoria, e falta-me, assim o vagar imprescindível a semelhante polimento, que nada rende ou rende pouquíssimo. Assim saiu, assim eu largo para lá. (ALENCAR, 1962b, p. 58).

Na composição da figura do autor/narrador confluem a escrita literária e a jornalística; esses dois gêneros, romance e jornal, se aproximam e se afastam criando uma tensão criativa no plano ficcional como o foi no empírico. Há incidências do narrador exortando a si mesmo: “– Julião, revê o capítulo, tira-lhe um pouco da ênfase...” (ALENCAR, 1962b, p. 58) e “- Julião, meu amigo, olha a ênfase... Que tom bombástico é esse agora?” (ALENCAR, 1962b, p. 82). Esses excertos, além de ratificarem a presença da metalinguagem no processo de escrita, fazem ecoar a voz autoral no texto. A presença incontestável do autor leva à percepção de que, no romance *O escriba Julião de Azambuja*, apresentam-se como duplos o narrador e o autor.

O romance em análise não se enquadra no gênero autobiográfico por não conter o princípio básico desse critério, segundo Lejeune (2008), a coincidência nominal entre autor, narrador e personagem. Enquadra-se, todavia, em romance autoficcional, devido às pistas espaciais detectadas, ou seja, a cidade Várzea de Dentro, palco das ações do enredo, dissimuladamente apresenta-se como uma ficcionalização da cidade de Juiz de Fora, segundo os excertos:

Várzea de Dentro, porém, com o passar dos anos, foi decaindo intelectualmente em proveito da capital da província, os literatos ou mudaram-se para lá ou morreram, a Academia também se mudou, fui ficando sozinho. Isso aqui cresceu muito, em fábricas, em arranha-céus, em “boites”. É uma grande cidade, sem dúvida. (ALENCAR, 1962b, p. 8).

Essas pistas se confirmam quando se sabe, por exemplo, que a Academia Mineira de Letras foi fundada em Juiz de Fora, quando era um centro de intelectuais, e depois se transferiu para a capital do estado, Belo Horizonte, conforme disposto na história da cidade. Além disso menciona-se a proximidade de Juiz de Fora com o Rio de Janeiro, quando um personagem afirma que iria “descer à capital”, tomando como parâmetro a altitude, já que o Rio estava no nível do mar; daí o uso do verbo “descer”. O romance refere-se a ainda a um parque, no centro, próximo do Instituto de Previdência, cuja localização confere também com o Parque Halfeld, em Juiz de Fora.

Inicialmente, o narrador apresentou a cidade fictícia, aproximando-se da cidade residência de Alencar. O fragmento supracitado realça e confirma a pessoa do autor, que foi acadêmico em Juiz de Fora e escritor em jornais. Para além dessa constatação, nos próximos excertos serão mostradas outras similaridades entre as

entidades do narrador e do autor, como sua divergência com a estética modernista, presente em várias crônicas e no jornal: “algumas tendências em moda, baseadas no ‘freudismo’ e em outros ‘ismos’ da mesma laia.” (ALENCAR, 1962b, p. 33).

Outro ponto de contato entre as duas “entidades”, pessoal e ficcional, é sua identidade de intelectual reconhecida no espaço privado familiar por sua filha, Cosette de Alencar, como apresentado na seção intitulada “Um intelectual na princesa de minas: Gilberto de Alencar”, bem como no espaço de intimidade da ficção, quando afirma o narrador:

A idéia que fazem de mim, aqui em casa também, é a de que sou aquela palmatória do mundo a que já me referi, a de que devo punir por êste e por aquê, e de que devo tomar as dores de um e de outro, como se já não me bastassem e sobrassem as próprias preocupações os próprios aborrecimentos. Pois sim! (ALENCAR, 1962b, p. 96).

Com a exposição acima, pode-se afirmar que o narrador era um duplo do autor, seu *alter ego*. As informações procedentes do extratexto, pertencente ao espaço biográfico, deslocam as várias vozes autorais, no sentido de que há uma confluência dos vários discursos. O autor empresta seu pensamento e sua visão de mundo aos seus personagens, no cruzamento do discurso ficcional com sua biografia.

O autor inventa-se a si mesmo no romance, servindo de arquétipo para o narrador jornalista, o que não significa que o romance seja autobiográfico, como já se explicou. Encontra-se, na verdade, no processo de construção do romance, a divagação do narrador que faz ecoar a voz autoral: “Julião, Julião, olha as tuas filosofices outra vez... Por que não aboles as filosofices, tal como já aboliste o espanto e o chapéu?” (ALENCAR, 1962b, p. 52).

O narrador mantinha posição ideológica próxima à de Alencar, preocupado com a classe média e em desacordo com o governo varguista. Na encenação ousou adjetivar tal governo de “chafurdada” (PRIBERAM, 2016), isto é, envolvida com lama, à semelhança dos porcos e rotulou os queremistas (FGV, 2017c) de “petebestas<sup>26</sup>”. Ao criticar aqueles que desejavam que Vargas permanecesse no poder como partidários do PTB “bestas”, ou seja, a outra parcela que estava contra a política nacional em favor da manutenção dos padrões políticos vigentes, aplica a seu discurso um tom de desconstrução de tal plataforma política.

---

<sup>26</sup>Afiliados ao PTB.

Maldonado vai arrastado às reuniões e acha que a classe média, ou uma parte dela, cada vez mais se desmoraliza, cada vez mais se corrompe, chafurdada no gôzo material, enquanto a gente do P.T.B. lhe toma as posições uma a uma no govêrno da cidade. A única reação da burguesia consiste em chamar os queremistas de “petebestas”.  
 Concordo, de minha parte, que sejam “petebestas” realmente, na imensa maioria.  
 Apesar disso, porém, o fato é que vão dominando em Várzea de Dentro, em toda a província e no país inteiro. (ALENCAR, 1962b, p. 14).

Julião afirma que a classe média não percebia a crescente dominação do PTB e o que lhes advinha devido a esse controle. Sobre a possível retirada de Getúlio Vargas do poder, considerava apenas a “miséria moral e material” que julgava haver no país, discurso esse análogo nos outros gêneros nos quais publicou o autor,

- Que acha o sr. Julião de Azambuja?

Respondo que não acho nada, embora deseje muito, no fundo, que o gaúcho leve de fato o diabo, ele que reduziu o país à miséria moral e material em que se encontra atolado. (ALENCAR, 1962b, p. 16).

O protagonista aproximava o governo de Getúlio do declínio moral, em que julga se encontrar a nação, devido às ações de criação de meios de entretenimento, como o futebol, o apoio e desenvolvimento do cinema nacional; além do crescimento do progresso e do arrocho econômico, com o advento da inflação. O narrador via-se desiludido com a política, pois, independentemente de quem estivesse no posto de governo, as medidas políticas e econômicas não se alteravam, não mudavam o efeito da governança sobre a sociedade, segundo seu ponto de vista. Como nos outros gêneros em que publicou Alencar, percebe-se um discurso velado de intenção liberal. O enunciador não via alento com uma possível deposição de Vargas, mas ansiava por isso conforme apresentado no excerto anterior.

Às nove horas menos cinco, procuro o caminho de casa, convencido de que amanhã teremos novo govêrno. O de que não me convenço é de qualquer modo nôvo de governar, porque o que anda por aí, nos meios dirigentes, há muito tempo, é tudo mais ou menos farinha do mesmo saco.  
 Não passa desta noite. (ALENCAR, 1962b, p. 28).

Observe-se ainda que também Julião, em seu discurso, ressaltou que os benefícios trabalhistas resultaram para alguns em ociosidade com renda: “à tripa

forra sem trabalhar”. Pautado no discurso da ideologia capitalista, como já apresentado, Alencar, como Azambuja, odiava qualquer circunstância que resultasse em diminuição de trabalho e privilegiasse a ociosidade.

A maioria imensa dos varzeanos, decididamente aplaude com todo o calor a queda do gaúcho, a qual só deve estar entristecendo, além do operariado ingênuo e ignorante que êle tão bem soube fanatizar, os espertalhões que se transformaram, nos sindicatos e fora dêles, em condutores do trabalhismo caboclo, precisamente para viverem à tripa forra sem trabalhar. (ALENCAR, 1962b, p. 29).

Outra manifestação do autor, nesse duplo com o narrador, foi quando emitiu seu ponto de vista sobre o governo deposto. Diante da morte de Vargas, o enunciador expressou: “Vamos ter novo govêrno. Nôvo? A novidade, para mim, consiste apenas em que o seu chefe não é bacharel nem general.” (ALENCAR, 1962b, p. 31). O autor, na voz do narrador, ponderava que “- O govêrno manda o povo apertar o cinto e é o primeiro a dar mau exemplo.” (ALENCAR, 1962b, p. 64), enquanto os detentores governamentais gastavam o dinheiro público com festas e passeios, sendo esse episódio reportado a um governo não varguista.

Como Sartre, de acordo com Winock (2000), Alencar, dizia ignorar a política partidária, sem, contudo, alinhar-se ao anarquismo. Nas décadas de 1910 a 1930, o autor não era afiliado a nenhum partido político, mas se embrenhava em favor da implantação de uma república que atendesse a seu conceito. Durante o governo varguista, mais importante que o retorno do liberalismo seria o retorno da liberdade. Nesse entremeio, ele começa a expressar sua esperança no caráter do governante em detrimento de alguma forma de governo em particular. Veladamente é postulada tal conjectura nessa ficção, quando o narrador, o duplo do autor, e um personagem, seu amigo censuravam o governo nacional e ainda comentavam sobre o governo de Salazar<sup>27</sup> em Portugal. O personagem apoiava sua forma de governo que, apesar de ser uma ditadura, levava o país a obter resultados positivos, dentro e fora de suas terras.

---

<sup>27</sup>Salazar proclamou uma nova constituição, na qual “o poder do Governo sobrepunha-se ao da Assembleia Nacional e o seu poder, ao do Presidente da República. O poder era de tal modo repressivo que as liberdades individuais, de imprensa, de reunião e direito à greve foram seriamente restringidas. A influência de Salazar dominava todos os setores da vida portuguesa, em que o período do Estado Novo é, muitas vezes, denominado de ‘salazarismo’.” (HISTÓRIA DE PORTUGAL, 2017).

- O Salazar é um homem extraordinário. No poder há mais de não sei quantos anos e continua pobre. Só tem uma casa velha em Santa Comba Dão, terra dêle. Fôsse aqui, hein? Calado, sempre no gabinete, trabalhando dia e noite, inimigo de festas... O escudo, que não valia nada, hoje é moeda forte na Europa, todo mundo aceita, todo mundo troca. O cruzeiro, êsse ninguém quer saber dêle. Li numa revista. E Portugal anda muito bem, muita estrada boa, muita ponte, muita usina elétrica, as cidades tôdas bem cuidadas, mais as aldeias, até nas colônias da África. Por todo o país foram construídas pousadas para os turistas. Pousadas é como êles chamam por lá os hotéis, não sabia? E o povo todo no trabalho, plantando, pescando, produzindo, alegre e satisfeito. E aqui?

-É, aqui...

-Tem jeito não, sr. Julião de Azambuja, tem jeito não... Salazar é ditador, mas ditadura assim vale a pena, quem dera que a gente tivesse uma dessas! (ALENCAR, 1962b, p. 64).

O longo excerto, que se justifica para que a enunciação não seja prejudicada, aponta não só para a administração de Salazar, mas também para sua moral ao conduzir o país, em contraposição ao que seria a situação do Brasil. A teoria estadonovista (FGV, 2017d) concentrava seu poder no Estado, particularmente, na pessoa de seu governante, dado como um homem excepcional, capaz de expressar e construir o ideal de nação, garantindo a harmonia nacional. Havia, assim, muitas similaridades com a doutrina fascista, sendo, por isso, com ela identificada. O mesmo personagem, amigo do narrador, referiu que o comunismo na China era promissor, pois o povo saiu da miséria e houve grande investimento na agricultura. O narrador, contudo, não deu tanta ênfase ao fato, mas o registrou em sua obra.

A ditadura brasileira, ocorrida no período varguista, era malvista pelo narrador, que faz referência à Revolução de 1930 com sua repercussão na economia, por ter levado as famílias ao grande arrocho econômico e financeiro: “Depois de 1930 e da famosa bernarda rotulada de revolução que então houve, o custo da vida veio subindo, veio dobrando e tresdobrando [...]” (ALENCAR, 1962b, p. 77). Exemplificam-se algumas ações listadas por personagens para que a população enfrentasse a situação do país.

As duas irmãs apertavam o cinto, como êstes governos atuais são useiros e vezeiros em aconselhar, e dispensaram a cozinheira, diminuíram a conta do armazém, mandaram colocar meia sola nos sapatos, logrando assim viver decentemente, embora com a modéstia imposta pelas circunstâncias. (ALENCAR, 1962b, p. 77).

Assim, o narrador, reproduzindo o discurso do autor, manifestou seu despreço pelo fato histórico citado, presente em todos os gêneros analisados. Seja na ficção ou não, Alencar não aceitou a “Revolução de 1930” e, menos ainda, a



terminologia “revolução”, pois, a seus olhos não houve alteração política ou econômica que justificasse tal termo. Como intelectual, enfim, proclama que as situações nacional e individual pioraram.

O narrador criticava o governo, sempre em defesa de sua própria classe, e relatando a situação dos operários, sem comprometimento com eles. Julião ainda valoriza o trabalho, como exposto no próximo tópico, defendendo que cada classe invista em seu papel, ou seja, o operário deve deter-se no trabalho braçal enquanto a classe média visa ao trabalho de dirigir os operários, tornando-se detentora dos lucros. Ainda, no aspecto político, a postura do narrador é similar à do autor, que condena a pessoa do governante, acima de qualquer forma de governo em particular.

Equivalente opinião entre a do autor e a do narrador é encontrada na temática sobre o trabalho. Nos outros gêneros, a valorização do autor quanto à execução de tal atividade chegou a ponto de determinar o reerguimento da nação, que não ocorreria devido aos feriados, ao exagero dos entretenimentos e à ociosidade que os operários demonstravam na execução de suas tarefas:

- Faz bem. Roupas de lã no verão não dá certo.
- Dá não. E a chuvarada de ontem à tarde? Apareceu pingueira lá em casa por todos os lados. Ando atrás de um pedreiro para consertar e não há meio. Ninguém quer trabalhar.
- Ninguém, amigo Gratuliano, ninguém.
- São as tais leis trabalhistas, não acha?
- Se acho! (ALENCAR, 1962b, p. 64).

Diante da imagem “roupas de lã no verão não dá certo”, o narrador reveste seu discurso de valores ideológicos que determinam os lugares do falante e do ouvinte e o daqueles de quem se fala. Este representa o operário trabalhador, enquanto aqueles representam a classe proprietária, disseminando uma formação social, que marca nitidamente as classes sociais. Ele compara o direito outorgado aos operários como excesso, pois “vestir-se com lã no verão” resulta em mal-estar provocado por algo deslocado. Segundo o narrador, a legislação vigente culminaria na falta de mão de obra para os patrões, pois os empregados, com muitos benefícios, poderiam se negar ao trabalho, como exposto no excerto.

Contudo, ele diz prezar a justiça social, ao ver a queda dos operários e suas mortes, por ausência de segurança proporcionada por parte da empresa contratante.

O narrador, então, se levanta contra tal negligência, com postura de intelectual, externando a ganância do empregador, um paradoxo presente em seus textos.

Nada. O primeiro perdeu o equilíbrio e quando ia caindo atracou com o companheiro, vindo os dois de cambulhada...

- Coisa horrorosa.

- Horrorosa mesmo. A culpa é desses empreiteiros, que não ligam para a vida do operário. Só querem é ganhar dinheiro, o resto não interessa.

- Interessa não. Esta já é a quarta ou quinta vez que morre operário aí nessa obra e fica tudo assim mesmo. (ALENCAR, 1962b, p. 69).

Por outro lado, logo depois do reconhecimento da falha do proprietário no gerenciamento da obra, o narrador condena o recebimento de pensão pelas viúvas, revestindo sua escrita de ironia e sarcasmo ao discutir a finalidade de tal instituto. Sua postura é muito incoerente e arbitrária, quando discute a finalidade de tal instituto:

A construção é do Instituto onde trabalha Alfredo Maldonado e as viúvas mais os órfãos irão dentro em breve engrossar a fila dos que recebem as dezenas ou centenas de cruzeiros de que já falei. Engrossar não, encompridar. Tão comprida é a fila que até já não compreendo como é que a Previdência Social pode dar desse jeito tanto dinheiro a tanta gente, ela que tem o pesado encargo de construir arranha-céus pelo país inteiro, com o propósito louvável e elevado de acelerar o progresso nacional. (ALENCAR, 1962b, p. 69).

A ironia explícita do narrador afirma que tais leis e benefícios elevam o país ao *podium* internacional, pois servem de motivo para inveja dos demais: “dizer que vai ficar tudo assim mesmo, como os dois que há pouco passaram conversando pelo meu banco, é negar o resultado magnífico destas leis tão justamente gabadas, destas leis que o resto do mundo nos inveja.” (ALENCAR, 1962b, p. 69). Além de avesso às tais prerrogativas, o autor implícito manifestava-se contra o emprego público, afirmando que nele não se trabalhava, e que tais funcionários tinham “sorte” em receber pecúnia e outras vantagens confortavelmente. E, infelizmente, algumas nomeações ocorriam através do nepotismo em tais instituições.

O Instituto de Previdência de que Alfredo Maldonado é funcionário, um pouco por concurso, outro pouco por pistolão, ocupa todo o andar térreo e a sobreloja de um dos arranha-céus de que tanto se envaidece Várzea de Dentro. (ALENCAR, 1962, p. 50).

[...] são ao todo umas trezentas pessoas, ou mais, todas elas no vigor da idade, trezentas pessoas que poderiam ter a má sorte de achar-se cá por

fora, lutando, trabalhando, produzindo, e entretanto se acham lá dentro, em doce e confortável ociosidade, assistidas em toda a linha pelo Instituto de Previdência. (ALENCAR, 1962, p. 51).

Mais uma vez pode-se ater ao paradoxo do narrador (e do autor), quando afirma que os funcionários públicos não tinham “a má sorte de achar-se cá por fora, lutando, trabalhando, produzindo”; assim, ratifica a posição do escritor que julga os trabalhares ociosos, nesse excerto especificamente, os funcionários públicos.

De seu posto de observação, entre os operários e os outros grupos sociais, o narrador atenta para sua condição na cidade e se propõe a escrever um livro que acrescentasse algo àquela sociedade:

À melancolia natural da velhice veio juntar-se êste “apagado e vil” isolamento em que vivo. E é para torná-lo menos apagado e menos vil que dou início a estas laudas, em que irei seguindo, dia a dia, a vida de certos tipos que conheço, alguns apenas de vista, outros pessoalmente todos êles, a meu ver, excelentes modelos para personagens de romance, tanto me parece que andam por aí preparando dramas e até tragédias para muito breve. Ou quem sabe se comédias, simplesmente? (ALENCAR, 1962b, p. 8).

No romance em questão, Julião esperava que, por meio da leitura, no caso, seu livro encenado, o leitor se aprimorasse, tornando-se melhor. Com essa consideração, o autor, por meio de suas estratégias para compor a obra, reafirma a finalidade da literatura: instruir seu leitor. Assim, o narrador detém a posição de um intelectual ficcional, por “ser” um guia dos leitores e por realizar intervenções no espaço público ficcional, como um jornalista na cidade Várzea de Dentro.

Embora o narrador/autor vivesse em tempos de modernização, sua escrita se pautaria pela estética realista. Para falar de tal escolha do autor, é bom lembrar como surgiu tal estética. Com o avanço da sociedade industrial, várias teorias sociais foram desenvolvidas e podem ser citadas, como o socialismo de Karl Marx, o positivismo de Comte, o evolucionismo de Darwin, o determinismo de Taine e a sociologia com Emile Durkheim e Max Weber.

Tais mudanças que ocorreram no século XIX marcaram o pensar e o agir das pessoas, com reflexos diretos na produção literária. Essa influência se consolidou no Realismo, que promoveu exposições baseadas na realidade, mostrando os conflitos das relações sociais, bem como a crise das instituições, numa linguagem que se queria objetiva e transformada. O realismo propôs a averiguação do comportamento humano e denunciou os problemas sociais por meio da literatura. A vida social,

portanto, era de interesse das produções literárias, pois buscavam delinear a estrutura da sociedade daquele momento e, assim, identificavam os interesses e os novos valores adotados. Havia, então, uma preocupação em expor a sociedade e suas desavenças na literatura, ao desmistificá-la. Assim, comprovando a tendência de mudança, os narradores dos romances tendiam a ser construídos como objetivos e oniscientes, como no caso do romance *O escriba Julião de Azambuja* (1962b), com sua crítica ao homem e à sociedade. Há, pois, uma tentativa de externar a degradação humana com a exposição de sua ambição e sua mesquinhez, com o objetivo de sanar os problemas sociais. Ao lado disso, há um enaltecimento da justiça e dos valores morais dados como verdadeiros. Desse modo, o narrador vai traçando um retrato da sociedade daquele tempo e lugar:

Não é tão só o temperamento de Marilú que a vai impedindo inexoravelmente para o declínio [sic] à vista, é a decomposição social da gente de "bem", a que ela faz absoluta questão de pertencer desde quando foi eleita, em solteira, rainha do carnaval. Deu-lhe a eleição o ensejo de ver de perto, nos bailes de gala, nos chás dançantes, nas recepções, nos almoços e jantares, o comportamento dessa alta roda e a espécie de prazeres materiais a que a mesma se dedica, em Várzea de Dentro tanto quanto nos centros maiores, senão mais. Com seus cento e cinquenta mil habitantes, outros dizem cento e oitenta ou duzentos mil, Várzea de Dentro pede meças, nesse terreno, a qualquer metrópole. E até já acha que é Metrópole também. (ALENCAR, 1962b, p. 46).

O narrador apresenta um discurso do crescente desvirtuamento da sociedade a seus olhos, aí responsabilizando a elite que impõe hábitos comportamentais em busca de *status*. Como exemplo do personagem Marilu que, por haver sido rainha do carnaval, não queria perder a possibilidade de frequentar “esse” espaço da elite, de sofisticação e de repercussão social, mesmo que tal espaço não tivesse um padrão moral tradicional. Seu casamento seria fruto de interesse e de seu deslumbramento com a possibilidade de o amante lhe proporcionar melhores condições financeira, econômica ou social.

Hesitou, algum tempo, entre o redator da coluna social e Jaime Fajardo. Mas agora é Fajardo mesmo que ela tem em mira, por vários motivos, entre eles, e acima de todos eles, a notória fortuna de Manoel Ferreira. Maldonado nunca que arranja a promoção que lhe prometeram e os quinze ou vinte contos que ganha não chega para coisa alguma. (ALENCAR, 1962b, p. 47).

As mazelas, sobretudo, as ocorridas na elite, denominada alta sociedade, eram apontadas pelo narrador como escândalos a desvelar a degradação das instituições sociais. Tal citação também aponta para a tensão entre o espaço público e o espaço privado, pois a deterioração social exposta ultrapassou o limite do privado, adentrando a esfera pública.

Pois, há poucos dias, em pleno salão do Automóvel Clube, certa filha de família não se atirou de umas unhas e dentes contra uma dona casada, por ter sabido que o namorado andava com ela? Digo de unhas e dentes porque a senhora em questão saiu da refrega com o rosto arranhado e mordido, além da roupa em frangalhos e a cabeleira daquele jeito, tudo aos olhos do marido da vítima, dos pais da moça e do presidente da casa. (ALENCAR, 1962b, p. 46).

Assim, o excerto destaca a crítica à burguesia: fuxicos encontrados na elite, brigas entre mulheres de estados civis diferentes, por um fim sórdido, por um homem, ou seja, o espaço da elite burguesa retrata o espaço censurável e condenável moralmente, representado reiteradas vezes no Automóvel Clube. Com a referência ao carnaval e às demais comemorações da elite, o narrador parodia o cotidiano efetuando uma leitura crítica, manifestada nas evidências deixadas no texto. Alguns exemplos são expostos: as orgias, os risos, as festas do carnaval; tudo entendido como uma inversão da tradição, sobrepondo, inclusive, o profano ao sagrado e o novo ao velho.

A sociedade no romance é delineada de forma a desenhar a estratificação das classes sociais, definindo bem seus espaços. A “burguesia rica” é caracterizada como devassa, enquanto na “burguesia pobre” ainda imperam as tradições. Assim, o narrador impetra seus julgamentos e aponta atitudes que confirmam o caráter de ambos os grupos sociais

A burguesia aqui da rua é pobre ou quando muito apenas remediada e nisso é que reside, a meu ver, a causa do seu vivo sentimento de família, do seu apêgo ao lar, do seu respeito aos costumes tradicionais, em contraste com a burguesia rica, dos bairros de luxo, onde a relaxação caminha de vento em pôpa. Pode a falta de dinheiro perverter, não sou eu quem há de negá-lo, mas a fartura dele, trazida pela inflação, costuma perverter ainda mais. (ALENCAR, 1962b, p. 81).

Assim, a rua onde o narrador reside expressa o espaço do acolhimento, da solidariedade, da ajuda mútua, já que seus moradores prestam ajuda a quem precisa, como no caso de uma senhora desvalida, a D. Ida. O narrador destina

tamanha importância a tal espaço que menciona: “– Tratemos mais um pouco da rua, num capítulo à parte.” (ALENCAR, 1962b, p. 81). Desse modo, ele valoriza a rua como um espaço do coletivo; do bem comum, no qual ele, como intelectual moderno, atua e é cobrado.

Toda a rua, inquieta e pesarosa, parece agitada por um infortúnio público.  
 - Foi uma pena o sr. não estar aqui ...  
 - Eu?  
 - Sim, se o sr. estivesse aqui, podia ter posto jornal. Fomos ao jornal, mas o jornal também botou o corpo fora. Como vai ser sr. Julião? (ALENCAR, 1962b, p. 90).

Tal ocorrência ficcional remete ao discurso de Belmiro Braga, na posse de Gilberto de Alencar na AML, como exposto anteriormente, referindo-se ao fato da população reivindicar a intervenção pública do próprio recém-empossado, por reconhecê-lo como mediador. Conquanto, retomando a rua como símbolo dos comportamentos e dos costumes, nota-se o fortalecimento do contraponto:

Suponho, e deve de ser verdade, que em Várzea de Dentro, como por todo o país, o número de ruas iguais a de que trato é muito maior do que o número das outras, as da burguesia endinheirada que se corrompe a olhos vistos, no meio da sua pompa e dos seus esplendores. (ALENCAR, 1962b, p. 82).

Azambuja repudia a corrupção da elite abastada e resume seu espaço como “mundano” (ALENCAR, 1962b, p. 81). A crítica à sociedade não se restringe à rua ou à cidade fictícia no romance, mas alcança a grande metrópole, o Rio de Janeiro. A capital nacional é espaço urbano com seus arranha-céus, trânsito e aglomeração, tudo passível de condenação. No diálogo, delineia-se o espaço da “cidade maravilhosa” que é também dada como caos e desordem:

Fala das ruas pelas quais transitou, dos novos arranha-céus que viu, da praia de Copacabana cheia de mulheres despidas, da ponte para Ilha do Governador, da praça Paris, do mar de que anda sendo entupido com a terra do morro de Santo Antônio, dos perigos do tráfego, das modificações ou mudanças que encontrou. Fala disto, daquilo e daquilo outro, mostrando que na verdade conhece a capital como a palma da mão.  
 - Os hotéis é que estão por um preço, nem queiram saber! Uma barbaridade...  
 - Onde é que você ficou?  
 - Fiquei no Presidente pertinho da Praça Tiradentes. Já acostumei. 300 cruzeiros só para dormir, com café da manhã! Uma ladroeira! ...

- Chi! Nunca vi tanto carro nem tanto ônibus! Tudo cheio de gente, mas não dá vazão. É fila e mais fila de pobre esperando, que não acaba mais. Tem hora que tudo pára, engarrafado.
- Atravessar a rua é que é ruim, hein?
- Qual! Eu deixo formar o bolo, entrou dentro dele atravesso. O melhor sistema é esse. (ALENCAR, 1962b, p. 72-73).

No Rio de Janeiro, o cenário da degradação moral é assinalado pelo narrador e a capital nacional está sujeita, então, às críticas realistas. Isto pode ser constatado no diálogo entre os personagens, bem como quando o narrador expressa que está cansado e tem consciência de que a sociedade moderna continuará a se transmutar em rumo à decadência e não mais aos padrões tradicionais.

[...] De há muito que me vou desinteressando dos negócios públicos e nos meus escritos para o jornal da terra raramente trato dêles, convencido, como estou, de que não os verei melhorar. Basta olhar as novas gerações para se ter a certeza de que não virá tão cêdo o reerguimento. Quero lá saber disso! Quero saber é das minhas letras, e precisamente a respeito delas é que não tenho com quem tratar, aqui nesta Várzea de Dentro, que só se ocupa e preocupa com o futebol. (ALENCAR, 1962b, p. 16).

O narrador apresenta um discurso de resistência às transformações da moral, da cultura e da sociedade. Por meio da escrita, pretende intervir no espaço público, manifestando sua subjetividade. Assim, seu discurso torna-se reflexo de sua ideologia tradicionalista. Os textos realistas expressam igualmente as relações de interesse e relações de poder, presentes também na obra analisada. Como exemplo há o casamento de Marilu com Alfredo Maldonado, que não ocorreu por amor, mas pelo interesse dela em seu bom emprego, oportunidade que poderia sustentá-la em seus luxos e vaidades.

Marilú não tem contra ela sòmente o nome fabricado que lhe puseram e de que afinal não lhe cabe a culpa. Atrás do nome, e como que trazidas por êle, vieram outras coisas. Vieram os passeios pelas ruas centrais, metida em calças masculinas, a eleição para rainha do carnaval de 1951, quando tinha dezenove anos, os namorados inúmeros com que ia, desacompanhada de qualquer pessoa de casa, a bailes e cinemas, a saídas noturnas de automóvel com um dos apaixonados que possuísse carro, as saias mais do que muito curtas, os decotes desmedidos e por fim, o casamento com Alfredo Maldonado, não porque gostasse dêle, mas porque, ao contrário dos demais, tinha bom emprêgo e podia sustentar a família. No que toca a Fajardo, que conta trinta anos, é indivíduo que só sabe gozar a vida e foi criado por um tio rico, do qual se tornou por fim, o único herdeiro. Por enquanto, só digo isso a respeito dêle, mas penso que é o bastante para deixar claro, ou pelo menos subentendido, que deseja muito a morte do seu benfeitor. (ALENCAR, 1962b, p. 9).



Interessante que o narrador confessa que o nome Marilu fora “fabricado” pelo grupo social a que passa a pertencer. Dessa forma, seu discurso pressupõe que o comportamento de tal personagem é reflexo das relações sociais daquela sociedade. O marido de Marilu, diferentemente dela, é desenhado como alguém que não gostava da vida noturna, mas mantinha-se com vida social ativa, uma vez que seu chefe era o presidente do clube. Assim, por almejar uma promoção e outras vantagens no trabalho, participava socialmente do grupo por conveniência.

Outro exemplo de jogo de interesse presente na narrativa é aquele impetrado pelo personagem Jaime Fajardo com mulheres casadas; possuindo um diploma de bacharel em Direito, não pensava em exercer o ofício, mas “aproveitar” a vida com os recursos do tio, seu tutor. Ele ansiava pela morte do tio, para usufruir tudo o que pertencia a este, oriundo de trabalho. Gastava-lhe o dinheiro com todo o tipo de perniciosidade:

O que saía, sem parar, do bolso do tio, a tôda hora, era o dinheiro para sustentar ao muitos e variados vícios de Fajardo, as suas amantes, as suas perdas no jôgo, os ternos caros, as ceias e bebedeiras, as viagens constantes ao Rio, a S. Paulo, a Belo Horizonte. (ALENCAR, 1962b, p. 11).

Fajardo, um signo da vagabundagem, além das farras, atentava contra o tio idoso e doente aplicando-lhe um golpe atrás do outro. O tio havia trabalhado sem cessar para ajuntar fortuna, com verdadeiro orgulho burguês e não aproveitou a vida. O sobrinho, porém, lhe era um antagonista, vivendo ociosamente a gastar e desfrutar o fruto do seu trabalho. Tal personagem reforça o discurso sobre o qual se assenta o texto, a corrupção humana.

A manifestação de tal degradação das instituições sociais foi exposta pelo narrador, ao observar que o costume e a moral da família decaíram. A comprovação pode ser apontada quando os pais levam uma filha para um concurso de *miss*, certame onde ela seria fotografada com trajes mínimos e, ainda, tocada para averiguação de suas medidas. Escândalo maior, então, aconteceu quando ela foi interrogada sobre um autor de sua preferência e ela citou o nome de um crítico literário da época, isso consumiu o narrador e o acometeu de desesperança:

só se interessava, na hora, a atitude do pai e da mãe, a qual atitude era muito de ser observada.  
Pareceram-me seguros de que a filha irá obter o título daqui a dias, depois de passear despida pelo estrado diante de milhares de espectadores,

mostrando o corpo de dezoito anos, e depois de ser medida, pesada, provavelmente apalpada pela comissão julgadora. (ALENCAR, 1962b, p. 21-22).

-Seu autor predileto?

Ela disse que era José Veríssimo, sim senhor.

José Veríssimo...

Reprimi com esforço uma das grandes risadas que costumo soltar em circunstâncias semelhantes, [...]. (ALENCAR, 1962b, p. 22).

Outra instituição criticada é a escola. A narrativa expõe que no ensino, por exemplo, “como por todo o resto do país, a instrução secundária começou a decair de modo alarmante, se bem que tal circunstância a ninguém pareça alarmar.” (ALENCAR, 1962b, p. 38). Aponta, ainda, que para um declínio acentuado “eram poucos êsses doutores, mas eram doutores.” (ALENCAR, 1962b, p. 39). Confirmando a degradação, há um relato sobre a relação de poder, em que alguém desqualificado, um parvo, devido ao nepotismo, assumiu o cargo de fiscal da inspetoria de ensino colaborando com a decadência deste, pois o:

exercício delas [escolas] há longos anos e com inteira satisfação do ministério, que o tem na conta de magnífico fiscal de ensino, apesar de ser Caldeira pouco mais do que analfabeto. [...]

Mas Caldeira, sem nenhum exagêro de minha parte, que eu até costumo dar provas de grande indulgência nestas coisas, é um imbecil acabado e perfeito. (ALENCAR, 1962b, p. 37, acréscimo nosso).

Ironicamente, a postura de intelectual moderno se faz ressoar na presença da voz autoral nas críticas sobre o país. O escritor exerceu, em seu tempo, o papel de intelectual, bradando contra as atrocidades e desmandos, segundo sua crença, sua ideologia e sua esperança. Esse narrador intelectual expõe o que chama de barbaridades não somente no romance que constrói, mas também no jornal situado na Agência Ramos. Também o jornal, espaço público, reservado para notícias formais, é criticado por seu interesse pecuniário, mesmo que o “jornal em que escrevo regularmente.” (ALENCAR, 1962b, p. 35). E, no espaço da redação, o presente, o quotidiano, os “assuntos do dia” (ALENCAR, 1962b, p. 92) eram os que agradavam ao pessoal que lá trabalhava, por isso era matéria de publicação. Inclusive o caso de Marilu serviria de mote para uma notícia de última hora; um furo de reportagem, a alavancar as vendas do jornal.

Então é explorar a coisa a fundo, porque assim haverá ao menos lucro da venda avulsa.

A venda avulsa é que desde muito vem infelicitando êste país, cujos interesses mais sérios são por ela impiedosamente sacrificados. É no balcão realmente da venda avulsa, ou se quiserem no seu altar, que imolam as conveniências nacionais de tôda espécie, além das tradições e das tendências da grei.

A cidade inteira verá amanhã, graças aos fotógrafos já em lufa-lufa, o cadáver do marido de Marilú, ainda dependurado, com a língua para fora. (ALENCAR, 1962b, p. 106).

A relação do narrador com o espaço do jornal é conturbada. Apoiado em seus valores pessoais, critica o desprestígio da moral, responsabilizando o jornal por tal degeneração social, em busca do lucro, ou se ressentido da valorização de jornalistas sem competência: o “camarada que faz a crônica social, colunista muito mais lido e admirado do que eu, com toda a minha fama de escritor de talento.” (ALENCAR, 1962b, p. 20). A Agência Ramos era, ao mesmo tempo, o espaço das notícias formais, como sobre o governo de Salazar ou sobre a possível retirada de Getúlio Vargas do governo. Tais notícias, no entanto, tornavam-se motes para a fofoca nas conversas dos frequentadores do ambiente.

“Julião de Azambuja, escriba de reconhecido talento” (ALENCAR, 1962b, p. 7), além de se apresentar como jornalista competente, dava-se laivos de erudição, confessando-se um admirador da França, como atestariam suas leituras de autores franceses.

Como as novidades, originais ou traduzidas, vêm sempre é mesmo de Paris, digam lá o que disserem os americanófilos, nunca passo sem um boa reserva de brochuras francesas, que me ponho a devorar para matar o tempo, nessa Várzea de Dentro em que, por meus pecados, só existem as conversas da Agência Ramos ou a dos velhos do Parque. (ALENCAR, 1962b, p. 33).

O excerto acima aponta para a contradição do narrador ao defender os valores da tradição, embora admire a França, que é símbolo da modernidade. Atesta-se, mais uma vez, o espelhamento entre o narrador autor e o autor empírico, já que este, para propor a reflexão crítica da sociedade em que vivia, considerou as obras de renomados escritores realistas franceses - Balzac, Flaubert, Zola, de cuja obra foi inclusive tradutor – além do brasileiro, Machado de Assis.

Azambuja é ainda construído com traços da figura tipicamente francesa do *flanêur*. Ele flana pela cidade e, no flandar, recolhe o material para sua escrita: “Caminho até o centro da cidade, com o intuito de observar o que se passa.” (ALENCAR, 1962b, p. 31). Assim, como o *flanêur* baudelariano, é no espaço da rua,

em oposição ao estar recluso em casa, fechado para a escrita, que ele observa e alimenta a construção de seus personagens, no tempo e no espaço.

À medida que vai flanando pela cidade, ele explora seus espaços e escreve o que observa. Assim, atenta para situações em que possa intervir como intelectual que era, além de obter subsídio para sua escrita.

Quando passo pelo centro do Parque, a caminho do jornal ou de volta para casa, percebo que os velhos, todos os velhos me acompanham com olhar, longamente. Entendem por certo que eu deveria fazer parte do grupo e espantam-se de que não vá sentar-me entre eles. Pois sim! (ALENCAR, 1962b, p. 23).

Como intelectual, ele não se via “imprestável” ou infrutífero à semelhança dos demais idosos na praça. Buscava, então, matéria para o romance no cotidiano da cidade em que “alimenta” seus personagens e sua história numa pretensa vontade de expressar uma verdade, mas se vale justamente da ficcionalidade. O narrador diz que escrevia o que presenciava: os fatos tais como aconteceram, mas o próprio processo de recordar põe em jogo a questão da verdade. A memória e a recordação têm lacunas, têm lapsos, têm muito do imaginário:

então, para se ver contrabalanço o inconveniente, dou de ler os livros e reler da mocidade e se nem sempre a releitura me desperta o entusiasmo antigo, se nem sempre me sabem eles como souberam dia, o certo é que ainda me reconfortam, ainda que me proporcionam alegria, ainda me reconciliam com a vida. (ALENCAR, 1962b, p. 34-35).

Consoante Halbwachs (1990), as memórias são construções de grupos sociais, que determinam o que é memorável. Elas, mesmo que individuais e particulares, remetem a um grupo e cada indivíduo traz em si uma lembrança, que sempre está em interação na sociedade,

como para tudo, porém, existe sempre uma compensação, grande ou pequena, acontece comigo o que em geral acontece com os velhos vem a ser que, se esqueça o acontecimento de ontem, trago vivo meu vivo na lembrança o da meninice. Que me importa sim ou não guardar as páginas recentemente lidas, se tenho presente a tarde cheia de sol em que consegui capturar o meu primeiro canário cabeça de fogo, no arraial de que retenho na lembrança, por igual, as ruas desertas e silenciosas, as casas modestas, a gente simples, a igreja do outeiro, a linha da estrada de ferro, a várzea e o córrego? (ALENCAR, 1962b, p. 33-34).

A reconstituição do passado, apesar das particularidades das lembranças individuais, engloba e constitui a memória do grupo ao qual se pertence, ou pertencida. Os quadros de memória que atuam sobre os indivíduos em diversas circunstâncias permitem a rememoração e fortalece a memória coletiva, na medida em que se define o que deve ser lembrado ou esquecido nesse processo em que a rememoração das experiências relacionadas ao menor número de integrantes adquirem um caráter de nostalgia, talvez como fuga do momento presente angustiador.

Interessante que Halbwachs (1990) expõe que uma lembrança vem à tona reiteradas vezes. A recorrência dessa memória identifica a noção do tempo, ou seja, o tempo não impõe a data precisamente, mas a relaciona ao período a que se refere tal lembrança, à identificação de um contexto temporal que particulariza aquele acontecimento diante de muitos outros, como ocorre com Azambuja:

Êstes arranha-céus...

Em certas cidades antigas do interior da província, nas quais morei ao tempo de menino e rapazinho, era costume, e creio que ainda seja, engavetar os mortos, em lugar de enterrá-los. Engavetavam os defuntos em cavidades abertas horizontalmente nos grossos muros dos cemitérios, e eu jamais me conformei com sistema, ainda mais que os muros, do lado da rua, notadamente do verão, apresentavam sempre largas manchas gordurosas, deveras repelentes. Repelentes para mim, não para os filhos da terra, que se limitavam dizer com a maior naturalidade:

- Aquilo é o defunto que está suando... [...]

Devem de passar a existência suando também os vivos de hoje, engavetados nos seus caixotes superpostos. Tudo é gaveta. (ALENCAR, 1962b, p. 67).

As reticências indicam a busca na memória aos tempos de infância, quando os mortos eram engavetados. O narrador, ainda, os correlaciona aos moradores da cidade que vivem em “gavetas”, prédios. Assim, de acordo com seu ponto de vista, ele constata o espaço da cidade como um emaranhado, um aglutinado incoerente.

A identificação de uma marca proporciona o reavivamento da lembrança, e a recordação em um contexto temporal particulariza os acontecimentos. Essas comprovações ocorrem quando Gilberto Alencar/Azambuja visita os amigos da AML, pois era uma atualização, uma reciclagem, particularizada pela realimentação das lembranças mais remotas. O narrador congratula-se por revigorar-se intelectualmente nas visitas à capital mineira, em companhia de seus confrades, devido ao isolamento que o aborrece, como já relatado, pois “faz bem grande bem o

espírito, que nessa água lustral se purifica das vulgaridades abjetas durante o resto do ano, no meu destêrro de Várzea de Dentro.” (ALENCAR, 1962b, p. 89). Ele adquire livros, toma café com os amigos da Academia, expressando o espaço da cultura, do conhecimento, da erudição, por reunir-se para saber dos novos projetos deles, bem como apresentar suas metas. Assim, a escrita e a memória do narrador interligavam-se e se completavam, pois sua escrita era constantemente atravessada pela memória, enquanto sua memória contagiava e ficcionalizava sua escrita.

No romance alencariano, o foco narrativo está em primeira pessoa, isto é, pautado na visão do narrador, que marca sua subjetividade, pois só essa postura é oferecida ao leitor. Contudo, quando o narrador mescla o foco passando a palavra aos personagens, pelo diálogo direto ou reproduzindo suas ações em terceira pessoa, busca fazer transparecer certa neutralidade, já que lhe são próximos os atributos de jornalista e romancista, sem a preocupação com a imparcialidade de suas opiniões, sugestões e ironias que perpassam todo o seu discurso.

E é já com a voz abrandada que indaga:

- Você quer ir hoje ao cinema?

- Se você quiser... Não estou com muita vontade não.

- No Pálace?

- No Pálace ou noutra qualquer. No Odeon está passando uma fita muito falada, francesa...

- Então iremos ao Odeon.

Daí a pouco, sòzinha no quarto, o sorriso some nos lábios de Marilú. Cara fechada, batendo o pé, vai dizendo em voz baixa encolarizada:

- Idiota! Está pensando que eu sou escrava dele. Não sou escrava de diabo nenhum! Hei de deixar Fulana mais Sicrana se quiser! (ALENCAR, 1962b, p. 20).

Digo que é capaz porque as negaças de Marilú soem ser irresistíveis e ela conhece muito bem os pontos fracos do marido, embora talvez não conheço os fortes, quero dizer aquêles em que êle não cede, nem cederá. (ALENCAR, 1962, p. 83).

Por toda a obra, a visão e as opiniões do narrador estão presentes, bem como suas emoções: “Maldonado, entretanto, não se submeterá, tenho toda certeza que não. Maldonado não é brincadeira, [...]” (ALENCAR, 1962b, p. 40). Ele tem preocupação em relatar suas opiniões, a fim de influenciar o leitor para concordar com seu posicionamento e, ainda, sanciona sua postura de intelectual. A narrativa tem um tom de suspense que envolve o leitor nas ações e, conforme o autor as revela, o leitor as descobre.

Incrustadas no discurso, o narrador sugere pistas de que algo trágico acontecerá, como “quanto ao que vão ser, não auguro nada de bom, pois tudo indica que irão acabar mal. Acabar mal é um modo de dizer, porque o mal será para os outros, não para eles, que sabem perfeitamente o que estão tramando e só querem isso mesmo.” (ALENCAR, 1962b, p. 10). Relativamente a Maldonado, ele considera: “é possível que me engane, não será a primeira vez, mas não gosto de nada dêsse desapego à promoção.” (ALENCAR, 1962b, p. 105).

Delineando o narrador como escritor, Alencar dialoga com a crítica da época e com seus pares, borrando limites entre ficção e realidade.

Bem quisera eu, e muito, para evitar a má língua dos críticos, dar maior mobilidade ao conto, que vai por demais remansado, mas tôda essa boa vontade esbarra na preguiça dos fatos que estou acompanhando, dos fatos inacabados que não sei ao certo quando acabarão e os quais não posso me adiantar, nem devo. (ALENCAR, 1962b, p. 57).

O narrador, no papel de crítico literário, pensa a literatura no cenário nacional e atenta para as atualizações que ele ainda não tem acompanhado, e a que não tem se adaptado. Assim, aqui ocorre que o escritor intenta ir contra o tempo veloz da modernidade, ao escrever num ritmo avesso ao daquele momento, contrário ao estilo moderno. Inclusive, quando na praça, um espaço público, o banco em que ele se assenta parece isolado do resto da cidade, representando um espaço de reflexão. Lá, no banco da praça, é expresso seu pensamento reflexivo em um ritmo diferente do resto da cidade, o que pode ser observado pelo tom quase simbolista da linguagem utilizada na descrição abaixo.

As folhas mortas, nas sombrias alamêdas do Parque, estas folhas que o vento costuma perseguir, fazendo com que fujam, tomadas de pânico, em tôdas as direções, [...]

Do meu banco isolado, ouço lá fora, na avenida o rumor continuado dos automóveis, dos caminhões, dos bondes, buzinando, tilintando, rolando, enquanto os pedestres, ao abrir-se a luz vermelha, se atiram apressados à aventura cotidiana da travessia num e noutro sentido. Morre muita gente por aí esmagada sob as rodas vertiginosas e o que me admira é que ainda não morra mais, em holocausto ao progresso de Várzea de Dentro. (ALENCAR, 1962b, p. 43).

Desse modo, a enunciação explicita o tempo interior do narrador distinto da aceleração dos tempos modernos, ao mesmo tempo em que explicita o desajuste do tempo do autor empírico em relação aos escritores modernistas. Tal afirmação pode



ser ratificada em outros excertos, em que há divergência de seu tempo sincrônico e do diacrônico: “demorada vai a narrativa e não rápida, como seria de desejar nesses tempos que se caracterizam mais do que tudo pela febre de velocidade.” (ALENCAR, 1962b, p. 41). Assim o enunciador expressa uma crítica à modernidade contra a pressa moderna e o progresso da cidade. Sua escrita em ritmo contrário, lento, talvez expresse um movimento de resistência a essa pressa ou a essa urgência moderna.

Essa resistência talvez seja uma manifestação oriunda de sua crítica ao modernismo, cuja base tendia promover uma ruptura com os estilos em vigor na época. Autores buscavam mudança de paradigma, numa estética que se aproximasse dos objetos quotidianos, com uma beleza artística acessível a todas as classes sociais. E, na revisão do fazer literário, há uma ruptura com a dicção retórica portuguesa, enaltecendo a cultura popular, ou seja, foi um movimento “abrasileirador” da cultura. Alencar, em contrapartida, um admirador da França, berço do intelectual literário, rejeitou esse projeto em toda a sua vida. No romance analisado, apesar de ser escrito em 1957, continuou bebendo dos modelos realistas franceses. Não aceitava, portanto, uma linguagem abrasileirada, pois queria manter o padrão gramatical como havia sido até então.

A proposta modernista objetivava destruir o espírito conservador, abolindo tabus e preconceitos, defendendo a nova estética como uma consciência criadora nacional. Valorizavam a inclusão de gírias e sintaxe irregular, apoiados na incorporação da linguagem oral, além de uma revisão crítica da história e das tradições da nação. Depois do primeiro período de resistência à estética anterior, o movimento modernista procedeu a discussão do nacional e do popular na literatura, distinguindo o primitivismo, isto é, a valorização dos índios e dos negros.

Exploraram vários recursos da linguagem, como aproximação da linguagem poética com a da prosa, metalinguagem, valorização do quotidiano, também caracterizaram o nacionalismo exacerbado, como a procura de uma língua nacional, ou seja, a língua falada pelo povo nas ruas. Reestruturaram os textos do passado, parodiando-os e incorporando neles o humor e a irreverência, provocando amplas marcas na literatura decorrentes desse movimento modernista. E, a contrariedade de Alencar com tal estética, o levava, ainda, a afirmar que não se importava em possuir menos reconhecimento que os escritores daquela atualidade, pois julgava que escrevia temas mais nobres e que resultariam em catarse. Possuía apreço pela

literatura francesa mais tradicional, que, segundo o narrador, era a que ditava as novidades na época. Vale retomar citações já feitas dado seu peso nas reflexões em curso:

Mergulho fundo nos livros, durante horas esquecidas, assim de dia como de noite, porém subo à tona desencantado e abatido, que estas leituras modernas, tão elogiadas, nada têm que reconfortem, antes muito pelo contrário. Deprimem, não tonificam, e eu, se teimo a entregar-me a elas, é porque vícios antigos nem o próprio demo os desarraiga. É também um pouco por querer ficar a par das novidades literárias. Como as novidades, originais ou traduzidas, vêm sempre é mesmo de Paris, digam lá o que disserem os americanófilos, nunca passo sem uma boa reserva de brochuras francesas, que me ponho a devorar para matar o tempo [...]. (ALENCAR, 1962b, p. 32-33).

Mergulho fundo nas brochuras, mas saio delas, em regra, ainda mais desenganado e ainda mais triste do que antes. Algumas tendências em moda, baseadas no “freudismo”, e em outros “ismos” da mesma laia, preocupam-se exclusivamente com o baixo ventre, fazendo dessa região o seu maior centro de interesse. É aí que os romancistas de vanguarda ou de renome se comprazem, aí é que se sentem nas suas sete quintas, esmiuçando as coisas do sexo, descendo às escabrosidades mais cruas, pintando tipos depravados, sem desconfiarem de que a depravação é mais deles do que dos personagens que colocam em cena. Cá por mim não lhes invejo a fama. (ALENCAR, 1962b, p. 33).

As leituras modernas o incomodam e o levam a buscar conforto na literatura tradicional, que o alegra e reconcilia com a vida, reconfortando-o. Ele critica a literatura modernista, apesar de escrever no período posterior ao movimento modernista e ao romance de 1930. Esse romance é datado de 1957, ou seja, já decorreram 35 anos da manifestação da Semana de Arte Moderna! Outra contradição presente na postura do narrador é a mostrada ambiguidade manifesta em sua rápida aceitação para com as novidades oriundas de Paris, em detrimento da forte rejeição que Alencar nutria por quaisquer novos movimentos artísticos surgidos em terras brasileiras.

Alencar, contudo, manteve sua característica realista e o narrador, em seu contrato inicial, em sua proposta de leitura do romance, teve a pretensão de escrever um livro que pouco acrescentaria à sua glória, mas serviria de contribuição para a promoção daquela sociedade. Sua obra é finalizada expurgando o caráter vil, sórdido e degradante da sociedade que não reconheceria tais delitos. A sociedade, então, condenava os assassinatos e os roubos, praticados com o uso de armas brancas ou de fogo, mas não conseguia perceber outros agentes do crime. Para o narrador/autor, quando a sociedade, não conseguindo enxergar que existem outros

tipos de crime de culpados, ou os acolhe ou omitem, desmancha a máxima de que “o crime não compensa”. Assim a sociedade não condenou a extorsão praticada por Fajardo ou a destruição do matrimônio de Marilu, que resultaram em mortes, enquanto os amantes desfrutaram de seus desejos e da posse dos bens do infelizado, fez-se cúmplice desses crimes e incitou outros.

O romance dialoga ainda com Balzac, em sua obra *A Comédia Humana*, na qual é realizada uma paródia da obra *Divina Comédia*, de Dante Alighieri, ao expressar a vida humana na encenação de suas relações corruptas e desprovidas de qualidades.

Mesmo atendo-se ao realismo ou utilizando um tom, às vezes, simbolista ou parnasiano, Alencar construiu um romance marcado pelo espelhamento entre o autor e o narrador/autor. Como se dialogasse com *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, cria um romance sobre alguém que o escreve. E nesse processo estabelece um pacto com o leitor, colocando-se em jogo especular com o próprio narrador que ele criou. Exibe-se, no romance de cunho realista, o lugar do intelectual em suas contradições. Confirma-se a função pedagógica do romance em sua vertente realista, na medida em que um romance dentro do romance encena a sociedade da época exortando-a a regenerar-se.

A escrita realista condiz com a postura de intelectual do enunciador e endossa a proposição de Sartre (2004) de que palavra é ação. Isso proporciona uma reflexão conclusiva de que o ato de escrita resulta em engajamento e em comprometimento. Segundo Sartre (2004), a partir do momento que o escritor se propõe a desvendar o mundo e os homens, através das palavras, essa ação é sempre transformadora, trazendo responsabilidade ao intelectual por produzir mudanças na sociedade. A escrita, portanto, proporciona diversas finalidades e cada autor deixa marcas, pistas nos embates que travam com relação à composição de sua escrita. Um escritor, enfim, é um intelectual quando, para além de sua especialidade, discute os distintos problemas humanos em espaço público.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese se propôs analisar as obras ficcionais e não ficcionais do escritor Gilberto de Alencar e sua atuação como um intelectual de seu tempo. Em um período histórico bastante conturbado tanto no Brasil, com o fim da Primeira República, o governo Vargas (1930-1945) quanto no mundo, devido ao período das duas grandes guerras mundiais que influenciaram em profundas mudanças do pensamento, Alencar exerceu sua função como intelectual ao realizar intervenção no espaço público.

Gilberto de Alencar parece ainda um escritor pouco estudado e conhecido pela crítica em geral, apesar de ter uma produção vasta e diversificada ao longo de sua vida. Alencar teve um lugar de destaque no cenário literário de Juiz de Fora, berço da maior parte de sua produção jornalística e literária.

O escritor teve uma vida consagrada às letras e exerceu a escrita em diversos gêneros. Nesta pesquisa, pretendeu-se investigar de que maneira a postura de intelectual de Gilberto de Alencar surge em quatro gêneros representativos na produção do escritor: o jornal, o diário, a crônica e o romance, tendo, como recorte principal, as temáticas trabalhistas, políticas e da própria escrita, tópicos comuns nos quatro gêneros aqui elencados.

Em sua escrita jornalística, Alencar optou por não seguir os padrões do jornalismo convencional referentes ao Lide (o quê? Como? Quando? Onde?), mas sim, construir suas colunas de jornais e suas crônicas por meio de um viés mais crítico, tendo em vista seu pretendido papel de um mediador do povo, tal como desejado por um intelectual de seu tempo. Consoante com os pressupostos de Sartre (1994), Gilberto de Alencar vivenciou o entrelugar nas relações sociais de seu período histórico, justamente por estar entre a classe dominante de seu tempo e as classes menos favorecidas, servindo como uma espécie de mediador de seus anseios na busca de melhores condições de trabalho e de liberdade política. Sua postura como intelectual é, às vezes, contraditória a esse respeito, sobretudo quando em algumas crônicas e textos ficcionais resolve adotar um tom muito próximo ao da classe média, em um claro movimento de defesa de seus interesses.

Em ambas as circunstâncias, seja defendendo os desfavorecidos ou sua própria classe, Alencar foi condizente com a postura de intelectual cunhada por Bobbio (1997), que afirmava ser a tarefa elementar dos intelectuais impedir o

monopólio da força sobre o monopólio da verdade. Para atingir tal propósito, procurou conscientizar a massa populacional e a esclareceu sobre seus direitos. Assim, adotava uma postura contrária à do Governo, e cientificou a população para impedir a manutenção de sua condição servil.

Compactuando com Sartre (1994), quando afirma que um intelectual não o é por acidente, mas por sê-lo em sua essência, Alencar busca resgatar os cidadãos do plano do não saber, que os esmaga e os condiciona a uma situação que beira a do não-sujeito. Vale lembrar que o próprio Sartre (1994) distingue escritor de escrevente, porque este usa a linguagem apenas para transmitir informação, enquanto o escritor-intelectual, como um artesão das palavras, vai mais longe, pois usa o discurso como uma ferramenta contra a desinformação, de modo a revelar aquilo que se encontra encoberto pelas relações de poder opressoras. As mediações do intelectual, através da escrita, portanto, ocorrem no espaço público, o espaço por excelência em que se desenvolvem ideias e em que se disseminam reflexões em grupo.

Logo, podemos afirmar que o escritor Gilberto de Alencar era um intelectual moderno. Um intelectual que exercia um papel pedagógico na função de educar a sociedade. Em seus textos se processam interferências históricas, pois ele apresenta uma escrita vivenciada. Alencar, em seus textos, relata acontecimentos históricos, acrescidos de suas opiniões e reflexões, como nas questões políticas e sobre o trabalho, aqui destacadas.

A escrita de Alencar ilumina também as questões sociais e políticas da época, pois ele promove a conscientização da sociedade em seus textos, como na década de 1910 ao alertar os operários a lutarem por melhores condições de trabalho, bem como em 1941, ao despertar a sociedade para a necessidade de os benefícios trabalhistas serem estendidos também aos trabalhadores rurais. Dirige-se também, mesmo que veladamente, à classe média, sugerindo-lhe levantar-se contra Getúlio Vargas. As alterações políticas, sociais e econômicas interferiram diretamente na produção alencariana e era profícua fonte para suas publicações.

Atendo-se às temáticas analisadas, no que se refere à trabalhista, percebe-se como houve uma sensível mudança no modo como o trabalho foi representado ao longo do tempo, sobretudo no cenário europeu. Com o advento das revoluções industrial e francesa, o trabalho passou a ser referenciado como algo a ser valorizado, pois seria um dos fatores primordiais para a produção de capital. Assim

qualquer menção ao ócio e ao desemprego passou a ser recriminada. A relação de trabalho passou a ser ainda mais uma estratégia ideológica para justificar a dominação da elite sobre os indivíduos, por meio do controle dos meios de produção, tal como apontado por Chauí (2012). Logo, os benefícios sociais não eram entendidos como direitos conquistados pelos trabalhadores, mas como um ato de desserviço ao desenvolvimento do país; vale lembrar que Alencar, após a Revolução de 1930, está no conjunto desses que criticam.

Por esse aspecto, a função de Gilberto de Alencar como intelectual é paradoxal, justamente por estar, ora voltado para o povo na busca por melhores condições do trabalho, ora para a classe dominante em sua incisiva condenação aos direitos conquistados pela massa trabalhadora, designando-os como um atraso para a política econômica nacional.

Exemplificando, a questão ambígua do escritor quanto ao trabalhador e os benefícios trabalhistas, lembrou-se que, na década de 1910, ele não só incitou a classe trabalhadora a reivindicar seus direitos, estimulando sua reação aos percalços da greve, como também se levantou contra a condição de exploração de menores. E, por meio da repercussão de sua reivindicação na sociedade, a cidade de Juiz de Fora teve assinado um projeto, na Câmara Legislativa Municipal, que proibia a execução de hora extra para menor de 14 anos. Ainda em 1941, ele assinala que os benefícios trabalhistas não alcançaram os trabalhadores rurais.

Já na crônica “Apólogo vagabundo”, de 1956, é contrário à ideia de exaltação do operário, ao afirmar que os sindicatos os valorizam e os elevam ao nível da lua, e ainda acentua que estes exerceriam suas atividades com negligência. A discordância do autor baseia-se no fato de o governo promulgar os benefícios, sem considerar que o ônus destes recaia sobre a classe média.

Na narrativa do romance, o narrador denuncia que, no dia seguinte à divulgação da morte de Getúlio, os operários “ingênuos e ignorantes” lamentavam, e uma multidão de trabalhadores que lá estavam tinha medo de perder agora “a vida boa”, os benefícios alcançados. Expôs-se ainda, no romance, a imagem dos benefícios, representada pela imagem de uma roupa de lã vestida no verão, desvelando, assim, o discurso da elite, da classe dominante, que julga desnecessários os direitos concedidos aos trabalhadores. Observa-se, portanto, a ambiguidade que marca o texto do escritor através dos tempos, em sua trajetória, pois, quando empreende sua escrita tematizando o trabalho, com seu verbo crítico,

ora ataca o governo, defendendo o trabalhador, ora defende as condições de trabalho que o sufocam.

Com relação à política, Gilberto de Alencar também demonstra uma posição bastante ambivalente. Primeiramente publicou no artigo “Com a Aliança”, em 1929a, no jornal *O Pharol*, o apoio à candidatura de Getúlio Vargas, enquanto integrante da chapa Aliança liberal. Manifestava-se contra a Primeira República na esperança de que a Aliança liberal se prestasse a cumprir os propósitos republicanos. Mais tarde, julgando que tais propósitos não estavam sendo cumpridos, passa a manifestar em sua escrita, tanto ficcional como não ficcional, sua aversão ao governo varguista. No romance, atribui o aumento do custo de vida e a conseqüente dificuldade financeira da população à Revolução de Trinta, a famosa “bernarda”.

No jornal *Gazeta de Paraopeba* (1948a), na coluna intitulada “Aqui entre nós”, caracterizou o político como destituído de patriotismo, honradez e moral. Essa postura de “descrença” na política partidária e na forma de governo, que cobre seu discurso de desesperança de o governo se pautar por uma plataforma de tendência liberal, se faz presente também na matéria intitulada “Eis aí...”, de 1938, em que apregoa ser contra seguir qualquer dos extremismos, seja de direita, seja de esquerda.

Infere-se que, na concepção do escritor, não há uma forma de governo ideal; antes ele se volta para os princípios da política por ser um meio de atender à sociedade, mais baseado na honradez e honestidade dos governantes.

Além disso, aponta governos de outros países com regimes políticos não democráticos, como a ditadura de Salazar e o comunismo na China, apresentando o que seriam resultados satisfatórios à sociedade e ao crescimento nacional. Como já assinalado, percebe-se que, como o narrador do romance, o autor opta não por algum regime específico de governo ou por um partido político, mas por um conceito mais arcaico, no sentido de pensar a política como modo de bem organizar a sociedade, atrelando a ela, para seu sucesso, o caráter do governante. Nesse sentido parece mais um intelectual tradicional, como os padres e os médicos, que acreditam na sobreposição do bem e da justiça. (cf. GRAMSCI, 1982).

Ainda em relação à temática da escrita, Gilberto de Alencar realizou na obra *O escriba Julião de Azambuja* (1962b) um manifesto contra a postura de um tipo de jornalista, que não possui apreço pelo passado, pois está afoito por matérias alarmantes do presente. Afirmando, então, que seu “pasto” favorito são os causos



palpitantes, Alencar os desqualifica, aproximando-os dos animais, ao gado no pasto. Isso porque a preferência do jornalismo se dava por fatos sórdidos e degradantes, como os escândalos e os crimes, isto é, de fatos que abordam a decadência social e moral da sociedade.

Outra denúncia presente tanto em suas produções não ficcionais, como no romance, é a referente ao interesse das pessoas pela participação do colunista social em suas festas e a conseqüente divulgação de tais eventos nas mídias impressas, como meio de ostentação. No romance, o jornal, então, privilegiaria o espaço do mundanismo em detrimento de matérias sérias e reflexivas. Essa afirmação sobre o interesse da elite pelo colunista social ocorre também na crônica “Direito e avesso” (1955a), na qual o enunciador assegura inclusive que se publicam atos de baixa moral, desprestigiando os costumes, e, de certa forma, escarnecendo da classe operária. Sugere utopicamente a criação de uma coluna que privilegiasse o pobre, no “avesso” dessa situação, para também valorizá-lo.

A promoção da cultura de massa pelo DIP foi amplamente criticada por Alencar no jornal, como evidenciado na coluna intitulada “Erro confessado” (1950a), em que a mídia confessa que o povo deveria ter mais entusiasmo por coisa mais séria, que não futebol. E, no Diário, ele desabafa a respeito de uma apresentação artística, e expressa, em tom ácido e irônico, que “um tolo sempre acompanha outro”. Tal promoção no cenário nacional era entendida pelo escritor, admirador da França e da cultura erudita, como estratégia política para adesão e manipulação das massas a favor da manutenção do poder de Vargas, por meio do entretenimento.

No romance, ele exprime seu despreço diante de uma fila de operários para aquisição do ingresso para assistir a uma cantora de rádio do Rio de Janeiro, em turnê à cidade. Mesmo se a entrada não fosse franca, os trabalhadores estavam afoitos pelo *show*. O narrador assegura que os operários queriam aumento salarial para esse fim.

Outro elemento que demonstra o trânsito entre a obra ficcional e não ficcional por parte do escritor pode ser visto na crônica “A livraria que morreu” (1951a), em que o fechamento de uma importante livraria da cidade é profundamente lamentada pelo cronista. A esse respeito, não nos parece aleatória a referência, no romance *O escriba Julião de Azambuja* (1962b), de uma situação parecida, em que a queda intelectual na cidade ficcional, como a transferência para a capital mineira da AML,

representaria uma pequena morte para a produção cultural da cidade e que não lhe faria falta alguma.

Assim, o aspecto mais relevante observado ao longo da pesquisa foi o modo como as temáticas de textos não ficcionais, presentes nas obras jornalísticas de Gilberto de Alencar, adentram sua produção ficcional, indiciando a inquietação do escritor acerca de determinados temas e comportamentos sociais de seu tempo.

A escrita de Alencar se ajusta no decorrer dos tempos, sempre expressando sua argumentação. Assim, sua escrita é investida de intencionalidade e revestida de pistas, encobertas por máscaras, mas desveladas no discurso.

Gilberto de Alencar demonstrou preocupação ao dar forma aos diferentes gêneros discursivos em virtude de suas inquietações. Compôs um campo discursivo em que os sentidos foram produzidos, partilhados, na busca por um modo de fazer uma política de escrita, ou melhor, uma política da escrita por meio de seus textos. Por esse aspecto, a premissa desejada por Alencar de que sua obra se assemelhasse a uma obra de arte parece ter sido cumprida.

Podem-se perceber, no romance, os jogos que são encenados no espaço textual, o que possibilita a emergência de múltiplas leituras, devido à (re)criação gerada pelo jogo entre autor e leitor, tendo em vista o lugar de um personagem que escreve um romance pelo olhar de jornalista. Por esse aspecto, o autor engendrou-se em nova instância enunciativa ao inventar-se e desdobrar-se a si mesmo por meio de sua linguagem romanesca, servindo, portanto, de arquétipo para o narrador jornalista. O narrador poderia ser visto, nesse sentido, como um duplo do autor, seu *alter* ego, pois a enunciação proporciona esse trânsito em diferentes desdobramentos do “eu” de Gilberto de Alencar e do “eu” do narrador. Assim, seu discurso literário idealiza mundos encenados onde o autor se recria em possibilidade de alteridade, transvestidos de “como se”. Atesta-se, desse modo, o espelhamento entre o narrador/ autor e o autor empírico.

Tal como um intelectual moderno, Alencar buscou o aperfeiçoamento da cultura e refletiu sobre as mazelas que assolava e silenciava o povo, na tentativa de promover seu desenvolvimento e sua “purificação” das perversas ideologias que aprisionavam os menos favorecidos de seu tempo. Entretanto a presente tese pode constatar também que o próprio escritor foi passível de contradições e ambiguidades, sobretudo em relação à defesa de sua própria classe. Talvez seja essa característica que reitere sua posição como um intelectual de seu tempo, afinal,

como bem definido por Sartre (1994), um intelectual é fruto de uma sociedade e se encontra indissociável dela. Assim, um país marcado por relações de poder tão contraditórias e ambíguas, possivelmente, encontre em Gilberto de Alencar uma figura representativa como um intelectual: um sujeito de seu tempo e de seu espaço. Cabem, portanto, futuras pesquisas para continuar a exposição das diversas facetas do intelectual Gilberto de Alencar.

## REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia de Artur Bernardes**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/artur-azevedo/biografia>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
- ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS. Discurso de posse do acadêmico Gilberto de Alencar. **O PHAROL**, Belo Horizonte, n. 131, p. 1-2, 4 jun. 1911b.
- ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS. **Notas biográficas**. Gilberto de Alencar. **O PHAROL**, Belo Horizonte, n. 130, p. 1, 3 jun. 1911a.
- ALENCAR, Gilberto de. A língua é nossa. **Alterosa**, Belo Horizonte, 253. ed., p. 128, 1º mar. 1957a.
- ALENCAR, Gilberto de. A livraria que morreu. **Alterosa**, Belo Horizonte, 139. ed., p. 33 e 126, out. 1951.
- ALENCAR, Gilberto de. Apólogo vagabundo. **Alterosa**, Belo Horizonte, 233. ed., p. 104, 1º maio 1956a.
- ALENCAR, Gilberto de. Carestia. **Alterosa**, Belo Horizonte, 252. ed., p. 112, 15 fev. 1957c.
- ALENCAR, Gilberto de. Cartas à redação. **Alterosa**, Belo Horizonte, 234. ed., p. 111, out. 1956b.
- ALENCAR, Gilberto de. Centenário. **Alterosa**, Belo Horizonte, 218. ed., p. 112, 1º jan. 1955b.
- ALENCAR, Gilberto de. Direito e avesso. **Alterosa**, Belo Horizonte, 214. ed., p. 112, 15 jul. 1955a.
- ALENCAR, Gilberto de. Louvor de maio perdido. **Alterosa**, Belo Horizonte, 161. ed., p. 84, 1º maio 1953.
- ALENCAR, Gilberto de. O milho e o resto. **Alterosa**, Belo Horizonte, 272. ed., p. 144, 15 dez. 1957b.
- ALENCAR, Gilberto de. O pouco vira muito. **Alterosa**, Belo Horizonte, 273. ed., p. 96, 1º jan. 1958d.
- ALENCAR, Gilberto de. Porão. **Alterosa**, Belo Horizonte, 202. ed., p. 98, 15 jan. 1955c.
- ALENCAR, Gilberto de. Ferroadas. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, p. 2, 16 abr. 1958a.

ALENCAR, Gilberto de. Ferroadas. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, p. 2, 25 abr. 1958b.

ALENCAR, Gilberto de. Ferroadas. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, p. 2, 17 maio 1958c.

ALENCAR, Gilberto de. Preto & branco. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, ano XXIX, n. 8.286, p. 2, 29 jun. 1940.

ALENCAR, Gilberto de. Preto & branco. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, ano XXX, n. 8.566, p. 2, 31 maio 1941a.

ALENCAR, Gilberto de. Preto & branco. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, ano XXX, n. 8.749, p. 2, 31 dez. 1941b.

ALENCAR, Gilberto de. Preto & branco. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, ano XXX, n. 8.512, p. 2, 29 mar. 1941c.

ALENCAR, Gilberto de. Preto & branco. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, ano XXX, n. 8.486, p. 2, 27 fev. 1941d.

ALENCAR, Gilberto de. Preto & branco. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, ano XXX, n. 8.617, p. 2, 30 jul. 1941e.

ALENCAR, Gilberto de. Preto & branco. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, ano XXX, n. 8.480, p. 2, 19 fev. 1941f.

ALENCAR, Gilberto de. Preto & branco. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, ano XXX, n. 8.568, p. 2, 3 jun. 1941g.

ALENCAR, Gilberto de. Preto & branco. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, ano XXX, n. 8.738, p. 2, 18 dez. 1941h.

ALENCAR, Gilberto de. Preto & branco. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, ano XXX, n. 8.684, p. 2, 16 out. 1941i.

ALENCAR, Gilberto de. Preto & branco. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, ano XXX, n. 8.607, p. 2, 18 jul. 1941j.

ALENCAR, Gilberto de. Preto & branco. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, ano XXX, n. 8.648, p. 2, 4 set. 1941k.

ALENCAR, Gilberto de. Preto & branco. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora, ano XXX, n. 8.463, p. 2, 30 jan. 1941l.

ALENCAR, Gilberto de. Preto & branco. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, ano XXX, n. 8.593, p. 2, 2 jul. 1941m.

ALENCAR, Gilberto de. Preto & branco. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora, ano XXX, n. 8.619, p. 2, 1º ago. 1941n.

ALENCAR, Gilberto de. Preto & branco. Número alarmante. **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, p. 1, 27 jan. 1959.

ALENCAR, Gilberto de. **Fernando de Alencar** [reprodução de artigo em *site*]. [19--]. Não paginado. Disponível em: < <http://www.uemmg.org.br/pioneiros/fernando-alencar/>>. Acesso em: 8 set. 2016.

ALENCAR, Gilberto de. Aqui entre nós. **Gazeta de Paraopeba**. Paraopeba, ano XXXVI, n. 1963, p. 2, 8 dez. 1946.

ALENCAR, Gilberto de. Aqui entre nós. **Gazeta de Paraopeba**, Paraopeba, ano 38, p. 1, 18 maio 1948a.

ALENCAR, Gilberto de. Aqui entre nós. **Gazeta de Paraopeba**, Paraopeba, n. 2044, p. 2, 4 jul. 1948b.

ALENCAR, Gilberto de. Eis aí... **Gazeta de Paraopeba**, Paraopeba, ano 28, n. 1511, p. 2, 9 abr. 1938.

ALENCAR, Gilberto de. Êrro confessado. **Gazeta de Paraopeba**, Paraopeba, ano 40, n. 2154, p. 1, 13 ago. 1950a.

ALENCAR, Gilberto de. Suelto. **Gazeta de Paraopeba**, Paraopeba, ano 40, 2162. ed., p. 1, 8 out. 1950b.

ALENCAR, Gilberto de. Suelto. **Gazeta de Paraopeba**, Paraopeba, ano 40, 2183. ed., p. 2, 4 mar. 1951b.

ALENCAR, Gilberto de. Suelto. **Gazeta de Paraopeba**, Paraopeba, ano 41, 2198. ed., p. 3, 17 jun. 1951c.

ALENCAR, Gilberto de. Suelto. **Gazeta de Paraopeba**, Paraopeba, ano 44, 2345. ed., 18 abr. p. 2, 1954.

ALENCAR, Gilberto de. **Misael e Maria Rita**. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962a.

ALENCAR, Gilberto de. **No reinado de Lourival**. Caderno 1, p. 1-32; Caderno 2, 33-64; Caderno3, 65-96, 1941. 96p. (Manuscrito, não publicado).

ALENCAR, Gilberto de. **O escriba Julião de Azambuja**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962b.

ALENCAR, Gilberto de. Ainda a causa operaria. **O Pharol**, Juiz de Fora, ano LII, n. 182, p. 1, 3 ago. 1917a.

ALENCAR, Gilberto de. Chronica semanal. **O Pharol**, Juiz de Fora, ano XLVII, n. 139, p. 1, 13 jun. 1912a.

ALENCAR, Gilberto de. Chronica semanal. **O Pharol**, Juiz de Fora, ano XLVII, n. 198, p. 1, 22 ago. 1912b.

ALENCAR, Gilberto de. Com a Alliança. **O Pharol**, Juiz de Fora, ano XVIII, n. 5548, p. 1, 17 out. 1929a.

ALENCAR, Gilberto de. Movimentos desorientados. **O Pharol**, Juiz de Fora, ano LII, n. 165, p. 1, 14 jul. 1917b.

ALENCAR, Gilberto de. Muito batida... **O Pharol**, Juiz de Fora, ano XVIII, p. 1, 11 out. 1929b.

ALENCAR, Gilberto de. O professor primário. **O Pharol**. Juiz de Fora, ano LII, n. 207. 1 set. 1917e. p. 1.

ALENCAR, Gilberto de. Os “novos” e o movimento literário. **O Pharol**. Juiz de Fora, ano LVII, n. 105, p. 1, 9 set. 1922.

ALENCAR, Gilberto de. Quem dá o que tem... **O Pharol**, Juiz de Fora, ano LII, n. 174, p. 1, 25 jul. 1917c.

ALENCAR, Gilberto de. São gostos.... **O Pharol**, Juiz de Fora, ano LXI, n. 1107, p. 1, 2 jan. 1926a.

ALENCAR, Gilberto de. Satisfação amarella. **O Pharol**, Juiz de Fora, ano LXI, n. 1.209, p. 1, 5 maio 1926b.

ALENCAR, Gilberto de. Trabalhadores illudidos. **O Pharol**. Juiz de Fora, ano LI, n. 244, p. 1, 13 out. 1916.

ALENCAR, Gilberto de. **Reconquista**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

ARAÚJO, Cássia Aparecida Braz. **Do intertexto literário, ao diálogo interdisciplinar entre Cidade dos sonhos e da melancolia, de Gilberto de Alencar, Boca de chafariz, de Rui Mourão e a história de Ouro Preto**. 2013. 110f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

ARRIGUCCI JÚNIOR, Davi. **Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BAKHTIN, Mikhail M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. 12. ed. Tradução de Michel Luhud Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1981.

BAKHTIN, Mikhail M. **Questões de literatura e estética: A teoria do romance**. 5. ed. São Paulo, Hucitec, 2010.



BARBOSA, Leila Maria Fonseca; RODRIGUES, Marisa Timponi Pereira. **Letras da Cidade**. Juiz de Fora: Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage - FUNALFA, 2002.

BARRETO, Lima. As Glórias do Brasil. 7-1-1922. In: **Feiras e Mafuás**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232. (Obras escolhidas).

BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Néri. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

BHABHA, Homi. Disseminação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna. In: **O local da cultura**. Tradução de Myryam Ávila et al. Belo horizonte: Editora da UFMG, 1998. p. 198-238.

BLANCHOT, Maurice. **A Parte do Fogo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de João Ferreira. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. V. 1.

BOMENY, Helena (Org.). **CONSTELAÇÃO Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista: Ed Universidade de São Francisco, 2001.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**, 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BRÄKLING, K. L. Trabalhando com o artigo de opinião: revisitando o eu no exercício da (re) significação da palavra do outro. In: ROJO, R. (Org.). **A prática da linguagem na sala de aula**: praticando os PCNs. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado de Letras, 2000. p. 221-248.

BRASIL. Decreto-lei nº n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102343>>. Acesso em: 10 out. 2015.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto nº 32.667, de 1º de maio de 1953**. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=143166&norma=164460>>. Acesso em: 30 maio 2017.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: CANDIDO, Antonio. **Recortes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 23-59.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Europa dos pobres**. Juiz de Fora: UFJF, 1994.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 2.ed. rev. e acrescida de um suplemento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

DÉGUY, Michel. O peso das palavras. In: NOVAES, Adauto (Org.) **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. NEUMANN, Sea (Org.). Juiz de Fora: FUNALFA, 2008. p. 317-333.

ESTEVES, Albino. O Theatro em Juiz de Fora (Apontamentos). **O Pharol**, Juiz de Fora, ano XLV, n. 157, p. 1, 6 jul. 1910.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **A Era Vargas dos anos 20 a 1945**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/Imprensa>>. Acesso em: 5 nov. 2017a.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Estado Novo e Fascismo**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/EstadoNovoFascismo>>. Acesso em: 17 nov. 2017d.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Os intelectuais e o Estado (1930 - 1937)**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado>>. Acesso em: 23 out. 2017b.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Queremismo**. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/Queremismo>. Acesso em: 23 nov. 2017c.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Quinta coluna**. [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/glossario/quinta\\_coluna](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/glossario/quinta_coluna). Acesso em: 28 jan. 2018d.

GAZETA DE PARAOPEBA. **Gazeta de Paraopeba, ano 25, n. 1384**. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/830232/1>>. Acesso em: 28 maio 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Tradução de Flavio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. In: **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990. p. 25-52.

HISTÓRIA DE PORTUGAL. **Portugal e a ditadura salazarista**. <http://www.historiadeportugal.info/portugal-e-a-ditadura-salazarista/>. Acesso em: 28 maio 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1982.

ISER, Wolfgang. ISER, W. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: COSTA LIMA, Luiz (Org.) **Teoria da literatura em suas fontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. V. 2.

JUSBRASIL. **Direito positivo**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/297078/direito-positivo>>. Acesso em: 18 out. 2017.

KLÔH JÚNIOR, Carlos Eduardo. **A estrutura comercial de Juiz de Fora (1888-1930)**. 2008. 150f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2008.

LANDOWSKI, E. **A sociedade refletida**. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, H.; COSTA, W. (Orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora Unesp, 1997. 23p.

LEJEUNE, Philippe. Um diário todo seu. In: **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Organização Jovita Maria Gerheim Noronha. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 257-267.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 278-287.

LYS, Edmundo. A imprensa em Juiz de Fora. In: CAMPOS, Sandoval; LOBO, Amynthas. **Imprensa mineira: memória histórica**. Ed. comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Belo Horizonte: Typ. Oliveira, Costa & Comp, 1922. p. 63-75

MACHADO, Valéria Aparecida de Souza. **Fome e corpo, seca e lama: realismo e (des)subjetivação em três momentos da literatura brasileira**. 2016. 268f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

MACIEL, Leila Rose Marie Batista Da Silveira. **Ficção, história e imaginário em Tal dia é o batizado** (O Romance de Tiradentes), de Gilberto de Alencar. 2013. 201f.

Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2013.

MAIA, Cláudia de Jesus. **A invenção da solteirona**: conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890 – 1948). 2007. 319f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das guerras**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MENDES, Moema Rodrigues Brandão. **Incursões pela gênese do romance Memórias sem malícia de Gudesteu Rodovalho, de Gilberto de Alencar**. 2010. 248 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MENDES, Moema Rodrigues Brandão. **O resgate das escrituras**: da correspondência e dos manuscritos de escritores mineiros para composição de um dossiê genético-crítico. Projeto de pesquisa. Museu de Artes Murilo Mendes, Juiz de Fora, 2011.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MINAS GERAIS. Prefeitura Municipal de Paraopeba. **Decreto n. 333/2003, de 28 de março de 2003**. Decreta o tombamento do patrimônio cultural que menciona. Disponível em:  
[http://www.paraopeba.mg.gov.br/abrir\\_arquivo.aspx/Decretos\\_da\\_Cultura\\_33\\_2003?cdLocal=5&arquivo=%7BEEEEC38AA-A4C5-8ABC-85D2-DCA73ABDDCCB%7D.pdf](http://www.paraopeba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Decretos_da_Cultura_33_2003?cdLocal=5&arquivo=%7BEEEEC38AA-A4C5-8ABC-85D2-DCA73ABDDCCB%7D.pdf). Acesso em: 18 out. 2017.

NÓBREGA, Dormevilly. **Poesia em Juiz de Fora**: coletânea. Juiz de Fora: Fundação cultural Alfredo Ferreira Lage, 1981.

NÓBREGA, Dormevilly. **Prosadores**: coletânea Juiz de Fora. Juiz de Fora: Fundação cultural Alfredo Ferreira Lage, [s/d] V. 1.

NÓBREGA, Dormevilly. **Revedo o passado**: memória juiz-forana – 1ª série. Juiz de Fora: Edições Caminho Novo, 1997.

NÓBREGA, Dormevilly. **Revedo o passado**: memória juiz-forana – 3ª série. Juiz de Fora: Edições Caminho Novo, 2001

NOVAES, Adauto (Org.) **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

OLINTO, Heidrun K. Espécie de espaço: esfera pública. In: MARGATO, Isabel; GOMES, Renato Cordeiro (Org.) **Espécies de espaço: territorialidades, literatura, mídia**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

OLIVEIRA, Almir de. **A imprensa em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: s.e., 1981.

OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)**. Juiz de Fora: FUNALFA; Rio de Janeiro: FGV, 2010.

OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria de Juiz de Fora, 1966a.

OLIVEIRA, Paulino de. A imprensa em Juiz de Fora antes de 1930. **Revista do IHG de JF**, Juiz de Fora, ano 2, n. 2, p. 20-29, 1966b.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **História da OIT**. Disponível em: <<http://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/hist%C3%B3ria/lang--pt/index.htm>>. Acesso em 29 set. 2017b.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Promover o emprego, proteger as pessoas**. Disponível em: <<http://www.ilo.org/brasil/lang--pt/index.htm>>. Acesso em 29 set. 2017a.

PAULA, Almênio José de; FERREIRA, Saturnino G. **Figuras notáveis de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Pioneiros e Expoentes, 1974.

PENA, Felipe. O jornalismo Literário como gênero e conceito. Comunicação e Documentários. **Revista Contracampo**, n. 17, p. 43 a 56, 2007. ISSN: 2238-2577. Disponível em: <<http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/viewFile/349/152>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

PEREGRINACULTURA'S WEBLOG. **Língua portuguesa – soneto de Lindolfo Gomes**. Disponível em: <<https://peregrinacultural.wordpress.com/2012/03/24/lingua-portuguesa-soneto-de-lindolfo-gomes/>>. Acesso em: 1º jun. 2017.

PIRES, Anderson. **Café, finanças e indústria: Juiz de Fora, 1889/1930**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009.

PORTAL BRASIL. **Os presidentes e a República**. Disponível em: <[http://www.portalbrasil.net/politica\\_presidentes\\_arturbernardes.htm](http://www.portalbrasil.net/politica_presidentes_arturbernardes.htm)>. Acesso em: 28 maio 2017.

PORTALEBC. **Dia do trabalhador: saiba como surgiu o feriado do dia 1º de maio**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/04/dia-do-trabalho-conheca-como-surgiu-o-feriado-do-dia-1o-de-maio>>. Acesso em: 4 out. 2017.

PORTALPBH. **Revista Alterosa**. Disponível em: <[http://portalpbh.com.br/arquivopublico&lang=pt\\_BR&pg=6742&tax=26801](http://portalpbh.com.br/arquivopublico&lang=pt_BR&pg=6742&tax=26801)>. Acesso em: 7 mar. 2017.

PRIBERAM. **Auto de fé**. Disponível em: <<https://www.priberam.com/dlpo/auto-de-f%C3%A9>>. Acesso em: 8 maio 2017.

PRIBERAM. **Chafurdada**. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/chafurdar>>. Acesso em: 12 set. 2016.

RABELLO, Aymar Brant et al. **Figuras notáveis de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Pioneiros e Exponentes Editorial Ltda., 1973-1974. III série.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. Estética e política. Tradução de Mônica Costa Neves. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita** (prefácio). Tradução de Raquel Ramallete et al. São Paulo: Editora 34, 2. ed., 2017.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de narratologia**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2007.

REZENDE, Marcia Rosestolato. **Renato Vianna e Gilberto de Alencar: a correspondência entre o sonho e a melancolia**. 2015. 120f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

RIBEIRO, Renato Janine. O cientista e o intelectual. In: NOVAES, Adauto (Org.) **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. Tradução de Sergio Goes de Paula. São Paulo: Ática, 1994.

SARTRE, Jean-Paul. **Que é a literatura?** Tradução de Carlos Felipe Moisés. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004.

SIGNIFICADO DE NOMES. **Gunter**. Disponível em: <<https://www.significadodonome.com/gunter/>>. Acesso em 26 maio 2017.

SOUZA, Maria Cláudia Helena de. **Memórias sem malícia de Gudesteu Rodvalho, de Gilberto de Alencar, e o Ateneu, de Raul Pompéia – leitura em movimento**: incursões intertextuais e arquivo pessoal. 2013. 109f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

UNIÃO ESPÍRITA MINEIRA (UEM). **Biografias**: Fernando de Alencar [reprodução de artigo em *site*]. [19--]. Não paginado. Disponível em: <<http://www.uemmg.org.br/pioneiros/fernando-alencar/>>. Acesso em: 8 set. 2016.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultura I do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

WALTY, Ivete Lara Camargos; CURY, Maria Zilda Ferreira (Orgs.) **Intelectuais e vida pública**: migrações e mediações. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2008.



WALTY, Ivete Lara Camargos; CURY, Maria Zilda Ferreira. O intelectual e o espaço público. **Revista da ANPOLL**, v. 26, p. 221-232, 2009. Disponível em: <http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/137/145> . Acesso em: 20 out. 2015.

WALTY, Ivete Lara Camargos. **Enunciação literária**. Disponível em: <<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/enunciacao-literaria>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

WALTY, Ivete Lara Camargos. O intelectual e o espaço público. **Revista da ANPOLL**, v. 26, p. 221-232, 2009. Disponível em: <<http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/137/145>>. Acesso em: 20 out. 2015.

WALTY, Ivete Lara Camargos. **O que é ficção**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WALTY, Ivete Lara Camargos. PAULINO, Graça. Leitura literária: enunciação e encenação. In: MARI, H. et al. (Orgs.). **Ensaios sobre leitura**. Belo Horizonte: Editora da PUC Minas, 2005. p. 138-154.

WINOCK Michael. **O século dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

WOLFF, Francisco. Dilemas trágicos do intelectual. In: NOVAES, Adauto (Org.) **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.



## APÊNDICE A

**TESE 1:** MENDES, Moema Rodrigues Brandão. **Incursões pela gênese do romance *Memórias sem malícia de Gudesteu Rodovalho*, de Gilberto de Alencar.** 2010. 248 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

A tese propôs-se a apresentar um texto crítico e alguns aspectos do processo de criação na obra *Memórias sem Malícia de Gudesteu Rodovalho*, de Gilberto de Alencar.

Os manuscritos pesquisados do autor revelaram um outro “fazer”, ou seja, que escrever não é apenas consequência do mito da inspiração, mas também das condições em que se encontra momentaneamente o autor, como a estratégia de escolha do nome de um personagem não ser tão simples; por isso as etapas de construção desta obra passou por múltiplas transformações. O autor numerou as páginas dos documentos, registrando todos os passos de uma edição, alterando sua escrita até alcançar a forma que lhe agradasse, naquele momento.

Sendo um relato autobiográfico, em que destaca a relação do “eu” no mundo e de como ele experimenta esse “eu” no mundo, a pesquisa realizada proporcionou aproximação dos elementos impulsionantes do processo de criação utilizado pelo autor.

## APÊNDICE B

**TESE 2:** MACIEL, Leila Rose Marie Batista Da Silveira. **Ficção, história e imaginário em Tal dia é o batizado** (O Romance de Tiradentes), de Gilberto de Alencar. 2013. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2013.

Essa tese estabeleceu um diálogo intertextual entre a obra *Tal dia é o Batizado* (1981) com a história de Tiradentes e com a tradição oral, revivendo a luta de Joaquim José da Silva Xavier pela emancipação do Brasil. A narrativa foi uma encenação do passado, com transmissão de conhecimentos a respeito do episódio histórico enfocado: a Inconfidência Mineira – Séc. XVIII.

O narrador objetivava evidenciar a situação da sociedade de Vila Rica daquela época, ao mostrar o momento da grande dominação dos portugueses sobre o Brasil, pois a maioria da população vivenciava uma situação de miséria. Destacou, através da voz de Tiradentes, a ideologia dos portugueses na época: a exploração das riquezas do país e o uso da mão de obra escrava.

Joaquim J. S. Xavier foi exaltado como o grande mártir da inconfidência mineira. E a obra *Tal dia é o batizado* objetivou reavivar a memória cultural do Brasil. O narrador fixou o marcos do tempo biográfico de Tiradentes, segundo sua visão subjetiva. Construiu ainda outra imagem de Tiradentes, além daquela divulgada nas escolas: a de um homem vestido com uma alva e com um baraço no pescoço. Ele encenou sua vida antes do martírio, ficcionalizou seus amores, seu jeito de ser, ou seja, um ser humano em todas as etapas de sua vida.

## APÊNDICE C

**DISSERTAÇÃO 1:** SOUZA, Maria Cláudia Helena de. **Memórias sem malícia de Gudesteu Rodovalho, de Gilberto de Alencar, e o Ateneu, de Raul Pompéia – leitura em movimento:** incursões intertextuais e arquivo pessoal. 2013. 109f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

A dissertação, sob a lente da crítica genética, analisou a obra *Memórias sem Malícia de Gudesteu Rodovalho*, de Gilberto de Alencar, inferiu na construção da obra e também tratou da intertextualidade dessa com o *Ateneu*, de Raul Pompéia, além de realizar, com base em missivas passivas, uma edição de fontes com apreciações sobre o referido romance. Tal estudo possibilitou a ampliação do entendimento das situações relacionada à publicação da narrativa.

Nessa pesquisa descobriu-se a existência de alianças político-partidárias para a obtenção de uma nota publicitária sobre a obra recém-publicada, feita por um crítico respeitado em um jornal de grande circulação, bem como detectou uma intensa luta pelo poder, graças ao fato de alguns intelectuais desejarem fazer parte da Academia Mineira de Letras.

A profusão de informações disponibilizadas no arquivo pessoal de Gilberto de Alencar e de sua filha, Cosette de Alencar, permitiu à pesquisadora trabalhar algumas crônicas em jornais de Minas e Rio de Janeiro em sua pesquisa.

A crítica literária de Agripino Grieco e Rachel de Queiroz apontou que os mineiros tinham dificuldade em obter sucesso editorial, pois, segundo eles, o mercado literário era dominado pelos nordestinos, período do regionalismo brasileiro.

## APÊNDICE D

**DISSERTAÇÃO 2:** ARAÚJO, Cássia Aparecida Braz. **Do intertexto literário, ao diálogo interdisciplinar entre Cidade dos sonhos e da melancolia, de Gilberto de Alencar, Boca de chafariz, de Rui Mourão e a história de Ouro Preto.** 2013. 110f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

A pesquisa foi fundamentada nas teorias intertextuais, entre as obras *Cidade do sonho e da melancolia* (1926), de Gilberto de Alencar, e *Boca de Chafariz* (1993), de Rui Mourão, que foram escritas num intervalo de 65 anos. Além da interdisciplinaridade dessas obras com a história de Ouro Preto.

As obras possuem aproximações entre si e com a história: em ambas há preocupação com a falta de manutenção e preservação da cidade de Ouro Preto, tendo em vista a assolação e a destruição que lhe sobreveio, seja pela transferência da capital do estado para Belo Horizonte, seja pelo desgaste natural, em Alencar, ou por temporal ocorrido em 1979, em Mourão. Também há distanciamentos nas narrativas, como a caracterização dos inconfidentes: Alencar destaca elementos “negativos” e grotescos nestes, enquanto Mourão os enaltece.

As obras foram produzidas em contextos culturais e sociais diferentes, bem como em condições econômicas diversas, conflitos éticos distintos e contradições políticas, peculiar a cada época, porém o fato, a temática de busca de socorro e restauração da cidade, lhes é comum.

## APÊNDICE E

**DISSERTAÇÃO 3:** REZENDE, Marcia Rosestolato. **Renato Vianna e Gilberto de Alencar:** a correspondência entre o sonho e a melancolia. 2015. 120f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

O propósito da pesquisa foi elaborar uma edição anotada da correspondência entre os signatários Renato Vianna e Gilberto de Alencar. Tais correspondências pesquisadas revelaram as marcas da criação literária de ambos os escritores. Os correspondentes-escritores possuíam consideração e importância na literatura brasileira, para a autora.

A correspondência realizada entre ambos foi, no primeiro momento, cordial e afetuosa, e no decorrer dos meses, tornou-se menos íntimo, mais formal e saudosa.

As temáticas das cartas, entre outras, se referem ao romance *Cidade do sonho e da melancolia*, num diálogo elegante, cortês e estético, mantido por ambos os missivistas.

## APÊNDICE F

**DISSERTAÇÃO 4:** FRANCISQUINI, Gina Mara Ribeiro Quintão. **Registros intencionais:** diários de Gilberto de Alencar, revelações de um pensador. 2017. 157f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

A dissertação levantou dados para construir o perfil biográfico do escritor Gilberto de Alencar, explorou seus diários manuscritos, identificando os testemunhos do autor sobre sua época, bem como fez levantamento das produções técnicas deste, como jornais, romances, crônicas, poemas, relatórios, revistas e artigos, em que houvera publicado.

A pesquisa revelou reflexões no diário, sobre Lourival Pontes, diretor do DIP, uma figura mencionada por Alencar, e permite um questionamento sobre o porquê de ser tão mencionado: o que levou Alencar a registrar suas memórias? Também observou o fato de o autor priorizar o registro do contexto no qual estava inserido, em vez de registrar suas atividades pessoais.

Alencar é caracterizado pelo realismo presente em sua produção. É crítico do homem, instigando o leitor a uma reflexão autocrítica. Valoriza a justiça, expondo o que há de mau no ser humano. Aponta a ganância e a ambição humana desveladamente, no romance *Misael e Maria Rita* (1953), e acrescenta a observação da presença do determinismo de Taine, o homem como fruto do meio, do temperamento e raça. (BOSI, 2006).

Concluiu-se, na pesquisa, que o motivo que levou Alencar escrever suas memórias nos diários partiu da acirrada oposição ao ditador Getúlio Vargas e seus correligionários, principalmente Lourival Fontes.



## ANEXOS

ANEXO A - O Pharol de 04/06/1911

**ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS**

A sessão de hontem

**POSSE DO ACADEMICO GILBERTO DE ALENCAR**

Discurso do recipiendario

**DISCURSO DE BELMIRO BRAGA****Outras notas**

Conforme noticiámos, realizou-se hontem, ás 7 1/2 horas da noite, no salão nobre da Câmara Municipal, a sessão solemne de posse do academico Gilberto de Alencar, nosso prezado companheiro.

Aberta a sessão, o sr. presidente nomeou uma comissão, composta dos academicos José Rangel, Heitor Guimarães e Franklin Magalhães, para introduzir no recinto o joven recipiendario, que o numeroso e selecto auditorio recebeu, de pé, sob uma prolongada salva de palmas.

Empossado, Gilberto de Alencar produziu o bello discurso que abaixo damos á publicidade. O novel academico pronunciou o seu discurso com pausa e uma dicção clara, recebendo ao terminar, uma effusiva salva de palmas.

Por parte da Academia orou o academico Belmiro Braga, que f i vivamente applaudido, recebendo, ao cabo de sua espirituosa e escorreita saudação ao recipiendario, entusiasticas saudações do auditorio.

A's 8 e pouco foi suspensa a sessão, cujos trabalhos marcam e perpetuizam uma nota vivida e suggestiva na ephemeride literaria do nosso futuro Estado.

A sessão foi presidida pelo academico Eduardo de Menezes o secretariada por Machado Sobrinho e Brant Horta Estiveram presentes, além de Heitor Guimarães e Belmiro Braga, membros da directoria,

os academicos Albino Esteves, José Rangel, Franklin Magalhães, e, representados, João Massena, J. Paixão e outros.

Ao começar a sessão Gilberto de Alencar recebeu o seguinte telegramma do academico Plinio Motta, o distincto poeta parnasiano mineiro: — "Parabens a ti e á Academia."

O sr. presidente da Camara fez se representar pelo advogado dr. Pedro Marques.

Eis o discurso do academico Gilberto de Alencar:

— Senhores academicos. — Bem podeis comprehender o quanto vos deve estar agradecido o humilimo e ignorado escriptor mineiro a quem trinta de entre vós houveram por acertado e prudente designar uma cadeira neste recinto augusto e nobre, onde está congregado o que tem a terra mineira de mais brilhante na sua literatura; bem podeis comprehender o grande contentamento que vac n'alma daquelle que ora vem tomar parte nos vossos trabalhos, para que me seja preciso affirmar-vos aqui o quanto ha de sincero nessa gratidão e o quanto é intenso esse jubilo.

Basta que eu vos diga, não fugindo á verdade uma linha sequer, que, pleiteando um logar na Academia Mineira de Letras, jamais me passou pelo espirito a possibilidade de o conseguir pelo vosso quasi unanime consenso; basta que eu vos diga que nunca imaginei receber a quasi totalidade de vossos suffragios—e tereis por onde fazer uma idéa exacta do quanto vos devo ser grato e do quanto me sinto envaidecido e lisongeadado ao vir intellectualmente conviver convosco, ao ter entrada na bella associação que fundas-



# A salvação dos que sofrem do estomago é o ELIXIR EUPEPTICO de A. Hatfield

Depositarrio no Rio de Janeiro: Araujo Freitas & C.

## GUIA DOS CONSULTANTES

### Medicos

**O dr. Oandido de Andrade,** operador e parteiro, especialista em moléstias da senhora, pratica toda e qualquer operação, principalmente as concernentes á sua especialidade, de que tambem trata sem operações, sempre que possível. É encontrado no Rio de Janeiro, á rua Voluntarios da Patria 221 (Botafogo) onde reside e dá consultas ás segundas, quartas e sextas-feiras, de 1 ás 3 horas da tarde e na rua da Assembléa, n. 34 (novo), onde tem consultorio, ás terças, quintas e sábados, de 2 ás 4 horas da tarde. Aceita chamados para fóra.

**C. Dr. Annibal Vargas**—Medico e cirurgião. Especialista em moléstias da pelle e Syphilis e trata das moléstias das senhoras e das vias urinarias. Tem processo para saber quem tem syphilis adquirida ou hereditaria. Consultorio: rua da Carioca 33, sobrado. Consultas das 2 ás 4 horas da tarde. Residência: rua Lavradio 36, sobrado. Rio de Janeiro. Telephone 1202.—Applica o 50% nos casos indicados e atende chamados para o interior mediante ajuste previo.

**Moléstias da garganta, nariz e ouvidos.**—O dr. Oswaldo Pua-segur, ex-assistente do professor Sebilleau de Paris, com longa pratica nas clinicas de Berlin, Munich e Vienna, tem o seu consultorio munido de todos os modernos aparelhos electricos e cirurgicos 185, Avenida Central. Das 12 ás 5. Entrada: rua S. José — Rio de Janeiro.

**Dr. Amaral de Araujo**—Medico operador e parteiro. Ex-interno do serviço do professor Auatregesilo. Abriu seu consultorio no dia 15 de junho em Barbacena.—Dará consultas e attendêrã chamados a qualquer hora.

### Advogados

**Dr. Antonio Augusto Toixelra**—Advogado—Rua Santo Antonio, n. 11.—Advoga tambem nas comarcas servidas por estrada de ferro.

**Dr. Constantino Luiz Palota e João de Rezende Tostes.** Advogados. Rua de Santo Antonio, 39.

consciencia da responsabilidade enorme que pesa sobre meu nome. Só depois de honrado com a vossa escolha me foi permitido comprehender plenamente que o fazer parte da Academia Mineira de Letras não é, não pode ser em absoluto, uma simples satisfação a vaidades literarias, dessas em que muitos espiritos luteis, não votados ao trabalho de pensar as coisas com certa prudencia, costumam embalar-se ingenuamente.

Não!

Fazer parte da Academia Mineira de Letras é mais alguma coisa: é fazer parte de uma associação que está levantando o nivel intellectual do Estado; de uma associação que está contriguindo extraordinariamente para a educação artistica do povo, o qual —convenciamos nisto— não necessita só de saber ler, mas tambem de saber o que lê; de uma associação que está erguendo a literatura mineira a culminancias por ella dantes jamais atingidas; é fazer parte de uma

balda de scintillações, mas cheia de energia e sem o menor desfalecimento, então eu quero acreditar que não vos haveis de arrependder muito depressa da minha entrada para a Academia.

Ocorre agora perguntar, senhores academicos, e vós por certo que me desculpareis a virtude da franqueza, já que é exacto existir uma virtude carecedora de excusas; occorre perguntar: faria mais ou melhor, com todo o seu talento, com toda a sua grande cultura intellectual, com toda a sua reconhecida e incontestavel superioridade sobre a minha obscura individualidade literaria; faria mais ou melhor aquelle a quem foi primitivamente destinada a cadeira que hoje neste recinto me pertence e que a recusou com um gesto de suprema arrogancia e de supremo orgulho?

Faria mais ou melhor esse que—espirito de eleição pairando soberbamente em regiões inaccessíveis ás mediocridades—não quiz sentir-se honrado com a vossa condescendencia em lhe indicar uma das poltronas desta Academia?

Não o sei, vós outros mesmos pode hem acontecer que o ignoreis...

Em todo o caso, a resposta, um pouco meditada que seja, deve logo pender para a negativa. Nem sempre, meus nobres confrades, a illustração e a intelligencia, por menos duvidosas que se apresentem, fazem tudo, apresentando-se sozinhas, sem mais nada: necessario e imprescindivel é juntar-lhes, quando se os tem, a vontade de trabalhar e, o que é mais ainda, um pouco de patriotismo, um pouco de desprendimento pessoal.

E é, senhores academicos, essa grande vontade de trabalhar comvoseco pelo esplendor da literatura mineira, pelo seu desenvolvimento crescente e pela sua carinhosa acceitação no seio das classes populares—é essa grande vontade de lutar comvoseco tudo quanto, com os meus agradecimentos sinceros e com o intento firme e preconcebido de não fallar á minha palavra, vos posso hoje prometter com a lealdade toda de que me sinto capaz!

Seguiu-se com a palavra o academico Belmiro Braga, cujo discurso damos abaixo:

«Meus presados confrades.—Tenho acompanhado, desde o seu inicio, as recepções na Academia Brasileira de Letras, e ellas, nos meus olhos de mineiro muito pouco versado em coisas de etiqueta, fazem-me lembrar daquella expressiva phrase dos nossos caboclos—*rasgar fitas*. E hoje, que toda gente gosta de fazer a sua fita, não é de boa praxe rasgar-as sob qualquer pretexto.

Na Academia Brasileira, chega o novo eleito e diz que se não sente com as forças precisas para tão altas responsabilidades, levanta-se o encarregado de o receber e o desmente em publico e razo, perante a Assembléa silenciosa e attenta. E a praxe, contra a qual me insurjo, começa, de hoje por diante, a vigorar nesta casa.

Não é que eu deseje ver na Academia Mineira de Letras o costume de certa municipalidade visinha, nos tempos idos da monarchia, e constituída quasi toda por uma só familia. Ali, frequentemente, eram usadas phrases como esta: *Papai, peço a palavra*. E, solenne, o presidente respondia: *Não! Quem tem agora a palavra é o compadre Chico Monteiro!*

Senhores. Não desejo que a nossa Academia desça ás raias de uma simplicidade assim tão chã e compadresca, mas tambem não me sorri ver aqui adoptado o rigorismo daquella festa do Quirinal, que a gílodice de um ministro brasileiro transformou por completo.

Umberto I recebia em certa noite. E o nosso representante, que era doido por

E mais ainda, presadissimos confrades! desconhecesse, embora, a Academia o autor do livro agora citado, e o jornalista do *Pequeno registro* apresentar-se-ia com cabedal de sobra para aspirar a uma destas poltronas. E não é que eu bata palmas a tudo que lhe sac da penna inspirada e valente, não! Acho-o injusto muitas vezes e, muitas vezes, supponho que o velho costume de ver tudo escuro lhe tenha perturbado a retina.

E, depois, quem é que pode sondar o coração do homem? Filho de Almeida, ainda ha pouco, numa commissão de *Até-tuado*, diz que o soffrimento que causou a muitos era o fructo do seu proprio soffrimento.—Que culpa se lhe deveria impôr, porque a penna deixou escorrer dos bicos uma mistura de fei e de revoltas, se o seu cerebro, onde ella bebia idéas, e o coração, onde buscava sentimentos, se achavam repletos de amarguras secreções da tristeza rebelada e da dor insubmissa?

Mas, senhores! acima do *conteur* e acima do *chronista*, Gilberto de Alencar possui uma virtude que o torna merecedor dos nossos applausos, do nosso respeito e da nossa admiração. Falo da sua independencia.

Se um dia se reunissem em livro as paginas que lhe vão saindo da penna sobre as coisas da actualidade, no frontispicio desse livro deveria inscrever-se a bella divisa de Julio Ribeiro: «O homem que sabe servir-se de uma penna, que pode publicar o que escreve e que não diz aos seus compatriotas o que entende ser a verdade, deixa de cumprir um dever, commette o crime de covardia, é um máu cidadão.»

E Gilberto, para dizer hoje o que entende ser a verdade, não pensa nas consequências de amanhã; e, assim, é lido, é estimado e é applaudido. A sua penna, no meio desse cantochão sornudo de applausos incondicionaes a todo aquelle que governa ou que pode vir ainda a governar, é a mão cheia de sal na onda pesada e molle desse mar de melado engrossativo que nos vae asobberbando.

E essa contribuição de sal, dia a dia, abre um sulco profundo no dorso das aguas assucaradas...

E que somma de trabalho herculeo exercido inatigavelmente na mais difficil, na mais penosa e na mais rebelde de todas as artes! Que abandono heroico de si mesmo, que abnegação, que desprendimento sublime dos proprios interesses e das proprias tristezas e amarguras pessoais!

Mas Gilberto, campeão da que entende ser a Verdade, seguindo a rota collimada, não tem olhos para as flores nem para os espinhos que a sua penna vae deixando á margem da estrada percorrida, e, dahi, os amigos e inimigos que os seus artigos lhe acarretam.

E para mostrar a confiança que o novel companheiro, como jornalista, despera fora do pequeno meio em que vivemos, —este pequenino factio: uma agencia de loteria da cidade enviou a certo freguez alguns bilhetes. O correio entregou-os dias depois da extracção, e o destinatario, crente de que a culpa fóra da agencia, escreveu a esta mais ou menos, assim: «Os senhores mandaram-me bilhetes já corridos, mas ahi está Gilberto de Alencar e elle, por mim, ha de chamar-os a contas.»

A firma—aquí o affirmo—que é honesta, procurou-me alarmada.

Gilberto, que ella não conhece, appareceu-lhe, nas linhas da carta de ameaça, truculento, de barbas grandes, cabelleira intonsa, braços de moendas, e armado de um trabuco...

A queixa foi injusta, mas o facto me alegrou, porque resalta delle uma grande lição: o povo, esse eterno animal desfilhado, começa a ver na penna de Gilberto de Alencar uma esperanza, e é para ella, nos seus momentos de angustia, que elle volta o olhar resignado... E neste periodo de quatro linhas está o maior elogio que se pode fazer a um escriptor.

Gilberto de Alencar tinha incontestavel direito a uma cadeira na Academia Mineira de Letras.



mais attingidas; é fazer parte de uma associação que está, incontestavelmente, marcando uma época, a ser, de futuro, lembrada talvez com encomios maiores do que os que actualmente tecemos todos nós áquella outra — brilhantíssima sem duvida — que nos deixaram os poetas da Inconfidência!

Dirão talvez, dirão certamente que eu careço da autoridade indispensavel para avançar semelhante asserto. Dirão que é um asserto temerario ou imprudente.

Irei, prevendo isso mesmo, irei buscar em meu auxilio a palavra de quem sobre assumptos taes pode emitir opinião, e opinião digna e merecedora do maximo acatamento. Irei buscar, meus nobres confrades, a palavra do conde de Alfonso Celso, e terei sustentada por ella, corroborada pela autoridade que todos lhe reconhecemos, a minha affirmativa. O autor do livro *Minha Filha*, o creador delicado e inspiradissimo de *Lape*, escreveu, não ha muito, que esta Academia é, pelo talento e pela operosidade de seus membros, exemplo que precisa de ser imitado por todas as outras associações identicas existentes no paiz, inclusive até a em cujos moldes todas ellas se tem fundado—inclusive a propria Academia Brasileira.

Fazer, portanto, parte desta associação não é, não pode ser em absoluto, uma simples satisfação a tolas vaidades injustificaveis e ridiculas. Não. É mais alguma coisa: é, fazer parte, notae-o bem, de uma instituição que acaba de ser apontada, por quem tinha direito a fazel-o insuspeitamente, como exemplo merecedor de imitação por parte de uma outra de que é presidente o genial Ruy Barbosa e que ainda tem como membros, felizmente, nos dominios da poesia, a Alberto de Oliveira, a Raymundo Correia e a Augusto de Lima; nos da prosa, a Aluizio Azevedo, a Coelho Netto e a Medeiros e Albuquerque, e, nos da critica, na sua mais alta significação, a Sylvio Romero e a Arraípe Junior.

Bem vêdes, senhores academicos, que eu tenho bem nitida e bem definida a comprehensão do papel que vos solicitei e que vos me destinastes com tamanha generosidade.

E é essa verdadeira comprehensão que, contrastando singularmente com o jubilo intenso que me vae n'alma por haver alcançado a quasi unanimidade de vossos suffragios, não deixa de me acabanhar e de sinceramente me entristecer.

Terei eu as forças indispensaveis para caminhar ao vosso lado, para o mesmo praticar que estaes praticando, para não vir desastrosamente quebrar a harmonia admiravel deste admiravel conjunto?

Virei, com a minha inhabilidade e com a minha falta de engenho, desilludir-vos e dar-vos a certeza de que andastes mal avisados quando correspondestes ao meu appello com uma verdadeira e imerecida consagração ao meu nome obscuro?

O futuro ha de o dizer, e Deus queira que elle não venha para ali desmentir esse conceito alevantado com que tanto me lisongeastes.

Se depender de boa vontade, se depender de um trabalho, sem brilho embora, mas honesto e constante; se depender de tenacidade no esforço, de inquebrantabilidade no momento da luta, de promptidão ininterrupta no posto do incruento combate; se depender, enfim, o vosso contentamento, de uma acção inteiramente

nosso representante, que era doido por pecegos, ao defrontar o palacio illuminado, encontrou um cesto delles. Não se pôde conter. Adquiriu alguns e os guardou no bolso. Na hora dos cumprimentos, quando a solemnidade chegava ao auge de um rigor absoluto, achando-se toda a diplomacia perfilada deante do rei, o nosso patricio tira o lenço... e os pecegos caem e deslisam sem rumor pelo lapete...

Alto, grave, muito fino e empertigado, adianta-se o ministro inglez, curva-se respeitosa e, numa linha de correção impecavel, pisa num pecego... e espicha-se no soalho. Vem o ministro francez, faz uma gentil mesura, pisa noutro pecego... e vae fazer companhia ao seu collega. E Umberto, estupefacto, contempla aos seus pés quasi todo o corpo diplomatico de pernas para o ar...

Foi, meus caros confrades, o rigor da etiqueta. Nada, ao meu ver, como o meio termo em tudo.

Creio que as minhas observações, sinceras e pessoas, desgostarão a muitos aqui, mas, ainda neste ponto, estou com o meu patricio caboclo, que costuma falar: -Eu, para dizer o que penso, não preciso mudar a roupa.

Alexandre Herculano tinha horror ás etiquetas, e acha Theophilus Braga que o motivo foi não ter o autor do *Enrico* frequentado uma academia: faltou-lhe, na mocidade, o verniz das convivencias academicas. E creio que o meu mal vem tambem desse motivo: de um balcão de venda da roça para uma poltrona illustre — o salto foi grande e rapido...

Tenho sido forçado, algumas vezes, a envergar uma sobrecasaca, e só Deus sabe as torturas que me traz essa veste solemne e comprida. O meu sorriso é contrafeito, as minhas respostas tardias, e a pilheria — por mais sovada e conhecida — foge-me do cerebro, alvorocada. Sinto ter roupa de sobra.

Sim, meus confrades, eu sou um homem que parece ter nascido de paletó sacco.

E já que me abeirei do vestuario, chegando a cortar na minha propria casaca, devo dizer que muitos literatos devem a fama de que gosam — não ao que têm produzido, que é fôco e leve como as suas cabeças de grandes melenas besuntadas — mas aos termos claros que vestem e aos laços espaventosos de suas gravatas berrantes!

Gilberto de Alencar, a quem hoje abrimos os braços, numa recepção cordal, seguindo a velha praxe, acaba de affirmar que foi imerecida a honra que lhe deu a votação da Academia, e, ainda dentro dos limites dessa mesma praxe, nos scientifica dever a sua eleição á benevolencia de cada um de nós; que o seu valor é nenhum e que a responsabilidade é grande.

E Gilberto se esquece de dizer que, ao autorizar a sua inscripção, encontrou já, em caminho, quasi toda a Academia que o ia buscar afim de pleitear uma das suas quatro vagas... E Gilberto não descobrindo em si merito de especie alguma como escriptor, não se lembrou de que *Arrendamento* e *Ingratidão humana* são quadros que hão de vencer o tempo, porque vivem dentro da verdade e traçou-os a tinta impecavel do sentimento. E se esquece de que da tinta amarga do seu tinteiro escuro, sua penna, conservando a espontaneidade de sempre, numa espuma fresca de alegria, borda phantasias ridentes como essa *Mysteriosa* e esse *Para longe, de Praia rude...*

Minreira de Letras.

Affirma Antonio Salles que não conhece terras no Brasil que mais se pareçam do que a mineira e a cearense. Gilberto é mineiro, mas descende da familia Alencar, da terra heroica de Iracema. E' Gilberto, por conseguinte, uma nova vergonheira florindo na terra da Inconfidência e arrancada do tronco mais alto e mais robusto que tem produzido a literatura patria—José de Alencar. Pelas flores que nos vae dando o rebento mineiro e pela seiva exuberante que guarda em si é de esperar-se que Gilberto de Alencar seja em Minas o continuador das glorias de seu formoso tronco—ha tantos annos cahido e ainda a perfumar o céo das letras brasileiras com o aroma impecavel de suas flores immortaes.

Herdeiro de José de Alencar, bem vindo sejas!

**Sobre a Agua Magnosiana de S. Lourenço**—existem numerosos attestados de celebidades medicas.

Foi recolhido á cadeia o sentenciado Euclides Ferreira de Barros, transferido de Bello Horizonte por ordem do sr. chefe de policia.

Haverá hoje leilão, ao meio dia, no predio n. 20 da rua Baptista de Oliveira.

## Delegacia auxiliar

Requisitou-se a presença do machinista Ernesto Barbosa e trabalhadores da Central Benedicto Silva e Luiz da Silva para deporem na sub-delegacia de Matbias no inquerito sobre o desaparecimento do guarda-chaves Francisco Pinto da Silva.

**Bernardo Guimarães** (perfil bio-biblio-literario) por DILERMANDO CRUZ, em todas as livrarias desta cidade e do Rio.

## Cinema Pharol

A sessão de hoje, dedicada á colonia italiana, por motivo do anniversario da Unificação da Italia e da promulgação da Constituição desse paiz, consta de fitas todas novas e que certamente atrahirão aos salões do Cinema Pharol grande concorrencia, como, de resto, sempre aconteça.

Com guia do sr. delegado de policia deu hontem entrada na Santa Casa o pardo João Jorge, victima de um espantamento na arraial da Chacara.

## M. Colucci

JOALHEIRO

**Ultimas novidades em Joias**

63, RUA GONÇALVES DIAS, 63

Rio de Janeiro



ANEXO B - O Pharol de 03/06/1911

# ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

A SESSÃO DE HOJE

## POSSE DO ACADEMICO GILBERTO DE ALENCAR

### NOTAS BIOGRAPHICAS

Realiza-se hoje, no salão do edificio do *Forum*, a reunião da Academia Mineira de Letras, convocada especialmente para a posse do nosso companheiro de redacção Gilberto de Alencar, ele to membro perpetuo da futura associação no dia 6 de maio proximo passado.

A sessão está marcada para as sete horas da noite, sendo franca a entrada do publico.

Responderá ao discurso do novo academico o nosso confrade Belmiro Braga, escolhido para esse encargo pela mesa directora da Academia.

Publicaremos amanhã os discursos de ambos.

Damos abaixo as notas biographicas do nosso companheiro, felicitando-o pela sua entrada para a brilhante associação literaria que, em menos de dois annos de existencia, tanto e tanto tem feito já pelo renome de Minas intellectual, affirmando soberbamente a excellencia de nossa cultura e da nossa civilização.

#### **Cadeira patronimica Fernando de Alencar**

GILBERTO Napoleão Augusto DE ALENCAR — Filho legitimo do dr. Fernando de Alencar e de dona Emilia de Alencar, o primeiro já fallecido. Nasceu na cidade de Palmyra, então estação de João Gomes, Minas Geraes, a 1 de dezembro de 1886.

Terminado o seu curso primario, matriculou-se, ainda muito creança, no collegio "Gonçalves", de Barbacena, primeiro como alumno externo e depois como interno. Após haver cursado durante algum tempo as aulas desse estabelecimento, delle sahiu para continuar com o seu progenitor, residindo por essa occasião em Carandaby, o estado de humanidades.

Revelou desde cedo grande tendencia para o jornalismo e, em 1900 ou 1901, fez-se typographo nas officinas do *Autonoma*, semanario existente em Queluz, do qual seu nae era

a *Propaganda*, do sr. deputado Lamouvier G. dofredo. Nessa bella cidade do Oeste, Gilberto de Alencar contrahiu matrimonio com a exmra. d. Sophia do Espirito Santo, professora publica ali. Ha desse consorcio, presentemente, dois filhos.

Transferiu-se em abril para Queluz, onde desenvolveu grande actividade jornalistica. Foi assim que, simultaneamente, escrevia na *Gazeta de Queluz*, da cidade, e no *Correio d'Oeste*, de Itapeccerica. Iniciou dali a sua collaboração no *Correio de Minas*, de Juiz de Fóra, onde manteve durante quasi tres annos a secção *Sem rumo*. Escreveu tambem, de Queluz, para o *Correio da Tarde* (secção *Reparos*) e para a *Imprensa Livre*, onde, a convite de Olegario Pinto, manteve os *Prismas*, até o desaparecimento do jornal.

Ainda em 1908, em Queluz, publicou *Imprensa mineira*, ligeira noticia sobre o jornalismo do Estado. Logrou esse ensaio historico elogiosas referencias, entre as quaes a do conde, de Affonso Celso, que no *Jornal do Brasil* ledecou toda uma chronica ao folheto.

Em 1909, em abril, mudou-se para a cidade de S. João Nepomuceno, onde além de enviar collaboração para o *Correio de Minas* e para o *Pharol*, escreveu assiduamente na *Voz do Povo*. Em S. João Nepomuceno fez a campanha civilista e reuniu em folheto, com o titulo *A candidatura militar*, os artigos que publicou, em o jornal da terra, contra o heremismo. Na Convenção Nacional de 22 de agosto representou o eleitorado civilista do municipio. Ainda em 1909 collaborou na *Evolução*, a bella revista de Machado Sobrinho, a resurgir brevemente.

Em 1910, setembro, publicou o seu livro de contos e phantasias — *Prosa rude*, que lhe valeu elogios dos competentes e que lhe abriu, agora, as portas da Academia Mineira.

Continuação da página anterior

collaborador.

Pouco tempo depois, deixou Que-  
luz, de lá saindo com sua familia. Em  
março de 1905, transferiu-se, só, para  
Oliveira, onde iniciou a sua carreira  
jornalística, escrevendo para a *Democ-  
racia*, de Ferreira Carvalho e Olym-  
pio de Castro. Nesse semanario man-  
teve a secção *Paginas ephemerias* até  
outubro do mesmo anno.

De Oliveira passou-se para a villa  
de Itaúna, onde trabalhou até abril  
de 1906 n' *O Itaúna*, hebdomadario  
em que continuou a manter as *Pagi-  
nas ephemerias*.

Deixando Itaúna, nesse mez, foi  
para o lar paterno, então em Henri-  
que Galvão, estação da *Oeste de Mi-  
nas*. Dahi escreveu assiduamente, até  
o fim de 1906, para a *Propaganda*, de  
Itapecerica, nella publicando *Costu-  
mes sertanejos*, série de chronicas so-  
bre usos roceiros.

Em janeiro de 1907, voltou a Oli-  
veira, onde esteve pouco tempo, mu-  
dando-se logo, em março, para Itape-  
cerica, onde redigiu até abril de 1908

Durante quasi todo o anno de  
1910, além da secção *sem rumo*, do  
*Correio de Minas*, manteve na *Cida-  
de de Barbacena*, bi-semanario, as  
chronicas *Sobre a perna*.

Em novembro de 1910 mudou-se  
para Juiz de Fóra, onde veio lutar  
pela vida. Em 27 de dezembro ulti-  
mo entrou para o *Pharol*, de que é  
actualmente um do redactores, e em  
janeiro deste anno começou a lec-  
cionar no externato "Lucindo Filho",  
a convite de seu director, Machado  
Sobrinho, de quem é, ha muito, de-  
votado amigo.

Gilberto de Alencar inscreveu-se  
como candidato a uma das cadeiras  
vagas da Academia em dezembro  
do anno passado e foi eleito por 30  
votos, maioria quasi total, a 6 de  
abril deste anno. E' o Benjamin da  
futura associação literaria e escol-  
heu para patrono o nome de seu  
pae, notavel literato e medico de  
nomeada, fallecido em 13 de janeiro  
de 1910, na cidade de Sete Lagoas,  
neste Estado.



## ANEXO C1 - Gazeta Paraopeba de 08/12/1946

**Aqui entre nós...** Gilberto de Alencar

Sabe-se que o medo ao comunismo atrai muita gente aos braços do fascismo e que o medo a este leva não poucos às fileiras daquele.

Precisamos, no Brasil, fugir a esse erro ou a esse perigo.

Devemos, em nossa terra, combater tanto o comunismo como o famigerado integralismo, metendo o pau tanto em Plínio, quanto em Prestes, estes dois palhaços que só mesmo a triste ignorância das massas podia transformar em «chefes». Plínio-galinha e Prestes-lampeão devem de ser liquidados quanto antes, já não digo para segurança do país, mas para decência de nossa terra. Os seus adeptos devem de ser compelidos ao trabalho, sobretudo ao trabalho de enxada. De uma boa enxada é que estão precisando comunistas e integralistas.

Eles não querem salvar a pátria?

Pois então?

A pátria necessita de produção agrícola aumentada.

Enxada neles.

De vadiagem e parolagem é que o Brasil está morrendo...

## ANEXO C2 - Diário Mercantil de 31/5/1941

**PRETO & BRANCO**

Que o encarecimento da vida ora atravessado ou supposto por nós outros, se deve exclusivamente ao facto de estarmos trabalhando pouco menos do que podemos trabalhar, é uma coisa que, se houvesse sido demonstrada, muito facilmente se demonstraria.

Bastaria citar o caso das cebolas.

Talvez se diga que as cebolas são um assumpto por demais prosaico.

É possível que o sejam. Mas não ha nada, como assumptos prosaicos para se fazerem certas demonstrações convincentes.

As cebolas, pois, estão custando quatro e cinco mil réis o kilo, quando normalmente deveria adquirir, por esse preço, uma arroba ou pouco mais, porque custam ellas uma centia assim absurdamente elevada? Apenas porque vem da Argentina...

Ahi está.

Para obter farta colheita de cebolas basta plantal-as em qualquer canto de quintal, com maiores cuidados, sem muito trabalho e sobretudo sem nenhuma sciencia ou tecnica complicada.

Sempre se fez isso no Brasil sempre no Brasil houve cebolas a rudo, em rasteiras ou a grande corresse o tempo bem ou mal.

Se hoje não as produzimos mais, a causa é clara, a culpa reside no facto de nao as termos plantado. Esperar que ellas tombassem das nuvens seria tambem exaggerado. O Brasil pode ser, a muitos respeito, um paiz milagroso, mas não a este ponto.

As cebolas estão vindo da Argentina.

E com ellas as frutas, as batatas e possivelmente o milho.

Que a nossa irmã do Sul se torne assim se transformando rapidamente em celeiro do Brasil é coisa que de modo algum pode ser agradável ao nosso amor proprio.

Precisamos trabalhar.

O trabalho é o unico meio seguro de baratear o custo da vida, porque todas as outras medidas são meros palliativos.

Quanta mais depressa conseguirmos disso, tanto melhor.

GILBERTO DE ALENCAR

## ANEXO D1 - Gazeta Paraopeba de 4/7/1948

**Aqui entre nós...**

Qualquer regimen político será bom se os homens que o executarem forem bons.

Inversamente, será máu qualquer regimen se máus forem os homens que tiverem de pô-lo em prática.

Augusto Comte achava que, com um bom ditador, o regimen melhor seria o da ditadura, o que demonstra, em última análise, que as fórmulas de govêrno só possuem importância relativa e que o caráter dos homens é que afinal decide tudo. Mesmo porque são os homens que inventam ou idealizam os regimens e não são estes que fazem aquêles.

Assim, as discussões atuais, acerca do presidencialismo e do parlamentarismo no Brasil, não deixam de ser algo acadêmicas.

O parlamentarismo, com efeito, tem muitas vantagens sôbre o presidencialismo, parece até mais democrático, mas não terá êxito se não for servido por homens dignos.

Alega-se, e é verdade, que no Império as coisas iam mil vezes melhor, mas não nos devemos esquecer que os homens do Império eram muito outros. O bom govêrno, durante a Monarquia, resultava muito mais da excelência dos homens do que da excelência do parlamentarismo.

O que falta, no Brasil contemporâneo, é patriotismo.

Nossos homens públicos apenas pensam em si próprios, nos seus interesses, nos seus prazeres, no seu bem estar, nas posições que ocupam. Jamais pensam no Brasil. Jamais pensam no povo. E a política, para êles, se não for uma profissão rendosa, perde todo o valor.

Decerto que há exceções.

Mas nisto de caráter não valem as exceções, só vale a regra.

No dia em que os nossos homens públicos pensarem mais no Brasil e nos interesses reais do povo brasileiro, pensando menos nas suas vantagens pessoais, nesse dia qualquer regimen nos servirá. Até mesmo a ditadura, segundo queria Comte...

GILBERTO DE ALENCAR



## ANEXO D2 - Diário Mercantil de 31/12/1941

**PRETO & BRANCO**

A propáganda totalitária, que o infame dr. Goebbels julga dirigir com muita eficiência, aquela eficiência que o leva a destruir hoje o exército russo para declarar amanhã que o referido exército é superior em número e em material ao exército alemão; a propáganda totalitária continua a ser feita em nossa terra com a mesma liberdade e a mesma intensidade anteriores ao ataque dos amarelos, que fez o Brasil tomar a atitude que se conhece.

O fato é positivamente extranhavel.

É verdade que a propáganda do dr. Goebbels, dirigida a um povo inteligente como o nosso, cujo espirito vivo e alerta repele a sua grosseira mentirabada, não produz grandes resultados e não compensa de modo algum as elevadas despesas que acarreta. Só a aceitam os fanatizados.

Mesmo assim, entretanto, não se justifica moralmente o consentimento dado a semelhante propáganda.

Solidario o Brasil com os Estados Unidos da América do Norte, tal solidariedade é de todo em todo incompatível com qualquer ataque a eles feito dentro de nosso territorio.

Mas não há apenas esse inconveniente de ordem moral.

Há também, com a permissão dada á propáganda totalitária, o perigo grave de ser quebrada a unanimidade do apoio que o país é obrigado a prestar, neste momento, ao seu governo. A opinião pública nacional, neste instante de tantas responsabilidades, não pode nem deve ser de modo nenhum fracionada. Tem que ser um bloco de granito. E cumpre-nos, sem a menor sombra de dúvida, resguardá-la de toda e qualquer tentativa de desagregação.

O nosso governo, naturalmente, agirá no momento que julgar oportuno, de accordo com os países irmãos do continente.

A conferência dos chanceleres americanos, a reunir-se dentro de alguns dias no Rio de Janeiro, tomará por certo uma resolução a respeito, de modo a impedir em toda a América a acção da propáganda totalitária em particular e do quinta-colunismo em geral.

A união resoluta das Américas há de contribuir, mais do que tudo, para a inevitável derrocada dos planos totalitários.

**GILBERTO DE ALENCAR**

## ANEXO E - O Pharol de 09/09/22

# Os "novos" e o momento literario

Com o meu penultimo artigo, publicado aqui na terça-feira, toda se agitou e ferveu a *panellinha* dos admiraveis futuristas locais.

Era de vel-os, os renovadores, abaixo e acima, desde cedo, pelas ruas e cafés, inquietos, animados, febris... Pudera não!

Eu ousara, terça-feira, no penultimo artigo, com dois ou tres irreverentes piparotes, atrair-lhes por terra o chefe amado e admirado, o muito illustre sr. Doquinha; eu tivera a suprema ousadia de mostrar, sem mais aquella, a ignorancia atroz do futuro autor do *Quarto minguante*; sacrilegamente, eu expuzera á multidão a sua falta de grammatica, absoluta, e o seu pendor, incuravel, para a futilidade, a baboseira, a tolice pretenciosamente literaria.

Não era, portanto, para menos.

A pedra acertara, em cheio, na caixa dos maribondos...

Depois de muito discutida, pelos cafés, a minha audacia tremenda, resolveram responder.

— Escachemol-o!

— Sim, escachemol-o!

Mas pararam, afflictos. Surgira de repente uma difficuldade: quem escacharia?

— Deve ser o mestre. *A tout seigneur*...

O mestre, o sr. Doquinha, esquivou-se.

— Vocês sabem, *A lua*, estou occupadissimo com *A lua*... Eu respondo, mas demoro. E é preciso que se escache logo.

— Bom. O mestre então dirá qual de nós outros...

— Se vocês querem... Não é por mim, não, é pela escola. A escola foi atacada! Se vocês querem... O Lage poderia muito bem, querendo...

— Oh! mestre!

Era do sr. Lage Filho a exclamação. Alegria pela escolha? Sim, alegria. Que honra tão grande, aquella!

E ficou resolvido que o sr. Lage Filho, pelo chefe e pela escola, me escachasse.

Devia ser meio-dia. O sr. Lage pediu mais café, comprou cigarros (*ci-garrilhas*, diz elle), para despertar, agucar as idéas. E foi para o seu quarto de verão, onde, espichado numa poltrona confortavel, ruminou a resposta.

Quatro horas ruminou, quatro horas escreveu.

A's oito ditas da noite, estava no jornal, com a *panellinha* da *ler e escrever*. O mestre presidiria, como sempre, a reunião.

Apesar do frio, tiraram todos o *paletot*, abancaram em torno á escrivani-nha, arregaçaram, resolutos, as mangas das camisas suadas (a emoção, o

pregou esforços medonhos — sabem para que? — para imitar o estylo do Eça. O estylo do Eça! Elles ainda caminham por essas alturas, elles, os novos, os *novissimos*...

Capricharam um pouco mais na grammatica, graças aos meus piparotes, mas ainda deixaram escapar um *colossal* com dois *ll*, além de outras cincadas.

E esta affirmação:

«Hoje ninguem mais tolera Voltaire. Voltaire só no tempo de mme. de Sévigné.»

Como o sr. Doquinha mandara escachar-me, o sr. Lage, que estava com a mão na massa, escachou tambem Voltaire. E tão forte foi a escachadela, que Voltaire, que estava quieto no seu seculo XVIII, afundou para o XVII, a fazer companhia a mme. de Sévigné... Voltaire só no tempo de Sévigné! O sr. Lage, ah!, parece-me que fugiu á escola. Um bom futurista diria o contrario: Sévigné só no tempo de Voltaire...

Contudo, a *panellinha* exultou.

Exultou tanto, que o sr. Mario Ruiz, cheio de brio, não quiz ficar atraz do companheiro de cruzada. O sr. Lage, desabando, escachara. Elle tambem escacharia.

E quinta-feira o sr. Ruiz publicou a sua obra, que passou, na saleta da redacção, pelo mesmo exame a que fóra submettida a outra.

Vê-se logo que o sr. Ruiz é mais claro um pouco que o sr. Lage. Entretanto, não é deserto liso e fino, como seria para desejar em gente que frequenta os salões da *loira* mme. Mendes Paschoal (*née* Silva Marques) e ah! toma chá preto com displicencia. (Mas que pacholas!) Ainda crespo, encaracolado, o estylo do sr. Ruiz. Rebelde ainda ao cosmetico do Eça, que elle, como o sr. Lage, tambem usa...

O sr. Lage quiz mostrar que eu sou romantico. O sr. Ruiz, mais pratico, foi a um dos meus livrecos, publicado ha treze annos. E, não achando, nesse volume de cerca de duzentas paginas, nem um dos quinhentos solecismos que aprecem normalmente numa columna de jornal subscripta pelo sr. Doquinha, resolveu, esportivamente, citar uns trechos em que, pintando os meus personagens, que são rudes e simples, eu propositalmente desci até elles, usando a sua linguagem chã, familiar e caseira. E, assim, provou o sr. Ruiz que eu não sei escrever... E, assim, fui pela segunda vez escachado.

Como eu tenho Napoleão no nome (Gilberto Napoleão de Alencar), o sr. Ruiz, escachando-me, procurou dar um titulo apropriado ao seu artigo escachador.

— Mestre, onde foi mesmo que Na-

## LLOYD SUL

CAPITAL . . . . .

A mais poderosa Co  
Seg

SÉDE: Avenida Rio Branco

Accepta seguros maritimos,  
mercadorias, p

TAXAS MODICAS

SUCURSAL: Rua Halle

TELEPHON

pela gola, põ-o em um banco e, em uma tarde muito leve e muito fresca, estiano com o espirito bem lucido, je o coração bem alegre, copiou-o traço a traço, na alma e no corpo.

Tanto quanto o meu pobre descortino critico pode alcançar, Gilberto revela pujantes qualidades de analysta, esta maneira especial de pegar um typo, escarnal-o e põ-o a nu no curto espaço ás vezes de um periodo.»

Disse Heitor Guimarães:

«Começa assim o livro de Gilberto de Alencar a ter dois meritos logo no titulo — o da modestia e o da originalidade. O merito avoluma-se no texto, que desmente o titulo. A prosa de Gilberto de Alencar, longe de ser rude, é escorreita, elegante, fluente.

Ha no autor de *Prosa rude* a formosa promessa de um naturalista.

Tenho reflectido nesse espirito de lutador, a mourejar pelas cidades do interior, em meios intensos á sua vocação literaria, a seu temperamento de artista. Nenhum escriptor conheço em Minas, actualmente, que mais trabalhe e mais produza.»

Disse Affonso Celso:

«O seu livro *Prosa rude* é a affirmação de um bello talento literario.»

Disse Lindolpho Gomes, como critico literario e como conhecedor da lingua:

«E' que assim escreve Gilberto de Alencar, que, publicando *Prosa rude*, se revelou *conteur* de grande merito e elevado surto.

Não ha nas encantadoras paginas deste sadio livro rebuscamentos diffusos, palavras em tropel, phrases a mais do que em synthese rigorosa e artistica se faz necessario para a integração do seu pensamento sempre inspirado.

A sua descripção é sobria e nobre — photographica com pericia exacta, e os typos que vivem nos contos são rigorosamente humanos e falam uma lingua familiar, caracteristica do meio em que são estudados ou creados pelo concepor que os aponta e analyza



gas das camisas suadas (a emoção, o cansaço do dia...), e a leitura começou, com o sr. Doquinha na presidencia.

Lida a obra, ruminada e escripta em oito horas — obra que custara ao autor cinco maços de cigarrilhas — o sr. Lage pediu :

— Vocês sejam francos : está mesmo bom ?

— Oh ! Lage ! Pois duvida ? Você não é o meu discipulo amado ? Christo, que sou, do futurismo, entre estes incréos, sempre o tive como o meu S. João. E o seu artigo, Lage, está admiravel. Dê cá o dictionario.

O S. João do futurismo passou-lhe o grosso livro, os outros achegaram-se mais, as tiras foram extendidas sobre a mesa.

— Vejamos a fórma : é preciso cuidado com a fórma, disse o sr. Doquinha.

— Sim, approvaram os outros. Escachem-o em boa fórma !

E, das oito e quinze á meia noite (a hora fatal da Lua), toda a escola, em torno á mesa, endireitou, concertou, ageitou, limou, envernizou, brumiou, perfumou a obra do sr. Lage.

Folhearam, mil vezes, o dictionario; fumaram como chaminés; discutiram; cuspiram no chão; invocaram autores e tratados.

— Mestre, vou botar aqui um francezinho. Veja lá : *Excusez du peu* ... Boto ?

— Bote ! Está esplendido. Mas olhe o vernaculo, muito cuidado com o vernaculo, gemeu o mestre. Cuidadinho !

Dentro, na typographia, o chefe das officinas bufava.

— Ora, sebo ! Não acabam mais com isso ! Até parece que comeram peixe com espinha. E a gente aqui esperando, já de madrugada ! Largo esta *Joça* agora mesmo !

O sr. Doquinha, atoqueado, os cabellos, hoje mais curtos, cahindo-lhe sobre os olhos, procurou acalmar o chefe, gritando :

— Já vae ! Que diabo !

E para os outros :

— Mandemos para dentro os originaes. O homem está escachado.

Passeou um olhar triumphante pela saleta da redacção, onde papeis amarelhados, livros abertos, phosphoros riscados, pontas de cigarros e cusparadas davam bem a idéa do que seja um campo de batalha litteraria futurista. E accrescentou, alongando as syllabas :

— Es-ca-cha-dis-si-mo !

Sahiu a resposta quarta-feira pela manhã.

Pensam os leitores que se trata de alguma coisa esplendida, alguma coisa nova, inedita, bizarra, digna dos ardegos revolucionarios que a compuzeram ? Qual historia ! São apenas tres columnas e pico de baboseiras, onde toda a *panellinha*, apontando-me como um romantico meloso (eu, que todo me babo pelo naturalismo !), em-

— Mestre, onde foi mesmo que Napoleão se estreitou ? Nas Thermopylas, não ?

— Espere ahi. Napoleão ... Napoleão se estreitou ... Dê cá o Larousse. Ah ! sim ! Foi em Waterloo, respondeu o sr. Doquinha.

— Isso mesmo ! Em Waterloo. Eu vou botar assim : *Um Waterloo a propósito*.

— Bravo ! Bote, bote ...

O sr. Ruiz bo'ou mesmo — e ahi está como eu, aqui nas margens do Parahybuna, fui destroçado num campo historico da Belgica. O que vale é que, para Wellingtons da especie do sr. Ruiz, o apreciavel Cambronne deu prompta uma resposta que serve a todo tempo e poupa trabalho aos escachados, a todos os escachados de hoje ...

O sr. Lage em vão procurou encaixar-me entre os romanticos. O sr. Ruiz em vão tentou destruir o meu livreco — *Prosa rude*.

Ha de certo coisas imprestaveis nesse livreco, mas tambem ha coisas excellentes, coisas magnificas, que Lages, Ruizes e Doquinhas jamais escreverão. E essas coisas eu as escrevi ha treze annos ! Mais tarde hei de refundir taes paginas, e muitas dellas serão aproveitadas integralmente, porque já naquelle tempo me era facil escrever melhor — sózinho e em meios infensos — do que, juntos, todos esses lamentaveis futuristas que por ahi andam.

Desse livreco ordinario, disse Aldo Delfino :

«O ambiente em que se desenvolve *Prosa rude* é verdadeiro e rustico.

Sente-se o cheiro da terra campesina nas vestes dos seus personagens.

Os corregos cantam pelas vargens ; e o céu é vasto, azul, repleto da gloria do sol, como se quem o vê esteja affetto a descortinal-o do cimo das montanhas, nos descampados.

Por vezes parece perceber-se o cheiro das searas maduras.

Que pagina soberba essa que cito agora ! Não me sinto com força de deixal-a no livro, e quero pô-la aqui como ornato raro á minha phrase tosca (Transcreva a pagina). Mas... basta. Eu assignava essa pagina, se a conseguisse escrever, com prazer.

Tem tudo : verdade, estylo, observação, graça, idéas.

Como o assumpto te empolgou, sacudiste a cabeça, e a penna deslisou sobre as tiras, com o rumor de riacho entre flores, ao clarão poente de desbo'ada luz, ao fim de tarde clara : illuminando, cheirando bem e cantando.»

Disse delle Mario Magalhães :

«Creio que não é demais citar-se ainda, de entre todas as paginas de *Prosa rude*, aquelle fino estylo, de compassiva ironia, com que Gilberto commenta o personagem da *Ingratidão humana*. Aquelle homem parece que foi apanhado em flagrante, fazendo quartos e recebendo espiu'as pelo funebre serviço. Gilberto pegou-o

conceptor que os aponta e analisa com habilissima felicidade.

E' um livro forte, é um livro que não será esquecido.

O arrendamento é uma peça sem falhas. Ha, nessa pagina soberba, psychologia descripção, estudo, originalidade. Só ella sagraria o *conteur* que esiréa.»

Paro aqui. Penso que não é preciso mais.

E querem ver como escreve o sr. Ruiz ?

Olhem :

«Dado, porém, esse caso e mais o de que o sr. Napoleão timbra por deixar de permittir a expressão das opiniões dos que as têm, sem bater ás portas das egrejinhas e bimbalhar certos sinos panegyricos, resolvi apreciar detidamente a sua sensacional figura no terreno litterario.»

Entenderam ? Nem eu.

Olhem mais :

«Tenho hoje a relatar aos poucos leitores que ainda se occupam com o ler esta abominavel chronica semanal futurista — cognome que a *ella* e ds dos outros que tambem as escrevent deu o mesmo distincto e sympathico cavalheiro, uma bella historia.»

Perceberam ? Tambem eu não.

Bella coisa é decerto uma refrega litteraria. Mas assim é impossivel. Dá vontade de chorar. O chefe não sabe grammatica. O discipulo amado não a sabe tambem e imita o Eça. O segundo discipulo é a mesma coisa. E ahi estão tres. Vamos ver os outros ...

*A vaincre sans péril, on triomphe sans gloire*, dizia o medalhão do Corneille.

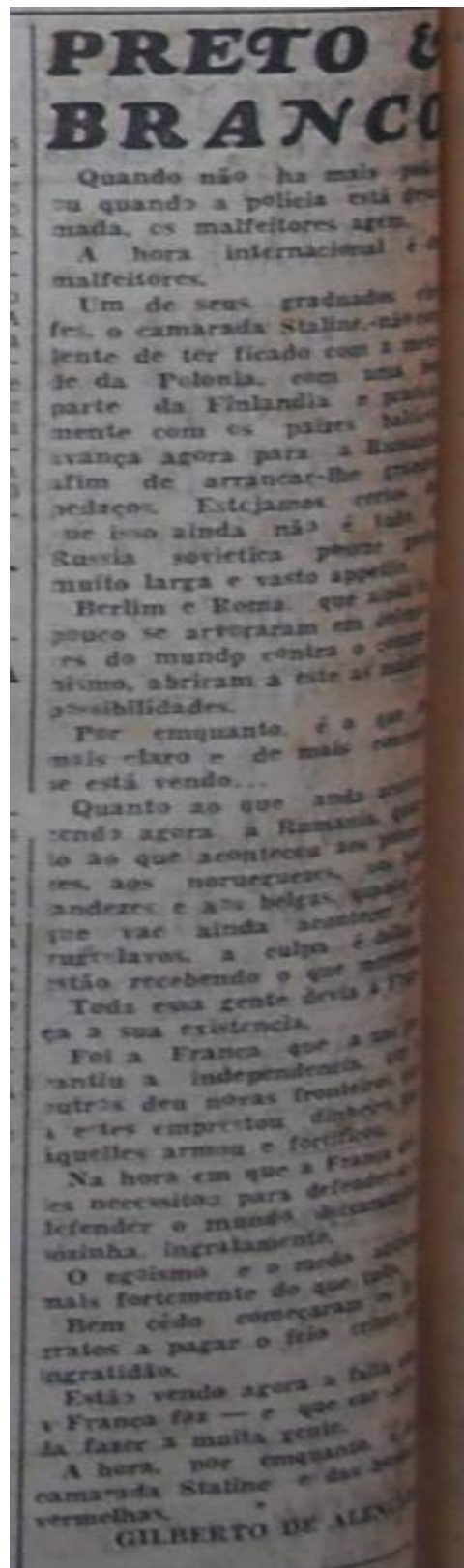
Eis porque a refrega me não seduz. Mas o combate ao analphabetismo é um dever de todo aquelle que sabe ler e escrever neste paiz. Cumpramos esse penoso dever. Os rapazes hão de aproveitar alguma coisa ...

Gilberto de Alencar.

## Notas & Factos

O Minas Geraes, publicou a lei n. 829, de 4 do corrente mez, que fixa o subsidio do presidente do Estado no quadriennio de 1922 a 1926 em 48:000\$ annuaes ; em 100\$ o subsidio diario dos deputados e senadores durante as sessões ordinarias e extraordinarias do Congresso Mineiro ; em 1:000\$ a ajuda de custo dos membros do mesmo Congresso, quer nas sessões ordinarias, quer nas extraordinarias ; em 30:000\$ os vencimentos annuaes de cada um dos secretarios de Estado e em ... 20:400\$ os do chefe de policia, e dá outras providencias.

## ANEXO F - Diário Mercantil de 29/6/1940





## ANEXO G - O PHAROL de 13/10/16

## Trabalhadores iludidos

A proposito da retirada de trabalhadores da zona da Matta com destino á lavoura de São Paulo, para onde vão iludidos por agentes pouco escrupulosos—facto de que ha dias nos occupámos—recebeu nosso companheiro Gilberto de Alencar a seguinte carta do sr. dr. Carvalhaes de Paiva, director da Imprensa Official do Estado:

“Presadissimo amigo e confrade. —Affectuosas visitas. Li ha dias no seu magnifico jornal, “O Pharol”, uma reclamação dirigida ao governo, sobre os agentes que nessa zona estão arrebanhando trabalhadores para a lavoura paulista.

O mal vem de longe. Em 1912, no Sul de Minas, os municipios servidos pela R. S. Mineira viram partir para o N. O. de São Paulo milhares de trabalhadores ruraes, levados pelas promessas fallazes de taes agentes.

Nesse tempo escrevi no «O Sapucahy» a nota que hoje acompanha esta carta e que parece oportuna, uma vez que o facto se reproduz.—Do admirador e creado—*J. Carvalhaes de Paiva*”.

Reproduzimos hoje em outro lugar o artigo do dr. Carvalhaes, artigo que foi publicado em *O Sapucahy*, de 4 de fevereiro de 1912, sob o titulo—*Palestra*.

## ANEXO H - O Pharol de 5/5/26

## Satisfação amarella

A famosa lei de imprensa — melhor dito, a famosa lei contra a imprensa — vae produzindo os seus resultados, isto é, vae enchendo a cadeia de jornalistas, enquanto os patifes de todas as classes enchem as ruas e avenidas, interrompendo o transito publico.

Os seus autores, aquelles que por ella tanto e tanto se bateram, devem naturalmente andar satisfeittissimos com isso.

Esregam as mãos de contentes.

Mas toda essa satisfação nada vale — e muito breve tem que cessar.

Porque a lei de arrocho não visa apenas esse fim de transformar a cadeia em casa dos jornalistas. Ella visa um pouquinho mais: acabar com a própria liberdade de opinião, por meio das ameaças e do terror. E é isso, decerto, o que não tem acontecido. Os jornalistas vão para o cubiculo; a imprensa, todavia, continúa a clamar..

E o fracasso absoluto da lei vergonhosa.

Podem, pois, os juizes apaixonados ou sem intelligencia proseguir na sua faina de condemnar a torto e a direito. Não importa. Não será por essa razão que os jornaes calarão a bocca. Ao contrario, isso apenas é motivo para que passem a clamar com mais força, a gritar com energia maior.

Os resultados, sob esse aspecto, são de todo em todo contraproducentes.

Resta a vingança zinha de metter os jornalistas na cadeia.

Mas tambem isso é coisa que não pode durar muito tempo. A reacção ha de vir, mais tarde ou mais cedo. E, quando vier, é para atirar por terra, de uma vez por todas, a lei deshonestta, em qua puzeram todo o seu carinho os inimigos da critica livre.

Como quer que seja, a beata satisfação em que andam esses senhores é falsa, é inteiramente postiça. Na realidade, nada conseguiram nem conseguirão. Sahiu-lhes o tiro pela culatra. E muito proximo está o dia em que amargamente se hão de arrepender da façanhuda tollice que praticaram.

Gilberto de Alencar



## ANEXO I - O Pharol de 14/7/17

## MOVIMENTOS DESORIENTADOS

As notícias sobre a greve operária em São Paulo são alarmantes. Diz-se que o movimento é muito serio e que tem até um caracter revolucionario.

Longe do desenrolar desses acontecimentos, não é facil julgar-os com segurança. Mas, apesar disso, pode se ser optimista e adeantar que a situação não ha de ter assim tanta gravidade, como o querem os telegrammas.

Já as ultimas notícias dizem que a policia matou dois ou tres operarios.

Ahi está o fim da greve.

E' quasi certo, é quasi infallivel que hoje mesmo ou, quando muito, amanhã ou depois os grevistas de São Paulo voltarão ao trabalho, após haverem levado ao cemiterio os seus camaradas assassinados. E voltarão com os mesmos ordenados, com a mesma falta de regalias, sujeitos todos ás mesmissimas explorações por parte dos patrões.

Tem sido essa, sempre, a historia das greves no Brazil.

Os operarios as fazem tão sómente para que alguns delles sejam fuzilados estupidamente no meio da rua e para que tudo fique no estado anterior — salarios, horas de trabalho e o mais.

A experiencia, muito embora longa e dolorosa, ainda não os pôz na boa direcção.

Os seus processos não variam.

Assim que as condições de vida se tornam difficeis e os ordenados baixam, elles se dispõem á parede.

Mas de que modo ?

Em primeiro lugar, a parede não é geral. De vinte fabricas, apenas quatro ou cinco cessam de trabalhar. Em segundo lugar, os paredistas, ao envez de se deixarem ficar calmamente em casa, á espera de que os patrões afinal cedam,

ra de que os patrões afinal cedam, vão para o meio da rua, desarmados, inermes, a fazer declamações, até que a policia chega e os espaladeira, e os fuzila, e os dispersa a patas de cavallo

Mortos dois ou tres dos grevistas, os demais logo voltam ao trabalho, porque em casa a mulher e os filhinhos já não têm com que matar a fome Voltam para se sujeitarem ao mesmo tratamento, ao mesmo ganho, ás mesmas extorsões. Voltam, alguns, para serem despedidos e enxotados como «anarchistas» e «revolucionarios».

Tudo isso, já se vê, com o apolo acalorado da imprensa dita conservadora, que, subsidiada fartamente pelos capitalistas, applaude as selvagerias da policia e estigmatiza os movimentos operarios, que ella denomina de «fermentos de anarchia», para os quaes é pouca toda a energia, toda a perseguição dos governos...

A greve de São Paulo não será differente de todas as outras. Os paredistas sahirão fatalmente perdendo.

Pode ser que o governo não tenha muita facilidade em triumphar, de braços dados com os homens do capital. Mas ha de acabar triumphando sempre, porque os operarios não estão organizados, não têm direcção e o apolo dos jornaes lhes falta em absoluto.

Se tivessem um pouco de previdencia, se contassem com recursos monetarios accumulados lentamente, através de alguns annos de organização, recursos com que pudessem todos, mas absolutamente todos, ficar bem quietos em suas casas um,

dois e tres mezes, abandonando á ferrugem e ao pó as machinas das fabricas, sem sahirem á rua para serem assassinados—se fizessem isso a victoria decerto lhes caberia.

Falta-lhes orientação, falta-lhes methodo, falta-lhes a solidariedade completa da classe.

Por esse motivo são sempre vehicidos, esmagados e ainda por cima cobertos de ultrages pela imprensa «conservadora», que já descobriu que o operario no Brazil não precisa de fazer greve porque tem bons ordenados e é muito bem tratado!

Emquanto o operariado brasileiro não for mais instruido, mais previdente, mais amigo da organização, ha de ser explorado e martyrizado impiedosamente.

A greve de São Paulo, como as outras, ha de falhar.

Já morreram dois ou tres operarios, varados pelas balas da policia.

E' o epilogo.

Feitos os funeraes, as fabricas de novo entrarão em movimento, os capitalistas nada terão perdido e todos esses desventurados recahirão no supplicio do trabalho exaustivo e mal remunerado, que os governos consentem, protegem e fomentam, crentes de que, fóra disso, só pode medrar a anarchia!

Gilberto de Alencar



## ANEXO I1 - Diário Mercantil de 29/3/41

## PRETO &amp; BRANCO

Entre os milhares de telegrammas que os jornaes publicaram, estes ultimos dias, sobre a situação na Yugoslavia, em hávia cuja leitura era como que um reconforto em méto á baixezza moral de que vamos tendo, nos tristes tempos que correm, tantos exemplos insignes.

Diz-se por ahí, communmente, que a liberdade, hoje em dia, é muito difficil de ser defendida, pelo menos com exito, pelo facto de disporem os oppressores modernos de armas automaticas aperfeçoadas, de carros de assalto blindados, de forças motorizadas, de aviões, de mais isto e de mais aquillo. Contra todas estas machinas, contra todos estes aparelhos terrificantes resultarão inúteis quaesquer assomos de civismo.

O telegramma em questão conta, todavia, que certa cidade do interior da Yugoslavia, logo após a capitulação humilhante do governo que acaba de ser deposto, foi invadida por dois mil campones armados de foices, ancinos e varapaus.

— Queremos ser livres! Abaixo a oppressão!

Essas foices, esses ancinos, esses varapaus lembram os chucos que em 1789 mudaram a face do mundo em Paris, são como que symbolicos e demonstram que a machina, por mais brutal que seja, nada pôde contra a liberdade. Toda a questão está em que ella, a liberdade, tenha servidores sinceros e dispostos a combater em sua defesa, ainda que armados apenas com instrumentos de lavar a terra.

Os dois mil camponeses servios, de que fala o telegramma, mostraram soberbamente aos povos que de modo tão prompto dobraram o joelho diante das ameaças da força mostraram a esses povos que o varapau pode vencer o carro blindado, e mesmo o avião, desde que seja seguido por braços decididos e realmente varonis.

O episodio ha de parecer pequenino e insignificante aos que não cessam de admirar as machinas monstruosas dos tempos modernos.

Não ha duvida, entretanto, que elle ficará, no meio dos acontecimentos que se estão desenrolando, como uma prova de que a liberdade não morrerá jámais sobre a terra, emquanto nesta houver varapaus e quem saiba empunhal-os de alma forte e coraçào decidido.

A machina não é tudo.

A machina, afinal, não é nada, se ao seu lado não estiver o homem.

GILBERTO DE ALENCAR

## ANEXO I2 - Diário Mercantil de 27/2/41

**PRETO & BRANCO**

As informações do mundo inteiro que a imprensa, em toda a parte, pôde hoje fornecer ao publico são cada vez mais rapidas, mais abundantes e mais minuciosas, graças ao acelerado e maravilhoso progresso dos meios e modos de comunicação, que a sciencia e o acaso vão descobrindo e a industria vae pon-do em pratica.

O serviço de informações tem melhorado de modo consideravel. Só o que não tem melhorado, pois que, ao contrario, vae piorando sempre, é a segurança das informações.

Não é com muita confiança que se lê hoje um despacho telegraphico, ainda quando elle apparece em caracteres enormes nas columnas dos jornaes. A falta de confiança chega mesmo a ser tanto maior quanto mais grossos e negros são os referidos caracteres.

A guerra que rapidamente vae destruindo a Europa é um exemplo disso, com as informações contraditorias que sobre ella todos os dias nos são fornecidas.

E' verdade que a inexactidão, no tocante ás noticias da guerra, pôde em grande parte ser levada á conta dos manejos do serviço de propaganda dos belligerentes. Cada qual narra os factos a seu modo e de acôrdo com as suas necessidades, cumprindo ao publico estar de sobreaviso para separar o joio do trigo.

Mas não é só a guerra que fornece noticias falsas.

Sabbado ultimo varios jornaes noticiaram a morte de Affonso XIII muito antes do tempo, por isso que, ante-hontem, segundo as mesmas agencias que o "mataram", estava elle bem melhor. E' possivel que morra em breve, porque afinal está muito doente. Que necessidade, entretanto, havia de espalhar pelo mundo uma noticia de exactidão não verificada? Parece que não havia nenhuma, salvo a de querer realizar "furos" de qualquer modo.

E' preciso saber ler jornaes. Ler todos lêem. Saber ler é que são ellas.

GILBERTO DE ALENCAR

## ANEXO J - O Pharol de 11/10/29

**Muito batida...**

Se a imprensa reaccionaria estivesse de boa fé — e fosse por isso capaz de dar ouvidos a qualquer palavra de bom senso — seria decerto o caso de se lhe pedir que não insistisse mais em determinadas fofocas que vem ella repisando monotonamente desde o inicio da actual campanha politica.

Entre essas rematadas fofocas que precisam ter um fim, encontra-se a phrase — «Minas Oeraes está despertando» — phrase que se encontra a cada passo nos jornaes reaccionarios.

Minas Oeraes está despertando — eis ahi uma fofoca e uma descalvada mentira.

Só pôde despertar ou ser despertado quem esteja dormindo.

E Minas, se alguma vez ferrou no sono, não foi seguramente agora...

Agota, como todos sabem muitissimo bem, ella estava mais do que acordada, mais do que desperta; estava de pé e vigilante.

Tanto assim que não conseguiram enbrulhal-a ou illudil-a.

Tanto assim que, no momento azado, foi ella que levantou a bandeira do liberalismo, energeticamente protestando contra os arranjos domesticos que ameaçavam tomar o lugar da vontade popular.

Minas não costuma absolutamente dormir.

O seu passado ahi está.

Ahi está a sua historia.

Ella foi sempre encontrada em attitude vigilante, todas as vezes em que se tornou necessario lutar pelo bem do povo.

Muitas vezes, mesmo, a ella coube o papel de velar enquanto os demais dormiam.

Muito alegres e contentes com algumas rarissimas adhesões aqui obbidas, a imprensa reaccionaria não se cansa de

reaccionaria não se cansa de afirmar que Minas desperta...

E' uma rematada e perfeita fofoca.

Minas não estava, como nunca esteve, dormindo.

Demonstrou-o de maneira insophismavel e brilhante, com o apoio — pôde agora dizer-se — da maioria do paiz, disposta a levar até á victoria este soberbo movimento em prol do sadio liberalismo e das boas praticas democraticas.

Quanto ás adhesões rarissimas por ahi obbidas — quem sabe lá de que maneira! — nada realmente significam em meio ao entusiasmo vibrante com que Minas inteira, desperta e bem desperta, está ao lado de seu presidente, ao lado da Alliança Liberal, ao lado de Getulio Vargas e

de João Pessoa.

Queira a imprensa reaccionaria, por favor, virar o disco...

A musica lá está muito batida e entoadinha!

GILBERTO DE ALENCAR

ANEXO K1 - O Pharol de 17/10/29

**Com a Alliança** **A**

Os republicanos historicos, neste anno em que a Republica completa odo lustros, vão reunir-se num congresso.

Com que fim?

E de esperar que a reunião não seja tão somente a reunião da saudade.

E de esperar que tenha o seu lado pratico e utilitario, do qual resulte algum bem ao país — tão necessitado, hoje, de que todos os seus filhos por elle trabalhem desodadamente.

Os sobrevenientes dos republicanos historicos vão por força verificar que a Republica, com a qual sonhavam, não foi ainda realmente proclamada. Esta, na verdade, não é ainda aquella para qual elles se boham valente e romanticamente, nos ultimos annos da monarchia.

Principalmente neste momento, em que os maiores desmandos se notam da parte dos supremos dirigentes, o regimen muito longe está de se parecer com a fórma de governo promettida ao povo pelos propagandistas.

Democracia, respeito á vontade popular, acção imparcial das altas autoridades, exercicio sem abuso dos mandatos, obediencia á constituição e ás leis — por onde andam neste instante sombrio, de tão graves apprehensões, cascos e outros principios, com que então se acenava ás multidões?

O congresso a reunir-se ha de forçosamente reconhecer que nada disso está em pratica, que tudo está sendo summariamente posto de lado, como coisas altamente inuteis e inexpressivas.

Assim, o que ha a fazer é recommear a campanha, e de novo iniciar a propaganda da Republica.

A Alliança Liberal, que ora se bate pela implantação definitiva desses principios, alli está empolgando todo o país com a sua acção deslembida em prol de tão alto e nobre ideal.

Não podia, desse modo, ser mais opportuna a occasião para que os republicanos historicos se resolvam a renovar os seus esforços pela consecução do fim ainda infelizmente inatingido.

Que o congresso não seja apenas o reunião da saudade, em que se lembram lyricamente as luctas passadas, os dias gloriosos de Silva Jardim, as grandes refregas civicas pela democracia.

Toda a campanha, neste momento, deve relatar-se a victoria da Alliança Liberal será a verdadeira implantação da Republica.

Com a Alliança deverão, portanto, formar agora todos os republicanos historicos, para que ella triunphe e triunphe com ella a nação.

GILBERTO DE ALENCAR



## ANEXO K2 – Diário Mercantil de 30/7/41

**PRETO & BRANCO**

O que não tem faltado nesta guerra — e na outra foi a mesma coisa — são os profetas...

Pululam eles em todos os países beligerantes e em todos os países neutros.

Os jornais, diários, etc., estampam previsões, otimistas e pessimistas, absurdas e sensatas, extravagantes e modestas, previsões, enfim, para todos os paladares e para todas as tendências.

Vai acontecer isto.

Vai acontecer aquilo.

Passam os meses, passam os anos, e afinal não acontece nem isto, nem aquilo, porque acontece sempre, e invariavelmente, coisas muito diversas das profetizadas.

E' tamanha, entretanto, o prurido de profetizar, que essas delusões e esses desmentidos constantes não impedem o aparecimento incessante de novos e mais lépidos anunciadores de acontecimentos futuros.

Uma das predições que mais andaram na boca dos profetas existentes ao tempo da outra guerra foi a de que o tremendo conflito armado seria o último a verificar-se na Europa. O luto, a dor, as desgraças, os prejuizos, os horrores da luta eram tão grandes que os homens nunca mais haveriam de permitir a volta de tais calamidades. A paz seria feita para durar, pelo menos, durante muitos séculos.

Todos viram como se cumpriu a ingenua e humanitária profecia.

Entre os que atualmente se entregam ao mistér de predizar e que vai ser realizado no mundo logo após a assinatura da paz, figuram em número avantajado os inimigos, sinceros ou fingidos, da liberdade e do liberalismo. Dizem eles, com uma suriciência e um dogmatismo de véras extraordinários, que o liberalismo e a liberdade, vença quem vencer, não voltarão mais a imperar em parte alguma do mundo. Serão substituídos por outros principios de vida em comum, ao que o homem de amanhã, mais ou menos escravizado, terá que obedecer sem revolta...

O sr. Gilberto Freyre não será um desses.

O seu talento e a sua cultura impedem-no de assentar praça nessas fileiras reacionárias.

Todavia, no belo discurso com que ha dias agradeceu o almoço que amigos e admiradores lhe ofereceram no Rio de Janeiro, o notável publicista, falando dos tempos presentes, fez a advertencia de que "não se voltará talvez, após a guerra, ao culto simplista da Liberdade com L grande".

Com L grande, é como está no discurso.

Terá razão o sr. Gilberto Freyre?

E' possível.

Mas não importa muito que a Liberdade deixe de voltar com L grande, com diz o illustre ensaísta.

Basta que volte com L maiúsculo.

GILBERTO DE ALENCAR

## ANEXO L1 - Gazeta Paraopeba de 13/8/50

**ERRO CONFESSADO**

Varios jornais disseram — e alguns ainda estão dizendo — que se o povo brasileiro empregasse em coisas sérias o mesmo entusiasmo que revelou durante a disputa do campeonato de futebol a nossa situação seria muito outra, em todos os ramos do progresso.

A observação envolve uma censura.

O povo é censurado, através dela, por não dedicar a assuntos de vital importancia para o país a energia e a atenção que dispensa às partidas futebolísticas.

Censura mais do que justa, diga-se desde logo. Mas justamente a imprensa, ou grande parte dela, que tem menos autoridade para fazê-la. Não tem, mesmo autoridade nenhuma.

Porque, afinal de contas, o entusiasmo excessivo e até doentio das massas em torno do futebol a que é que se deve, senão à propaganda alusiva feita pela maioria dos jornais? Eles, que assim sopraram o fogo, não podem e sobretudo não devem admirar-se da altura alcançada pelas labaredas...

Têm toda a razão, entretanto, os jornais, quando afirmam que a situação do Brasil seria hoje muito melhor, sob todos os pontos de vista, se as energias de seu povo se voltassem para os assuntos sérios e para os empreendimentos úteis.

Sobre isso não há nem pode haver a menor dúvida.

Assim sendo, por que não trata então a nossa imprensa de canalizar, orientar e despertar ao máximo essas energias em tal sentido?

Já é tempo, e mais do que tempo de nossos jornais guiarem realmente o povo, ao invés de serem guiados por ele.

Foi a imprensa inventada para dirigir e não para ser dirigida.

Isso de acompanhar as paixões populares e de exaltá-las perigosamente, para tirar de tal ação todo o proveito material possível, é o mais completo e o mais gritante desvirtuamente da missão que incumbe ao jornalismo.

Estas são afirmações sedícias, bem sei eu.

Convem, todavia, repeti-las sempre, até que as coisas mudem de rumo.

Censurando o povo pelo excesso de entusiasmo por ele dispensado ao futebol, confessam os jornais, ainda que indiretamente, o erro em que têm incorrido nos últimos anos.

Não basta, porém, confessar o erro.

O que é preciso, mais do que tudo, é não continuar a praticá-lo, com evidentes prejuizos para a educação popular e para o futuro mesmo de nossa terra.

**GILBERTO DE ALENCAR**



## ANEXO L2 - Diário Mercantil de 19/2/41

## PRETO & BRANCO

A aviação e o "foot-ball"...

A' primeira vista essas duas coisas parecem não ter a menor relação entre si. Um francez diria mesmo que ellas "hurient de se trouver ensemble".

Assim será no tocante aos demais paizes.

Assim não é no que toca ao nosso.

Graças aos esforços e boa vontade officiaes, graças á propaganda da imprensa, propaganda desta vez utilissima (uma vez não é costume), a aviação civil começa a ter notavel desenvolvimento no Brasil, attrahindo para a sua pratica milhares e milhares de jovens brasileiros. Sabido que a nossa terra precisa melhorar os seus meios de defesa, nesta época de sangue e de rapina, sabido ainda que os meios rapidos de comunicação são uma necessidade nacional, conclue-se facilmente que é para nós um bem inestimavel a criação de uma poderosa aviação nacional.

Mas as vantagens não são apenas essas.

Ha ainda uma outra, multissimo consideravel.

E vem ella a ser que cada joven brasileiro que se faz aviador, a serviço do Brasil, é um jogador de "foot-ball" a menos, e isto a bem, igualmente, do paiz.

Azas e não pés.

Azas, muito embora de pau, ou metallicas, sempre são um symbolo mais alto e mais nobre.

Encha-se o paiz de campos de aviação.

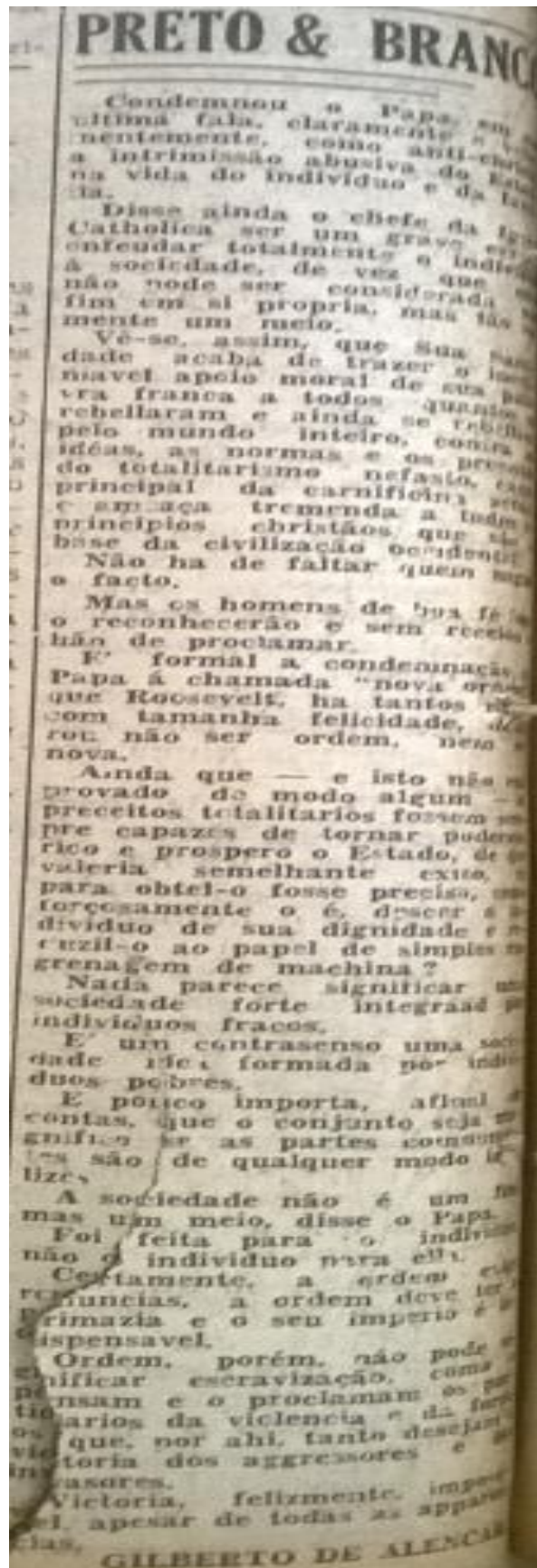
Facil fei enche-lo, em alguns annos, de campos de "foot-ball".

Não ha de ser muito difficil, agora, fechar a metade destes para augmentar o numero daquelles.

Ganhará o Brasil, com isso, em todos os terrenos.

GILBERTO DE ALENCAR

## ANEXO M - Diário Mercantil de 3/6/41



## ANEXO N - Diário Mercantil de 18/12/41

## PRETO &amp; BRANCO

Há boas notícias da França.

E estamos todos seguros de que as notícias da França, daqui por diante, serão cada vez melhores.

Não sabiam decerto o que estavam dizendo todos quantos, no fatídico mês de junho de 1940, afirmaram estar a França definitivamente derrotada.

Ora, a França, por assim dizer, não chegou a lutar.

Tombou muito mais aos golpes internos da quinta coluna do que mesmo aos golpes do inimigo exterior, o traidor inimigo que só alcançou território francês depois de haver atacado, de surpresa e na calada da noite, a Bélgica e a Holanda, onde havia também um numero consideravel de quintacolonistas meticulosamente preparados, desde longo tempo, para o ignobil trabalho de ferir pelas costas.

Não tendo lutado como o poderia ter feito em condições normais, é evidente que a França não foi derrotada na extensão da palavra.

Foi enganada, vendida, miseravelmente traida, o que não é positivamente a mesma coisa, salvo para aqueles que não se dão ao esforço de refletir um pouco e tudo vão aceitando sem o mais ligeiro exame.

A reação vigorosa que ultimamente tem aparecido na terra gaulesa demonstra que o espirito francês não foi dominado.

Essa reação aumentará de modo consideravel, à medida que os agressores e invasores, contra os quais hoje se levanta o mundo inteiro, forem sendo batidos pelas exércitos da civilização.

Vichi, com os seus otoburios desaparecerá.

Os ocupantes serão varridos do solo francês.

A Quarta Republica já se mostra no horizonte, para reconduzir a França eterna ao posto que lhe compete de guia espiritual dos povos cultos e livres.

O general De Gaulle, sob cujas ordens se agrupam os franceses livres, cujo numero cresce dia a dia, fará com que a sua patria, na hora da paz, esteja entre as nações vencedoras, de igual para igual.

Não haja duvidas sobre isso. A França é a França.

Quando Hitler e Goering implerem quasi que de joelhos o concurso dela, sabem muito bem o que fazem.

Sem a França nada se realizará na Europa.

Nem no mundo.



## ANEXO O - Gazeta Paraopeba de 18/04/1954

**SUELTO...** — Quando se diz que o maior inimigo do Brasil é uma certa imprensa da capital do País, não se diz senão uma verdade. A mais límpida, a mais incontestável de todas as verdades.

Ainda agora, estando as autoridades, ainda que tarde e frouxamente, combatendo a imoralidade que campeia pelas ruas e praças das grandes cidades, essa imprensa, em vez de prestigiá-las e animá-las em tal campanha, o que faz é opôr-se às medidas tomadas, ridicularizando a polícia.

— Estão querendo acabar com o namoro! Onde já se viu isso? Em todas as cidades civilizadas no mundo o namoro é livre.

Burrice seria, de fato, o querer acabar com o namoro.

Mas não é de namoro que se trata e sim de cenas de baixa libidinagem nos lugares públicos. É essa libidinagem que certos jornais defendem, com o olho na venda avulsa. O interesse dos libidinosos, para eles, vale mais do que os bons costumes.

Que o Brasil se afogue na pouca vergonha, não tem importancia.

O que tem importancia é a venda avulsa.

E quando ha crimes em Sacopã, as tais folhas dizem que não têm nada com isso. — G.

ANEXO P - Gazeta Paraopeba de 4/3/51

## Suelto... — <sup>Es-</sup><sub>t á o</sub>

Brasil precisando de muitas propagandas educativas.

Uma delas junto ao operariado, no sentido de que dê todo o seu esforço para a urgente e indispensável tarefa de reerguimento econômico do País, correspondendo dessa maneira às grandes vantagens que lhe foram concedidas, aliás com toda a justiça. Para que as vantagens que lhe foram dadas subsistam, é imprescindível que a produção nacional se mantenha em contínua ascensão. E tal ascensão só é possível com trabalho redobrado em todos os ramos da atividade.

Ganhar mais, está muito bem.

Trabalhar menos, está mais do que errado.

Não basta reivindicar direitos, é preciso também cumprir deveres, porque sem o cumprimento destes a satisfação daqueles se torna materialmente impossível.

Dizem os entendidos que a produção nacional começou a baixar desde quando se concederam ao operariado às vantagens em cujo gozo ele atualmente se encontra.

Isso é um mal imenso.

E mal que acabará prejudicando, em primeiro lugar, aos próprios trabalhadores, com o encarecimento incessante da vida.

Quem tudo quer, tudo perde... — G.

## ANEXO Q - Gazeta Paraopeba de 17/6/51

**Suelto...** — Já

se  
fala, outra vez, no Rio de Janeiro, em importar manteiga da Argentina.

Até parece que a Argentina é a nossa dispensa ou o nosso celeiro, onde vamos fazer as nossas provisões, sempre que por aqui encareçam ou escasseiem determinados generos alimenticios. E um jornal carioca afirmou, a esse proposito, com muita ironia, mas também com muita verdade, que se o general Peron, um dia, se lembrar de plantar café, o Brasil acabará sendo um dos seus freguezes...

Que diabo terá a Argentina, tantas vezes menor em população e em territorio do que o Brasil, que diabo terá ela para produzir tanto e tanto exportar, livrando-se quasi que por completo da tutela economica do estrangeiro?

É de crer que seja apenas vontade de trabalhar e verdadeiro amor ao trabalho.

Ha de ser apenas isso.

E exatamente isso é o que nos tem faltado de muitos anos a esta parte.

O pior de tudo é que nos vamos acostumando a essa humilhação, nela nos instalando calmamente, sem experimentar nenhuma vergonha pela dependencia em que nos achanos em relação a um País que não possui sequer uma decima parte das nossas riquezas naturais.

Aí vem outra vez a manteiga Argentina.

Pena é que não nos lembremos também de importar de lá um pouco de amor ao trabalho... — G.



## ANEXO R1 - Gazeta Paraopeba de 8/10/50

**Suelto...** — *Mes-*  
*mo em*  
*outros tempos bem melho-*  
*res do que os atuais, muita*  
*gente já havia que se-*  
*parava lamentavelmente*  
*a moral privada da mor-*  
*al pública, isto é, muita*  
*gente que procedia de mo-*  
*do inatacavel na vida par-*  
*ticular, mas na vida poli-*  
*tica praticava atos inde-*  
*fensaveis.*

*Isso era um grande mal.*  
*E hoje.*  
*Hoje a coisa está bastan-*  
*te pior, porque muita gen-*  
*te nem sequer separa mais*  
*a moral privada da moral*  
*pública e vai procedendo*  
*mal tanto num «sector» co-*  
*mo noutro.*

*Quem sofre com isso é*  
*o Pais, que precisa ser*  
*governado com um míni-*  
*mo de moralidade, sob pe-*  
*na de não conseguir o*  
*reerguimento de que tan-*  
*to e tanto necessita.*

*Dir-se-á que cabe ao po-*  
*vo escolher com o devido*  
*critério aqueles que o tem*  
*de governar.*

*Sem dúvida.*  
*Mas o povo precisa de*  
*ser ajudado nessa tarefa*  
*pela imprensa, pelo menos*  
*por aquela imprensa que*  
*ainda não esqueceu o*  
*seu principal dever, que*  
*é o de orientar o povo*  
*pelo bom caminho, ao in-*  
*vés de acompanhá-lo nas*  
*suas Paixões ou nos seus*  
*êrros.*

*A imprensa tem que*  
*dirigir.*  
*Mas infelizmente vai sen-*  
*do dirigida.*  
*E nisso é que reside,*  
*em grande parte, a causa*  
*dos males públicos com*  
*que ora nos defrontamos.*  
 — G.

## ANEXO R2 - Diário Mercantil de 16/10/41

## PRETO & BRANCO

Não é só o cimento que está assustadoramente faltando para as nossas construções civis, é também o pinho, que só aparece nos mercados a preços elevadíssimos.

Em relação ao cimento, há-se ainda há pouco em quasi todos os jornais que a produção nacional já era mais do que suficiente para as nossas necessidades, podendo ser dispensada a importação. Vê-se agora que as informações, nada tinham de verdadeiras e não passavam de uma expressão de otimismo perigoso. Urja prudência elementar manda que não acreditemos muito em determinadas notícias e em certas estatísticas. Acreditar notícias equívocas, não raro, a criar ilusões...

Quanto ao pinho, e á sua escassez, a que se deve attribuir o preço?

Não consta que os pinheiros de Santa Catharina e do Paraná, apesar das devastações, já estejam esgotados. Ainda é cedo para isso.

Não consta, também, que a exportação de madeiras haja, como muitos o desejam, triplicado ou quadruplicado.

Será, então, o Instituto do Pinho?

E o que parece.

Antes de ser creado e de entrar em funcionamento o Instituto do Pinho, com as suas leis e regulamentos, o pinho era abundante e barato, nunca faltando para as construções civis e para a fabricação de moveis. Hoje é o que estamos vendo.

Hoje é o que estamos vendo. Com o açúcar foi a mesma coisa. E com o mate. E com a laranja. E daqui a pouco, provavelmente, também com a banana.

Afirma-se que a finalidade dos diversos Institutos é proteger, amparar e valorizar os diversos produtos da terra.

Não resta duvida que essa finalidade está sendo brilhantemente atingida, uma vez que os produtos se valorizam cada dia mais.

Como, entretanto, em meio a tantas valorizações e proteções, o consumidor, que é quem as paga, já não sabe para onde voltar-se, urge providenciar no sentido de proporcionar-lhe igualmente algum amparo, pois que também ele é filho de Deus.

Talvez que o Instituto do Consumidor tivesse agora o seu cabimento.

E, já se vê, a opinião desautorizada de um leigo.

Mas, estando os Institutos na ordem do dia, não custa nada crear ainda outro.

Mais um, menos um.

GILBERTO DE ALENCAR



## ANEXO S - Gazeta Paraopeba de 1938

**Eis aí...**

(GILBERTO DE ALENCAR)

Os extremistas, quer os da direita, quer os da esquerda (tudo é farinha do mesmo saco, e farinha muito ordinária,) querem que o homem seja feliz a força, feliz haja o que houver, feliz contra o céu ou contra o inferno...

Para obter essa felicidade obrigatoria, não pôde o homem empregar os meios que lhe pareçam mais razoáveis. E' proibido. Os unicos meios permitidos são os adotados pelos extremismos.

Quem fugir daí, quem não quiser empregar esses meios ou com eles conformar-se, é automaticamente considerado traidor da patria, inimigo da sociedade, elemento perigoso.

O extremista chega perto da gente e diz:

— Você precisa de ser feliz. Você não pode ser desgraçado a vida inteira. Nem você nem ninguém. Nós, extremistas, temos resolvido que a humanidade em geral ha de ser venturosa. Venturosa por meio de uns processos privilegiados que nós descobrimos. Você tem que adotar, a partir de hoje, esses processos.

— Mas tenho minhas duvidas sobre esses processos...

— Não pode ter duvida nenhuma. Duvidar é crime.

— Está certo. Não tenho mais duvidas. Os processos são mesmo bons. Entretanto, eu não quero ser mais feliz do que sou. Estou contente com a sorte que Deus me deu.

— Ah! Está contente? Espere aí...

Se a gente espera, se a gente não trata logo de meter alguns quilometros entre o extremista e a gente, o punhal entra em cena.

Porque o punhal é um argumento formidavel contra aqueles que não desejam a felicidade prometida pelos extremistas, a felicidade que eles andam por aí a oferecer e a impor a todos nós.

Afinal, talvez os extremismos estejam com a razão.

O sujeito que morre apunhalado talvez seja mesmo feliz. Terá, pelo menos, a felicidade de não ver mais extremistas na vida.

## ANEXO T - Gazeta Paraopeba de 1948

**Aqui entre nós...**

GILBERTO DE ALENCAR

Os nossos jornais, de um modo geral, são de uma incoerência que seria devêras espantosa, se nesta nossa querida terra, onde tudo acontece, ainda houvesse, porventura, motivos para espanto...

Esses jornais, na sua maioria, comemoraram com vastos elogios e com uma retórica bombástica a data de 5 de Julho, que lembra as quarteladas de 1922 e 1924. Tais quarteladas de pequeno vulto deram causa à quartelada maior em 1930 ou a possibilitaram. E esta quartelada desastrosa de 1930 foi que atirou o país ao fundo da tremenda crise econômico-financeira em que ele se debate, por culpa exclusiva do cínico e egoísta gosador que tomou o poder à força em novembro daquele ano para só o deixar, também à força, no final de 1945. Quinze anos de governo, de desmandos, de desonestidades, de assaltos ao Tesouro, com a inflação coroadando tudo e desgraçando um povo bom, ordeiro e pacífico, que agora paga um crime que não praticou.

Os jornais sabem disso. Tanto sabem que vivem, todos os dias, clamando contra a carestia, contra as dificuldades de vida, contra o caos reinante no Brasil, coisas que vieram, todas elas, da grande burrice de 1930, gerada pelas burrices menores de 1922 e 1924.

Como é, então, que festejam o 5 de Julho, ao invés de apontá-lo como uma data sinistra para o Brasil?

A incoerência é enorme e flagrante.

Festejar a façanha dos «18 do Forte» e outras desordens semelhantes é festejar o início das grandes desventuras que nos assoberbam.

Ninguém pôde negar, de boa fé, que os brasileiros viviam muito bem com estado de coisas vigentes no decênio 1920 — 1930.

E quem derrubou esse estado de coisas para implantar aquele que aí está não praticou heroísmo algum, porque apenas praticou um erro e um crime.

Ou isso, ou já não há mais lógica neste mundo...

## ANEXO U1 - Diário Mercantil de 27/1/59

**PRETO & BRANCO**

**NÚMERO ALARMANTE**

Quando, ha tempos, se instituiu no país o ensino para os adultos analfabetos, extornei a opinião de que mais valia abrir escolas em número suficiente para as crianças do que gastar dinheiro com a alfabetização de homens e mulheres em idade madura. Opinião de leigo. O padrão desvallo. Mas opinião ditada, em todo o caso, pelo bom senso...

Os fatos, agora, já estão confirmando o bom fundamento d'esse modo de vêr.

Estatísticas oficiais informam que existem atualmente no Brasil nada menos de sete milhões de crianças sem escolas.

Daqui a pouco serão sete milhões de adultos analfabetos...

Vêse claramente que, por êsse processo nunca mais daremos cabo do analfabetismo em nossa terra.

Todos os recursos e todos os esforços devem ser empregados, preferencialmente, em proporcionar o ensino primário às crianças em idade escolar por todo o território nacional. Só assim é que o analfabetismo desaparecerá de uma vez por tôdas. Só assim é que, dentro de algum tempo, não haverá mais homens nem mulheres sem as primeiras letras.

Cuidar dos adultos, deixando as crianças sem ensino, é perpetuar o problema. E' um nunca acabar...

Se uma torneira aberta inunda os cômodos de uma casa, o remédio não é tirar a água aos baldes, deixando aberta a torneira. O remédio é fechar a torneira, para que cesse a inundação.

A coisa é de uma evidência solar.

Se não temos recursos para cuidar a um tempo das crianças e dos adultos, é claro que só devemos cuidar das crianças. Sete milhões delas estão sem escolas. E' um número alarmante...

**GILBERTO DE ALENCAR**

## ANEXO U2 - Diário Mercantil de 1/8/41

**PRETO & BRANCO**

As traduções — as infames traduções de livros franceses e ingleses que abarrotam ultimamente as livrarias do país — continuam na ordem do dia, provocando comentários acerbos daqueles que ainda se preocupam de algum modo com a cultura nacional.

Ainda ante-ontem escreveu a respeito delas o sr. Costa Régua, que o fez com o seu habitual brilhantismo.

O ilustre jornalista, como tantos outros, entende que as famosas traduções, entregues no geral à incompetência e à ausência de verdadeiras remissões das letras, constituem, em regra, odiosos atentados não só contra a nossa língua, como também contra o texto "traduzido" com tamanha desenvoltura.

É obvio que os indivíduos de nível intelectual mais ou menos elevado preferem sempre, a qualquer tradução, mesmo excelente, abordar os textos originaes. Esta classe reduzida de leitores não está, portanto, sendo prejudicada.

Mas há a grande massa de leitores comuns, que aumenta dia a dia e cujo possível bom gosto vai sendo embotado e estragado por essas más leituras que os editores inescrupulosos, por espiritos de pura ganancia, nos oferecem com tanta fartura. É esta massa que é preciso defender. Evidentemente, qualquer ação oficial é inadequada em assuntos de semelhante natureza. Todavia, assim como se tornou obrigatória por decreto uma reforma ortográfica, também se poderia, com muito mais razão, proibir o uso, e sobretudo o abuso, das más traduções.

Os culpados, repita-se, são os editores, senão na sua totalidade, pelo menos na sua grande maioria.

Não faltam bons tradutores. A questão é chamá-los e dar-lhes remuneração condigna.

O país está comemorando o centenário de Salvador de Mendonça.

Pois Salvador de Mendonça, homem de letras de verdade, deixou-nos magnificas traduções, notadamente de Th. Gautier.

É que, antigamente, os editores buscavam a colaboração dos maiores das letras ou dos que entendiam do assunto.

Hoje, porém, para aumentarem o lucro, não lhes repugna o entregar a verdadeiras remissões a trabalho delizado das traduções.

Pouco lhes importa que a cultura e o bom gosto sofram com semelhante modo de proceder.

O caso merece, sem dúvida, a atenção de nossas autoridades culturais, se assim me posso exprimir.

GILBERTO DE ALENCAR



## ANEXO U3 - Diário Mercantil de 2/7/41

## PRETO & BRANCO

Os poetas ou os supostos poetas passaram um mau quarto de hora com o mais recente folhetim de crítica literária do sr. Alvaro Lins.

O roda-pé deste último sábado só se ocupou de poemas há pouco aparecidos em volume — e para desancá-los.

Para desancá-los, diga-se logo, com toda a justiça e com muita oportunidade, uma vez que no meio de tantas brochuras e "plaquette" não se encontra sequer a revelação de um único verdadeiro poeta, não se encontra mesmo a presença de um rimador sofrível.

São os eternos sonetos desenxabidos, sem uma chispa, sem um estremecimento, sem uma vibração, tratando melosamente os mesmos temas monotonos de amor ou de filosofia barata. São as eternas quadrinhas insignificantes, que jamais conseguem ficar na memória de ninguém. São, por último, as composições falcamente excêntricas que o futurismo nos trouxe, buscando no escândalo uma originalidade impossível.

Enfim, uma produção "poética" perfeitamente lamentável.

O sr. Alvaro Lins, em nome da nossa cultura, praticou trabalho benemérito, mostrando a inutilidade de tantos volumes ridículos.

O que não se pode garantir é que dê bons resultados essa tarefa de desancar certos poetas.

Tudo leva a acreditar que eles persistirão, que eles sobreviverão. Esses plumitivos têm folego de sete gatos.

Basta abrir, ao acaso, os suplementos dominicais da nossa grande imprensa, dedicados à literatura, para ver como é grande o número desses rimadores sem inspiração, sem graça e sem gramática.

As causas de semelhante tirírica literária são muitas.

A causa principal talvez esteja na facilidade com que os jornais, mesmo os de maior responsabilidade, acolhem os "poemas" dessa multidão de pesalmos rimadores.

Além disso, há o futebol, a decadência do ensino, o esquecimento dos bons autores, o abandono dos clássicos...

Quem sabe se a nova ortografia não irá agora melhorar tudo isto, dando inspiração e gramática aos cantores canhestros?

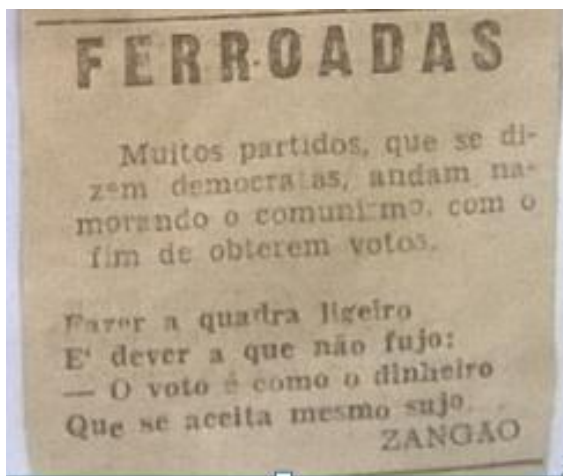
Não custa nada esperar.

GILBERTO DE ALENCAR

## ANEXO V1 - Diário Mercantil de 16/4/58



## ANEXO V2 Diário Mercantil de 25/4/58



## ANEXO V3 - Diário Mercantil de 17/5/58



## ANEXO X - O Pharol de 25/7/17

## Quem dá o que tem...

A causa principal das greves operarias que vão estalando em varios pontos do paiz vem a ser, com a insufficiencia dos salarios, a carestia extraordinaria a que attingiam todos ou quasi todos os generos alimenticios. O operariado ganha hoje talvez o mesmo que ha tres ou quatro annos. Mas não compra hoje, com o que ganha, nem sequer a metade do que então comprava. Dahi, naturalmente, o seu desespero, o seu appello á greve, que, de resto, dada a sua falta lastimavel de organização, de nada ou de muito pouco lhe ha de valer.

E, se a causa principal é essa, se é a carestia dos generos a provocadora das paredes de São Paulo, do Rio e do Paraná, a responsabilidade desses movimentos cabe inteira ao governo, cuja imprevidencia, no caso, não pode encontrar desculpa séria.

Antes da guerra, o Brazil, além do café, nada mais exportava, por assim dizer. Era café, café e mais café. Veiu a guerra e o Brazil, porque a Europa interrompera o cultivo de seus campos e a criação de seus rebanhos, começou a exportar cereaes e carnes em quantidade es-pantosa.

Isso, para muitos, se afigurava um alto negocio, um negocião. Iamos ser, afinal, um grande fornecedor da Europa, iamos ficar pô-tres de ricos, iamos nadar em ouro—iamos ser, numa palavra, o celfeiro do Velho Mundo...

Realmente, assim seria, se, iniciando essas grandes exportações, tratássemos, ao mesmo tempo, de augmentar a produção.

Disso, porém, é que ninguém cogitou.

O tempo era pouco para se re-gosijarem todos com o advento da immensa vantagem representada pela canalização, para o exterior, dos cereaes e das carnes. Quando qualquer jornal, mais avisado, lembrava ao governo a necessidade de prohibir ou então limitar certas ex-portações, não lhe davam atten-ção ou lhe redarguiam que era preclao, enfim, agarrar a occasião, aproveitar os mercados que se abriam.

Ou agora ou nunca! Ou passare-mos neste instante a ser grandes exportadores ou jamais teremos esse papel!

Era dessa fórmula, com essas e identicas exclamações, que se pro-curava responder ao conselho pru-dente de quantos não se alegravam com as vastas ex-portações sem a garantia de uma produção corres-pondente.

O governo ficou quieto.

Não prohibiu a sahida dos gene-tos nem mesmo a restringiu.

Parece que havia, como sempre, uma desmesurada confiança na as-tombrosa fertilidade do solo brazy-leiro, este abençoado e nunca assás louvado solo, que, por certo, espon-taneamente, começaria a produzir muito mais, visto como já se fa-ziam ex-portações...

Em consequencia, appareceu a alta imediata do preço de todos os generos, a qual cada vez mais se accentua. Quasi toda a produ-ção, que bem pouco excedia ao consumo interno, vai para a Euro-pa ou é aqui açambarcada por di-

versas empresas fornecedoras dos governos dos paizes agora em luta.

Ora, as classes proletarias, que já eram de perto fustigadas pela miséria, passaram, com essa alta de preço a que não correspondeu uma alta equivalente de salarios, a sentir fome, essa fome negra que hoje as atira ao precario recurso das greves mal feitas, mal organizadas, incapazes de lhes melhorar as condi-ções de vida.

Ha quem diga que o perigo vai ser afastado, porque os lavradores se entregarão daqui por deante a grandes plantações, devendo haver, dentro em pouco, fartas colheitas, que tudo remediarão.

Talvez se dê isso de facto.

Mas, até lá, o proletariado con-tinuará a lutar com a terrivel ca-restia dos generos, que actualmen-te o martyriza.

Esse tão triste resultado não po-de, allás, causar nenhum espanto: quem dá o que tem... a pedir vem!

*Gilberto de Alencar*



## ANEXO W1 - O Pharol de 2/1/26

**SÃO GOSTOS...**

Continúa, através dos jornaes, a indignação nacional contra o café que ora se leva a effeito nos Estados Unidos, contra o café brasileiro.

E' muito problematico que possamos ganhar alguma coisa com essa indignação inteiramente platónica.

Não ganharemos, por isso que o caso não é para indignação, mas tão sómente para reflexão. Em ultima analyse, é perfeitamente natural que os consumidores norte-americanos estejam em luta com os productores brasileiros. Qual é o consumidor que deixa de reclamar contra o productor, principalmente quando este exerce um monopolio e procura sempre vender a sua mercadoria o mais caro possivel?

Em lugar de se indignar, o que o Brasil deveria fazer, desde logo, era mudar de rumo. Era, por exemplo, convencer-se do perigo real da monocultura. A campanha contra o café só nos é prejudicial, porque o nosso «forte» é o café apenas. Mas, se fossemos tambem grandes productores de cereaes, outro gallo cantaria.

Disso, porém, parece que é difficilissimo convencer-nos.

Nem mesmo o facto de já não sermos os unicos productores de café, nem mesmo o facto de já haver paizes que concorrem connosco cada vez mais — nem mesmo isso nos abre os olhos...

A America do Norte age contra o monopolio do café?

Indignemo-nos! Botemos a bocca no mundo! Façamos baralho!

E é assim que nos defendemos.

Entretanto, como amor com amor se paga, bem poderíamos enveredar por outro caminho, pagando aos americanos na mesma moeda.

Ha annos que a America do Norte domina o Brasil pelo cinema. O cinema americano não se contenta em levar o nosso ouro. Leva o nosso ouro e, ainda por cima, muda á vontade a mentalidade brasileira, introduzindo aqui os usos, os costumes, a indole, a educação dos Estados Unidos. E isso diariamente. E isso por todo o paiz, litoral e sertão — de tal fórma que o Brasil de hoje, americanizado, já não é positivamente o Brasil de ha quinze annos.

Contra isso não reagimos.

E nem ha a desculpa de serem os americanos os unicos fazedores de «films».

Ha quem os faça com mais arte e, sobretudo, mais em harmonia com a nossa indole.

Porque não procuramos levantar barreiras á influencia, decerto pernicioso, do film americano?

Ha de ser porque preferimos gritar platonicamente a nossa indignação contra a guerra ao café. São gostos.

**Gilberto de Alencar**



## ANEXO W2 - Diário Mercantil de 18/7/41

## PRETO &amp; BRANCO

Em artigo muito interessante, publicado ante-onhem no grande jornal carioca em que colabora, Antonio Leão Veloso, a proposito da cultura francesa e de sua larga e quasi exclusiva influencia no Brasil, compara melancolicamente as livrarias de ontem e as livrarias de hoje no Rio de Janeiro.

Quem as viu e quem as vê!

Antonio Leão Veloso fala na Briguet e na Garnier, verdadeiros templos em que se reverenceava o livro, o livro que era então a verdadeira literatura e a verdadeira ciencia.

Lembra Rui Barbosa e Capistrano de Abreu, visitando todos os dias, a horas certas e sabidas, esses templos da cultura e da intelligencia, que honravam a Rio e o Brasil.

E hoje ?

Hoje tudo isso desapareceu.

Não há mais livrarias.

Há, tão somente, inomináveis feiras de livros, onde se amontoa volumes indesejáveis que vão rapidamente corrompendo o gosto público e dando cabo das leituras sérias e realmente proveitosas.

As livrarias de outrora, como afirma Antonio Leão Veloso, eram dirigidas por homens que conheciam e respeitavam o livro, como conheciam e respeitavam a profissão que exerciam.

As feiras atuais são dirigidas por comerciantes que apenas desejam ganhar o mais possível sem as traducções ignobis que tiram de vender a mancheias e a alto preço.

Traducções, como odi x o articulista, baratas no teor e caras no preço, feitas às pressas, tumultuariamente, por individuos sem competencia e portanto sem gosto literario.

Ai está a falta que a França nos faz.

A fonte pura, de que bebiamos, estancou.

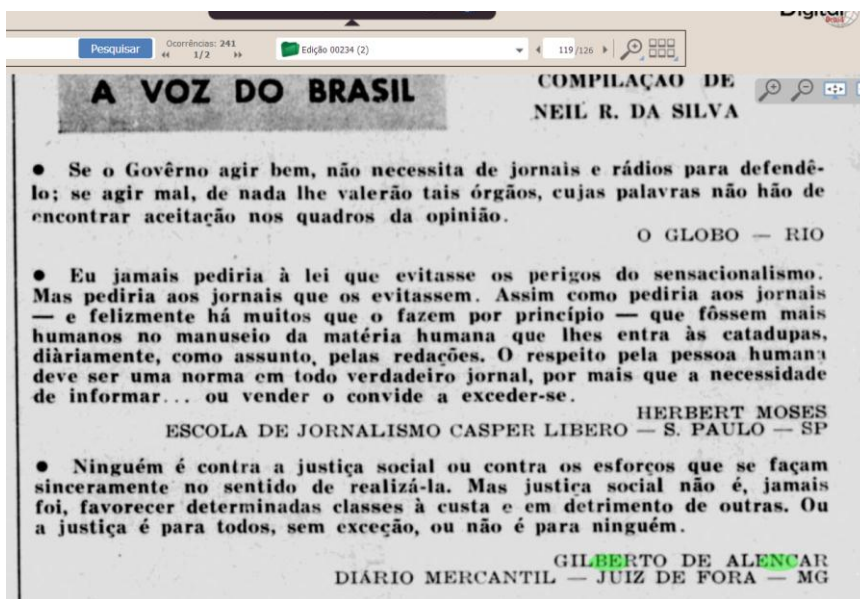
E por isso, e não por outra qualquer causa, é por isso que as feiras andam por ai a substituir as livrarias, com tão grave prejuizo de bom gosto e da cultura.

Ajunte-se a isso a influencia de Hollywood, que ninguem tenta a serio de contrabalançar e de neutralizar de qualquer maneira, e ter-se-á uma triste amostra de que poderão vir a ser as novas gerações assim espiritualmente alimentadas.

Valha-nos a esperanga ou, se não, valha-nos a certeza de que tudo isso é passageiro. A talismã será varrida. O sol de Paris voltará a brilhar de novo em pouco, iluminando e aquecendo os espiritos, porque tal sempre foi e há de ser o seu alto e belo destino.

GILBERTO DE ALENCAR

## ANEXO W3 - Revista Alterosa de 15/5/56



## ANEXO Y - O Pharol de 3/8/17

## Ainda a causa operaria

Os jornaes andam agora a repisar, em artigos longos e pesados ou em entrelinhados mais ou menos leves e esfusiantes, a necessidade de uma solução efficaz para o que elles todos denominam a "questão operaria". Abra-se ao acaso qualquer um delles e ver-se-á longamente commentado o caso do operariado no Brazil. As greves de São Paulo, do Rio e de algumas cidades do Sul são ainda o assumpto forçado do dia e suggerem a quantos dispõem de uma columna de jornal os mais variados alvites.

O observador menos perspicaz ou um pouco mais distrahido julgará, á vista de tantos artigos e de tanto barulho, que a imprensa se acha aqui por completo identificada com a causa dos trabalhadores e disposta a batalhar por ella até o advento de seu triumpho.

E, no entanto, assim não é

Pode-se mesmo dizer que é a imprensa que está retardando o advento desse triumpho, levantando lhe obstaculos quasi intransponiveis.

Realmente, sempre que estala uma greve, sempre que o operariado, cansado de soffrer, ergue a voz para reclamar um pouco menos de exploração, que é que fazem os jornaes em geral?

Como, no fim de contas, os operarios têm constantemente a seu lado a sympathia publica, a imprensa, com o olho na venda avulsa, não se atreve a dizer que essa causa é má. Não. A causa não é má. E' boa, é nobre, é digna, é alevantada. Os operarios são uns heróes, são mesmo «uma grande

força propulsora do progresso do paiz». São isso tudo, mas é preciso que não façam muitas reclamações, que soffram resignadamente todas as explorações, que esperem a boa vontade dos governantes e dos legisladores . . . Se perderem a paciencia, se as greves se tornarem um tanto mais sérias, é porque entre elles, entre os operarios está agindo funestamente o «fermento anarchista», o demonio do «socialismo», que não podemos de todo tolerar no Brazil e que os governos têm o dever de esmagar na praça publica, a sabre, a carabina, a patas de cavallo. . .

E' o que se dá invariavelmente.

A imprensa acha que o operariado tem razão, mas expende tal opinião sómente para não ver diminuida a venda avulsa. Tem razão, tem muita razão, tem toda razão; não pode, porém, de modo algum, achar que já é tempo em fim de obter as regalias de que precisa e a que tem direito. Se o fizer, é que os «anarchistas» estão no meio . . . e é necessario, nesse caso, amparar o capital, ser «conservador», defender a sociedade ameaçada!

Em taes condições, torna-se impossivel negal-o: a imprensa é contra os trabalhadores. E' contra elles e os insulta, atirando-lhes a pecha de desordeiros e de «anarchistas» desorientados.

Comprehende-se que grande parte della está, para isso, estipendiada. Outra parte talvez seja sincera e julgue que é sua missão defender a estabilidade social, ameaçada a seu ver por isso que é por

ahi tomado como sendo um pernicioso movimento demagogico.

Esse poucos jornaes que agem sinceramente, longe de defender ou amparar o capital, deixam-no a descoberto. As regalias que os operarios desejam não de vir, têm forçosamente que vir mais tarde ou mais cedo. E é melhor que venham pacificamente, como o acontecerá se toda a imprensa se puzer ao lado dos reclamantes e exigir do legislador as medidas justas por que se batem aos trabalhadores.

Faça isso a imprensa e terá servido nobremente ao paiz, acautelando os interesses de todos.

O que ella está fazendo, porém, é obra de impatriotismo.

Achar que os operarios têm razão, que a sua causa é nobre, que o que pedem é justo, e não exigir dos governos que satisfaçam aos seus pedidos — é ser contra os operarios, é contribuir para a continuação de seu martyrio.

Ninguem quer a victoria da demagogia nem do «anarchismo». O que se quer é a victoria de triviaes principios de humanidade. E essa virá no dia em que os jornaes o quizerem.

**Gilberto de Alencar**



## ANEXO Z1 - O Pharol de 13/6/12

**GERENTE**  
**Luiz de Oliveira**

Seu massas agentes commerciaes:  
No Rio de Janeiro, os srs. João Braga de Araujo e Pedro Dias Tostes para os quasi proximos a protecção das nossas amigas.  
Em Ouro Preto, Bello Horizonte e em toda a linha do centro, o sr. Antonio Lopes de Vasconcellos, com quem se podeão tratar todos os negocios desta oha.

Além dos agentes acima mencionados, é nosso representante geral o sr. João Ignez Coutinho Junior, para quem solicitamos a protecção do publico.

**PREMIOS DO PHAROL**  
Resultado do mez corrente:

Dia 1 . . . . .	3.851
2 . . . . .	6.191
3 . . . . .	5.382
4 . . . . .	1.559
5 . . . . .	3.477
6 . . . . .	8.992
7 . . . . .	7.077
8 . . . . .	3.692

**CHRONICA SEMANAL**

A classe operaria desta cidade empenha-se actualmente pela diminuição das horas de trabalho. Empenha-se de modo pacifico, assumindo uma attitudem calma e prudente, que ainda mais sympathica e merecedora de apoio torna a sua causa. O meio violento ou mesmo o simples abandono do serviço não está sendo posto em pratica. A redução do tempo a passar na officina ou na fabrica, querem os operarios daqui obtê-la não pela força, mas pela expozição de seus direitos e de suas necessidades—expozição esmagadoramente convenciona.

Consideram os patrões e os proprietarios o que agora tão mansamente lhes pedem aquelles que são os maiores colaboradores de sua fortuna e de seu bem estar?

Bater o pé, negar, fugir á concessão tão justa—seria, além de uma prova de irreprimavel ganancia, uma exploração clamorosa, uma clamorosa de humanidade.

El que ninguém presta attenção a certas coisas, é que todos nós, atolados em nosso egoismo criminoso, não volvemos nunca o olhar para baixo, para os que em plano inferior se agitam na grande luta do pão para a boca; mas ha dramas dolorosos e pungentes, verdadeiras odysseas, no interior sombrio das fabricas de por ahí, cujas grossas

que os patrões se conservem surdos e impassiveis deante dos pedidos que agora lhes são endereçados.

Se a classe não é possível reclamar por meio de um demorado afastamento do trabalho, não lhe faltariam, se ella os quizesse empregar, recursos violentos, de effeito rapido: ataque á mão armada ás officinas e ás fabricas, com a sua consequente destruição, tal como acontece em varios paizes, aliás com legislações que protegem intelligentemente o homem do trabalho...

Imaginem algumas centenas de operarios, indignados e exasperados por longas privações e por longas misérias, a exigir, com a dynamite na mão, um salario maior, com a redução das horas de serviço. Quem resistiria á sua colera, ao seu furor em explosão imprudentemente provocada?

Concordo em como seria difficil a realização de um tal movimento. Difficil, mas não impossivel.

Entretanto, os operarios permanecem todos em attitudem ordeira e pacifica, tudo querendo obter mansamente, sem agitações, sem attentatos, sem reuniões subversivas, sem hostilidade de especie alguma.

Mais uma razão para que sejam quanto antes attendidos. Seu direito é insophismavel e se elle não tem, em nosso paiz, uma garantia na lei, não se segue dahi que deva ser postergado ou espesinhado.

Os patrões precisam de attender. Se os não commove a sorte durdos homens que se matam lentamente no labor mal recompensado de suas industrias, é de suppôr ao menos que sintam alguma piedade por essas meninas pallidas e magras que dia e noite se martyrizam em suas fabricas para fugirem á fome ou á prostituição.

Dar-lhes algumas horas de descanso, augmentar-lhes o ganho, não é apenas minorar-lhes o soffrimento, suavizar-lhes a triste existencia: é tambem concorrer para a prosperidade do paiz, livrando-o amanhã ou depois da carga pesadissima de successivas gerações de inuteis e de doentes—desgraçadas gerações que o industrialismo de hoje anda impudentemente a preparar.

Não desanime a classe operaria. Continue a empenhar-se pacificamente pela obtenção de um salario melhor e da redução das horas de trabalho: tendo por si, como tem, as sympathias geraes, é bem possível que seus direitos sejam respeitadas e feitas as concessões por que se

fabricas de porcelã, cujas grossas paredes nos occultam scenas de arrepiar, cujas tubias de machinas e motores nos abafam o som de muito gemido que ninguem ouve e de que ninguem chega a suspeitar.

Essa multidão de creanças, esse bando enorme de meninas e meninos que vivem dia e noite debruçados sobre os teares, respirando um ar viciado, pisando a humidade do cimento e da pedra, longe do sol e longe da luz, roubados pelas janellas cerradas como as de uma prisão, esses infelizes, que não têm tempo para comer, que não têm tempo para descansar, devem merecer a piedade dos patrões, já que os abandonam a leviandade do legislador ou a futil que nós outros tão caro pagamos.

Ea já não me refiro ao operario adulto, cujo organismo ainda pode resistir a longas horas de trabalho. Sua sorte tambem commove, mas a das creanças, e das meninas e moçinhas, sobretudo, commove mais, fere mais fundo os corações generosos.

Só quem jamais assistiu a uma sahida das fabricas, á hora curta e fugaz das paucas refeições; só aquelle que nunca viu esses rostos pallidos e magros, esses corpos prematuramente vergados, esses seios sumidos, essas negras olheiras nas orbitas fundas; só aquelle que nunca viu o bando esqualido e quasi funebre poderá permanecer indifferente ao martyrio diario dos pobresinhos, que a industria de hoje vai aos poucos inutilizando e matando.

E' preciso que os patrões attendam.

A attitude pacifica dos operarios, que, pedendo reclamar e exigir, apenas pedem e supplicam, deve, não digo enternecer-os, mas humanizal-os.

E' verdade que essa multidão de homens do trabalho não se vê ainda infelizmente aparelhada para as greves como ellas se fazem na Europa.

Vivendo do salario miseravel, do salario irrisorio, elles, sem outros recursos, não teriam como resistir á fome durante alguns mezes ou mesmo durante algumas semanas de afastamento da officina ou da fabrica.

Como poderão os operarios desta cidade organizar uma greve, se não possuem ainda uma caixa mutua que os sustente durante o tempo da mesma e se, por outro lado, os patrões, acastellados dentro de suas fortunas, têm meios de esperar, so-

e feitas as concessões por que se bata.

E já agora não termino estas linhas sem lembrar aos operarios de Juiz de Fora a necessidade que têm elles de fundar uma caixa de soccorros mutuos.

Tivessem hoje tal instituição e talvez lhes fosse possivel impôr ao euzes de implorar...

Que cada um tire uma parcella insignificante de seu ordenado para a formação desse fundo de reserva, com o qual, de futuro, poderão todos, durante longo tempo, deixar vasias, fechadas e mudas muitas officinas e muitas fabricas, obrigando os patrões a ceder-lhes aquillo a que fazem jus: menos trabalho e mais recompensa.

E' assim que fazem na Europa os mineiros, os tecelões, os pedreiros, todos os homens do trabalho, emfim. Que custa aos daqui seguir tão bello exemplo?

*Gilberto de Alencar*

## O que dizem e

### OS NOSS

## A BANCADA MINEI

### Sessão do dia

Compareceram:

Carlos Peixoto  
Sabino Barroso  
Augusto de Lima  
Sebastião Mascarenhas  
Francisco Veiga  
Silveira Brum  
Ribeiro Junqueira  
Antonio Carlos  
Baptista de Mello  
Aureo Botelho  
Francisco Bressane  
Jayme Gomes  
José Bento Nogueira  
Irineu Machado  
Manoel Fulgencio  
Camillo Prates.

Ao todo, dezesseis.

fortunas, têm meios de esperar, socegadamente, que os estomagos vasios obriguem os grevistas a voltar ao trabalho, muitas vezes aceitando novas e odiosas imposições?

Mas esta impossibilidade em que se encontram os nossos operarios, impossibilidade da organização de uma greve que lhes dê resultado favoravel, não deve concorrer para



## ANEXO Z2 - O Pharol de 22/8/12

testamos em nome de todos os sentimentos de humanidade contra essas chacinas que abastarda os caracteres e rebaixa aos proprios soldados fratricidas!

Sim! Protestamos, appellando, confiantes nas medidas que certamente dará o sr. Bueno Brandão, digno presidente do Estado, apurando responsabilidades, com a abertura de rigoroso inquerito sobre os acontecimentos de hontem.

Basta de sangue! Basta de iniquidades!

**JUSTIÇA!**

## CHRONICA SEMANAL

A agitação operaria a que estamos assistindo e que tem feito a cidade vibrar, arrancando-a da pacatez habitual, é extremamente benéfica em seus resultados.

Pouco importa que o industrialismo, acastellado dentro de seu capital, tenha batido o pé, cerrando os ouvidos ao clamor da turba; pouco importa que os patrões hajam negado as concessões pedidas; pouco importa, enfim, que esses milhares de homens do trabalho nada tenham conseguido nesse seu primeiro movimento de energia e revolta; o impulso inicial está dado e, mais tarde ou mais cedo, a victoria caberá a essa immensa multidão de trabalhadores, cujo protesto agora se espresou, cuja reclamação agora se ridiculariza, cujo enorme brado de angustia e desespero agora é desatendido como pernicioso e impatriótico.

Vem de longa data o soffrimento do operariado, vem de longa data o seu martyrio de todos os dias; mas agora que, num rapido momento, no curto espaço de algumas horas, encontrou elle um termo á infelicidade que o rodeia inexoravelmente.

Não deve, pois, a classe operaria desanimar com o que hoje lhe

É o conselho á inercia, á resignação degradante.

E os protectores, terminado o meeting, apascentados a requição, saíram para vir dizer na roda dos amigos que o operario brasileiro é uma besta, que elle não deve fazer greves porque no Brasil não ha miséria, não ha fome e o trabalhador chega mesmo a comer carne de tres em tres dias! E vão depois para o jornal e aculam a policia sobre a multidão dos reclamantes. A vida industrial da cidade não pode ser interrompida e cumpre aos batalhões sair a rua, com rufos de tambores e com toques de clarim, para esmagar a revolta, fazer cessar a greve. E a policia vem, dispersa os grupos, bate, espanca, fere e mata.

Ao outro dia está terminada a movimentação. O operario volta ao trabalho e continúa a ser explorado com mais furia. E porque? Porque confiou ingenuamente nos defensores que lhe disseram muita coisa bonita, lhe falaram muito em "alavanca do progresso", em "nervos de aço", em "obreiros da civilização"; lhe aconselharam prudencia e calma e depois de novo o entregaram ao inferno das fabricas, ao horror das officinas...

Fuja o operario de semelhantes protectores e procure por si mesmo, sem taes intervenções, seu bem estar relativo.

O trabalhador brasileiro tem muito que conquistar. O europeu, apesar de tudo, possui mais regalias que elle. Na Europa a creança não trabalha—e os maiores de quatorze ou de quinze annos só podem ir á officina e á fabrica depois de haverem passado pela escola: a instrução primeiro, o trabalho depois. Na Europa ha quem peça leis protectoras do homem das fabricas. A hygiene vela por elle, a assistência publica o soccorre. A policia pode contello nas suas demasias, mas nunca o espanca quando elle faz as suas reuniões pacificas. Dão-se garantias ao industrialismo, mas não se deixa o operariado ao abandono. A imprensa não lhe aconselha violencia, mas tambem não o procura desfibrar, aconselhando-lhe a inercia.



Continuação da página anterior

Não deve, pois, a classe operaria desanimar com o que hoje lhe parece uma derrota e que não é senão um primeiro ensaio de sua força, que se arregimenta, que se disciplina para a grande luta a travar. Quanto esta força estiver intelligentemente disciplinada e superiormente orientada, os papéis não de trocarem-se, e o trabalhador, que agora é espezinhado, amanhã poderá espesinhar.

E é por isto que a actual agitação operaria é benéfica em seus resultados: ella está educando, ella está mostrando ao operario os recursos com que elle conta para fazer face, no futuro, áquelles que hoje lhe não querem ouvir as queixas e os lamentos. Ella está despertando no homem o trabalho consciencia de seu valor, de seu formidavel poder. E que grande somma de beneficios não se encerra n'hi, nesse despertar da puitidão dos explorados e ludibriados!

Fracassou o movimento? Não importa. Apesar de tudo, a reivindicação começou e ninguem haverá capaz de impedir a sua marcha. Não é hoje, será amanhã, será depois, será um dia — e nunca é tarde para a conquista que agora se deseja e que tem de ser feita em nosso paiz como tem sido feita em outros.

Preciso se torna, entretanto, que o operariado, fortemente vinculado pela solidariedade e pela união, não se deixe guiar pelos falsos protectores de momento, não dê ouvidos á voz persuasiva dos que lhe aconselham calma, paciencia, resignação, para, por esta fórma, melhor exploral-o e rir, depois, de sua doce submissão.

Que os trabalhadores, ao estalar a greve, se dirijam por si, sejam de acôrdo com sua exclusiva vontade e repillam os offercimentos interesseiros de quem nunca foi seu amigo, le quem apenas o quer ver explorado e escarnecido.

E' curioso o que entre nós acontece quando o operario se insurg contra a exploração de que é victima e exige que o tratem com um pouco mais de humanidade. Os protectores, os defensores apparecem

com nao o procura destibrar, aconselhando-lhe a inercia.

E aqui? Aqui, se os industriaes têm a protecção dos governos e os seus favores, o operario nada tem, não tem instrucção, não tem hygiene, não tem garantias.

Entretanto, na Europa a miseria é uma coisa fatal porque lá não existem os recursos que temos aqui, não existe a riqueza que nos favorece...

Urge, assim, que o operario brasileiro faça as suas conquistas. Que elle as realize por si mesmo, com suas proprias forças. Organize as greves, funde sociedades beneficentes, funde caixas de socorro para quando tiver de abandonar o trabalho. E seja unido, e seja forte, e seja energico. Não pratique violencias, mas não se deixe espancar. Se o industrial tem o direito de pedir á policia que lhe guardé a fabrica, o trabalhador tem o direito de repellir de qualquer modo a brutalidade da soldadesca que o quer estupidamente maltratar.

Não é o capital sosinho que promove o nosso progresso, o bem estar social. Elle nada valeria sem o concurso do braço operario. E como, então, a sociedade, pela penna pouco generosa de certos jornalistas, apenas vem pedir garantias para o capital, abandonado á sua sorte a multidão dos trabalhadores? Não! Que a nos a penna não mostre tamanho respeito pelo ouro! Que ella se curve, de preferencia, diante do trabalho!

E' benéfica a agitação operaria da semana. E' certo que nada conseguiram ainda os operarios de Juiz de Fora. Mas, despertando da inercia em que jaziam, deram o primeiro passo para a reivindicação á que fazem jus.

Agora é continuar, dentro da lei e da moral.

Caber-lhes á a victoria final; desde que tenham união, solidariedade e bom senso.

Ha, na cidade, cinco mil operarios. Fundando uma caixa beneficente para á qual cada um, mensalmente, concorra com um mil réis, terão cinco contos ao fim de um mez, sessenta ao fim de um anno, perto de mil dentro de dez annos, contando

Continuação da página anterior

ponco mais de humanidade. Os protectores, os defensores apparecem logo na imprensa, na tribuna, nos comícios, nas reuniões. E prégam, e discursam, e arengam: "Operario, vem cá, tu tens razão. Tu és o grande factor de nosso progresso, tu trabalhas obscuramente, mas valentemente, pela riqueza e prosperidade da patria. Tua missão é nobre e elevada. Embora coberto de andrajos, embora com o estomago vazio, embora vivendo em casebres, tu contribues enormemente para a civilização e desenvolvimento do país. Tu tens razão, mas ouve cá: é preciso calma, é preciso paciencia. Nada de violencia, nada de conflicto. Pede e espera. Se fores attendido, bem. Se não o fores—resignat-te. O que não podes é offender ao capital, o que não podes prejudicar ao industrialismo. Tu tens razão. Olha, porém, a policia e vê como procede. Vae para tua casa e confia em teus amigos. Eles t'hy ser attendido.

... mil dentro de dez annos, contando os juros. Com mil contos de réis em caixa, estes cinco mil operarios saberão e poderão exigir e obter aquillo que agora lhes foi redondamente negado—porque foi pedido com humildade por quem sentia a mulher e os filhos com fome, dentro do casebre miseravel...

União, bom senso, providencia—eis o que o operariado de Juiz de Fora precisa para, dentro de pouco tempo, conseguir, sem o auxilio dos governos e sem a protecção de quem quer que seja, uma vida melhor—diz menos tristes e dolorosos do que os que alle agora dolorosamente atravessa.

*Gilberto de Alencar*

## NOVIDADE

Effectos postais com vista em dinheiro

VENDEM-SE A RUA HALFELD N. 155

Becker, Winter & Comp.

799

26-3



## ANEXO Z3 - Diário Mercantil de 30/1/41

**PRETO & BRANCO**

Parece que se vae tratar agora da regulamentação do trabalho rural.

E' isso, pelo menos, o que noticiam os jornaes.

A medida estava demorando muito, e tal demora causava surpresa legitima, pois não se comprehendia, nem se justificava, que os trabalhadores da industria e do commercio fossem favorecidos por uma legislação social adeantada, e os trabalhadores da lavoura ficassem no esquecimento. Era uma coisa que chocava e despertava comentarios desfavoraveis.

E com absoluta razão.

Afinal de contas, o operario rural — e isto sem querer diminuir o valor e o merecimento de quaesquer outros trabalhadores — é o que mais soffre pela collectividade, o que luta com maiores difficuldades, aquelle cujo labor é mais aspero, mais rude, mais acabrunhador, apesar de ser tambem o mais util e necessario ao paiz.

Sem lei de férias, sem pensão, sem aposentadoria, sem um minimo sequer de garantias, o operario rural responde pela subsistencia da população.

No seu esforço e no seu obscuro e constante sacrificio repousa a economia nacional.

Como, então, deixar de dar-lhe o que se dá ao trabalhador das cidades?

Como, então, conservar o afastado das garantias das modernas leis socizes?

Era uma attitude incomprehensivel.

Parece, felizmente, que o erro, ou o esquecimento, vae agora ser reparado.

GILBERTO DE ALENCAR

## ANEXO Z4 – Diário Mercantil de 4/9/41

**PRETO & BRANCO**

Em épocas, como a que vamos atravessando a trancos e barrancos, de carestia geral, a medida mais lembrada para combater o mal e enfrentar a situação consiste no aumento de vencimentos, quer dos funcionários públicos, quer dos empregados de empresas privadas.

Com ser a medida mais lembrada, não é contudo a mais aconselhável.

Ao contrario, é a menos aconselhável de todas.

A prova de que o aumento de vencimentos e de salários não resolve nunca o problema, e apenas produz bons efeitos passageiros, está em que esse aumento vem sendo feito repetidas vezes e sempre acompanhado de uma alta correspondente no preço das utilidades, alta que se processa de maneira automática.

E a razão disso é a mais simples possível.

Se o governo é obrigado a elevar os vencimentos do funcionalismo, tem que procurar recursos para essa elevação em novos impostos ou na agravação dos já existentes. E maiores impostos significam fatalmente encarecimento da vida.

Com os particulares, a mesma coisa.

As empresas que elevam os salários que pagam só podem buscar recursos para aumento no crescimento de dez, vinte ou trinta por cento do preço das mercadorias que produzem ou que vendem.

Trata-se, como se vê, de um perfeito círculo vicioso.

O aumento de vencimentos e salários é um paliativo.

O verdadeiro remédio é o barateamento das utilidades, que só se consegue com o desenvolvimento da produção, a melhoria dos transportes, a diminuição dos impostos, a simplificação da burocracia, o combate á vadiagem...

Dir-se-á que tudo isso é muito mais difícil do que o aumento puro e simples de salários e vencimentos.

Está bem claro que é.

Todavia, também está bem claro que o doente que apenas recorre a paliativos, em lugar de recorrer aos verdadeiros remédios, nunca fica bom de todo. Pode experimentar alívios passageiros, mas não extirpa a causa do mal. E a causa do mal, a causa verdadeira, é que precisa ser combatida.

Combatida com urgência e energia.

As boas soluções, quanto mais são adiadas, tanto mais difíceis se vão tornando.

**GILBERTO DE ALENCAR**



ANEXO Z5 – CRÔNICA: A língua é nossa, revista Alterosa, edição 253, de 1/3/57

# ALTEROSA

PARA A FAMÍLIA DO BRASIL  
Publicação quinzenal da  
SOC. EDITORA ALTEROSA LTDA.  
Diretora-gerente: N. M. Castro

## ADMINISTRAÇÃO:

Av. Afonso Pena, 941 — 4º andar —  
Ed. Sul América — Fones: Gerência: 2-4351; Redação: 2-0652 — Caixa Postal 279 — End. Teleg. "ALTEROSA" Belo Horizonte — Estado de Minas Gerais — Brasil.

## SUCURSAL NO RIO:

Diretor: Ulisses de Castro Filho —  
Rua da Matriz, 108 — Conj. 503 —  
Fone: 26-1881.

## REPRESENTANTE EM

SAO PAULO:  
Newton Feltoza — Rua Boa Vista, 245  
3º andar — Fone: 33-1432.

## ASSINATURAS:

2 anos (48 números) ..... Cr\$ 350,00  
1 ano (24 números) ..... Cr\$ 180,00  
1 semestre (12 números) .. Cr\$ 90,00  
Estes preços são mantidos para todos os países do continente americano, Portugal e Espanha. Para os demais países vigoram os seguintes preços: US\$ 7,00 para 2 anos, US\$ 4,00 para 1 ano e US\$ 3,00 para seis meses. As assinaturas começam sempre com a primeira edição de qualquer mês. Pagamento por meio de cheque, vale postal ou carta registrada, com valor declarado. As assinaturas do exterior podem ser pagas em carta de crédito cheque ou vale postal internacional cobrável em Belo Horizonte ou no Rio de Janeiro.

## VENDA AVULSA:

Em todo o Brasil ..... Cr\$ 8,00  
Portugal e Colônias ..... Esc. 8,00  
Número atrasado ..... Cr\$ 10,00

REDACÇÃO: Miranda e Castro, diretor; Neil R. da Silva, redator-chefe responsável; Gaspar de Alencar, secretário; Helena T. Faria, chefe de revisão.

ARTE: — Augusto Rezende, Dourado Rezende Spinola, Eduardo de Paula, Euclides L. Santos, J. C. Moura, Jerônimo Ribeiro, Vicente de Abreu, Wilma Martins e Ziraldo Pinto.

SEÇÕES: Anne Heywood, Cristiano Linhares, Don Flowers, Domingos de Lucca Júnior, Edel Ney, Garry C. Myers, Gilberto de Alencar, José de Alencar Cláudio, Joseph Whitney, Leonor Telles, Maria Madalena, Mauro Santayana, Olga Obry, Oscar Mendes, Pessoa Esteves, Stella Marina, Temple Manning, Vinícius de Carvalho e Wilson Frade.

FOTOGRAFIAS: — Augusto Cardoso, Hiroshi Watanabe, José Nicolau, Mário Morsani, Nivaldo Correia, Stúdio Constantino, Camera Press, INP, Keystone e Transworld.

A redação não devolve originais, ainda que não sejam aproveitados, não aceita fotografias sociais para publicação e não mantém correspondência com autores de trabalhos que não tenham sido solicitados.

Os conceitos emitidos em artigos assinados não são de responsabilidade da direção da revista.

128

# A LÍNGUA É NOSSA

Gilberto de Alencar



**V**AI sendo moda, nas principais cidades brasileiras, a fundação de sociedades destinadas a difundir a cultura francesa, a cultura inglesa, a cultura italiana, a cultura alemã, não falando noutras culturas de que na hora não me lembro.

Só não sei de nenhuma que se proponha incentivar a cultura portuguesa. Ou brasileira, se quiserem. E é desta que em vez de precisarmos, diante dos maus tratos que vêm sendo infligidos à língua.

Quanta gente por aí aprendendo francês ou inglês, que entre nós não sabe português!

Tal situação deve ser combatida com energia, sob pena de se inteiramente desfigurado o vernáculo, dentro de muito pouco tempo.

Desfigurado, de resto, já anda ele, e não pouco, quer pela moda da gíria nos jornais e nos livros, quer pela criação, em grande quantidade, de neologismos desnecessários e ridículos. E isto sem levar conta os erros ou dealises grosseiros de sintaxe, perpetrados pelos «colunistas» de certas folhas públicas de grande tiragem, também por muitos dos prosadores mais em voga ou mais festejados no país. Que prosa, senhores, que prosa!

Os críticos, quase todos, fecham os olhos à falta de gramática dos autores e acham mesmo que isso carece de importância.

E' claro que, modernamente, não se deve exigir do escritor que seja purista.

Daí não se segue, todavia, merecer ele elogios por ser solto. Mas a verdade é que o solecismo vai campeando por toda a parte graças à complacência da crítica e à ignorância do público.

Os colégios e ginásios, se cuidassem mais da língua pátria, poderiam contrabalançar o relaxamento que se nota em livros e jornais.

Todos, porém, sabemos que nesses estabelecimentos, com poucas exceções, tudo se ensina, menos português, de onde não saem mais os nossos bachareis em letras, de redigir sem faltas graves uma carta ou até um simples bilhete.

E' curioso que os nacionalistas da atualidade, tão zelosos do petróleo e de outras coisas, ainda não tenham visto esse aviltamento do vernáculo.

Mais, muito mais do que o petróleo, a língua é nossa e precisa ser defendida contra aqueles que, desta ou daquela maneira, a degradam tanto na fala quanto na escrita.

Se nem todos os nacionalismos se justificam, se muitos deles são ridículos ou odiosos, o nacionalismo lingüístico é 'louvável' e necessário já que, mais do que tudo, o que faz um povo ou uma nação é justamente a língua que falam os seus componentes.

E o certo e seguro é que a língua que falamos se corrói quando os olhos vistos. O que exige a mobilização geral, para a sua defesa, de todos quantos um dia aprenderam a querê-la e a respeitá-la.

ALTEROSA

1 DE MARÇO DE 1957



ANEXO Z6 - CRÔNICA: A livraria que morreu, revista Alterosa, edição 139, out. 1951



*A livraria  
que morreu*

MORREU o mês passado no Rio de Janeiro, na sua casa da rua de S. José, a Livraria Quaresma, e tenho para mim que os jornais não lhe fizeram o necrológio merecido, pois apenas dedicaram algumas linhas escassas a esse óbito considerável, pecando aqui por omissão e displicência, eles que tanto costumam pecar alhures por exagêro e falta de equilíbrio. Óbito considerável, disse eu, e bate-me a passarinha que não disse mal, porque a lacuna por ele aberta não será provávelmente preenchida jamais, ao contrário de certas lacunas que muita gente considera irreparáveis e entretanto com a maior facilidade deste mundo se reparam.

A Livraria Quaresma tornou-se conhecida e prosperou graças aos «Contos da Carochinha» e aos «Contos do Arco da Velha», que ela editava para as crianças e para os adolescentes de Me cinquenta anos passados. As crianças de hoje têm outras leituras e os adolescentes ninguém sabe ao certo se ainda lêem. Não lerão, em todo o caso, livros morais, que também estes são velharia desprezível nos tempos que correm.

A lacuna, em consequência, e como acima ficou esclarecido, não será preenchida.

A primeira e mais forte razão para que não se preencha é que é uma lacuna inexistente.

Outras razões, igualmente decisivas, deixam de

al'nhar em seguida para não incorrer na santa ingenuidade do soldado da anedota, que foi um dia dizer ao coronel não ter sido feita, pela manhã, a salva habitual dos canhões da fortaleza, por três motivos, o primeiro dos quais era a falta absoluta de pólvora. Não quero que o leitor, como o coronel, dispense a exposição das restantes razões que me seria fácil enumerar.

A lacuna da Livraria Quaresma deixará de ser preenchida simplesmente porque não existe, uma vez que aos «Contos da Carochinha» preferem as crianças de nossos dias as histórias em quadrinhos, como às peripécias de Júlio Verne preferem os adolescentes atuais o futebol e o cinema licencioso, sem falar nas revistas fesceninas.

A morte do tradicional estabelecimento foi bem pouco honrada pela imprensa, a qual carpiu muito mais o desaparecimento do «Cidadão Pingô», ocorrido na mesma semana, do que o fim melancólico da velha casa de livros populares.

Lamentará o fato lá um ou outro frequentador da rua de S. José, lá um ou outro alfarrabista, docemente maníaco, à cata de volume antigo e raro, sepultado na vala comum dos sebos, onde o «D. Quixote» ombreia com a «Princesa Magalona» e a «Divina Comédia» com os «Doze Pares de França», fraternalmente unidos na poeira das

(Conclui na pag. 135)



ALTEROSA \* OUTUBRO DE 1951 33

Continua

## A LIVRARIA QUE MORREU

(Conclusão)

estantes e irmãmente entregues à voracidade das mesmas traças e do mesmo cupim.

Fra a Quaresma decerto a livreria de maior importância da rua de S. José e foi ela, sem dúvida, que para ali conduziu as suas congêneres, de onde se deve prever que estas não tardem muito a desaparecer também, arrastadas pelo exemplo da pioneira, abandonando a outros destinos a conhecida via pública.

Os povos e as ruas sempre têm novos destinos, principalmente quando não fazem questão alguma de agarrar-se aos velhos, antes se empenham por deles desvencilhar-se o mais depressa que possam.

É verdade que as livrerias ao ar livre das margens do Sena têm sobrevivido a todas as guerras, revoluções e cataclismos, tudo levando a acreditar que ainda sobrevivam ao que der e vier, para regalo e por exigência dos alfarrabistas de lá, bem mais finos e requintados que os de cá. Mas nisto há que considerar os dois milênios de Paris e os quatro séculos, tão somente, do Rio de Janeiro. Entre a rua S. José e o Quai Malaquais medelam mil e seiscentos anos, e se a primeira pode mudar, como vai mudando, o segundo conserva-se e conservar-se-á fiel ao seu próprio destino, que é o de servir aos bouquinistes teimosos, maniacos inofensivos só possíveis no seio das velhas civilizações, onde as livrerias deixam lacunas, se porventura desaparecem.

Morreram, na mesma semana, no Rio de Janeiro, a Livreria Quaresma e o «Cidadão Pingô».

A vaga do último, a estas horas, já deve estar preenchida, que para vagas tais nunca faltam candidatos, nesta admirável terra de tantas candidaturas, mas a lembrança da primeira em breve se perderá, porque curta e infiel é a memória dos povos que desamam as suas próprias tradições, mudando de usanças como quem muda de camisa. — Gilberto de Alencar.

## A EXPLOSÃO . . .

(Conclusão)

em Bikini: — um peixe que mede apenas 15 milímetros de comprimento.

Muitos dos peixes desconhecidos que se encontraram na região ainda sujeita à radioatividade, em Bikini, apresentam cores verdadeiramente lindas, que variam entre as mais belas tonalidades de vermelho, amarelo e azul vivo. Embora a opinião dos cientistas do Instituto Smithsonian coincida na afirmativa de que a irradiação atômica nada tem a ver com o aspecto estranho de muitos desses peixes, não são poucos os leigos que aceitam esta hipótese como a melhor explicação para o aparecimento de tantos espécimens desconhecidos da fauna dos mares.

## CHURCHILL, PONTO TEATRAL

Winston Churchill assistiu a uma representação do «Henrique IV», de Shakespeare, interpretado por Laurence Olivier. No fim da representação, o grande ator inglês confessou:

— Churchill sabia de memória quase todo o drama e, na sua cadeira da primeira fila, ia-o recitando à meia voz, precedendo-me sempre em alguns versos. Isto me causava grande confusão. Foi uma das representações mais difíceis de minha carreira.

ALTEROSA \* OUTUBRO DE 1951



**LÊ ou ESTUDA MUITO?**

A leitura ou o estudo, horas a fio e pela noite adentro, produzem, não raro, cansaço e irritação dos olhos. Para combatê-los e descongestioná-los, pingue nos seus olhos algumas gotas de LAVOLHO.

ALÍVIO E FRESCOR EM CADA GÔTA

**LAVOLHO**

G



**VIVA SEGURO DE SI MESMO!**

A segurança, na vida, depende do equilíbrio espiritual. Adquirir esse equilíbrio através da segurança de uma APÓLICE DA MINAS-BRASIL

**Companhia de Seguros MINAS-BRASIL**  
SEGUROS DE VIDA

Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais  
Incêndio - Transportes - Seguros Coletivos



ANEXO Z7 - CRÔNICA: Apólogo vagabundo, revista Alterosa, edição 233, de 1/5/56

# ALTEROSA

PARA A FAMÍLIA DO BRASIL

Publicação quinzenal da  
SOC. EDITORA ALTEROSA LTDA

## ADMINISTRAÇÃO:

Av. Afonso Pena, 941 — 4º andar —  
Ed. Sul América — Fones: Gerência:  
2-4251; Redação: 2-0652 — Caixa Pos-  
tal 279 — End. Teleg. "ALTEROSA"  
Belo Horizonte — Estado de Minas  
Gerais — Brasil.

## SUCURSAL NO RIO:

Diretor: Ulisses de Castro Filho  
Rua da Matriz, 108 — Conj. 503 —  
Fone: 26-1881.

## REPRESENTANTES:

RIO — J. M. Ferreira — Rua Mé-  
xico, 11 — Sala 1604 — Fone: 42-6204  
SAO PAULO — Newton Feitoza —  
Rua Boa Vista, 245 — 3º andar  
Fone: 33-1432.

## ASSINATURAS:

2 anos (48 números) ..... Cr\$ 350,00  
1 ano (24 números) ..... Cr\$ 180,00  
1 semestre (12 números) ... Cr\$ 90,00

Estes preços são mantidos para todos  
os países do continente americano,  
Portugal e Espanha. Para os demais  
países vigoram os seguintes preços:  
US\$ 7,00 para 2 anos, US\$ 4,00 para 1  
ano e US\$ 3,00 para seis meses. As  
assinaturas começam sempre com a  
primeira edição de qualquer mês.  
Pagamento por meio de cheque, vale  
postal ou carta registrada, com valor  
declarado. As assinaturas do exterior  
podem ser pagas em carta de crédito,  
cheque ou vale postal internacional  
cobrável em Belo Horizonte ou no  
Rio de Janeiro.

## VENDA AVULSA

Em todo o Brasil ..... Cr\$ 8,00  
Portugal e Colônias ..... Esc. 10,00  
Número atrasado ..... Cr\$ 10,00

Diretor — Miranda e Castro  
Vice-diretora — N. M. Castro

ARTE: — Augusto Rezende, Eduardo  
de Paula, Euclides L. Santos, J. C.  
Moura, Jerônimo Ribeiro e Wilma  
Martins.

SEÇÕES: — Cristiano Linhares, Gas-  
par de Alencar, Gilberto de Alencar,  
Leonor Telles, Maria Madalena, Neil  
R. da Silva, Oscar Mendes e Vinícius  
de Carvalho.

FOTOGRAFIAS: — Augusto Cardoso,  
José Nicolau, Nivaldo Correia e Stú-  
dio Constantino.

A redação não devolve originais, ain-  
da que não sejam aproveitados, não  
aceita fotografias sociais para publi-  
cação e não mantém correspondência  
com autores de trabalhos que não  
tenham sido solicitados.

Os conceitos emitidos em artigos as-  
sinados não são de responsabilidade  
da direção da revista.

## Apólogo Vagabundo

**Q**UANDO estou a cuidar de minha horta, e dela cuido qua-  
dos os dias que Deus dá, pois só assim é que a gente pode  
seguir a sua alface e o seu almeirão, sem ir à feira para ser depa-  
costumo observar certas coisas bastante instrutivas e interessa-  
que passam despercebidas aos que fogem ao sadio contato da natu-  
como se fôsse a natureza uma inimiga perigosa, ela que, ao conta-  
tantos e tamanhos benefícios dispensa a quem a estima e lhe dá  
os ensinamentos. E se me dispusesse a contar tudo que tenho  
em minhas atividades de hortelão, pôsto que simples amador, e  
longe haveria de ir, no espaço e no tempo.

O caso de há dias, porém, precisa ser referido e por isso  
vai ele, ainda que mal contado.

Era uma formiga pequenina, dessas que, por gostarem demais  
açúcar, o povo chama de formiga doceira. Outras vezes as chama-  
bém de formiga «correição», talvez por andarem sempre, nas  
excursões, em infundáveis filas indianas. Como quer que seja, era  
formiguinha minúscula, pouco maior que um grão de mostarda,  
formiguinha de nada e que se afadigava em tórno de um pedaço  
casca de laranja, tentando removê-lo para o formigueiro, a ve-  
metros de distância. Só um guindaste, se as formigas possuíssem  
guindaste, poderia levantar a casquinha de muitas toneladas, mas  
teimoso inseto insistia na tarefa impraticável. Desistiu de repa-  
desaparecendo no meio de uns arbustos rasteiros, e eu fui ao  
canteiro de quiabos, sem mais pensar no caso. Uma hora depois  
tretanto, ao passar de novo pelo mesmo local, vi que a casca de laran-  
se movia lentamente, carregada por dezenas, senão centenas de  
migas doceiras, que se achavam a seu lado, fazendo força. A pri-  
tinha ido chamá-las como reforço e o que dantes parecia impos-  
se realizava naquele momento sob o meu olhar divertido e admira-  
mais admirado porventura do que divertido.

Então me deu na telha de tirar a moralidade do fato e disse  
mim para mim que o reerguimento do Brasil, tão necessário à fu-  
dade de seu povo, não é para ser levado a efeito ou a cabo ape-  
por uns poucos brasileiros de boa vontade, mas por todos eles  
exceção, conjugados no esforço comum de salvação. O fardo que  
se move sob a força inútil de meia dúzia há de mover-se ao im-  
poderoso e eficaz da coletividade, tal como se moveu a casca de laran-  
ja em meu terreiro, graças à enérgica decisão das formigas labora-  
e unidas.

Labor e união, precisamente, eis o que ninguém enxerga, na  
hora melancólica, e daí, de toda a evidência, é que decorrem os ma-  
de vária espécie que atormentam o país.

As facções, que dantes não eram tão numerosas nem tão viciadas,  
impedem a conciliação indispensável em volta do interesse ge-  
agindo só ao impulso de suas próprias ambições desenfreadas, enquanto  
que o apêgo à sombra e à água fresca vai substituindo cada vez mais  
o amor ao trabalho, que faz a alegria da vida.

Neste primeiro dia de maio, por exemplo, fechadas as fábricas  
e as oficinas, trancados os escritórios, ouvir-se-á, ainda uma vez, o  
to discurso ôco pela praça pública e ler-se-á muito artigo vulgar  
jornais, pondo nos cornos da lua o trabalho e o trabalhador, mas  
que se cogita, de fato, é de elevar os ganhos, custe lá o que custar,  
de abaixar o esforço, haja lá o que houver, de tal sorte que a casca  
laranja não se moverá de maneira nenhuma. A casca de laranja  
se move é aquela a que as formigas, todas as formigas, metem o  
corajosa e resolutamente, com a indomável vontade de ganhar a  
tida. Se é que formiga tem ombro realmente, coisa de que muitos  
toda a razão duvidam, a começar pelo autor mofino deste apó-  
vagabundo. — Gilberto de Alencar.

## ANEXO Z8 - CRÔNICA: Carestia, revista Alterosa, edição 252, de 15/2/57

**ALTEROSA**

PARA A FAMÍLIA DO BRASIL  
Publicação quinzenal da  
SOC. EDITORA ALTEROSA LTDA.  
Diretora-gerente: N. M. Castro

ADMINISTRAÇÃO:  
Av. Afonso Pena, 941 — 4º andar —  
Ed. Sul América — Fones: Gerência:  
2-4251; Redação: 2-0662 — Caixa Pos-  
tal 279 — End. Teleg. "ALTEROSA"  
Belo Horizonte — Estado de Minas  
Gerais — Brasil.

SUCURSAL NO RIO:  
Diretor: Ulisses de Castro Filho  
Rua da Matriz, 108 — Conj. 503 —  
Fone: 26-1881.

REPRESENTANTE EM  
SÃO PAULO:  
Newton Feltoza — Rua Boa Vista, 245  
3º andar — Fone: 33-1432.

ASSINATURAS:  
2 anos (48 números) ..... Cr\$ 350,00  
1 ano (24 números) ..... Cr\$ 180,00  
1 semestre (12 números) .. Cr\$ 90,00

Estes preços são mantidos para todos  
os países do continente americano,  
Portugal e Espanha. Para os demais  
países vigoram os seguintes preços:  
US\$ 7,00 para 2 anos, US\$ 4,00 para 1  
ano e US\$ 3,00 para seis meses. As  
assinaturas começam sempre com a  
primeira edição de qualquer mês.  
Pagamento por meio de cheque, vale  
postal ou carta registrada, com valor  
declarado. As assinaturas do exterior  
podem ser pagas em carta de crédito,  
cheque ou vale postal internacional  
sobrável em Belo Horizonte ou no  
Rio de Janeiro.

VENDA AVULSA:  
Em todo o Brasil ..... Cr\$ 8,00  
Portugal e Colônias ..... Esc. 8,00  
Número atrasado ..... Cr\$ 10,00

REDAÇÃO: Miranda e Castro, diretor;  
Neil R. da Silva, redator-chefe  
responsável; Gaspar de Alencar, se-  
cretário; Helena T. Faria, chefe de  
revisão.

ARTE: — Augusto Rezende, Dourado  
Rezende Spínola, Eduardo de Paula,  
Euclides L. Santos, J. C. Moura,  
Jerônimo Ribeiro, Wilma Martins e  
Zirildo Pinto.

SECÕES: Anne Heywood, Cristiano  
Linhares, Don Flowers, Domingos  
de Lucca Júnior, Edel Ney, Garry C.  
Myers, Gilberto de Alencar, José  
de Alencar Cláudio, Joseph Whitney,  
Leonor Telles, Maria Madalena, Mau-  
ro Santayana, Olga Obry, Oscar Men-  
des, Pessoa Esteves, Stella Marina,  
Temple Manning, Vinícius de Carva-  
lho e Wilson Frade.

FOTOGRAFIAS: — Augusto Cardoso,  
Hirosaki Watanabe, José Nicolau,  
Mário Morsani, Nivaldo Correia, Stú-  
dio Constantino, Camera Press, INP,  
Keystone e Transworld.

A redação não devolve originais, ain-  
da que não sejam aproveitados, não  
seleita fotografias sociais para publi-  
cação e não mantém correspondência  
com autores de trabalhos que não  
tenham sido solicitados.

Os conceitos emitidos em artigos as-  
sinados não são de responsabilidades  
da direção da revista.

112

**Carestia**

Gilberto de Alencar

**E**STANDO os dois discorrendo a respeito da vida cara no B  
ouvi um sujeito dizer a outro:

— A carestia aqui há de acabar, mas custa...

Aduziu uma porção de motivos, ou de razões, para escorar a  
afirmativa, e acabou atribuindo ao governo toda a culpa pelo  
vem acontecendo.

— Vive o governo prometendo, a toda a hora e em todos os  
que não esmorecerá no combate à vida cara e afinal apenas toma  
vidências para encarecê-la ainda mais, já aumentando tarifas, já cria  
novos impostos, já dobrando e até triplicando o preço dos combustí-  
e de certos gêneros alimentícios. Fala uma coisa e faz outra, revela  
inícrivel contradição.

Parou um pouco, acendeu o cigarro e continuou:

— Está provado que a intervenção do governo é incapaz de sa-  
a alta dos preços. Nem Cofaps, nem Coaps, nem Comaps, nem  
lá o que for impedirá a irresistível marcha para cima. Isto por um lado.

Tornou a parar para tornar a acender o cigarro recalitrando  
reatou:

— Por outro lado, quando um produto qualquer, por força  
colheita abundante, entra em baixa, em virtude da velha lei da oferta  
e da procura, que faz o governo? Garante logo um preço mínimo  
produtor... Dêsse jeito a carestia há de acabar quando as galinhas  
criarem dentes ou no dia de S. Nunca. Você não acha?

O outro disse que achava.

Eu, de minha parte, também acho, acreditando que os leitores  
igual acharão.

Impedindo a baixa com a garantia do preço mínimo e não pode  
impedir a alta por meio de decretos, o governo, sem a menor dúvida,  
o maior responsável pela carestia. E isso sem falar nas emissões caudal-  
sas, no aumento de tributos e tarifas, nas despesas inúteis, nas sub-  
ções a torto e a direito, nos passeios ao estrangeiro e no resto  
sabemos...

O governo peca por intervenção.

Querendo dirigir a economia, deu com os burros n'água, por  
economia dirigida é desastre certo. Fosse o desastre só para os dirig-  
tes, tudo estaria bem. O diabo é que o desastre é sobretudo para o povo.  
Os dirigentes têm meios e modos de se arranjar, ao passo que o povo,  
classe média principalmente, acaba pagando êsses erros com lim-  
de palmo.

Que concluir de tudo isso?

A conclusão é que, para o país, mais valera não ser governado  
ser governado dessa maneira.

Se o governo cruzasse os braços, se ficasse de todo omissivo, e  
jurar que estaríamos em condições muito melhores.

Não fazer nada, às vezes, é mais proveitoso do que desejar  
zer tudo.

Omita-se o governo e as coisas se arranjarão por si mesmas. A  
omitir-se do que agir como macaco em loja de louça...

ALTEROSA

15 DE FEVEREIRO DE 1957



## ANEXO Z9 - CRÔNICA: Centenário, revista Alterosa, edição 218, de 1/1/55

**ALTEROSA**

PARA A FAMÍLIA DO BRASIL

Publicação quinzenal da  
SOC. EDITORA ALTEROSA LTDA.

## ADMINISTRAÇÃO:

Av. Afonso Pena, 941 — 4º andar  
— Ed. Sul América — Fones: Ger-  
rência: 2-4261; Redação: 2-0652 — Cai-  
xa Postal, 379 — End. Teleg.: "ALTE-  
ROSA" — Belo Horizonte — Estado  
de Minas Gerais — Brasil.

## SUCURSAL NO RIO:

Diretor: Ulisses de Castro Filho  
Rua da Matriz, 108 — Conj. 503  
Fone: 26-1881

## REPRESENTANTES:

SAO PAULO — Newton Feitosa —  
Rua Boa Vista, 245 — 3º andar  
Fone: 33-1432.SALVADOR — Inocêncio Pessoa Es-  
teves — Rua Fernando Alves, 9  
(Roma).

## ASSINATURAS:

2 anos (48 números) ..... Cr\$ 350,00  
1 ano (24 números) ..... Cr\$ 180,00  
1 semestre (12 números) .. Cr\$ 90,00Estes preços são mantidos para todos  
os países do continente americano,  
Portugal e Espanha. Para os demais  
países, são elevados ao dobro. As as-  
sinaturas começam sempre com a  
primeira edição de qualquer mês.  
Pagamento por meio de cheque, vale  
postal ou carta registrada, com valor  
declarado. As assinaturas do exterior  
podem ser pagas em carta de crédito,  
cheque ou vale postal internacional  
cobrável em Belo Horizonte ou no  
Rio de Janeiro.

## VENDA AVULSA:

Em todo o Brasil ..... Cr\$ 8,00  
Portugal e Colônias ..... Esc. 10,00  
Número atrasado ..... Cr\$ 10,00Diretor — Miranda e Castro  
Vice-diretora — N. M. CastroARTE: — Augusto Resende, Euclides  
Santos, Hélio Noguchi, J. C. Moura,  
Jerônimo Ribeiro e Rocha.SEÇÕES: — Cristiano Linhares, Gas-  
par de Alencar, Gilberto de Alencar,  
Leonor Telles, Lúcia Maria, Neil R.  
da Silva, Oscar Mendes e Vinícius de  
Carvalho.FOTOGRAFIAS: — Augusto Cardoso,  
José Nicolau, Nivaldo Corrêa e Stúdio  
Constantino.A redação não devolve originais, ain-  
da que não sejam aproveitados, não  
aceita fotografias sociais para publi-  
cação e não mantém correspondência  
com autores de trabalhos que não te-  
nham sido solicitados.Os conceitos emitidos em artigos as-  
sinados não são de responsabilidade  
da direção da revista.

112

**CENTENÁRIO**

Gilberto de Alencar

**S**E não logrou a consagradora comemoração que por vários títulos merecia, em todo o caso não transcorreu de todo despercebido, há poucas semanas, o centenário de Arthur Azevedo, já que dele se ocuparam, ainda que apenas pela rama, diversos jornais e revistas, tendo sido publicada, além disso, em livro excelente, a sua biografia, mais do que muito interessante. Foi alguma coisa, como se vê.

Na geração literária do fim do último século e começo do atual, o escritor maranhense, se não foi figura de primeira plana, ocupou lugar honroso. E nenhum homem de letras de seu tempo possuiu público mais vasto, visto como era lido e aplaudido tanto na capital quanto na província. Seu estilo simples e leve aproximava-o do povo e ele contava leitores em todas as classes, desde as mais cultas às menos instruídas.

Alega-se que sua obra é desigual e carece de profundidade, e que não deixa de ser um modo de querer diminuí-lo, mas não se dá que, obrigado a viver em grande parte de sua própria pena, ele teve de desdobrar-se em múltiplas e absorventes atividades para sustentar numerosa família, escrevendo peças de teatro, contos, artigos, versos humorísticos e de circunstância, numa roda viva que a muitos outros desanimaria e contudo não o desanimou, pois que morreu em pleno trabalho. E em suas produções mais ligeiras, quer no livro, quer nos jornais, a verdade é que não se vislumbra a mediocridade, não obstante se perceba a pressa a que o autor não podia fugir. A pressa, inimiga da perfeição...

De um ou de outro modo, porém, é inegável a dignidade com que buscou servir às letras, como inegável é, por igual, a influência benéfica que chegou a exercer em prol da cultura brasileira.

Viu nele o povo um autêntico escritor nacional, cuidando de coisas nossas e retratando-as com fidelidade, ora para exaltá-las, ora para combatê-las, conforme fossem elas, e por isso alcançou, amparado pelo seu grande público de todo o país, uma notoriedade a que não haveriam de atingir muitos daqueles que lhe negavam força criadora. Se não deixou obra de maior vulto, deve-se o fato às duas exigências a que teve de submeter-se para viver e não à ausência de fôlego.

Quiseram, certa feita, já no término de sua existência trabalhar e digna, tomar-lhe o espaço que ocupava, com a publicação de seus contos, em determinado jornal, sob o pretexto de que era necessário abrir lugar aos novos. Já então os novos buscavam alargar caminhos a cotoveladas, que o costume é velho... A fôlha em questão, para atender às reclamações, resolveu abrir concurso entre os contistas incipientes e o resultado foi que, feito o julgamento dos numerosos trabalhos apresentados, a vitória coube afinal a Arthur Azevedo. O maranhense concorrera à socapa, disposto a ganhar, mostrando, assim, que ainda não lhe assentava o título, ou a pecha, de medalhão tal se dizia.

Homem profundamente bom, como se dá em relação aos gordos em geral, a sua imensa bondade não se exteriorizava tão só na proteção que dispensava aos menos favorecidos do que ele, pois se revelava, ainda, nos sopros líricos que se notam, aqui e ali, em tantas de suas páginas, convindo também não esquecer a tendência para o humorismo que o caracterizava, já que os humoristas, em regra, são gente de coração grande.

Ligeiro e superficial, talvez.

Mas o certo e seguro, apesar de tudo, é que Arthur Azevedo prestou reais serviços às nossas letras, despertando, quando mais não seja, o gosto pela leitura no seio do povo. Teve público bastante considerável por todo o Brasil de seu tempo. E o número daqueles que ainda hoje o lêem com prazer é de meter inveja a não poucos dos que nele tentam depreciar o artista que realmente foi, a despeito dos juízos apressados e injustos.

ALTEROSA

15 DE SETEMBRO DE 1955



## ANEXO Z10 - CRÔNICA: Direito e avesso, revista Alterosa, edição 214, de 15/7/53

**ALTEROSA**

PARA A FAMÍLIA DO BRASIL

Publicação quinzenal da  
SOC. EDITORA ALTEROSA LTDA.

## ADMINISTRAÇÃO:

Av. Afonso Pena, 941 — 4º andar —  
Ed. Sul América — Fones: Gerência:  
2-4251; Redação: 2-0652 — Caixa Pos-  
tal, 279 — End. Teleg. "ALTEROSA"  
Belo Horizonte — Estado de Minas  
Gerais — Brasil.

## SUCURSAL NO RIO:

Diretor: Ulisses de Castro Filho —  
Rua da Matriz, 108 — Conj. 503 —  
Fone: 26-1881.

## REPRESENTANTES:

SÃO PAULO — Newton Feltoza —  
Rua Boa Vista, 245 — 3º andar —  
Fone: 33-1432.PORTO ALEGRE — Soc. de Imprensa,  
Propaganda e Representações Ltda.  
Av. Borges de Medeiros, 410 — Sa-  
la 1.116 — Fone: 3-3456.SALVADOR — Inocêncio Pessoa Es-  
teves — Rua Fernando Alves, 9  
(Roma).

## ASSINATURAS:

2 anos (48 números) ..... Cr\$ 350,00  
1 ano (24 números) ..... Cr\$ 180,00  
1 semestre (12 números) ... Cr\$ 90,00  
Estes preços são mantidos para todos  
os países do continente americano,  
Portugal e Espanha. Para os demais  
países, são elevados ao dobro. As as-  
sinaturas começam sempre com a  
primeira edição de qualquer mês.  
Pagamento por meio de cheque, vale  
postal ou carta registrada, com valor  
declarado. As assinaturas do exterior  
podem ser pagas em carta de crédito,  
cheque ou vale postal internacional  
cobrável em Belo Horizonte ou no  
Rio de Janeiro.

## VENDA AVULSA

Em todo o Brasil ..... Cr\$ 8,00  
Portugal e Colônias ..... Esc. 10,00  
Número atrasado ..... Cr\$ 10,00Diretor — Miranda e Castro  
Vice-diretora — N. M. Castro.ARTE: — Augusto Rezende, Euclides  
L. Santos, Hélio Noguchi, J. C. Mou-  
ra e Jerônimo Ribeiro.SEÇÕES: — Cristiano Linhares, Gil-  
berto de Alencar, Leonor Telles, Lúcia  
Maria, Oscar Mendes e Vinícius de  
Carvalho.FOTOGRAFIAS: — Augusto Cardoso,  
José Nicolau, Nivaldo Corrêa e Stú-  
dio Constantino.A redação não devolve originais, ain-  
da que não sejam aproveitados, não  
aceita fotografias sociais para publi-  
cação e não mantém correspondência  
com autores de trabalhos que não te-  
nham sido solicitados.Os conceitos emitidos em artigos as-  
sinados não são de responsabilidade  
da direção da revista.

112

**DIREITO E AVÊSSO**

Gilberto de Alencar

**U**MA de nossas melhores revistas literárias, senão talvez a melhor, insurgiu-se, faz pouco tempo, contra a ação, que consistia em publicar artigos altamente maléfica, dos chamados cronistas mundanos que escrevem em um estilo especial e já estereotipado descrevem diariamente, para o público das mais prestigiosas folhas públicas, as festas, as diversões, os bailes, as comidas e bebidas da alta roda. Dizia ela representar verdadeiramente uma provocação esse estadear da ociosidade e do luxo da minoria gômba quando quase toda a população se vê a braços com a miséria e a fome, o sofrimento, que crescem de dia para dia, gerando o desespero e a revolta no seio da pobreza que luta pelo próprio pão. E terminando tudo isto, pondo em evidência não só a sofisticada elegância e o duvidoso bom gosto de certos milionários de fresca data, como ainda o discricionário talento de muitos dos cronistas, ou colunistas, como hoje se fala, que fazem o serviço da vaidade deles.

Houve quem saísse a campo, imediatamente, em defesa dos cronistas e das suas referidos, alegando ser a sua missão, ou o seu ofício, de evidenciar a utilidade, visto como é através do que eles escrevem ou descrevem, para o povo, podemos ter uma idéia aproximada de como os grandes e os pequenos se divertem, gastando à larga o dinheiro fácil da inflação.

Inimigo de meter-me em complicações e querelas, ainda mais quando se trata de assuntos, fujo de opinar sobre o assunto, cuja importância para os olhos ao verificarmos o espaço mais do que muito considerável que os jornais reservam à crônica social, que tanto lhes aumenta a tiragem e tanto lhes firma o conceito.

Não posso, entretanto, esconder minha completa discordância quanto à utilidade de se dar a conhecer ao povo a vida ociosa dos cronistas e gente «bem», para usar a linguagem dos colunistas em questão.

A revelação, longe de ser útil, parece sumamente perigosa para o povo, e o descontentamento e até pelo furor que a pompa e arrogância dos cronistas causam de modo inevitável entre aqueles que não participam das festas e das festanças. E nem foi jamais de bom aviso, em época de aperto econômico e tristezas para a maioria, entregarem-se os afortunados, publicistas e cronistas, à dissipação e à suntuosidade, de onde a conclusão muito clara é de que mais vale silenciar certas delícias do que proclamá-las, e se não em bom, seja em mau estilo, ainda que elas pareçam mais apetecidas quando publicadas.

Dir-se-á, e é certo, que a resenha mundana já penetrou nos bolsos e não desaparecerá, nem mesmo diante das mais sensatas e prudentes considerações quanto à sua manifesta inconveniência sob o ponto de vista da paz entre os homens.

Nesse caso há que procurar contrabalançá-la e o melhor para isso talvez consista em reservarem os jornais uma ou duas páginas, todos os dias, à descrição e à narração da vida cotidiana do pobre. Teríamos assim as duas faces da medalha, em vez de uma só. Teríamos o direito e o avesso. E teríamos, além disso, um tópico, uma nova espécie de colunistas, ou sejam os cronistas da miséria, como contrapêso aos outros, que se comprazem na publicação da existência dourada e ociosa dos privilegiados.

Com isso não sairiam lucrando apenas a estética e a simulação, senão também os próprios privilegiados, que precisam muito mais conhecer a vida dos humildes do que estes precisam de combater os seus. Inteirados, constantemente e minuciosamente, das dificuldades e privações com que lutam os de baixo, é muito possível que os cronistas, no seu interesse mesmo, moderassem um pouco o gômba da dissipação e tratassem de ver um meio qualquer de atenuar os violentos contrastes sociais que ora se observam e que não são tranquilizadores.

Não importa que a idéia se afigure inexequível.

Das idéias inaproveitadas nunca veio nenhum mal ao mundo, não se podendo dizer o mesmo de muitas que se aproveitam...

ALTEROSA

15 DE JULHO DE 1953



ANEXO Z11 - CRÔNICA: Louvor de maio perdido, revista Alterosa, edição 161, de 1/5/53

## ALTEROSA

PARA A FAMÍLIA DO BRASIL

Publicação quinzenal da  
SOC. EDITORA ALTEROSA  
LTD.

### ADMINISTRAÇÃO:

Av. Afonso Pena, 941 — 4º andar — Ed. Sul América — Fones: Gerência: 2-0652; Redação: 2-4251 — Caixa Postal, 279 — End. Teleg. "ALTEROSA" — Belo Horizonte — Estado de Minas Gerais — Brasil.

### SUCURSAL NO RIO:

Diretor: Ulisses de Castro Filho — Rua da Matriz, 108 Conj. 503 — Fone: 26-1881

### REPRESENTANTE NO RIO:

Leônidas Bastos — Rua Siqueira Campos, 241 — Conj. 501 — Fone: 37-5953

### REPRESENTANTE EM SÃO PAULO:

Newton Feitosa — Rua Boa Vista, 245 — 3º andar — Fone: 33-1432

### REPRESENTANTE EM CURITIBA:

J. S. de Faria Júnior — Rua Presidente Faria, 259

### ASSINATURAS

2 anos (48 números) .. Cr\$ 190,00  
1 ano (24 números) .. Cr\$ 100,00  
1 semestre (12 números) .. Cr\$ 55,00

Estes preços são mantidos para todos os países do continente americano, Portugal e Espanha. Para os demais países, são elevados ao dobro. As assinaturas começam e terminam com a primeira edição de qualquer mês. Pagamento por meio de cheque, vale postal ou carta registrada, com valor declarado. As assinaturas do exterior podem ser pagas em carta de crédito, cheque ou vale postal internacional cobrável em Belo Horizonte ou no Rio de Janeiro.

### VENDA AVULSA

Em todo o Brasil ..... Cr\$ 5,00  
Portugal e Colônias..... Esc. 6,00  
Número atrasado..... Cr\$ 8,00

Diretor — Miranda e Castro  
Vice-diretora — N. M. Castro  
Redator-chefe — Mário Matos

ARTE: — Augusto Rezende, Euclides Santos, Hélio Faria, J. C. Moura, Jerônimo Ribeiro e Rocha.

SECÇÕES: — Cristiano Linhares, Gilberto de Alencar, Leonor Telles, Lúcia Maria, Newton Prates e Oscar Mendes.

FOTOGRAFIAS: — Augusto Cardoso e Stúdio Constantino.

GRAVURAS — Ateliê Este e Fotogravura Minas Gerais Ltda.

A redação não devolve originais, ainda que não sejam aproveitados, não aceita fotografias sociais para publicação e não mantém correspondência com autores de trabalhos que não tenham sido solicitados.

Os conceitos emitidos em artigos assinados não são de responsabilidade da direção da revista.

## Louvor de Maio Perdido

Gilberto de Alencar

ORA, pois. Hoje é primeiro de maio, Dia do Trabalho, com muitas festas, e o que logo se faz, no mundo inteiro, para honrá-lo e festejá-lo, é cruzar os braços e deixar que corra o barco à vontade, ainda que corra mal e desarvorado. Isto é pelo menos singular, senão contraditório, a meu ver.

Nem se levante, para confundir-me, a objeção de que ou bem se trabalha, ou bem se festeja o dia.

Não me confundirei de maneira alguma, porque verdadeiramente não enxergo incompatibilidade entre isto e aquilo. De um modo geral, é mais do que muito possível trabalhar e festejar, visto como nem a festa briga com o trabalho, nem briga o trabalho com a festa, desde que uma venha depois do outro, havendo espaço, ou tempo, dentro do mesmo dia, para ambos. De modo particular, então, é que não há incompatibilidade de espécie nenhuma, antes concordância perfeita, entre as duas coisas, pois no Dia do Trabalho, ainda com as maiúsculas da prática o que calha ou fica bem é o labor, não a inércia.

Trabalho, já de si, é festa, e das mais alegres.

Só assim não parece aos que o têm na conta de castigo e quais não são poucos.

Tanto é festa o trabalho, que o trabalhador consciencioso, na sua oficina, na sua gleba, no seu escritório, seja onde fôr, anda quase sempre calmo e satisfeito, ao tempo em que o ocioso, na sua ociosidade, é de ordinário triste, irritadiço e desencantado. Se o ocioso, uma vez, é apanhado a cantarolar, a cantarola não é ai um meio de expansão a qualquer alegria íntima em busca de válvula e sim recurso de que se vale ele para matar o tempo ou fugir do tédio, ao passo que o trabalhador, quando trauteia, trauteia em regra de puro contentamento, que é aquele que se origina do dever dignamente cumprido.

Enquanto não dissociarmos do trabalho a idéia de castigo e não lhe dermos a de prazer, que mais lhe assenta, muito dificilmente tornaremos a vida, em verdade, amável e bela. Só ele, em derradeira análise, livremente aceito e justamente remunerado, só ele enaltece glorifica e consola.

Veio desde o último século a máquina para diminuir o trabalho e desenvolver a produção, a fim de que o homem descansasse, mas agora, que se saiba, não conseguiu, ao menos na forma esperada, nem uma coisa nem outra. Veio a máquina maravilhosa e não trouxe ao homem, cada vez mais cansado, a felicidade por ele descontada, que esta reside muito mais no pão amassado ou regado com o suor do rosto do que naquele que se alcança sem esforço e sem fadiga. Sabe melhor o primeiro, em todo o caso, do que o segundo.

Mas encerremos aqui estes comentários por demais terra a terra, porque maio o que pede são poemas e não considerações de ordem especulativa.

Os poetas que hoje versejam não versejam como os de ontem nem se servem dos mesmos temas antiquados, por maneira que não tem cabimento pedir-lhes que glorifiquem os encantos de maio à moda tradicional, de onde a necessidade de recorrer à prosa para louvor dos mesmos.

Não garanto muito, entretanto, a eficácia do recurso.

Porque talvez não tenha a prosa o condão de tornar esses cantos estimados ou sequer percebidos da apressada gente da cidade apressadíssima.

O verdadeiro maio é a igreja humilde no centro do pequeno largo e com o cruzeiro à frente, são os sinos alegres chamando para a novena, é o incenso que sobe em ondas odoríferas por entre as luzes do altar enfeitado de rosas e folhagens, é a doce voz das moças tímidas cantando no côro a ladainha, é a banda de músicos meio desajeitada animando no adro o leilão de prendas, é, enfim, e para dizer tudo, o suave mês de Maria. Coisas são estas, todas elas, que as grandes aglomerações desprezam ou desconhecem.

O melhor, assim, não é louvar, nem em verso, nem em prosa: relembrar, recriando maio na imaginação, já que ele parece não existir na realidade.

Fechai os olhos ao presente, todos vós que maio encantou no ninice distante, fechai os olhos e logo vereis a igreja, ouvireis os sinos, sentireis o incenso. Contentai-vos, porém, de recordar e não deixeis tentar pelo desejo imperioso de partir em busca do arraial do simples povoado onde havia tudo isso, porque o arraial virou cidade e tudo isso, também por lá, há muito que se perdeu. Em deste modo vos falo e aconselho, é porque sei...



## ANEXO Z12 - CRÔNICA: O milho e o resto, revista Alterosa, edição 272, de 15/12/57

### O milho e o resto

Gilberto de Alencar

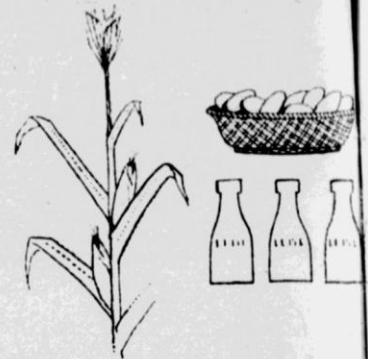
NESTE século das invenções grandes e pequenas, a verdade é que já não se sabe mais o que será ou não será inventado, tão vasto é o campo em que trabalham com afincos dia e noite os inventores, em benefício da humanidade. Em benefício é o que eles dizem, mas eu de mim não vou lá muito nisso, visto a experiência mostrar-nos a todos, embora nem todos dêem o braço a torcer, que nem sempre são realmente benéficos os engenhos que resultam de tanto trabalho, tanto estudo, tanta e tamanha canseira. Em muitos casos, pelo menos, são mais do que muito maléficis e até desastrosos. E não errará o filósofo ou o moralista que a eles, e tão-somente a eles, atribua não apenas os males presentes, como ainda os futuros, desde agora claramente previstos.

Falei de começo em invenções grandes e pequenas porque umas e outras vão surgindo todos os dias indiscriminadamente, tão indiscriminadamente que, ao mesmo tempo em que se cogita de prováveis piqueniques na Lua e de possíveis convescotes em Marte, um inventor de além-mar tem a serena cachimônia de mandar avisar-nos, para nosso governo, que descobriu o meio infalível de obrigar as galinhas a nos oferecerem dois ovos diários, em lugar de um só, como até aqui, consistindo êsse meio em embebedá-las com vinho, ainda que zurrapa. Convescote em Marte é uma

grande invenção, dois ovos tôdas as manhãs são uma invenção pequena. Fiquemos, no entretanto, com a pequena, meus amigos, que mais valem dois ovos na mão do que piquenique a voar. Ou piquenique depois do vôo, o que no fundo acaba dando na mesma.

Acho que não tenho preferência acentuada por estas ou por aquelas invenções, mas cuido que as pequenas são de maior utilidade ou, em última análise, de menor perigo. E isto, numa época perigosíssima como a que passa, não deixa de ser vantagem das mais apreciáveis e desejáveis.

A descoberta de que as galinhas amigas do vinho, bom ou mau, são poedeiras mais provectas e diligentes do que as galinhas abstêmias pode ser comparada àquela outra de que as vacas, no curral, soltam muito mais leite ouvindo música agradável do que ouvindo só a conversa fiada dos homens que as ordenham. Dos homens ou das mulheres uma vez que o ofício da ordenha é indiferentemente exercido pelos dois sexos, havendo mesmo quem afirme ser o sexo fraco mais perito nêle. Não garanto, de mim, nem a veracidade nem a improcedência da afirmação, pois nunca cheguei a tirar a limpo o caso, apesar de nascido e criado na roça, de onde não sei por que diabo me deu na telha de sair um dia para a cidade abominável.



Por falar na roça, uma coisa, esta sim, posso garantir, e vem a ser que por lá, segundo informações muito seguras e muito dignas de crédito, essa história de mais leite por intermédio de melodias e de mais ovos por intermédio de vinho não deixa de perder muita confiança, nem sequer pouca, e não passa afinal de conversa para boi dormir.

O que se sabe por lá, desde tempos imemoriais, e ninguém jamais contestou, é que no ano de muito milho há leite com extraordinária fartura e ovos com abundância impressionante, além do resto de que se tem notícia, e não é pouco.

Tôda a questão está em haver muito milho, abarrotando os paísis.

Ora, muito milho, para o roceiro, não se obtém com invenções modernas ou recentes, porque só se obtém mesmo com a enxada, invenção velhíssima de que infelizmente quase ninguém mais quer valer-se na atualidade. E não estará aí, nessa substituição apressada de invenções velhas por invenções novas, a causa de tanta coisa que estamos vendo

Publicação quinzenal da SOC. EDITORA ALTEROSA LTDA  
Diretora-gerente: N. M. Castro

#### ADMINISTRAÇÃO :

Av. Afonso Pena, 941 — 4º andar  
— Fones : Gerência : 2-4251; Redação : 2-0652 — Caixa Postal 279  
— End. Teleg. "ALTEROSA" — Belo Horizonte — Minas Gerais — Brasil.

#### SUCURSAL NO RIO :

Diretor : Ulisses de Castro Filho  
Rua da Matriz, 108 — Conj. 503 — Fone : 26-1881.

#### REPRESENTANTE EM SÃO PAULO :

Newton Feitoza — Rua Boa Vista, 245 — 3º andar — Fone : 33-1432.

#### ASSINATURAS :

2 anos (48 números) .. Cr\$ 400,00  
1 ano (24 números) .. Cr\$ 220,00  
1 semestre (12 números) Cr\$ 120,00  
Preços para todos os países do

## ALTEROSA

PARA A FAMÍLIA DO BRASIL

continente americano, Portugal e Espanha. Para os demais países vigoram os seguintes preços : US\$ 7,00 para 2 anos, US\$ 4,00 para 1 ano e US\$ 2,00 para seis meses. As assinaturas começam sempre com a primeira edição de qualquer mês.

#### VENDA AVULSA :

Em todo o Brasil ..... Cr\$ 10,00  
Portugal e Colônias .... Esc. 10,00  
Número atrasado ..... Cr\$ 15,00

REDAÇÃO : Miranda e Castro, diretor; Neil R. da Silva e Gaspar de Alencar, secretários; Helena T. Faria, chefe de revisão.

ARTE : Dounê Rezende Spinola, Eduardo de Paula, Euclides L. Santos, J. C. Moura, Jeronymo Ri-

beiro, Pinho, Vicente de Abreu e Wilma Martins.

SEÇÕES : André F. de Carvalho, Anne Heywood, Cristiano Linhares, Don Flowers, Domingos de Lucca Júnior, Edel Ney, Garry C. Myers, Gilberto de Alencar, Joseph Whitney, Leonor Telles, Maria Madalena, Mauro Santayana, Olga Obry, Oscar Mendes, Pessoa Esteves, Stella Marina, Temple Manning, Vinicius de Carvalho e Wilson Frade.

FOTOGRAFIAS : — Augusto Cardoso, Hiroshi Watanabe, José Nicolau, Mário Morsani, Nivaldo Correia, Stúdio Constantino, Camera Press, INP, Keystone, Reuter e Transworld.

A redação não devolve originais de colaborações ou fotográficos, não solicitados.

Os conceitos emitidos em artigos assinados não são de responsabilidade da direção da revista.

ANEXO Z13 – CRÔNICA: O pouco vira muito, revista Alterosa, edição 273, de 1/1/58

## O Pouco Vira Muito

Gilberto de Alencar

QUANDO para o particular as coisas ficam feias, quero dizer, quando a despesa começa a exceder à receita, a primeira coisa que ele faz, ou trata de fazer, se tem juízo e não gosta de ouvir credores desabusados batendo-lhe à porta de instante a instante, a primeira coisa que faz é cortar nos gastos, até que se restabeleça o equilíbrio. Virtude burguesa, dirão os caloteiros inveterados. Maneira de viver honradamente, digo eu.

Estarão vivendo honradamente os poderes públicos?

Qualquer um, desde que não tenha adotado de uma vez por todas o calote como meio de vida, logo responderá pela negativa, pois não ignora ninguém que eles de há muito andam procedendo de um modo que em nada se parece com a prudente conduta do cidadão encalacrado, que para se desencilacrar só vê remédio na dura parcimônia. O remédio deles é outro muito diverso e consiste, não em fechar a torneira, mas em abri-la o mais possível.

Há economias grandes e pequenas.

As grandes, entendem os dirigentes da coisa pública que é muito difícil levá-las a efeito sem perturbar o desenvolvimento do País, e das pequenas dizem que são ninharias desprezíveis e que nada adiantam. E escorados nessa argumentação ou nessa desculpa, uma falsa e outra esfarrapada, não economizam nem muito nem pouco, de onde o não existir nunca dinheiro que chegue para a gastação, apesar das emis-

sões a jato contínuo e do aumento inconsiderado de impostos e taxas.

Das economias pequenas é costume falar-se que são economias de palitos. A isto não custa responder que, se não houvesse, a tôda hora, tantos banquetes e jantares, também não haveria tantos palitos. Acabemos com aqueles e já não teremos necessidade de acabar com estes. Além do mais, as pequenas economias, somadas umas às outras, se transformam em economias consideráveis.

Vejam-se, a êsse respeito, por exemplo, os selos postais.

Tendo elevado, para arranjar mais pecúnia, o porte das cartas simples, de sessenta centavos para dois cruzeiros e meio, aumento brutal que levantou enorme grita, mas terminou ficando mesmo em vigor, o Governo, ao invés de imprimir, logo de uma vez, selos daquele valor, continua imprimindo selos de dois cruzeiros e selos de cinquenta centavos. Disso resulta gastar-se, sem precisão nenhuma o dôbro de papel, o dôbro de mão-de-obra, o dôbro de goma arábica e o dôbro de tempo, não se falando no dôbro de trabalho e de saliva que o público tem que despendar, obrigado que é a colocar no seu envelope, não um selo só, como de razão, mas dois.

Não sou bom em cálculos nem por igual em estatísticas, porém acredito que a transformação, num só, dos dois selos atuais traria de golpe uma diminuição da despesa capaz de aliviar bastante o tesouro.



O tesouro, de resto, se anda ou vazio, não é por falta de cobrança do que lhe é devido, consoante se prova com o fato de haver, faz pouco, o Tribunal de Contas de uma de nossas praças promovido volumoso processo para recuperar dez centavos de diferença no recolhimento de impostos devido por certo agente do Fisco. Sei se entraram ou não os dez centavos, sei apenas que milhares de cruzeiros se gastaram com a burocracia. Não de querer dizer que o tal processo foi simbólico e tão somente para servir de exemplo. Ao que obtempero que o símbolo não impede que os milhares de milhões se sucedam com a maior regularidade.

Voltando, entretanto, à questão da parcimônia, o certo é que as pequenas economias a serem feitas metódicamente são tantas, em tantos terrenos, que o seu efeito surpreenderia a muita gente que brada de que a galinha não come o papo de uma vezada, mas de vez em quando. A galinha e outros há-



## ANEXO Z14 – CRÔNICA: Porão, revista Alterosa, edição 202, de 15/1/55

**ALTEROSA**

PARA A FAMÍLIA DO BRASIL

Publicação quinzenal da  
SOC. EDITORA ALTEROSA LTDA.

**ADMINISTRAÇÃO**

Av. Afonso Pena, 941 — 4º andar —  
Ed. Sul América — Fones: Gerência:  
2-4251; Redação: 2-0652 — Caixa Pos-  
tal, 279 — End. Teleg. "ALTEROSA"  
Belo Horizonte — Estado de Minas  
Gerais — Brasil.

**SUCURSAL NO RIO:**

Diretor: Ulisses de Castro Filho  
Rua da Matriz, 108 — Conj. 503  
Fone: 26-1881

**REPRESENTANTES:**

**SAO PAULO** — Newton Feitosa —  
Rua Boa Vista, 245 — 3º andar  
Fone: 33-1432.

**PORTO ALEGRE** — Soc. de Imprensa,  
Propaganda e Representações Ltda.  
Av. Borges de Medeiros, 410 — Sa-  
la 1.116 — Fone 3-3456.

**SALVADOR** — Inocêncio Pessoa Es-  
teves — Rua Fernando Alves, 9  
(Roma).

**ASSINATURAS:**

2 anos (43 números) ..... Cr\$ 190,00  
1 ano (24 números) ..... Cr\$ 100,00  
1 semestre (12 números)... Cr\$ 55,00

Estes preços são mantidos para todos  
os países do continente americano,  
Portugal e Espanha. Para os demais  
países, são elevados ao dobro. As as-  
sinaturas começam sempre com a  
primeira edição de qualquer mês.  
Pagamento por meio de cheque, vale  
postal ou carta registrada, com valor  
declarado. As assinaturas do exterior  
podem ser pagas em carta de crédito,  
cheque ou vale postal internacional  
cobrável em Belo Horizonte ou no  
Rio de Janeiro.

**VENDA AVULSA:**

Em todo o Brasil ..... Cr\$ 5,00  
Portugal e Colônias ..... Esc. 6,00  
Número atrasado ..... Cr\$ 8,00

**Diretor** — Miranda e Castro  
**Vice-diretora** — N. M. Castro

**ARTE:** — Augusto Rezende, Euclides  
Santos, J. C. Moura e Jerônimo Ri-  
beiro.

**SEÇÕES:** — Cristiano Linhares, Gil-  
berto de Alencar, Leonor Telles, Lúcia  
Maria e Oscar Mendes.

**FOTOGRAFIAS:** — Augusto Cardoso,  
José Nicolau, Nivaldo Correia e Stú-  
dio Constantino.

**GRAVURAS:** — Ateliers Esto e Foto-  
gravura Minas Gerais Ltda.

A redação não devolve originais, ain-  
da que não sejam aproveitados, não  
aceita fotografias sociais para publi-  
cação e não mantém correspondência  
com autores de trabalhos que não te-  
nham sido solicitados.

Os conceitos emitidos em artigos as-  
sinados não são de responsabilidade  
da direção da revista.

**PORÃO**

Gilberto de Alencar

**A** LADINA velha de Siracusa, seja lá como fôr, é que estava mesmo com a razão, que isto de botar abaixo pela violência um mandão ou tirano, para colocar outro no lugar, na esperança de que este outro saia melhor, raramente dá certo, segundo se cobra das lições da experiência, que é afinal a mestra das mestras, pois que tão pouco ouvida e muito menos seguida. Mudanças tanto podem ser boas quanto malélicas. E como não se sabe ainda, com absoluta certeza, quando é que vêm para nosso bem e quando é que vêm para nosso mal, manda a prudência que as levemos a efeito o menor número de vêzes possível e com o máximo de cuidado. As emendas, como no caso do soneto, costumam trazer surpresas das mais desagradáveis.

Tal que, nos idos de outubro de 1930, ajudou com entusiasmo de um ou de outro modo, a reviravolta que então se processou em nossa terra, vive hoje mais do que muito arrependido diante das conseqüências que a mesma teve e anda tendo. A quem diga que o arrependido é que se salvam, pode responder-se que o arrependimento de que aqui se trata não parece, por enquanto, que haja salvo ninguém, pois lá vamos indo todos mais ou menos perdidos.

Não saiu a reviravolta do jeito que se esperava, porque não só se xou de endireitar o que se encontrava torto, como acabou entortando o que direito se achava. Este é o grande perigo das reviravoltas, que tanto enchiam de temor a esperta velha de Siracusa.

Depois de na capital do país amarrarem os cavalos a um certo obelisco e de se apossarem dos melhores cartórios da época, os principais autores da reviravolta de outubro logo cuidaram de tomar conta do resto, que era o Brasil inteiro. E do Brasil fizeram, durante largos anos, que se lhes afiguraram curto período, o que bem entenderam empobrecendo-o e enriquecendo-se, pois que uma coisa quase nunca vai sem a outra.

Ao que há pouco se descobriu e divulgou, um déles, parece que ainda de lenço vermelho ao pescoço, no ato de assenhorear-se de certa repartição importante, como visse numa das paredes o retrato de Pedro II, logo foi ordenando aos pressurosos contínuos e aos não menos pressurosos oficiais de gabinete que retirassem dali o ananismo.

— Mandem esse velho para o porão!

A ordem foi de pronto cumprida, tal sempre acontece em ocasiões semelhantes, e talvez não tenha sido uma ordem absurda, porque o retrato, em verdade, se até então não podia ser tido como anacrônico, teria de adquirir dali por diante esse predicado, com o que ameaçava suceder e efetivamente sucedeu. Não vê que Pedro II apoiaria o que passou a haver!

Lá se foi, em consequência, naqueles idos nefastos de outubro, ex-imperador, com as suas barbas severas, para o porão dos trastes velhos e imprestáveis.

Se de lá alguma alma piedosa já o tirou ou não, eis o que para ele não importa, nem muito, nem pouco, visto que nada mais será capaz de marear a fama de suas virtudes ou diminuir a notoriedade de seu patriotismo.

Já o mesmo não acontece com outras coisas que ao porão também foram atiradas e lá não devem permanecer, antes precisam deixá-lo mais depressa que possível fôr, para que o Brasil volte a ser o que já foi em matéria de austeridade, tanto pública quanto particular, uma vez que todos os males presentes procedem, em grande parte, da relaxação dos costumes. A esta relaxação costuma dar-se o nome de progresso ou de modernismo. Com tal nome, entretanto, ou com qualquer que arranjem para tudo aquilo a que temos assistido, certo é que o problema é realmente de desregramento. E o remédio indicado, agora, é ir ao porão resolutamente e déle retirar, depois de bem espanadas, aquelas excelências morais que caracterizavam a grandeza de outrora e tanta falta andam fazendo à nação de hoje.

**ALTEROSA**

15 DE JANEIRO DE 1955